

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM PRESERVAÇÃO E GESTÃO
DO PATRIMÔNIO CULTURAL
DAS CIÊNCIAS E DA SAÚDE



RAQUEL AQUINO DE ARAÚJO

IDENTIDADES E TERRITÓRIOS CULTURAIS:
Subsídios para a Área de Proteção do Ambiente Cultural de São Cristóvão

Rio de Janeiro
Outubro / 2018

RAQUEL AQUINO DE ARAÚJO

IDENTIDADES E TERRITÓRIOS CULTURAIS:

Subsídios para a Área de Proteção do Ambiente Cultural de São Cristóvão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde, da Casa de Oswaldo Cruz, da Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª. Inês El-Jack Andrade

Rio de Janeiro

Outubro / 2018

A658i Araújo, Raquel Aquino de.

Identidades e territórios culturais: subsídios para a área de proteção do ambiente cultural de São Cristóvão / Raquel Aquino de Araújo. – Rio de Janeiro: s.n., 2018.

257 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2018.

Bibliografia: 224-242f.

1. Transculturação. 2. Diversidade Cultural. 3. Brasil.

CDD 306

RAQUEL AQUINO DE ARAÚJO

IDENTIDADES E TERRITÓRIOS CULTURAIS:

Subsídios para a Área de Proteção do Ambiente Cultural de São Cristóvão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde, da Casa de Oswaldo Cruz, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde.

Aprovado em: ___/___/___.

BANCA EXAMINADORA

Inês El-Jack Andrade, Prof^a. Dr^a., Orientadora, COC/FIOCRUZ

Renato da Gama-Rosa Costa, Prof. Dr., COC/FIOCRUZ

Elis Regina Barbosa Angelo, Prof^a. Dr^a., UFRRJ

Gisele Porto Sanglard, Prof. Dr^a., COC/FIOCRUZ

Evelyn Furquim Werneck Lima, Prof^a. Dr^a., UNIRIO

Rio de Janeiro

Outubro / 2018

À minha amada mãe.

Mãe, amiga e tudo na minha
vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, hoje e sempre.

À minha mãe, que nunca desistiu de me incentivar, até quando eu não mais acreditava em mim mesma.

À Casa de Oswaldo Cruz – Fundação Oswaldo Cruz.

À Professora Doutora Inês El-Jack Andrade.

Ao Professor Doutor Renato da Gama-Rosa Costa.

A todos os professores dos Cursos de Especialização e do Mestrado em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde, da Casa de Oswaldo Cruz – Fundação Oswaldo Cruz.

Às profissionais da Secretaria Acadêmica da Casa de Oswaldo Cruz – Fundação Oswaldo Cruz.

Aos colegas dos cursos de Especialização e do Mestrado.

Aos colegas do curso de Bacharel em Geografia.

RESUMO

ARAÚJO, Raquel Aquino de. **Identidades e territórios culturais**: Subsídios para a Área de Proteção do Ambiente Cultural de São Cristóvão. 2018. 257f. Dissertação (Mestrado em Divulgação da Ciência, Tecnologia e Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: 2018.

A região de São Cristóvão é formada pelos bairros São Cristóvão, Vasco da Gama, Benfica e Mangueira. Localizado na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, o bairro de São Cristóvão contribuiu para traçar a história do desenvolvimento urbano da cidade. Objetiva-se contribuir com estudos sobre a memória urbana dessa região, sob a perspectiva dos múltiplos territórios culturais e identidades e memórias existentes, que não foram incorporados na revisão da sua Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC), em 1993. Utilizou-se a metodologia em que o levantamento e o cruzamento de diferentes fontes, como reportagens de jornais, fotografias, atas de reuniões, encontros comunitários do bairro de São Cristóvão, cartas de reivindicações das associações de moradores de São Cristóvão, além da realização de visitas in loco e entrevistas, possibilitaram o estudo de identificação dos múltiplos territórios culturais existentes na região de São Cristóvão. Visa refletir sobre os múltiplos territórios culturais, com diversas materialidades e intangibilidades, considerando a heterogeneidade cultural do lugar. Atesta-se, como resultados, a confirmação de determinados territórios culturais já compreendidos, mas não reconhecidos. Heranças e costumes, como a imperial, fabril, portuguesa, nordestina, modernista e do samba, se fazem presentes na região. Conclui-se que os territórios culturais existentes nas áreas de proteção cultural apresentam-se com suas próprias especificidades. Pretende-se não fragmentar territórios, pois a cidade está em constante mudança e deve ser entendida como um todo. Propõe-se fomentar o fortalecimento de valores históricos e culturais, sobretudo, identificar outros. Indica-se a mesma reflexão à APAC, considerando a possibilidade de manifestação do tradicional e do moderno. Como contribuição para a preservação do patrimônio cultural, é essencial reconhecer e fortalecer laços de afetividade e elos de pertencimento ao seu lugar de significação, como os territórios culturais.

PALAVRAS-CHAVE: Área de Proteção do Ambiente Cultural, memória, identidade, territórios culturais.

ABSTRACT

ARAÚJO, Raquel Aquino de. **Identidades e territórios culturais**: Subsídios para a Área de Proteção do Ambiente Cultural de São Cristóvão. 2018. 257f. Dissertação (Mestrado em Divulgação da Ciência, Tecnologia e Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: 2018.

The region of São Cristóvão is formed by the districts of São Cristóvão, Vasco da Gama, Benfica and Mangueira. Located in the North Zone of the city of Rio de Janeiro, the district of São Cristóvão contributed to draw the history of urban development of the city. The aim of the studies on the urban memory of this region is to contribute from the perspective of the multiple cultural territories, identities and existing memories that were not incorporated in the review of its Cultural Environment Protection Area (APAC) in 1993. The methodology was used to collect and compare different sources, such as newspaper reports, photographs, minutes of meetings, community meetings in the district of São Cristóvão, letters of protest from the associations of residents of São Cristóvão, and the visits in loco and interviews, made possible the study of identification of the multiple cultural territories existing in the region of São Cristóvão. In this sense, reflect on the multiple cultural territories with diverse materialities and intangibilities, in which the cultural heterogeneity of the place is considered. Therefore, as results, the understanding of cultural territories, not recognized, and indicating that the cultural territories existing in the areas of cultural protection have their own specificities. These scenarios led to decay and revitalization, processes that resulted in heritage and customs that are present in the region, that is, imperial, factory, portuguese, northeastern, modernist and samba memories. The city is constantly changing and must be understood as a whole. In this sense, it is not intended to fragment the territories, but a proposal to foster the strengthening of historical and cultural values, and identify others. The same reflection is given to APAC, considering the possibility of manifestation of the traditional and the modern. As a contribution to the preservation of cultural heritage, it is essential to recognize and strengthen bonds of affection and links of belonging to their place of meaning, that is, cultural territories.

KEYWORDS: Science communication, Area of Protection of Cultural Environment, memory, identity, cultural territories.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

INTRODUÇÃO

Mapa 1 - VII Região Administrativa de São Cristóvão - Rio de Janeiro.....	19
---	----

CAPÍTULO I

Quadro 1 - Esquematização de Haesbaert e Limonad.....	38
Quadro 2 - Esquematização de Haesbaert.....	42
Mapa 2 - APAC São Cristóvão – Lei Complementar nº 24/1993.....	61

CAPÍTULO II

Figura 1 - Tamarineira na Avenida do Exército, s/d.....	69
Tabela 1 - As Associações de Moradores de São Cristóvão.....	70
Tabela 2 - Outras Associações / Instituições de São Cristóvão.....	71
Figura 2 - Coreto do Campo de São Cristóvão, s/d.....	72
Figura 3 - Solar do Marquês do Itanhaém, em São Cristóvão, 1976.....	73
Figura 4 - Fachada do prédio da então DPHA, em São Cristóvão, s/d.....	74
Figura 5 - Imóvel de 1886, em São Cristóvão, 2015.....	75
Figura 61 - Imóvel de 1886, em São Cristóvão, 2015.....	76
Figura 7 - Locomotiva a vapor na extinta Editora EBAL, em São Cristóvão, 2011.....	79
Quadro 3 - Relação de cinemas da região de São Cristóvão, 2014.....	80
Figura 8 - Cine Natal, São Cristóvão, s/d.....	81
Figuras 9 - Cinema Fluminense, São Cristóvão, s/d.....	81
Figuras 10 - Atualmente o imóvel é um estúdio do SBT, São Cristóvão, 2015.....	81
Mapa 3 - Estudo do entorno dos monumentos tombados no bairro de São Cristóvão - SPHAN - 1985.....	89
Tabela 3 - População Residente no Bairro de São Cristóvão.....	95
Figura 11 - Folheto “O que é que a gente quer pr’a São Cristóvão?”, 1986.....	98
Tabela 4 - Relação dos imóveis solicitados pela AMA, 1986.....	101
Mapa 4 - Solicitação da AMA São Cristóvão para a preservação em conjunto de bens da VII Região de São Cristóvão – 1986.....	102

Figura 12 - Colégio Brasileiro de São Christovão, São Cristóvão, s/d.....	103
Figura 132 - Rua Bela, o antes e o depois da Linha Vermelha, s/d.....	114
Mapa 5 - Elaboração do DGPC, em 1990, para 4 subáreas inscritas para o bairro de São Cristóvão, descritas no Decreto nº 5.840/1986.....	116
Figura 14 - Mapa comparativo entre as APACs São Cristóvão de 1986 e 1993.....	120
Gráfico 1 - Bens solicitados pela AMA - Lei Complementar nº 24, de 1993.....	122
Figura 15 - Hospital Frei Antônio, São Cristóvão, s/d.....	124
Figura 16 - Gasômetro, São Cristóvão, 1959.....	125
Figura 173 - Projeto de revitalização para o Pavilhão de São Cristóvão, 1999.....	128
Figura 184 - Projeto de revitalização para o Pavilhão de São Cristóvão, 1999.....	128
Figura 19 - Protesto dos nordestinos, São Cristóvão, 1999.....	132
Mapa 6 - Proposta do DGPC de criar quatro áreas de entorno para o bairro de São Cristóvão.....	134
Gráfico 2 - População residente em São Cristóvão (1980 – 2010).....	139

CAPÍTULO III

Figura 20 - Museu Nacional, São Cristóvão, 2016.....	153
Figura 21 - Fotos dos acervos do Museu Nacional, São Cristóvão, 2015.....	154
Figura 22 - Solar da Marquesa de Santos, São Cristóvão, s/d.....	155
Figura 23 - Estação Ferroviária de São Cristóvão, s/d.....	156
Figura 24 - Reservatório da Quinta da Boa Vista, São Cristóvão, 2013.....	157
Figura 25 - Reservatório do Pedregulho, São Cristóvão, 2006.....	157
Figura 26 - Bonde de São Januário, s/d.....	158
Figura 27 - Museu Militar Conde de Linhares, em São Cristóvão, 2016.....	159
Figura 28 - Observatório Nacional, São Cristóvão, 2018.....	160
Figura 29 - Escola Municipal Gonçalves Dias, São Cristóvão, 2015.....	161
Tabela 5 - Turismo Cultural do Bairro Imperial de São Cristóvão.....	164
Mapa 7 - Roteiros do Turismo Cultural do Bairro Imperial de São Cristóvão - 10 edições (2009 – 2018).....	165
Mapa 8 - Território Cultural da São Cristóvão Imperial.....	168

Figura 30 - Conjuntos de casas seriadas, de Luciana Gennari (2009).....	175
Figura 31 - Fábrica Sabão Português, Benfica, 1970.....	176
Figura 32 - Fábrica Sabão Português, Benfica, 2017.....	177
Figura 33 - Processo de demolição da Fábrica Sabão Português, Benfica, 2018.....	177
Figura 34 - Antiga fábrica da Rheem Química, Benfica, 2011.....	179
Figura 35 - CEG - Gasômetro, São Cristóvão, s/d.....	179
Mapa 9 - Território Cultural da São Cristóvão Fabril.....	184
Figura 36 - Bairro Santa Genoveva, São Cristóvão, 2018.....	187
Figura 37 - Estádio São Januário, Vasco da Gama, s/d.....	189
Figura 38 - CADEG, Benfica, s/d.....	190
Figura 39 - Festa portuguesa no CADEG, Benfica, 2018.....	191
Figura 40 - Restaurante Quinta da Boa Vista, São Cristóvão, 2016.....	192
Mapa 10 - Território Cultural da São Cristóvão Portuguesa.....	193
Figura 41 - Feira Nordestina, São Cristóvão, s/d.....	195
Figura 42 - Pavilhão, São Cristóvão, s/d.....	197
Figura 43 - Feira Nordestina de São Cristóvão, s/d.....	199
Figura 44 - Vista aérea da Nova Feira de São Cristóvão, São Cristóvão, s/d.....	199
Mapa 11 - Território Cultural da São Cristóvão Nordestina.....	202
Figura 45 - Conjunto Pedregulho, Benfica, 2017.....	204
Figura 46 - Painel de Roberto Burle Marx, Benfica, 2017.....	204
Figura 47 - Painel de Roberto Burle Marx, Benfica, 2017.....	204
Figura 48 - Mapa e catálogo de São Cristóvão, FAPERJ, 2004.....	206
Figura 49 - Quadra da Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira, s/d.....	207
Figura 50 - Museu do Samba, Mangueira, s/d.....	208
Figura 51 - Quadra da Escola de Samba Paraíso do Tuiuti, São Cristóvão, 2018.....	209
Tabela 6 - Rolé Carioca: edições e roteiros em São Cristóvão.....	212
Mapa 12 - Roteiros do Rolé Carioca São Cristóvão - 2 edições (2014 e 2017).....	214
Mapa 13 - Território Cultural da São Cristóvão e seus territórios em construção.....	216

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAJB	Associação de Amigos do Jardim Botânico
ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ADEMI	Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário
AFPF	Associação Fluminense de Preservação Ferroviária
AGCRJ	Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
AIPA	Área de Interesse de Proteção Ambiental
AMA e/ou AMASC	Associação de Moradores e Amigos de São Cristóvão
AMAHOR	Associação de Moradores e Amigos do Horto
AMAS	Associação dos Amigos da Casa da Marquesa de Santos
APA	Área de Proteção Ambiental
APAC	Área de Proteção do Ambiente Cultural
APL	Arranjo Produtivo Local
Apronorde	Associação de Proteção ao Nordeste do Estado do Rio de Janeiro
ASSINCO	Associação Comercial de São Cristóvão
Bda C Bld	Brigada de Cavalaria Blindada
BG	Batalhão de Guardas
BN	Biblioteca Nacional
CADEG	Centro de Abastecimento do Estado da Guanabara
CAESC	Conselho das Associações e Entidades de São Cristóvão
CAU/RJ	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro
CB	Centros de Bairros
CEDAE	Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro
CEG	Companhia Estadual de Gás do Rio de Janeiro
CET Rio	Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro
CMPC	Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural
CMRJ	Câmara Municipal do Rio de Janeiro
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONDEPHAAT	Conselho da Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico,

	Artístico e Turístico
CONPRES	Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo
Coopcampo	Cooperativa dos Comerciantes do Campo de São Cristóvão
CPC	Coordenadoria de Proteção e Conservação
CPII	Colégio Pedro II
CPOR	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
DECEEx	Departamento de Educação e Cultura do Exército
Depam	Departamento de Patrimônio Material
Deprot	Departamento de Proteção
DER RJ	Fundação Departamento Estadual de Estradas de Rodagem
DETRAN	Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro
DGPC	Departamento Geral de Patrimônio Cultural
DGPC 1	Divisão de Cadastro e Pesquisa
DIP	Divisão de Inventário e Planejamento
DPC	Diretoria do Patrimônio Cultural
DPHA	Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico
DPHA-GB	Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara
DPHAN	Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
DPHEEx	Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército
DPR 1	Divisões de Preservação e Restauração
EBAL	Editora Brasil América
FAPERJ	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FEEMA	Fundação Estadual de Engenharia de Meio Ambiente
FNpM	Fundação Nacional Pró Memória
FPJ	Fundação Parques e Jardins
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBPC	Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
ICOMOS	International Council on Monuments and Sites
INEPAC	Instituto Estadual do Patrimônio Cultural

IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPP	Instituto Pereira Passos
IRPH	Instituto Rio Patrimônio da Humanidade
ISSC	Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária
LC	Lei Complementar
MAST	Museu de Astronomia e Ciências Afins
MMCL	Museu Militar Conde de Linhares
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PCRJ	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
PEU	Projeto de Estruturação Urbana
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PRI	Plano de Reabilitação Integrada
PT	Partido dos Trabalhadores
PUB RIO	Plano Urbanístico Básico
R. A.	Região Administrativa
SAJB	Sociedade de Amigos do Jardim Botânico
SEDREPAHC	Secretaria Extraordinária de Proteção do Patrimônio Cultural
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SMAC	Secretaria do Meio Ambiente da Cidade
SMC	Secretaria Municipal de Cultura
SMP	Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral
SMT	Secretaria Municipal de Transporte
SMU	Secretaria Municipal de Urbanismo
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPU/SMP	Superintendência de Planejamento Urbano / Secretaria Municipal de Planejamento
SR	Superintendência Regional
SUBPC	Subsecretaria de Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design
TICCIH	International Committee for Conservation of the Industrial Heritage
UEPs	Unidades Espaciais de Planejamento
UFE	União Fabril Exportadora

UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
ZI	Zonas Industriais
ZR	Zonas Residenciais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO I – Territórios Culturais: uma possibilidade em áreas de proteção cultural	34
1.1 Revisão crítica do conceito de território	34
1.2 Apontamentos acerca dos territórios culturais e sua articulação com a identidade e a memória.....	45
1.3 A formação de múltiplas identidades em áreas de proteção cultural	57
CAPÍTULO II – Atores sociais e suas influências no reconhecimento do instrumento de preservação: a Área de Proteção do Ambiente Cultural São Cristóvão	66
2.1 Antecedentes ao instrumento de preservação: a imagem e os acontecimentos de São Cristóvão entre as décadas de 1960 e 1980.....	67
2.2 A primeira APA São Cristóvão: a promulgação do Decreto Municipal nº 5.840, de 1986	84
2.3 A segunda APAC São Cristóvão: a implantação da Lei Complementar nº 24, de 1993	110
2.4 Desafios à preservação do patrimônio cultural no século XXI e novas perspectivas urbanísticas	126
CAPÍTULO III - Os múltiplos territórios culturais da região de São Cristóvão: memórias e identidades locais	150
3.1 A São Cristóvão Imperial.....	151
3.2 A São Cristóvão Fabril.....	169
3.3 A São Cristóvão Portuguesa	185
3.4 A São Cristóvão Nordestina.....	194
3.5 São Cristóvão e outros territórios culturais em afirmação.....	203
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	217
REFERÊNCIAS.....	225
5	
APÊNDICES	
A - Tabela 7. Bens Imóveis Tombados na Região de São Cristóvão.....	243

B - Tabela 8. Análise do SPHAN - Solar da Marquesa de Santos, 1985.....	244
Tabela 9. Análise do SPHAN - Quinta da Boa Vista, 1985.....	244
Tabela 10. Análise do SPHAN - Observatório Nacional, 1985.....	245
C - Tabela 11. Bens solicitados pela AMA - LC nº 24 de 1993.....	246
D - Tabela 22. Relação de confecções, fábricas e lojas off do ramo da moda, São Cristóvão.....	247
E - Tabela 33. Patrimônios imateriais registrados na Região de São Cristóvão.....	248
ANEXOS	
A - Quadro 4. As correntes da Geografia.....	249
B - Tabela 14. As legislações da Região de São Cristóvão - PEUs e APACs.....	250
C - AMA São Cristóvão (2014-2018).....	251
D - Edições do Turismo Cultural no Bairro Imperial de São Cristóvão.....	252
E - Edição de 2014 do Rolé Carioca em São Cristóvão.....	254
F - Entrevista - AMA São Cristóvão, 2018.....	255
G - Entrevista - Rolé Carioca, 2018.....	257

INTRODUÇÃO

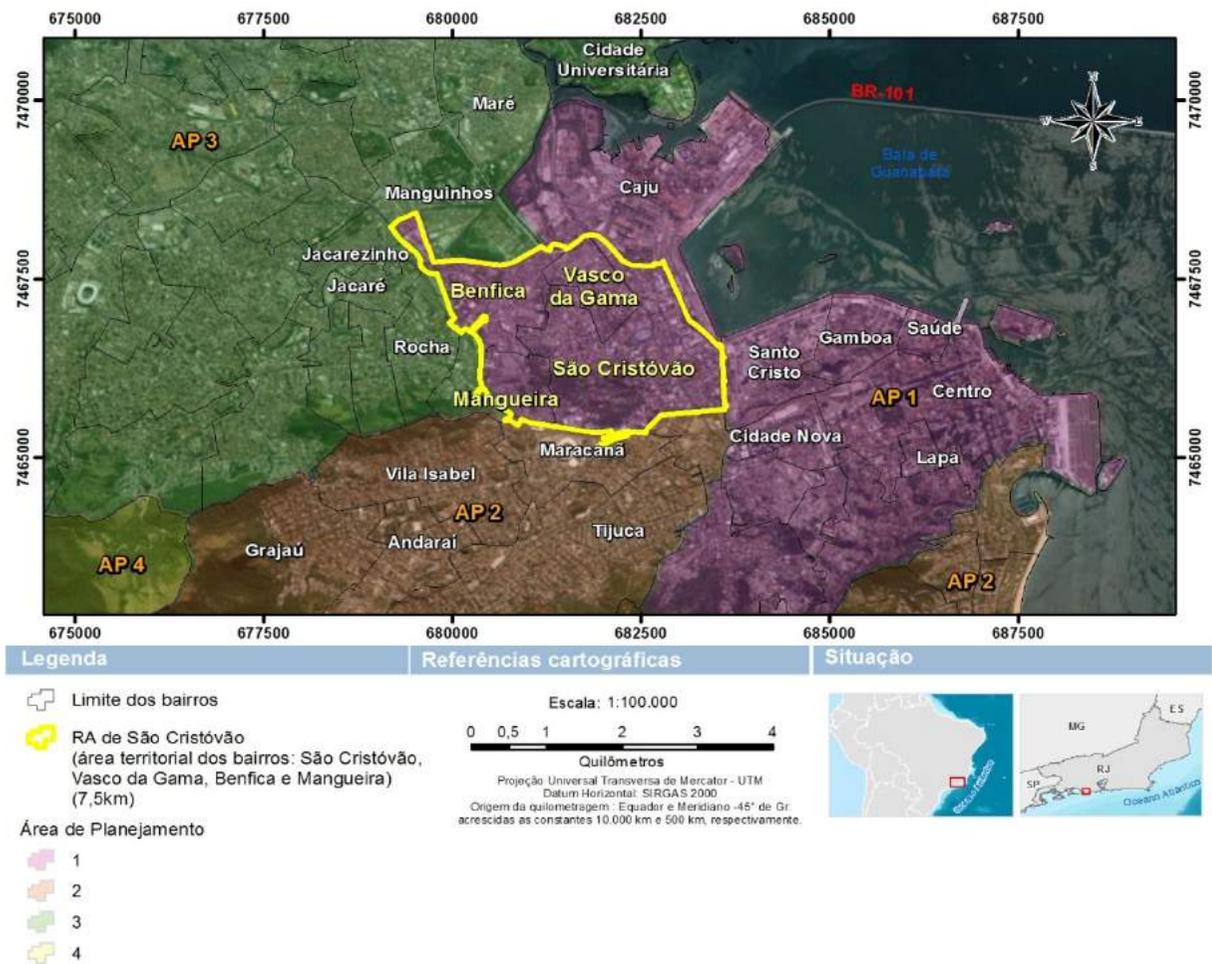
A VII Região Administrativa de São Cristóvão (Ver **Mapa 1**) está situada na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, e é composta pelos bairros São Cristóvão, Vasco da Gama, Benfica e Mangueira. Configura uma área de 26,40km² e possui uma privilegiada localização geográfica, pois se encontra muito próxima das regiões Central e Portuária desta cidade. O bairro de São Cristóvão foi escolhido como estudo de caso por ser importante para a história e o desenvolvimento urbanístico da cidade. Com o objetivo de contextualizar a atualidade do bairro de São Cristóvão, de acordo com o Censo 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), este bairro¹ possui uma população residente de 26.510 pessoas e um total de 9.991 domicílios registrados. O bairro de São Cristóvão é analisado com maior propriedade, pois possibilita o reconhecimento das suas singularidades, pelo fato de configurar um espaço, historicamente, com maior relevância em relação aos demais bairros desta região.

Esta região possui características heterogêneas — em termos históricos, arquitetônicos e culturais — e este lugar se configura como um laboratório de complexa configuração territorial. A pesquisa apresenta, como tema central, a conservação da memória urbana da Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) São Cristóvão.

Formada em Geografia, a aproximação ao tema aconteceu através da pesquisa (ainda na Graduação, no estudo sobre Geografia Urbana) sobre o desenvolvimento urbano de bairros da cidade do Rio de Janeiro. Como moradora do bairro de São Cristóvão (por toda a vida), essa foi a primeira oportunidade para buscar o aprofundamento sobre a história do lugar. Em seguida, ao participar do projeto de iniciação científica da mesma universidade, a pesquisa também estava relacionada aos processos de transformação de bairros do município do Rio de Janeiro. Logo após a Graduação, ao ingressar no curso lato sensu de Especialização em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde ocorreu os primeiros contatos relativos à questão da salvaguarda do patrimônio cultural, em especial, ao sítio urbano e, conseqüentemente, à descoberta da APAC São Cristóvão.

¹ Com relação aos dados censitários de 2010 sobre a VII Região Administrativa de São Cristóvão, a região possui uma população residente de 84.908 pessoas e um total de 30.020 domicílios registrados.

Mapa 14 - VII Região Administrativa de São Cristóvão - Rio de Janeiro



Fonte: PortalGeo – IPP; Serviço de Imagens Basemap – ESRI, Consulta em Julho de 2018. Elaborado por: Maria Luciene da Silva Lima.

Portanto, esta pesquisa objetiva contribuir com estudos sobre a memória urbana desta região, sob a perspectiva dos múltiplos territórios culturais atrelados a identidades e memórias existentes no lugar, os quais não foram incorporados à revisão do instrumento de preservação da APAC São Cristóvão, em 1993. Em vista disso, espera-se que este estudo leve à reflexão sobre algumas proposições que sirvam de subsídios para o instrumento de preservação do patrimônio ambiental urbano desta região.

Pretende-se fortalecer e valorizar as identidades e memórias que, a princípio, não foram reconhecidas e consideradas na implantação e revisão desse instrumento de proteção cultural. Sobretudo, é necessário refletir, (re)conhecer e valorizar os múltiplos territórios culturais de São Cristóvão, que fazem do lugar um patrimônio urbano para a cidade do Rio de Janeiro, e, até mesmo, para o Brasil. Isto posto, esta pesquisa se faz necessária no sentido de apontar que é importante validar e retomar o princípio básico da APAC, isto é, enquanto instrumento de proteção cultural criado para conservar a memória local.

Os territórios culturais são lugares formados por simbolismos e valores para um determinado grupo social estabelecido. Por outro lado, propõe-se entender os territórios culturais em afirmação devido à dinamicidade do espaço. Por isso, possibilita-se que existam identidades compreendidas como a fabril, portuguesa, nordestina e outras em afirmação, mas que então não foram reconhecidas pela sociedade².

É importante ressaltar que a leitura sobre o início da ocupação territorial do bairro de São Cristóvão condiz com três marcos³ que contribuíram para sua consolidação. Primeiro, a construção e edificação da capela em homenagem a São Cristóvão, em 1627; posteriormente, foi erguida a Igreja de São Cristóvão. Segundo, a construção, em 1752, pelos padres jesuítas, do antigo casarão da sede da fazenda de São Cristóvão, transformada, em 1765, no Hospital Frei Antônio. E terceiro, a chegada da Família Real Portuguesa, em 1808, e sua instalação na Quinta da Boa Vista, no Palacete Real.

No início do século XIX, com a chegada da Família Real Portuguesa, o Governo Imperial fez melhorias urbanas e sanitárias que deixaram um legado à região

² No capítulo III, serão abordados os territórios culturais que por aventura constroem as identidades e memórias que compõem a região de São Cristóvão. Identidades e memórias como a imperial, a fabril, a portuguesa, a nordestina e as que se encontram em afirmação (ambas com referências materiais e intangíveis).

³ É importante ressaltar que a Igreja de São Cristóvão, condiz com a identidade portuguesa por referenciar à religião do catolicismo; e que, o Hospital Frei Antônio e o então Palacete Real, constroem a identidade imperial pelo fato de remeterem temporalmente ao período do império no Brasil.

de São Cristóvão que hoje se confere enquanto um potencial histórico, cultural e patrimonial para a cidade do Rio de Janeiro e para o Brasil. Como exemplo dessas melhorias, citam-se algumas obras: o aterro nas áreas alagadiças, a expansão dos trilhos dos bondes e, principalmente, a construção das primeiras redes de água, esgoto e gás da cidade do Rio de Janeiro. A presença da Família Real Portuguesa incentivou a ocupação pela aristocracia no bairro de São Cristóvão:

A partir da primeira década do século XIX, São Cristóvão assumiu um ar aristocrático que sintetizava a estratificação social e o modo de vida da sociedade brasileira. [...] Chegada a família real, [...] no Império, quando o palacete da Quinta da Boa Vista continuará hospedando os imperadores e nos contornos da residência real encontrarem a aristocracia brasileira. (PCRJ, 1991, p. 45).

Como consequência dessas benfeitorias e da fixação da aristocracia brasileira daquele período, a região de São Cristóvão era, naquele momento, a área residencial mais povoada da cidade do Rio de Janeiro (ABREU, 2013). O atual arranjo espacial do bairro é resultado de grandes períodos de desenvolvimento urbano, industrial e econômico, tendo passado por fases de decadência e revitalizações.

Em meados do século XX, esta região foi objeto de políticas urbanísticas que acarretaram sua deterioração espacial, especialmente após a alteração no uso e ocupação do solo. Isso ocorreu em função da expansão industrial no Rio de Janeiro, então capital federal, o que levou o bairro de São Cristóvão a mudar sua característica de área residencial para industrial. São Cristóvão perdeu grande parte da sua população residente, que se transferiu para os bairros da Zona Sul da cidade. Com isso, os antigos casarões residenciais se reverteram em pequenas fábricas de vela, de perfumaria e de têxteis. Dada a importância da infraestrutura necessária para a indústria, como o abastecimento de água, o resultado foi a implantação dessa nova atividade e o início do processo de esvaziamento populacional e deterioração espacial do bairro. Como destaca Abreu (2013):

Na realidade, a importância de São Cristóvão era tamanha para a indústria nessa época [após proclamação da República], que é difícil assegurar se esta atividade se aproveitou da situação residencial decadente do antigo bairro aristocrático, ou se a indústria levou à sua transformação, já que por ser um bairro bem servido de infra-estrutura e com localização estratégica em relação aos principais eixos de transporte, era também local privilegiado para a implantação fabril; neste último caso, prevaleceriam os interesses da produção sobre os do consumo. (ABREU, 2013, p. 55).

Ainda nas primeiras décadas do século XX⁴, o bairro de São Cristóvão recebeu imigrantes portugueses, que se instalaram nas principais ruas do bairro com suas moradias e comércios, que confere um ar bucólico ao lugar:

Nos anos vinte e trinta vamos encontrar um bairro tranquilo, essencialmente carioca. O pequeno comércio era dominado por portugueses e bastante concentrado na rua São Cristóvão, loja no térreo, moradia no sobrado. Predominavam, nas transversais, as residências isoladas, as vilas (algumas mais, outras menos, modestas) e também as cabeças-de-porco. (BRASIL, 2004, p. 47).

Entre as décadas de 1940 e 1960⁵, o bairro de São Cristóvão recebeu diversos migrantes nordestinos, que desembarcavam no Campo de São Cristóvão, em busca de empregos e melhores condições de vida na cidade do Rio de Janeiro. Em São Cristóvão, os nordestinos construíram seu lugar de lazer e cultura, reproduzindo os costumes da sua terra natal:

A Feira de São Cristóvão foi o espaço primordial onde esta luta se expressou, seja na disputa pelo território, seja na construção de uma identidade cultural comum aos nordestinos na cidade. (BORJA; DESTRI, 2017, p. 52).

Portanto, a região de São Cristóvão possui uma multiplicidade de histórias, arquiteturas e culturas que fazem desse lugar um interessante laboratório de estudos em termos materiais e intangíveis. Segundo Claudio Carlos (1997, p. 147), arquiteto que atuou como técnico e diretor - entre 1986 e 2006 - do Departamento de Projetos e Restauração do extinto Departamento Geral de Patrimônio Cultural (DGPC), da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, “As APACs da Cidade do Rio de Janeiro apresentam contextos materiais e imateriais bastante distintos.”. Desse modo, cumpre analisar essas áreas de proteção a partir de perspectivas tanto materialistas quanto simbólicas. Ao longo do século XX, a noção de “patrimônio cultural” ampliou-se em virtude das contribuições da Antropologia (CASTRIOTA,

⁴ De acordo com dados censitários do início do século X, Fonseca, V., (2007) informa que no ano de 1906, o bairro de São Cristóvão possuía 6.440 portugueses, e no ano de 1920, 8.469 portugueses, então “Nesse caso, São Cristóvão é o bairro que melhor enuncia, ainda hoje, a presença portuguesa na cidade do Rio de Janeiro” (ROEDLE, 2002, p. 138 apud FONSECA, VITOR, 2007, p. 150).

⁵ Ao buscar identificar os dados censitários sobre a presença dos migrantes nordestinos em São Cristóvão, entre as décadas 1940 e 1960, de acordo com o IBGE, esses dados não eram pesquisados com esse grau de especificidade nos primeiros Censos Demográficos. Ressalta-se que o IBGE começou a ser responsável pelos Censos a partir de 1920 e que a Região Administrativa de São Cristóvão data de 1975.

2007). De acordo com esse último autor, a noção de cultura desenvolve-se para além do entendimento da cultura erudita, abrangendo também as manifestações populares e a moderna cultura de massa. Segundo a Declaração do México, de 1985, a cultura é definida pelo:

[...] conjunto dos traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade e um grupo social. Ela engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e crenças. Concorde também que é ela que dá ao homem a capacidade de refletir sobre si mesmo. [...] Através dela o homem se expressa, toma consciência de si mesmo, se reconhece como um projeto inacabado, põe em questão as suas próprias realizações, procura incansavelmente novas significações e cria obras que o transcendem. (ICOMOS, 1985, p. 1 e 2).

Da mesma forma, considera-se, além dos bens materiais móveis e imóveis, a intangibilidade, pois “superando a visão reificada da cultura como um ‘conjunto de coisas’, tende-se cada vez mais a trabalhá-la como um processo, focalizando-se a questão - imaterial - da formação do significado.” (CASTRIOTA, 2007, p. 17).

A região de São Cristóvão possui um importante patrimônio material, seja tradicional, seja moderno, e, um rico patrimônio imaterial (festividades portuguesas, nordestinas, além do samba), para a cidade do Rio de Janeiro. Confere à região, portanto, a necessidade de salvaguardá-los e valorizá-los para as futuras gerações. Esse lugar é uma peculiaridade nesta urbe, em virtude de sua história de ocupação territorial e seu patrimônio cultural, reconhecidos numa multifacetada São Cristóvão cultural:

O bairro de São Cristóvão possui uma multiplicidade de lugares, comerciais, industriais e históricos. Sua imagem está associada principalmente aos galpões de uso industrial - sendo muitos abandonados -, uso comercial, favelas e áreas degradadas, cercados por uma malha de viadutos e vias expressas. Coexistem, nesta paisagem, a Quinta da Boa Vista e outros monumentos históricos notáveis do bairro - vinculados a uma outra temporalidade. O contraste entre a centralidade política e simbólica para o Brasil nos períodos Colonial e Império e o seu atual papel na cidade é um fator instigante que por si só já motiva uma reflexão mais aprofundada sobre a área. (SAMPAIO, 2006, p. 7).

Nesse contexto de um reconhecimento da diversidade cultural existente na região de São Cristóvão, cabe diferenciar as heranças imperial e portuguesa. A primeira diz respeito, temporalmente, aos acontecimentos até o período do Império, isto é, 1889. A segunda refere-se às ocorrências do início do século XX até os dias atuais. Ambas as

heranças estabelecem-se a partir de sua história, arquitetura, bem como de manifestações culturais diversificadas.

Como tentativa de salvaguardar o patrimônio edificado de São Cristóvão e de, também, reconhecer sua importância histórica e cultural para a cidade, o município do Rio de Janeiro propôs, em 1986, que o bairro passasse a ser uma “Área de Proteção Ambiental”, a APA São Cristóvão. Anos depois a APA se transformou em APAC. Nesse contexto, a APAC é um instrumento de preservação do patrimônio cultural, que associa proteção e desenvolvimento urbano, considerando a conservação da memória urbana do lugar. Sobre a região de São Cristóvão, incidiram-se três projetos urbanísticos, isto é, Projeto de Estruturação Urbana (PEUs) e dois projetos de preservação do ambiente cultural (APACs)⁶.

No aspecto histórico e patrimonial desta região, considera-se importante compreender o conceito de memória para correlacionar o entendimento acerca do instrumento de proteção do ambiente cultural, e o seu objetivo como política de preservação do patrimônio cultural. Em relação à memória urbana do lugar, Abreu (1998, p. 88) analisa que a memória somente se estrutura através do tempo e no espaço; portanto, “o mesmo ocorre com a memória de um lugar, com a memória das cidades”. A partir dessa perspectiva, o autor define o que é memória das cidades:

Fala-se hoje muito em “memória urbana”, mas o que se quer denominar com esse termo é, invariavelmente, o passado de uma determinada cidade. Seria mais correto, neste sentido, falar de “memória da cidade”, mas isto também seria enganoso pois a cidade não pode lembrar-se de nada. Quem lembra são as pessoas que nela vivem ou viveram. [...] Apesar dessas imprecisões, a verdade é que os termos “memória urbana” e “memória da cidade” vingaram, e dizem respeito, não à capacidade de lembrar de indivíduos ou grupos, mas ao estoque de lembranças que estão eternizadas na paisagem ou nos registros de um determinado lugar [sem grifo no original], lembranças essas que são agora objeto de reapropriação por parte da sociedade. (ABREU, 1998, p. 89).

Diante da imprecisão e da distinção dos termos, Abreu (1998) define “memória urbana” como sendo aquela que trata das lembranças do modo de vida urbano da cidade, mas sem precisar relacioná-las a uma base material particular, a um lugar

⁶ Referem-se aos três Projeto de Estruturação Urbana (PEUs) os implantados pelas seguintes legislações: Decreto Municipal nº 5.840 de 21/05/1986; Lei Complementar nº 24 de 19/11/1993; e a Lei Complementar nº 73 de 29/07/2004. Em relação aos dois projetos de preservação do ambiente cultural (APACs), estes foram instituídos pelo Decreto Municipal nº 5.840 de 21/05/1986 e pela Lei Complementar nº 24 de 19/11/1993.

específico; assim, esta trata dos aspectos individuais e sociais que o indivíduo possui na cidade. O autor define “memória da cidade” como a referência obrigatória dessas mesmas lembranças, onde há uma base material, um lugar, com traços arquitetônicos, ou seja, são os aspectos que existem de forma física nas cidades.

Faz-se necessário também compreender a relação entre patrimônio cultural e território, e cabe esclarecer que a temática que abrange esta pesquisa, isto é, a conservação da memória urbana na APAC São Cristóvão, envolve a compreensão de que o patrimônio cultural urbano somente se institui em territórios que são lugares de identidades.

Ainda a respeito do estudo da conservação da memória urbana da APAC São Cristóvão, como instrumento de salvaguarda do patrimônio, convém a contribuição de Sanglard e Costa (2008) sobre as frentes de atuação do campo do patrimônio cultural:

A construção de patrimônio e das ações de preservação mundial atuaria em três frentes: no entendimento quanto ao seu valor como monumento e símbolo, na compreensão do que se considerar patrimônio e na criação de organismos e instituições que tenham a preservação como missão. Na base dessas ações está a discussão e a escolha do que pode ser considerado patrimônio e sobre como atuar para a sua preservação e salvaguarda para as gerações futuras. (SANGLARD; COSTA, 2008, p. 24).

Entende-se que a comunidade local é a melhor guardiã do seu patrimônio. A partir das ações e reivindicações da associação de moradores local, a partir do final da década de 1970 é que se inicia a busca pela preservação da memória e do patrimônio ambiental urbano dos bairros da cidade do Rio de Janeiro. Abreu (1998) evidencia:

O passado das cidades brasileiras está sendo revalorizado e a preservação/recuperação/restauração do que sobrou das paisagens urbanas anteriores é um objetivo que vem sendo perseguido por inúmeros agentes, destacando-se aí os governos municipais. (ABREU, 1998, p. 81).

Sobre a instituição pública responsável pela proteção dos patrimônios existentes no Brasil, ou seja, na esfera federal, tem-se que, com a idealização e organização de Mário de Andrade, foi criado o então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) pelo Decreto-Lei nº 25, de 1937. O SPHAN, que se transformou em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1970, é uma instituição que objetiva estabelecer formas de atuação que permitam a efetiva

preservação do patrimônio cultural e artístico do Brasil. Os instrumentos de salvaguarda utilizados pelo IPHAN para preservação do patrimônio cultural brasileiro se restringiam inicialmente ao tombamento. Na atualidade contemplam também os registros e os inventários.

A partir das décadas de 1960/70, novos órgãos responsáveis pela salvaguarda do patrimônio cultural nas esferas estaduais e municipais são criados, contribuindo para a descentralização do IPHAN. Assim aconteceu com o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), instituição pública em esfera estadual voltado para a proteção do patrimônio cultural do Estado do Rio de Janeiro. Criado em 1975, foi originário da extinta Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara (DPHA-GB), de 1965. Com a fusão do estado da Guanabara, a DPHA-GB passa para a esfera municipal. Apesar de terem sido produzidos inúmeros estudos de instrução de tombamento, nenhum processo foi considerado. E, o Prefeito Marcos Tamoyo extingue a Divisão pelo Decreto nº 2052, de 06 de março de 1979 (ANDRADE, 2014).

Um novo órgão responsável pela salvaguarda do patrimônio cultural no âmbito municipal do Rio de Janeiro, segundo Claudio Carlos (1997), foi criado, em 1980, o Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural (CMPC) pela Lei Municipal nº 161, órgão consultivo e de assessoramento do Poder Executivo do município. E, em 1983, pela Lei Municipal nº 474, foi criada a:

Divisão de Proteção do Patrimônio Artístico na estrutura da Secretaria de Educação e Cultura, que teria a atribuição de tombar e destombar bens móveis e imóveis de significativo valor cultural para a população carioca, juntamente com o Poder Executivo e Legislativo. (CARLOS, C., 1997, p. 36).

Em 1984, houve a transformação da Secretaria Executiva do CMPC em Diretoria de Patrimônio Cultural e Artístico, pertencente ao Departamento Geral de Cultura da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em decorrência do aumento das solicitações de estudos para preservação do patrimônio cultural da cidade. Esse novo órgão “passou a ocupar a lacuna deixada pelo DPHA, desde 1979” (CARLOS, C., 1997, p. 36). Com a criação da Secretaria Municipal de Cultura (SMC), em 1986, que incorporou o Departamento Geral de Cultura em conjunto com a Diretoria de Patrimônio Artístico e Cultural, esta última foi transformada, nesse mesmo ano, pelo

Decreto Municipal nº 6.024, em Departamento Geral de Patrimônio Cultural (DGPC) (CARLOS, C., 1997, p. 36).

Atualmente, o órgão responsável pela salvaguarda do patrimônio cultural do Rio de Janeiro é o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH), instituição pública vinculada ao Instituto Pereira Passos (IPP), criado pela Lei nº 5.547, de 27 de Dezembro de 2012, cujas atribuições⁷ são as mesmas da antiga Subsecretaria de Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design (SUBPC), que, assim, teve sua origem no DGPC, criado em 1986; além também de gerir o Sítio reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade (IRPH, 2015).

No que tange às recomendações internacionais de preservação do patrimônio cultural, a Carta de Veneza, de 1964, é um importante referencial para a prática da restauração e conservação de monumentos históricos. A partir desse encontro, ampliou-se a reflexão sobre o monumento histórico, para a análise de sítios e conjuntos urbanos ou rurais edificados. A Carta de Veneza influenciou, no Brasil e no Rio de Janeiro, os estudos sobre a salvaguarda dos sítios urbanos. Com isso, na cidade do Rio de Janeiro, implantou-se o Projeto Corredor Cultural pela Secretaria de Urbanismo, em 1979, e, logo após, ocorreu à implantação, como instrumento de salvaguarda do patrimônio cultural dos sítios urbanos da cidade, a APA (PINHEIRO, 2002). Anos depois, com o Plano Decenal de 1991, as APAs se transformam em APACs (PINHEIRO, 2002; IRPH, 2012). O Projeto Corredor Cultural tinha o objetivo de “preservar e revitalizar áreas no Centro da Cidade, levando em consideração os elementos ambientais que representam valores culturais, históricos, arquitetônicos e tradicionais para a população” (PCRJ, 1987):

As iniciativas de preservação do centro histórico da Cidade do Rio de Janeiro, iniciadas a partir de 1979 pelo Grupo Executivo do Corredor Cultural⁸, possibilitaram a participação efetiva da comunidade através de discussões e debates que objetivaram a elaboração dos critérios e normas de conservação para toda a área. A aprovação da Lei Municipal nº 506, em 17 de janeiro de 1984, preservou cerca de 1.300 edificações. (CARLOS, C., 1997, p. 46).

⁷ Atribuições como as estratégias de atuação sobre o patrimônio cultural da cidade do Rio de Janeiro, propondo medidas preservacionistas.

⁸ Segundo Carlos (1997), “O referido Grupo Executivo e Escritório Técnico constituíram uma estrutura independente dos demais órgãos de preservação do patrimônio cultural da Cidade do Rio de Janeiro, ou seja, do Departamento Geral de Patrimônio Cultural/DGPC e Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural/CMPC.” (CARLOS, C., 1997, p. 46).

O IRPH conta hoje com os seguintes instrumentos de proteção do patrimônio cultural da cidade do Rio de Janeiro: os Inventários, os Tombamentos, a Declaração do Patrimônio Cultural para os bens de natureza imaterial e as APACs. Esta última, a partir da delimitação de uma área de interesse, regulamenta as leis apropriadas para a salvaguarda do ambiente cultural.

Na cidade do Rio de Janeiro, as APACs foram criadas no início do Projeto do Corredor Cultural, assim transformado em Legislação municipal pelo Decreto nº 4.141, de 1983, e pela Lei nº 506, de 1984, reformulado posteriormente pela Lei nº 1.139, de 1987 (CARLOS, C., 1997; SAMPAIO, 2006; LIMA, E., 2007; NACIF, 2007; IRPH, 2012). A proposta de proteção de uma APAC é precedida de um estudo do crescimento urbano do lugar, mapeando sua forma de ocupação e seu patrimônio edificado, bem como as relações que os imóveis e as atividades que ali são desenvolvidas estabelecem entre si, porém sem impedir seu desenvolvimento. A APAC tem como objetivos: tentar conjugar a preservação e o desenvolvimento urbano, valorizando o conjunto representativo das diversas fases de sua ocupação e desenvolvimento urbano, e permitindo a junção de novos valores e significados à identidade urbana do local, e promover a dinâmica essencial da cidade (IRPH, 2012, p. 1).

Conforme o IRPH (2015), os elementos que integram a APAC são inventariados, cadastrados e classificados como bens tombados⁹, bens preservados¹⁰ e bens tutelados¹¹.

Santa Teresa foi o primeiro bairro a receber uma APA, em 1984, e sua proteção “se deu em virtude de intensa mobilização da comunidade local junto ao Poder Legislativo Municipal e contou com a participação dos técnicos da Prefeitura do Rio de Janeiro” (CARLOS, C., 1997, p. 13). No mesmo ano, foi aprovada a APA dos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo e parte do Centro (Projeto SAGAS) e instituída, em

⁹ Por bens tombados, entende-se que são os bens de valor excepcional, sob o ato administrativo realizado pelo poder público, nos níveis federal, estadual ou municipal, e pode ser aplicado aos bens móveis e imóveis, de interesse cultural ou ambiental, onde objetiva preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo a destruição e/ou descaracterização de tais bens (IRPH, 2015).

¹⁰ Por bens preservados, compreende-se que são os bens caracterizadores do conjunto e que representam a identidade cultural do bairro, localidade ou entorno de um bem tombado. O objetivo é preservar a ambiência urbana (IRPH, 2015).

¹¹ Por bens tutelados, sabe-se que são os demais bens, os bens renovados, situados no entorno dos bens preservados ou tombados, e assim podendo ser substituídos ou modificados após a análise do órgão de tutela, porém não possuem valor de conjunto, mas estão sujeitos a restrições para não descaracterizar o conjunto protegido (IRPH, 2015).

1985, pelo Decreto nº 5.459, em decorrência da mobilização comunitária pelas Associações de Moradores desses bairros (CARLOS, C., 1997; SAMPAIO, 2007; IRPH, 2012).

É importante ressaltar que, nesse momento, iniciam-se diversos estudos de áreas de proteção, incluindo a de São Cristóvão, que foi um dos primeiros bairros da Zona Norte a ser uma APA. Nesse contexto, a partir do interesse das instituições e associações de moradores do bairro, em reconhecer o seu patrimônio e valorizá-lo, segundo o IRPH (2012, p. 7), a implantação da APA São Cristóvão decorreu de um estudo que identificou a importância tanto do seu patrimônio quanto da sua história. A Associação de Moradores e Amigos de São Cristóvão (AMA) requeria, à época, ações dos órgãos oficiais para a proteção dos valores históricos, artísticos e afetivos do bairro de São Cristóvão, por meio de instrumentos, como tombamento e preservação em conjunto. Ressalta-se que, naquele dado momento, a AMA reivindicava melhorias nos espaços abertos do tecido urbano (largos, praças, campos, jardins e parques). Como também o tombamento em conjunto de alguns exemplares característicos construtivos e estilísticos das suas edificações que indicam o processo de urbanização original do bairro de São Cristóvão. Entre outros tantos imóveis, numa relação organizada preliminarmente por essa Associação, é importante citar o Hospital Frei Antônio, que ficou nos limites da APA São Cristóvão, e não foi incluído neste instrumento de preservação do ambiente cultural.

Na década de 1980, o conceito de preservação passou por algumas alterações, especialmente as reflexões sobre o espaço urbano, reforçando, a partir de então, “a idéia de restauração dentro de um contexto social, em que a preservação do passado é vista como elemento vital na manutenção da identidade do bairro.” (PCRJ, 1991, p. 139). A APA São Cristóvão foi instituída pelo Decreto nº 5.840, de 21 de maio de 1986, e revisada pela Lei Complementar nº 24, de 19 de novembro de 1993.

Nessa perspectiva, os acontecimentos que resultaram na implantação desse instrumento de preservação do patrimônio cultural, decorreram tanto do contexto internacional, a partir da década de 1960, com a reflexão do patrimônio ambiental, quanto ao nível regional dos diversos debates entre as várias instituições do bairro e as associações de moradores, na década de 1980, no próprio bairro de São Cristóvão. Para isso:

Formaram-se grupos de estudos para pensar os rumos a serem dados a este bairro que vem sofrendo um processo de degradação no tipo de vida de seus habitantes.

[...] Por outro lado, a atuação das entidades do bairro influenciou sobre a regulamentação das condições de uso e ocupação do solo para a área da VII Região Administrativa, através do decreto nº 5.840, de 21 de maio de 1986. Por este [mesmo] decreto, pelo artigo 28, parte de São Cristóvão foi transformada em Área de Proteção Ambiental (APA) [...]. São preservados os bens culturais que atendem a algumas exigências, inclusive a de possuir valor efetivo ou se construir em marco na história da comunidade.

Destacamos que a APA de São Cristóvão já foi complementada pela divisão de Inventário e Planejamento do Departamento Geral de Patrimônio Cultural (DGPC – III), relacionando os imóveis de interesse, fazendo uma nova delimitação para a área. (PCRJ, 1991, p. 140).

O arquiteto Leonardo Castriota (2007) pontua que o conceito contemporâneo de patrimônio ambiental urbano envolve refletir a cidade como um "patrimônio ambiental", assim pensando no sentido histórico e cultural que tem a paisagem urbana em seu conjunto, e também valorizar não apenas os monumentos "excepcionais", mas também, principalmente, o próprio processo vital que informa a cidade. E, nessa reflexão, é que o tipo de objeto a ser protegido se altera, passando aos grupos de edificações históricas a paisagem urbana e espaços públicos (CASTRIOTA, 2007).

Para Castriota (2007), abordar o patrimônio ambiental urbano é primeiramente “conservar [o] equilíbrio da paisagem, pensando sempre como inter-relacionados a infra-estrutura, o lote, edificação, a linguagem urbana, os usos, o perfil histórico e a própria paisagem natural”. E, é nesse sentido que “a conservação refere-se à inevitabilidade da mudança e à sua gestão” (CASTRIOTA, 2007, p. 17 e 18).

Na realização deste trabalho, utilizou-se a metodologia em que o levantamento e o cruzamento de diferentes fontes, como reportagens de jornais, fotografias, atas de reuniões, encontros comunitários do bairro de São Cristóvão, cartas de reivindicações das associações de moradores de São Cristóvão, além da realização de visitas in loco e entrevistas, possibilitaram o estudo de identificação dos múltiplos territórios culturais existentes na região de São Cristóvão. Ressalta-se que esta dissertação foi elaborada obedecendo à ordem cronológica das fontes primárias.

Inicialmente pesquisou-se noticiários de jornais e eventos culturais de São Cristóvão, nos quais se constatou a imagem de São Cristóvão, com seus múltiplos territórios culturais. Posteriormente, trabalhou-se com documentos relacionados as ações e reivindicações das associações de moradores, nas quais foram verificados, em seus discursos, diversos patrimônios e identidades que são compreendidos, mas não reconhecidos. Tais fontes foram levantadas nos arquivos do IRPH e do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ). Como fontes primárias, levantou-se e analisou-

se documentos sobre encontros e debates realizados na década de 1980, que ajudaram a compreender como a população local, ou seja, a Associação de Moradores de São Cristóvão (AMA e/ou AMASC), assim representada por um arquiteto, mobilizou-se, naquele período, através do I Encontro dessa Associação com a Prefeitura do Rio de Janeiro. Tal encontro, nomeado “O que é que a gente quer p’ra São Cristóvão?”, aconteceu no Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), entre 15 e 20 de setembro de 1986¹².

Também coletou-se revistas locais e documentos da década de 1980, onde a AMA requeria do poder público, projetos de urbanização para o bairro de São Cristóvão, em especial, para as áreas central e comercial do bairro, no Largo da Cancela. A Associação entendia que, após o longo período de descaso da administração pública com o futuro e a destruição do bairro, este necessitava de preservação e projetos de urbanização para reverter seu processo de deterioração. Nos diversos documentos da AMA São Cristóvão, percebeu-se que seu discurso envolvia-se com a Feira Nordestina, porém com críticas, principalmente, em relação ao seu funcionamento.

A pesquisa bibliográfica concentrou-se em trabalhos sobre o instrumento de proteção do ambiente cultural da cidade do Rio de Janeiro. A pesquisa da implantação da APA e APAC São Cristóvão e da história da formação territorial de São Cristóvão também se baseou em bibliografia específica. Sobretudo, o levantamento das fontes foi fundamental para estruturar a dissertação.

A pesquisa documental permitiu o levantamento de informações cruciais sobre vários aspectos acerca da APAC São Cristóvão e das ações e reivindicações das associações de moradores do bairro. O levantamento da documentação processual da implantação e revisão da APAC São Cristóvão foi pertinente para consultar, também como fontes primárias, documentos administrativos, legislativos e institucionais, mapas, livros, jornais e revistas, que contribuíram para atingir os objetivos da pesquisa. Como fontes secundárias, consultou-se teses, dissertações, artigos, livros, que contribuíram para uma reflexão da temática que envolve esta pesquisa.

Os documentos primários de natureza administrativa e institucional, relevantes para esta pesquisa, têm amparo no arquivo do IRPH e do AGCRJ. Também encontrou-

¹² À ocasião, a AMA manifestou total apoio à então legislação em vigor e recentemente instituída pelo Decreto Municipal nº 5.840, de 21 de maio de 1986, que tratava das condições de uso e ocupação do solo e da preservação dos valores culturais presentes no bairro de São Cristóvão, isto é, do seu primeiro PEU e primeira APA, conjuntamente.

se documentos nos arquivos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU).

Nos acervos bibliográficos da Biblioteca Nacional (BN), do IPHAN, do AGCRJ, do IRPH e da SMU, levantou-se também reportagens de jornais das décadas de 1960/70/80/90 que noticiavam sobre São Cristóvão, demonstrando, assim, a sua imagem e identidades como lugar cultural para o Rio de Janeiro.

As legislações pertinentes à análise para esta pesquisa são o Decreto Municipal nº 5.840/1986, substituído pela Lei Complementar nº 1.638/1990 e posteriormente pela Lei Complementar nº 24/1993, e a Lei Complementar nº 73/2004, as quais foram examinadas nos sites e livros publicados pelo IRPH, pela SMU e pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro (CMRJ).

A publicação de trabalhos sobre São Cristóvão e sua APAC (teses, dissertações, livros e artigos) permitiu o acesso à história da formação e ocupação territorial de São Cristóvão, bem como a implantação e revisão da sua APAC. Dentre os livros publicados sobre São Cristóvão, citam-se: *São Cristóvão: um bairro de contrastes*, elaborado pela PCRJ; *São Cristóvão: memória e esperança*, de Hélio Brasil; e *Territórios culturais no Rio de Janeiro: a Feira de São Cristóvão*, de Elis Regina Angelo e Luitgarde Barros. Essas publicações contribuíram para os estudos sobre a história de ocupação territorial do bairro e região. Entre teses, dissertações e artigos, têm-se: *Normas urbanísticas e sua influência na configuração espacial: o caso de São Cristóvão, Rio de Janeiro*, de Andréa da Rosa Sampaio; *Legislação urbana, política, conflitos e implicações espaciais na cidade do Rio de Janeiro (1993-2004)*, de Cristina Lontra Nacif; *Das trevas às luzes?: Transformações de uso e propostas de reestruturação do bairro de São Cristóvão no Rio de Janeiro*, de Viviani de Moraes Freitas; *Preservação de Áreas de Proteção do Ambiente Cultural: contribuição aos estudos e reflexão sobre o tema*, de Claudio Antonio Santos Lima Carlos; e *Proteção de paisagens culturais no Rio de Janeiro: novas estratégias e experimentações – o caso da região de São Cristóvão*, de Mônica Bahia Schlee et al. Essas publicações subsidiaram a pesquisa sobre a APAC São Cristóvão. Dessa forma, as informações específicas sobre a história de São Cristóvão e sobre sua APAC puderam ser confrontadas com a bibliografia especializada sobre os territórios culturais.

Com relação às visitas in loco, estas foram realizadas com o objetivo de confirmar as informações coletadas nas fontes primárias e secundárias, bem como realizar o registro de fotografias do lugar. As entrevistas foram realizadas com o atual

representante da AMA São Cristóvão, e, com o idealizador e responsável do projeto Rolê Carioca. Objetivou-se, respectivamente, coletar informações sobre o conhecimento por parte dos moradores sobre a APAC São Cristóvão, e, entender sobre a escolha por apresentar São Cristóvão em um roteiro de visita cultural.

As questões que fundamentam esta pesquisa partem da ideia de que existem identidades territoriais presentes nessa região que foram desconsideradas na implantação e revisão do instrumento de preservação do seu ambiente cultural. Os dados analisados comprovam que essa região afirma-se por uma homogeneidade cultural. Baseado nisso, questiona-se o porquê da desconsideração com o bem tombado, do Hospital Frei Antônio no instrumento de preservação do ambiente cultural, se a comunidade local o reconhecia como uma herança histórica, artística e afetiva. Questiona-se também o porquê de a Feira Nordestina ter sido desconsiderada pelos moradores do bairro e pelo instrumento de preservação do ambiente cultural de São Cristóvão, se tal patrimônio cultural sempre foi referenciado como lugar de lazer e diversão, mesmo com críticas ao seu funcionamento.

O trajeto percorrido para a construção desta dissertação incluiu visitas a instituições que guardam acervos históricos, com fontes primárias e secundárias sobre a região de São Cristóvão. Nesse percurso, pela busca de respostas para a pesquisa superou-se dificuldades. Conseguiu-se acessar muitos documentos relacionados a São Cristóvão, muitas vezes, na persistência pela busca do então desconhecido e/ou surpresa, e outros, pela insistência da certeza de encontrar diversos documentos.

O presente trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro apresenta o território sob uma perspectiva cultural, o que possibilitará interpretá-lo do ponto de vista da formação de múltiplas identidades em áreas de proteção cultural.

O segundo capítulo expõe as atuações e reivindicações dos diversos atores sociais da região de São Cristóvão, que ocorreram a partir de 1980, em prol do reconhecimento de bens a serem preservados e que contribuíram para a implantação e revisão desse instrumento de preservação do seu patrimônio cultural.

O terceiro e último capítulo - qual é o produto desta dissertação - apresenta os múltiplos territórios culturais identificados na região de São Cristóvão, mapeando-os como subsídio para o aprimoramento do instrumento de preservação da memória urbana do lugar. Através da dissertação, busca-se contribuir com pesquisas que identifiquem a diversidade de memórias, identidades e os múltiplos territórios culturais existentes na região de São Cristóvão, como subsídio dos estudos sobre a memória urbana do lugar.

CAPÍTULO I – Territórios Culturais: uma possibilidade em áreas de proteção cultural

1.1 Revisão crítica do conceito de território

O objetivo deste primeiro capítulo é apresentar o território sob uma perspectiva cultural, o que possibilitará interpretá-lo com base na formação de múltiplas identidades em áreas de proteção cultural. O território é entendido a partir da relação da sociedade com o espaço; por isso, necessita-se, primeiramente, compreender a multidimensionalidade em que o território é percebido.

Para pensar o território e sua escala de estudo como um estado, região, metrópole, bairro ou até mesmo uma rua, é preciso compreender os diferentes processos no espaço e o seu desenvolvimento. Para tanto, esta pesquisa está relacionada à escala territorial da região de São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro.

O emprego conceitual de território envolve discutir diversas abordagens relacionadas a política, economia e cultura (HAESBAERT, 2005, 2007; SOUZA, 2001; SAQUET, 2009, 2011). Considera-se que, para o estudo das diversas acepções sobre o território, primeiramente, devem ser compreendidas as concepções que esse conceito adquiriu no decorrer da história do pensamento geográfico. Ressalta-se que, nesta pesquisa, o conceito de território será discutido no âmbito abrangente ao campo da Geografia, cujo objeto de estudo é o espaço social, e, também o território como um dos seus conceitos de análise.

Sobre o estudo do termo território (ou *territorium*) desde o fim do Império Romano, na antiguidade, e as novas formas de territorialização identificadas por Haesbaert (1995, 2004)¹³ como territórios em rede, territórios flexíveis, territórios descontínuos e entre outras formas, nota-se um extenso desenvolvimento conceitual e material que acompanha o termo território de diversas formas pelo mundo (RITTER, 2011, p. 100).

O estudo do território como tema central na Geografia surge na tradicional corrente da Geografia Política, de meados do século XIX até a década de 1970, como o espaço natural e socialmente construído, e apropriado por um grupo social (SOUZA,

¹³ Rogério Haesbaert refletiu sobre as diversas formas de territorialização em seu trabalho de mestrado intitulado *A desterritorialização: Entre as redes e os aglomerados de exclusão*, de 1995, e em seu artigo *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*, de 2004.

2011, p. 84). Ao longo do tempo, o estudo do território¹⁴ tornou-se fundamental nas análises geográficas. As diferentes abordagens acerca do conceito de território foram discutidas também na Geografia Moderna, na corrente da Geografia Crítica (década de 1970), por pesquisadores que definiram o território como espaço do poder, do domínio do Estado; e, na Geografia Contemporânea, na corrente Humanística Cultural (década de 1980), por pesquisadores que definiram o território para além do espaço político, do poder, abrangendo o âmbito cultural e funcionalista. Para esta pesquisa, apresentam-se as discussões da Geografia Contemporânea, no âmbito da corrente Humanística Cultural, principalmente as contribuições de Haesbaert (2005; 2007).

Inicialmente, o território foi estudado pela Geografia a partir de pesquisas comparativas, relacionadas ao comportamento de animais, e registrado em livros como “Antropogeografia” (1882), e “Geografia Política” (1897) de Friedrich Ratzel. Logo depois, o território foi adotado no contexto da formação do estado alemão como representação do “espaço vital”, ou seja, um recorte espacial necessário para o desenvolvimento da nação e dominação por um Estado (RAFESTIN, 1993; RAIMUNDO, 2017).

A partir da década de 1970, isto é, para a corrente da Geografia Crítica, o conceito de território foi expandindo-se para além do que se entendia como o domínio dos Estados. Desde então, novas concepções foram atribuídas ao território, como se verifica na contribuição de Marcelo Souza (2001, p. 78), segundo a qual, o território “é fundamentalmente um espaço *definido por e a partir de relações de poder* [grifo do autor]”. Baseado nessa definição de território, o autor destaca a possibilidade de existir e de se constituir territorialidades por ações autônomas, principalmente nas grandes cidades, a exemplificar os territórios do tráfico de drogas, da prostituição e outros.

Na expansão do entendimento acerca do território, este termo passou a ser interpretado como sinônimo do conceito de espaço, assim como fez Haesbaert e Limonad (2007):

Com todas as controvérsias que esta diferenciação implica, natureza e cultura ou natureza e sociedade estão presentes (ou pelo menos deveriam estar) em toda definição de espaço geográfico e território. Podemos mesmo partir da premissa de que as concepções de território bem como, aquela mais ampla, de espaço geográfico, transitaram ao longo do tempo entre uma visão mais

¹⁴ No Anexo A, o Quadro 4 mostra as diversas correntes da Geografia e os períodos em que o conceito de território foi discutido como análise geográfica.

naturalista ou naturalizante e uma visão mais culturalista ou sociologizante. (HAESBAERT; LIMONAD, 2007, p. 45).

Para este estudo, não se considera necessário o aprofundamento sobre a temática que abarca a diferenciação entre espaço e território, porém é importante ressaltar que a relação de ambos os conceitos é importante para as abordagens relacionadas à Geografia. E, como bem destacou Carlos Ritter (2011):

Haesbaert (2004, p. 61), por sua vez, deixa a impressão de que *espaço* é praticamente um “sinônimo de *território*” dependendo do enfoque, abstendo-se dessa forma de um posicionamento diferenciador para os termos, no entanto deixa uma importante contribuição ao admitir a presença de uma polissemia conceitual na Geografia com relação ao termo *território*, ressaltando a dificuldade para se diferenciar as suas dimensões política e cultural (2001, p. 38) [grifo do autor]. (RITTER, 2011, p. 98 e 99).

Por território, Haesbaert e Limonad (2007) esclarece que:

[...] o importante a enfatizar aqui é que a noção de território deve partir do pressuposto de que:

- primeiro, é necessário distinguir território e espaço (geográfico); eles não são sinônimos, apesar de muitos autores utilizarem indiscriminadamente os dois termos – o segundo é muito mais amplo que o primeiro.
- o território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico (que também é sempre, de alguma forma, natureza);
- o território possui tanto uma dimensão mais subjetiva, que se propõe denominar, aqui, de consciência, apropriação ou mesmo, em alguns casos, identidade territorial, e uma dimensão mais objetiva, que pode-se denominar de dominação do espaço, num sentido mais concreto, realizada por instrumentos de ação político-econômica. (HAESBAERT; LIMONAD, 2007, p. 42 e 43).

No caminho para a compreensão do território, Cichoski e Saquet (2011) têm a ideia de que o território é resultado do controle do espaço por grupos que reproduzem a sua própria existência. Para os autores, atualmente, no Brasil, é um conceito e categoria da geografia que é muito importante, pois envolve “concepções histórico-críticas de denúncia e proposições de ações vinculadas a experiências de desenvolvimento local com mais justiça social, valorização das identidades, proteção e recuperação ambiental” (CICHOSKI; SAQUET, 2011, p. 156).

Na concepção humanística, o território é entendido como espaço vivido, dinâmico e dialético, representado distintamente conforme cada relação espaço-tempo; é resultado das ações de construção social, da memória e do imaginário, mediante as necessidades e interesses dos atores, gerando no indivíduo o sentimento de pertencimento e poder. O território corresponde a um lugar onde o homem constrói sua história e identidade a partir das manifestações de sua existência, de signos, representações e memória, embora, muitas vezes, esta última seja esquecida. (CICHOSKI; SAQUET, 2011, p. 153 e 154).

Importantes autores da geografia brasileira, como Marcelo José Lopes de Souza (2001), Rogério Haesbaert (2005; 2007) e Marcos Aurelio Saquet (2009; 2011), vêm desenvolvendo discussões sobre o conceito de território, a partir das reflexões de autores internacionais, como Friedrich Ratzel, Claude Rafestin, Henri Lefebvre e Robert Sack. Ressaltam-se também as contribuições dos estudos da Antropologia, que estuda o conceito de território associado à cultura e suas subjetividades.

Rogério Haesbaert (2005, 2007), geógrafo de formação, discute o conceito de território dentro de três aspectos básicos (**Quadro 1**): no âmbito *jurídico-político*, onde o território é compreendido como um espaço delimitado e controlado pelo Estado, ou seja, pelo poder; no contexto *econômico*, onde o território é percebido como produto espacial do enfrentamento entre classes sociais e da relação entre classe/trabalho; e, na vertente *cultural*, onde o território é analisado como produto de apropriação, feito do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço (HAESBAERT; LIMONAD, 2007, p. 45). Este último aspecto é que interessa para esta pesquisa como ponto crucial para a composição de discussões sobre o conceito de territórios culturais.

No entanto, Haesbaert (2005, 2007), com suas concepções, “se aproxima, mais recentemente, de uma leitura pós-estruturalista e pós-moderna sobre os processos de dominação e apropriação do espaço.” (FUINI, 2017, p. 19). Poucos são os autores da contemporaneidade que se dedicaram a compreender o território em outras vertentes além do seu entendimento principal, ou seja, do aspecto político relacionado ao poder estatal. Para Haesbaert (2007), o território é definido:

[...] a partir da concepção de espaço como um híbrido – híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e “idealidade”, numa complexa interação tempo-espaço, como nos induzem a pensar geógrafos como Jean Gottman e Milton Santos, na indissociação entre movimento e (relativa) estabilidade – recebam estes os nomes de fixos e fluxos, circulação e “iconografias” [na acepção de Jean Gottman], ou o que melhor nos aprouver. [...] o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações economicopolíticas ao poder mais simbólico das relações de ordem

mais estritamente cultural. (Haesbaert, 2004a: 79.) [grifo do autor]. (HAESBAERT, 2007, p. 27).

Quadro 1 - Esquematização de Haesbaert e Limonad sobre as abordagens conceituais do território em três vertentes básicas.

Dimensão Privilegiada	concepções correlatas	concepção de território	territorialização		perspectiva da Geografia	exemplos de trabalhos próximos a esta vertente
			principais atores/ agentes	principais vetores		
jurídico-política (majoritária, inclusive no âmbito da Geografia)	<ul style="list-style-type: none"> Estado-nação fronteiras políticas e limites político-administrativos 	um espaço delimitado e controlado sobre / por meio do qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal	<ul style="list-style-type: none"> Estado-nação diversas organizações políticas 	relações de dominação política e regulação	Geografia Política (Geopolítica)	Alliès (1980) a visão clássica de Ratzel
cultural(ista)	<ul style="list-style-type: none"> lugar e cotidiano identidade e alteridade social cultura e imaginário <p>(imaginário: "conjunto de representações, crenças, desejos, sentimentos, em termos dos quais um indivíduo ou grupo de indivíduos vê a realidade e a si mesmo")</p>	produto fundamentalmente da apropriação do espaço feita através do imaginário e/ou da identidade social	<ul style="list-style-type: none"> indivíduos grupos étnico-culturais 	relações de identificação cultural	Geografia Humanística e/ou Geografia Cultural	Deleuze e Guattari (1972) Tuan (1980 e 1983)
econômica (muitas vezes economicista) minoritária	<ul style="list-style-type: none"> divisão territorial do trabalho classes sociais e relações de produção 	(des)territorialização é vista como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho	<ul style="list-style-type: none"> empresas (capitalistas) trabalhadores Estados enquanto unidades econômicas 	relações sociais de produção	Geografia Econômica	Storper (1994) Benko (1996) Veltz (1996)

Fonte: Adaptado de HAESBAERT; LIMONAD, 2007.

Como anteriormente dito por Souza (2001, p. 81), a palavra “território”, muitas vezes, remete ao Estado, ao “território nacional”, aos sentimentos de patriotismo, ao governo que estabelece a “defesa do território pátrio”. Para o autor, o território, não necessariamente, precisa nem deve ser remetido somente à escala de uma nação, associado ao Estado, isto é, os territórios existem em diversas escalas, sejam estas espaciais ou temporais. A partir da consolidação da Geografia Humanística Cultural na década de 1970, é que o território começou a ser analisado além do aspecto político, mas, principalmente, como valor simbólico, cultural, de identificação e afetividade dos grupos sociais que se apropriam de determinado espaço.

Para Souza (2001), os territórios existem em várias escalas espaciais, sejam estas maiores, como um continente ou país, sejam menores, como uma região ou bairro. Assim, também, os territórios são construídos e/ou desconstruídos dentro das mais

diversas escalas temporais, como em séculos, décadas, anos, meses ou dias, além de que os territórios podem ter uma existência permanente ou periódica. A partir da perspectiva que Souza argumenta sobre a existência de territórios em diferentes escalas, isso é esclarecedor para a proposta deste trabalho. Em vista disso, a escala territorial deste estudo compreende uma região, com enfoque de pesquisa em escala temporal de décadas.

Haesbaert (2007) argumenta que “território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional ‘poder político’. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação” (HAESBAERT, 2007, p. 20 e 21). Desse modo, é importante destacar que o conceito de território está diretamente relacionado ao poder, porém deve-se essencialmente analisá-lo também no substrato espacial da imaterialidade, e abranger processos e aspectos como a economia, a cultura e especialmente, a política (SOUZA, 2001; HAESBAERT, 2005, 2007; SAQUET, 2009, 2011). Baseado em Haesbaert, estas são as reflexões de Cichoski e Saquet (2011) em relação ao território:

Para Haesbaert (1997; 2004), o território tem um domínio politicamente estruturado e uma apropriação simbólico-identitária determinados por ações de certos grupos sociais sobre o espaço de vida. O conceito de território é trabalhado a partir do conceito de espaço produzido elaborado por Henri Lefebvre, ou seja, como produto socioespacial, de relações concretas e simbólicas, articuladas aos interesses econômicos e políticos que potencializam os símbolos e as representações sociais em favor do controle e da acumulação de capital. (CICHOSKI; SAQUET, 2011, p. 154 e 155).

A Geografia Humanística Cultural, como ciência, propõe compreender e valorizar o subjetivo, ou seja, o intangível, como sentimentos, valores, experiências relacionadas às paisagens, aos lugares e aos espaços. Como corrente teórica, as contribuições de Yu-Fu Tuan, na década de 1970, foram importantes para a afirmação e consolidação da Geografia Cultural. Com a tradução do livro *Topofilia*, de Tuan, em 1980, essas teorias difundiram-se no Brasil; com isso, ampliaram-se as discussões sobre os conceitos de espaço vivido, paisagem, lugar e percepção (RISSO, 2014, p. 310).

Em *Topofilia*, Tuan (1974) aborda as relações biológicas existentes entre os órgãos sensoriais e os espaços, destacando a influência das culturas sobre as percepções. Para o autor, os sentidos sensoriais comuns dos homens não os impedem de ter noções espaciais diferentes, de acordo com a cultura em que estão inseridos. Tuan (1974)

também contribui, analisando a relação envolvida das diferentes culturas com os espaços urbanos e o simbolismo, como também a relação emotiva do homem com o meio ambiente, fazendo deste um lugar. Assim, o termo utilizado por Tuan, ou seja, *topofilia* associa sentimentos do homem com seu meio ambiente, promovendo a ideia de lugar.

Segundo as reflexões de Tuan (1974), através dos sentidos sensoriais, o homem teria sentimentos intensos pelo espaço, que é apreendido de forma multissensorial e, em especial, através da visão, do olfato, da audição e do tato, já que a atuação do paladar é praticamente nula quando em associação ao olfato. Dessa forma, a visão, como um dos sentidos, proporciona muito mais informações sobre o lugar do que os demais sentidos.

Além disso, quando aponta as relações de espaço e lugar, Tuan (1983, p. 6) argumenta que ambos são indissociáveis nas suas definições, e que “o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor.”

A partir do ponto de vista de Cichoski e Saquet (2011), o território pode ser analisado, principalmente, a partir de duas faces: uma já reconhecida relacionada ao poder, ao Estado, isto é, de hegemonia relativa à lógica materialista, político-econômica; a outra face é pertinente ao simbolismo, quer dizer, de ocupação cultural concernente à identidade que determinado grupo tem com seu espaço.

O território tem dois sentidos principais, um material e outro simbólico; o material liga-se mais ao controle e à dominação político-econômica, já o sentido simbólico refere-se a uma apropriação cultural e identitária do espaço. Ambos os sentidos são históricos e imanentes à vida social de um grupo num determinado lugar. Sociabilidade e (i)materialidade que caracterizam o território vinculado ao uso (i)material do espaço [...]. (CICHOSKI; SAQUET, 2011, p. 152 e 153).

Após compreender as lógicas pelas quais o território pode ser analisado, e saber que o sentido simbólico é que traz fundamentos para a construção do debate acerca dos territórios culturais, cabe analisar os autores que investigaram e trouxeram importantes contribuições para essa temática.

Para compor as discussões sobre territórios culturais, autores, como Haesbaert (2005; 2007); Saquet (2009; 2011); Souza (2001); Ritter (2011) e Risso (2014) auxiliam as narrativas, com a concepção de multiterritorialidade associada aos processos de territorialidades. Os argumentos acerca dos territórios culturais são indispensáveis à

apresentação de vertentes, tais como: pluralidade de territórios, territórios plurais e múltiplos territórios.

No entanto, Risso (2014) ressalta as importantes contribuições de Bonneimason (2002) e Haesbaert (2006) para o estudo do território, sobretudo, o território no aspecto simbólico. As reflexões de Haesbaert sobre o conceito de território no âmbito cultural e as abordagens sobre territorialidades e multiterritorialidades são importantes para compor as discussões acerca de territórios culturais:

[...] a concepção de território que Haesbaert traz é de uma dimensão espacial que se revela em processos de dominação mais concretos, tanto pela produção material quanto em termos jurídico-políticos. É também um espaço apropriado em termos imateriais na produção de identidade, subjetividade e simbolismos com certo lugar. O território também assume um viés multidimensional (político-jurídico, econômico e culturalista) e os movimentos dos agentes e grupos entrando e saindo de territórios (tidos como seus e de outros) manifesta os processos de desterritorializações e (re)territorializações¹⁵. (FUINI, 2017, p. 20).

É importante ressaltar, conforme alegaram Cichoski e Saquet (2011), que, na atualidade, o conceito de território vem sendo uma perspectiva discutida a partir de várias abordagens. Para Haesbaert (2007, p. 23), o território é “ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de ‘funções’ quanto na produção de ‘significados’”. Nessa lógica, para o autor, o território pode ser investigado por duas frentes: uma, “mais funcional”, que é mais usualmente priorizada nas abordagens; outra, “mais simbólica”, que atualmente vem se firmando sobremaneira.

Correlacionado a essa análise de Haesbaert (2007), Milton Santos (2008, p. 137) tão bem emprega que “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele o objeto da análise social”. Isso quer dizer que, para analisar o território socialmente, é primordial interpretar o seu uso; em outras palavras, considerá-lo através da sua ocupação em conformidade com o aspecto funcional e/ou a frente simbólica.

¹⁵ Para Haesbaert (2005), a desterritorialização e a reterritorialização são processos constantes de construir, destruir e reconstruir vínculos de identidades sejam estas, materiais e simbólicas, com determinados espaços. O autor em seus trabalhos “*A desterritorialização: Entre as redes e os aglomerados de exclusão*” de 1995, e “*O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*” de 2004, aborda essas temáticas.

Para Haesbaert (2007, p. 23), “todo território ‘funcional’ tem sempre alguma carga simbólica, por menos expressiva que seja, e todo território ‘simbólico’ tem sempre algum caráter funcional, por mais reduzido que pareça”. Em vista disso, propõe-se que seja primordial a análise territorial considerar tanto um sentido funcional quanto uma vertente simbólica, dado que, substancialmente, o território, em sua concepção, é indispensável refletir indissociavelmente os aspectos funcional e simbólico em que o território é dominado e produzido.

A partir das contribuições de Bonnemaïson e Cambrèzy, a interpretação de Haesbaert (2007), quanto à vivência dos indivíduos na contemporaneidade, é muito mais fundamentada no sentido cultural, simbólico e significativo do que no sentido funcional. Esses autores são os que influenciaram Haesbaert (2007) na composição de suas ideias de que o território é constituído primeiramente de valores e estabelece a espiritualidade do indivíduo com o lugar; propõe também questionar sobre a possibilidade de o aspecto simbólico do território preexistir aos aspectos político e econômico.

Em razão disso, reflete-se que, para a efetiva ocupação simbólica de determinado grupo social com seu espaço, haja uma relação de afetividade, de pertencimento, e que esse lugar tenha significados e importância para tal sociedade. O território simbólico não se constrói sem a ação e produção humana; isso quer dizer que esse território também foi constituído por dominação, por uma funcionalidade, por relações de poder. Fundamentado nessa observação, Haesbaert (2007, p. 24) esquematiza objetivamente as características da funcionalidade e do simbolismo do território (**Quadro 2**).

Quadro 2 - Esquematização de Haesbaert (2007) para diferenciar território funcional e território simbólico.

Território de dominância “funcional”	Território de dominância “simbólica”
Processos de Dominação “Territórios da desigualdade”	Processos de Apropriação (Lefebvre) “Territórios da diferença”
Território “sem territorialidade” (empíricamente impossível)	Territorialidade “sem território” (ex.: “Terra Prometida” dos judeus)
Princípio da exclusividade (no seu extremo: unifuncionalidade)	Princípio da multiplicidade (?) (no seu extremo: múltiplas identidades)
Território como recurso, valor de troca (controle físico, produção)	Território como símbolo, valor simbólico (“abrigo”, “lar”, segurança afetiva)

Fonte: Adaptado de HAESBAERT, 2007.

Em síntese, para esta dissertação, é importante entender o território no sentido “mais simbólico”. Em vista disso, Haesbaert (2007) considera que o território entendido numa frente de dominância “simbólica”, quer dizer, de subjetividade, possui processos de apropriação do espaço conforme a visão lefebvriana. De fato, isso significa que o território é analisado segundo os aspectos social, cultural e econômico para a produção e a ocupação dos indivíduos com o seu espaço. Conseqüentemente, isso quer dizer que o território é conquistado e produzido mediante a multiplicidade dos espaços.

Nessa visão, o processo da territorialidade é através da apropriação “sem território”; em outras palavras, o território não manifestado, não apresentado. Além disso, o território, segundo a frente simbólica, possui o princípio da multiplicidade, isto é, de múltiplas identidades em determinado espaço. O território é caracterizado com valor simbólico, de afetividade e pertencimento.

Acerca da perspectiva de *territórios plurais*, Haesbaert (2005; 2007) pontua que estes se apresentariam pelo menos de duas maneiras: uma sendo a *multiplicidade de território*, como a combinação de vários territórios; outra sendo a *pluralidade de jurisdição*, que, na interpretação do autor, pode se denominar de territorialidades, ou seja, este abrange diversas jurisdições que podem ser incorporadas parcialmente ou por sobreposição (HAESBAERT, 2005, p. 6782). O autor indica que a pluralidade de territórios pode compreender duas formas nos “territórios plurais”:

A pluralidade de territórios, característica que pode se confundir com a noção aqui proposta de múltiplos territórios, pode estar compreendida de duas formas nos “territórios plurais” (noção mais próxima de nossa concepção de multiterritorialidade) – uma, vista a partir do “território plural” como conjunto justaposto de diversos territórios compreendidos no seu interior, outra, a partir do “território plural” como conjunto superposto de vários territórios (ou territorialidades) cuja abrangência pode ir bem além dos seus limites.

É como se fossem duas perspectivas distintas: na primeira, o olhar vai mais dos limites do “território plural” para o seu interior, na segunda o olhar prioriza as relações deste território com aqueles que se encontram para além ou “acima” dele. Tanto num caso como no outro o convívio de múltiplas territorialidades implica sempre disputas. Como afirma Zambrano, “o território se conquista”, sendo assim “luta social convertida em espaço”. (2001: 31). (HAESBAERT, 2005, p. 6782 e 6783).

Respaldada nessa perspectiva, é que “a modernização, envolvida em diferentes escalas espaciais, permite a ativação de múltiplos territórios e identidades sociais” (FUINI, 2017, p. 21), conviverem em cidades históricas, regiões, como também em

bairros, ruas ou espaços culturais. Sendo assim, Haesbaert (2005) propõe identificar “múltiplos territórios” através das seguintes especificidades:

- a) Territorializações mais fechadas, quase “uniterritoriais” no sentido de imporem a correspondência entre poder político e identidade cultural, ligadas ao fenômeno do territorialismo, como nos territórios defendidos por grupos étnicos que se pretendem culturalmente homogêneos, não admitindo a pluralidade territorial de poderes e identidades.
- b) Territorializações político-funcionais mais tradicionais, como a do Estado-nação que, mesmo admitindo certa pluralidade cultural (sob a bandeira de uma mesma “nação” enquanto “comunidade imaginada”, nos termos de Anderson, 1989), não admite a pluralidade de poderes.
- c) Territorializações mais flexíveis, que admitem a sobreposição territorial, seja sucessiva (como nos territórios periódicos ou espaços multifuncionais na área central das grandes cidades) ou concomitantemente (como na sobreposição “encaixada” de territorialidades político-administrativas).
- d) Territorializações efetivamente múltiplas – uma “multiterritorialidade” em sentido estrito, construídas por grupos ou indivíduos que constroem seus territórios na conexão flexível de territórios multifuncionais e multi-identitários. (HAESBAERT, 2005, p. 6780 e 6781).

Nos diversos aspectos em que o território pode ser compreendido, o ponto central para esta dissertação é refletir o território como cultural(ista), conforme denominação aplicada por Haesbaert (2005, 2007), portanto, para esta pesquisa, utiliza-se o termo de *territórios culturais*.

Em síntese, a multiterritorialidade, no contexto do mundo globalizado, é “um debate complexo em prol da perspectiva maior de construção de uma outra sociedade, ao mesmo tempo mais universalmente igualitária e mais multiculturalmente reconhecadora das diferenças humanas.” (HAESBAERT, 2007, p. 43). Segundo o autor:

O mais importante a destacar na nossa experiência multiterritorial “pós-moderna” é o fato de que não se trata, simplesmente, como já ressaltamos, da imbricação ou da justaposição de múltiplos territórios que, mesmo recombinados, mantêm sua individualidade numa espécie de “todo” como produto ou somatório de suas partes. (HAESBAERT, 2005, p. 6788).

De fato, com a dinâmica que toda cidade vivencia nesta contemporaneidade, há de se refletir tanto sobre a justaposição quanto a sobreposição de múltiplos territórios em um dado lugar. Com o objetivo de reconhecer e fortalecer os inúmeros territórios presentes num mesmo espaço, almeja-se, efetivamente, o respeito pela diversidade cultural de diferentes grupos sociais. Para isso, considera-se importante compreender os

territórios culturais com seus vínculos de identidade e memória, para a formação de múltiplas identidades em áreas de proteção cultural.

1.2 Apontamentos acerca dos territórios culturais e sua articulação com a identidade e a memória

No processo de construção do conhecimento do termo que esta pesquisa designa como *territórios culturais*, é fundamental percorrer as abordagens relacionadas ao conceito de territórios culturais, em que é imprescindível considerar aspectos, como identidade e memória, e incluí-los nas discussões.

Nesse sentido, em relação aos debates sobre o conceito de território no âmbito da Geografia Cultural, cabe as contribuições de que Luciene Risso (2014) analisa o conceito de território no aspecto cultural e inclui o estudo sobre percepção como apoio a tais compreensões e destaca que esse conceito foi pouco pesquisado na área.

A apreensão conceitual de território, em sua perspectiva simbólica e/ou cultural, constitui-se da compreensão de processos, como territorialidade e multiterritorialidade, que determinado grupo social tem com sua dimensão espacial. Nesse contexto, o aspecto cultural do território é compreendido como um espaço ocupado pela produção de identidade, afetividade e pertencimento que certo grupo social tem com seu lugar. Haesbaert (2007) tem a visão de que simultaneamente “podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de plenamente usufruí-lo, o território pode inspirar a identificação (positiva) e a efetiva ‘apropriação’” (HAESBAERT, 2007, p. 20).

A partir das análises de Haesbaert (2005; 2007) e de Cichoski e Saquet (2011), entende-se por territorialidade o sentimento de pertencimento, de vivência, de apropriação, de uso de um recorte espacial por um grupo social. Acerca da territorialidade, Haesbaert e Limonad (2007, p. 47) indicam que “as territorialidades também são forjadas socialmente ao longo do tempo, em um processo de relativo enraizamento espacial.”

Em vista disso, para Haesbaert e Limonad (2007, p. 44), existe um grande conjunto de territórios no mundo e que cada qual diz respeito a uma “vasta diversidade de territorialidades, com dimensões e conteúdos específicos.”. Fundamentado na visão de Haesbaert (2007), é que, para esta pesquisa, acredita-se na multiplicidade de territórios existentes numa área de proteção cultural, pois uma região,

independentemente da sua dimensão territorial, pode possuir múltiplos territórios. Entende-se que o autor refere-se aos “territórios plurais”.

Partindo desse ponto de vista posto por Haesbaert (2005), é que se afirma a existência de diversos territórios culturais na região de São Cristóvão, visto que múltiplos territórios podem existir sobrepostos ou justapostos. Cabe analisar cada possibilidade através da história, das manifestações realizadas nesse espaço, ou também pela forma de ocupação territorial desse lugar. Como bem declarou Haesbaert (2005) a partir da visão de Zambrano, o território é um espaço dominado, conquistado, por meio da luta do coletivo, ou seja, por um grupo social, que se transforma em espaço conquistado.

O processo entre território e multiterritorialidade compete percorrer, pela concepção acerca da territorialização, que, para Haesbaert (2005, 2007), está relacionada ao processo de dominação e apropriação do espaço, fundamentado no conhecimento histórico e geográfico do lugar:

[...] Ora, o conjunto de práticas sociais e os meios utilizados por distintos grupos sociais para se apropriar ou manter certo domínio (afetivo, cultural, político, econômico etc...) sobre/através de uma determinada parcela do espaço geográfico, manifesta-se de diversas formas, desde a territorialidade mais flexível até os territorialismos mais arraigados e fechados. (HAESBAERT; LIMONAD, 2007, p. 44).

Para o autor, a territorialização é o processo de apropriação do espaço através do conjunto de práticas sociais, e tem quatro relevantes objetivos, a saber:

Podemos, simplificarmente, falar em quatro grandes “fins” ou objetivos da territorialização, acumulados e distintamente valorizados ao longo do tempo:

- abrigo físico, fonte de recursos materiais ou meio de produção;
- identificação ou simbolização de grupos através de referentes espaciais (a começar pela própria fronteira).
- disciplinarização ou controle através do espaço (fortalecimento da idéia de indivíduo através de espaços também individualizados);
- construção e controle de conexões e redes (fluxos, principalmente fluxos de pessoas, mercadorias e informações). (HAESBAERT, 2005, p. 6778).

No que diz respeito ao processo da territorialização no aspecto de analisar o território acerca da dimensão cultural e/ou simbólica, como objetivo principal a este processo, destaca-se a identificação que determinado grupo social tem pelo seu território por meio das referências espaciais desse lugar. Considera-se importante a relação

referencial que o indivíduo tem com seu espaço, pois daí parte a ideia de afetividade e pertencimento do indivíduo com o lugar.

Em relação ao aspecto cultural e/ou simbólico do território apropriado, no contexto da pós-modernidade, onde existe uma superposição de territórios, para Haesbaert e Limonad (2007):

O fato é que, se as velhas territorialidades pareciam mais nítidas ou mais fáceis de ser identificadas, hoje há uma complexificação e uma sobreposição muito maior de territórios. Muitas vezes não se tratam de novas territorialidades enquanto construção de novas identidades culturais; a novidade está mais na forma com que muitas destas territorialidades, imersas sob o jugo da construção identitária [...], ressurgem e provocam uma redefinição (ou mesmo indefinição) de limites político-territoriais [...]. Entre as características que regem a emergência destas novas-antigas territorialidades temos, inseridas nos processos de globalização / mundialização: [...]

2. o fortalecimento dos processos de âmbito local frente ao regional e ao nacional – seja como meio de fortalecer condições para competir no mercado, seja como forma de resistência cultural. (HAESBAERT; LIMONAD, 2007, p. 48).

É importante destacar que, em decorrência da dinâmica territorial e do processo da globalização, há uma sobreposição de territórios, isto é, um processo de colocação de um território sobre o outro num mesmo espaço, que, frequentemente, resulta na recombinação, ou até mesmo, na indefinição dos limites territoriais de determinado grupo social. Os centros históricos das grandes cidades, como o Rio de Janeiro, que tem múltiplos territórios com funcionalidades e simbolismos diversos, é um bom exemplo de lugar com superposição de territórios.

Como exemplo, destaca-se, a Lapa, bairro central da cidade do Rio de Janeiro. Uma das suas principais ruas, a Mem de Sá, sempre concentrou a maioria dos bares boêmios da cidade, com suas rodas de samba e choro. Atualmente, também existem territórios sobrepostos nos antigos redutos, com novos ritmos musicais, como o forró, o pagode, o rock e outros estilos ecléticos.

Em virtude das reflexões que Haesbaert e Limonad (2007) fizeram em relação aos conceitos de território e territorialização, no aspecto de analisá-lo na abordagem cultural, os autores argumentam:

Como instrumento geral de análise e como síntese da multiplicidade de feições que o território e os processos de territorialização assumem num mundo dito globalizado, é possível afirmar que:

[...]

b. Num sentido mais simbólico, o território pode moldar identidades culturais e ser moldado por estas, que fazem dele um referencial muito importante para a coesão dos grupos sociais.

[...] Juntamente com o grau de instabilidade territorial encontra-se a maior ou menor possibilidade de um território ser entrecruzado por ou se inserir no interior de outros, já que uma das características do mundo dito global é promover uma complexa superposição de territórios. Vinculada a esta super ou interposição encontramos a questão da escala territorial: continua relevante para o geógrafo saber se uma territorialidade tem abrangência local, regional, corresponde aos limites do Estado-nação ou cobre o mundo como um todo. Porém, mais do que isto, é imprescindível, hoje, verificar até que ponto os territórios estão des-conectados nesta complexa teia de imbricação entre múltiplas escalas. (HAESBAERT; LIMONAD, 2007, p. 49 e 50).

Nesse contexto, Haesbaert (2007) interpreta o território como múltiplo e heterogêneo, na lógica de o território ser dinâmico e promover experiências, vida aos indivíduos, numa dimensão temporal:

Para os geógrafos Bonnemaïson e Cambrèzy (1996), por exemplo, vivemos hoje sob uma “lógica culturalista” ou “pós-moderna” de base identitária e reticular que se impõe sobre a lógica funcional e zonal (estatal) moderna. Por isso, “o território é primeiro um valor”, estabelecendo-se claramente “uma relação forte, ou mesmo uma relação espiritual” com nossos espaços de vida. Numa distinção bastante questionável, o próprio “território cultural” precederia os territórios “político” e “econômico”. (HAESBAERT, 2007, p. 24).

A partir do ponto de vista de Haesbaert (2007), em relação ao estabelecimento da espiritualidade do indivíduo com o lugar, não se pode deixar de correlacionar com o sentido do *genius loci*. O termo significa o espírito do lugar, e foi proposto em 1980, no livro *Genius Loci – Towards a phenomenology of architecture* (O Espírito do Lugar – Em direção a uma fenomenologia da Arquitetura, de 1980) por Norberg-Schulz (2006), para designar aos lugares suas características e essência, por meio do seu significado e simbolismo.

De acordo com Norberg-Schulz (2006, p. 454), *genius loci* é um conceito romano, do latim, que significa espírito do lugar (*genius* = espírito, *loci* = lugar). Segundo os gregos, cada ser “independente” tinha o seguinte *genius*: o seu espírito guardião, que dava vida às pessoas e aos lugares, acompanhava-os desde o nascimento até a morte e determinava as suas características e essência através do seu significado e simbolismo.

As contribuições de Norberg-Schulz (2006, p. 445) sobre o conceito de lugar são importantes, pois, através da construção filosófica pautada nas crenças da *fenomenologia* — que é o estudo dos fenômenos e objetiva explorar o dado —, está fundamentado em descrever o lugar como experimentação existencial, ou seja, enquanto vivência do espaço. Dessa forma, a descrição do lugar pode ser feita através da vivência do pesquisador, na experimentação do espaço.

O lugar é que dá sentido à vida humana, é a base para a manifestação concreta da existência do homem, e a sua identidade encontra-se dependente da sua conexão e atribuição ao lugar. A própria noção de existência de um indivíduo implica a existência de um lugar, pois não se existe abstratamente. É fundamental a compreensão de que os lugares possuem um espírito, isto é, o lugar com um caráter, uma alma ou identidade própria. A própria identidade humana pressupõe uma identidade do lugar (NORBERG-SCHULZ, 2006, p. 456 e 457).

É importante ressaltar as reuniões e discussões pelo mundo, isto é, em escala global, de intelectuais da área do patrimônio, que refletiam, desde a década de 1980, sobre identidade, diversidade cultural, relação de afetividade com os lugares, e sobre a conservação e gestão dos sítios com significado cultural. Conseqüentemente, com esses encontros e reflexões, originaram-se declarações, conferências e cartas patrimoniais que são referências no que tange refletir sobre os desafios da preservação do patrimônio cultural.

Nesse contexto, destaca-se a Declaração de Québec¹⁶, de 2008, realizada a convite do *International Council on Monuments and Sites* (ICOMOS), na cidade de Québec, no Canadá, que tratou da preservação do *spiritu loci* (o espírito do lugar) “através da proteção do patrimônio tangível e intangível, considerado uma forma inovadora e eficiente de assegurar o desenvolvimento sustentável e social no mundo inteiro.” (ICOMOS, 2008, p. 1). Dessa forma, “essa Declaração é parte de uma série de medidas e ações tomadas pelo ICOMOS no decurso dos últimos cinco anos, para proteger e promover o espírito dos lugares, isto é, sua essência de vida, social e espiritual” (ICOMOS, 2008, p. 1):

O espírito do lugar é definido como os elementos tangíveis (edifícios, sítios, paisagens, rotas, objetos) e intangíveis (memórias, narrativas, documentos

¹⁶ A Declaração de Québec, no Canadá, em 2008, foi uma reunião da 16ª Assembleia Geral do ICOMOS (*International Council on Monuments and Sites*) e dos festejos do aniversário de 400 anos da fundação de Québec.

escritos, rituais, festivais, conhecimento tradicional, valores, texturas, cores, odores, etc.) isto é, os elementos físicos e espirituais que dão sentido, emoção e mistério ao lugar. (ICOMOS, 2008, p. 2).

Na Declaração de Québec, o ICOMOS enfatiza que as sociedades que habitam determinado lugar “deveriam estar intimamente associadas à proteção de sua memória, vitalidade, continuidade e espiritualidade.” (ICOMOS, 2008, p. 2).

A Declaração de Québec propõe princípios e recomendações para organizações governamentais e outras demais, uma melhor proteção e promoção do espírito do lugar, como *repensar o espírito do lugar*: entre outras recomendações, que, como o espírito do lugar é um processo em permanente reconstrução, “pode variar ao longo do tempo e de uma cultura para outra, em conformidade com suas práticas de memória, e que um lugar pode ter vários espíritos e pode ser compartilhado por grupos diferentes”; *identificar as ameaças ao espírito do lugar*: como, entre outros, o turismo em massa e o desenvolvimento urbano induzem transformações e ruptura das sociedades. Com isso, precisa-se melhorar o entendimento sobre essas ameaças para poder estabelecer medidas preventivas e soluções sustentáveis, através, por exemplo, de gestão e planejamento estratégico a longo prazo, para prevenir a degradação do espírito do lugar e seu entorno; *proteger o espírito do lugar*: através da implementação de reuniões e consultorias com peritos de diferentes origens e recursos, pessoas das comunidades locais, e o desenvolvimento de programas de treinamento e políticas jurídicas para uma melhor proteção e promoção do espírito do lugar, além também do uso de tecnologias digitais que facilitam a diversidade e renovação constante da documentação sobre o espírito do lugar; e, por último, *transmitir o espírito do lugar*: através da comunicação interativa e participação das comunidades envolvidas, dos meios de transmissão não formais (narrativas, rituais, atuações, experiência e práticas tradicionais etc.) e formais (programas educativos, bancos de dados digitais, *websites*, ferramentas pedagógicas, apresentações multimídia etc.), como também a associação e o envolvimento das gerações mais novas, bem como de grupos culturais diferentes associados ao lugar, na tomada de decisões políticas e gestão do espírito do lugar (ICOMOS, 2008, p. 2 e 4).

Sobre as discussões e orientações acerca da temática da conservação e a gestão dos sítios com significado cultural, a Carta de Burra foi adotada pelo ICOMOS da Austrália (*The Australian National Committee of ICOMOS*) em 1979, em Burra, Austrália. A Carta de Burra foi revisada em 1981, 1988 e 1999, e sua versão mais atual é do ano de 2013. Ela objetiva discutir e orientar a conservação e a gestão dos sítios de

patrimônio cultural, ou seja, lugares, paisagens, edifícios e obras com significado estético, histórico, científico, social e espiritual para as gerações passadas, atual ou futura da Austrália. Baseia-se nos conhecimentos e experiência dos membros do ICOMOS da Austrália.

A Carta pode ser aplicada a todos os sítios com significado e valores culturais, inclusive os naturais, indígenas e históricos. Conforme o documento, os sítios com significado cultural enriquecem a vida das pessoas, pois proporcionam um pertencimento à comunidade e à paisagem. Isto é, os sítios com significado cultural são registros históricos que tornam importantes expressões tangíveis à identidade e à experiência dessa comunidade australiana, que reflete a sua diversidade, no passado da formação da paisagem. Por serem inigualáveis e preciosos, devem ser conservados para as gerações atual e futura.

Nesse contexto, o lugar é dotado de valor, de identidade, de percepção, de simbolismo para o homem. É no lugar que o homem constitui um espaço existencial, através da manifestação do seu *habitat*. Nessa lógica, Massey (2000) ressalta o significado dos lugares ante as transformações que neles ocorrem:

Então, a busca pelo “verdadeiro” significado dos lugares, a exumação de heranças, e assim por diante, interpretam-se como sendo, em parte, uma resposta ao desejo de fixidez e de segurança da identidade em meio a todo esse movimento e mudança. Um “sentido do lugar”, de enraizamento, pode fornecer – nessa forma e sob essa interpretação – estabilidade e uma fonte de identidade não problemática. (MASSEY, 2000, p. 181).

Vale a pena ressaltar que “[...] o que dá a um lugar sua especificidade não é uma história longa e internalizada, mas o fato de que ele se constrói a partir de uma constelação particular de relações sociais, que se encontram e se entrelaçam num lócus particular.” (MASSEY, 2000, p. 184).

Ana Fani Carlos (2007) contribui ao definir que o lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante/identidade/lugar, sendo a porção do espaço apropriável para a vida através dos sentidos, da vivência (CARLOS, A., 2007, p. 17). Segundo Kanashiro (2003), “o senso de lugar e as relações de percepção do homem com o seu meio através dos sentidos delineiam a riqueza de sensações nas cidades.” (KANASHIRO, 2003, p. 159). Melo e Rodriguez (2016) analisam que:

O espaço urbano define-se por relações, percepções, experiências e sensorialidades que ficam entrelaçados e interagem em movimentos ininterruptos. Esse processo se sobrepõe sobre os aspectos meramente físicos de uma cidade e a isso se dá o nome de ambiência. A ambiência é a soma de tudo o que envolve o espaço: os sons, os cheiros, a temperatura, o movimento das pessoas, a luz. Ela inicia no suporte espacial, possibilita o lugar e termina em dados memoriais, identitários e culturais, passando por fatores de ordem ambiental. Logo, a Ambiência não pode ser reduzida a uma soma de fatores isolados, já que ela é que unifica e preenche de significados todo suporte espacial. (MELO; RODRIGUEZ, 2016, p. 2).

No contexto de compreensão dos territórios culturais, a identidade torna-se um elemento com características, o qual possibilita o reconhecimento de heranças pertencentes ao território cultural. José Reginaldo Gonçalves (2015, p. 213), ao analisar o patrimônio e a identidade, diz que um tipo de arquitetura ou uma culinária pode ser identificado como “patrimônio cultural” a partir do seu reconhecimento por um grupo, ou, eventualmente, pelo Estado, como algo que lhe é próprio, relacionado à sua história e que seja capaz de definir sua “identidade”. Para o autor, essencialmente, lutar pela própria existência e permanência social e cultural do grupo significa defender, preservar e lutar pelo reconhecimento público desse patrimônio.

A partir da década de 1980, a noção de “identidade” exerceu um papel crucial como instrumento de luta política, fundamentada nas discussões sobre a preservação do patrimônio pelo Estado, intelectuais e sociedade civil. Gonçalves (2015, p. 213) enfatiza ainda que “o debate sobre os patrimônios não deve, portanto, do ponto de vista analítico, limitar-se às tarefas de descobrir, defender e preservar ‘identidade’ supostamente dadas.”.

Nesse contexto, sobre os discursos de identidade, Munanga (2012) considera que a memória coletiva e a territorialidade de diversos grupos são importantes para compor suas identidades. E, a partir dos estudos sobre memória e territorialidade, o autor afirma que ambas “têm por função assegurar a preservação do sentimento de unidade, continuidade e existência do grupo.” (MUNANGA, 2012, p. 15). Assim, o território é compreendido como o espaço vivido que mantém relações de afetividade, de pertencimento dos grupos sociais.

Para Munanga (2012), sem território, a cultura de um povo não mais se refaz; assim, como consequência, ocorre a destruição da identidade desse povo que foi aniquilado e ocupado em seu território. O autor acredita que a extinção de um povo começa com a destruição ou expropriação do seu território, que é a base material da sua

identidade e manifestação cultural. A identidade cria diversos vínculos que geram o pertencimento. A perda do território de um determinado grupo destrói a sua identidade.

A materialidade, e até mesmo a resistência pela imaterialidade de um território, documenta a história daquele espaço, seja através da análise da identidade local, da memória coletiva, da cultura, da vontade do grupo de estar junto, seja, também, por questões políticas de poder. O território é o poder político num dado espaço geográfico, constituído pelo Estado, e apropriado por um grupo social que lhe dá sentidos, significados. A lógica simbólica, atribuída por uma determinada sociedade ao território, leva ao entendimento, por questões mais subjetivas, de como a identidade, o vínculo de pertencimento, afetividade, costumes e a cultura ali se estabeleceram durante o passar do tempo.

Por identidade cultural, a Declaração do México, sobre Políticas Culturais, realizada pela *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO) na cidade do México, em 1985, contribui com a definição de que é uma riqueza que vitaliza as possibilidades da humanidade de autorrealização, estimulando cada povo e cada grupo a alimentar-se do seu passado, a fim de receber contribuições de fora compatíveis com suas características próprias e, então, para continuar o processo de sua própria criação (UNESCO, 1985).

Da mesma forma, a Declaração alegou que todas as culturas fazem parte do patrimônio comum da humanidade, e que a identidade cultural de um povo é renovada e enriquecida através do contato com as tradições e os valores dos outros; portanto, identidade cultural e diversidade cultural são inseparáveis. Sobretudo, a igualdade e a dignidade de todas as culturas devem ser reconhecidas; paralelamente, há o direito de cada povo e comunidade cultural de afirmar e preservar sua identidade e tê-la respeitada pelos outros (UNESCO, 1985).

Acerca da identidade, e partindo do viés histórico, Munanga (2012) alega que é preciso evidenciar os aspectos relacionados pelas raízes, como também e, principalmente, o processo histórico no qual se desenvolveu a resistência. Por esse ângulo, o autor ressalta que a identidade “compreende um conjunto de traços: étnicos, linguísticos, históricos, sócio-culturais, intelectuais, míticos e religiosos. Se a noção da identidade é inseparável da noção da unidade, ela implica também a diversidade.” (MUNANGA, 2012, p. 16).

Ao correlacionar a identidade ao território, entende-se que a memória está relacionada também à identidade, e, para Jacques Le Goff (1992, p. 476), a memória é

“um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje.”. Em relação à identidade, Hartog (2006, p. 197) diz que a sociedade construiu lugares de patrimônio urbano para formar uma identidade.

As contribuições de Pierre Nora (1993) são importantes — permitem compreender a relação entre os territórios culturais e seu vínculo com a identidade e a memória. Segundo Nora (1993, p. 13), a memória é, de fato, aquilo que nos é impossível lembrar, porém temos a necessidade de nos lembrar:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. [...] A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; [...] A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. (NORA, 1993, p. 9).

De fato, a memória sempre está em desenvolvimento, interligada à lembrança e ao esquecimento; no entanto, ela é passível de manipulações, por ser vulnerável e enraizar-se na materialidade e na intangibilidade. Fundamentado na visão de Andreas Huyssen (2000, p. 67), “A rememoração dá forma aos nossos elos com o passado, e os modos de rememorar nos definem no presente. Como indivíduos e sociedades, precisamos do passado para construir e ancorar nossas identidades e alimentar uma visão do futuro.”.

A memória é fundamental para dar valor ao passado. Rossano Bastos (2012, p. 101) enfatiza que “se isso é o que somos, então a memória é essencial. A memória, nesse caso, é nossa identidade. Se você perde sua memória, perde seu eu.”.

Ao se refletir sobre a região de São Cristóvão, cumpre pensar nas diversas camadas de memórias, individual e coletiva, num mesmo lugar, para a formação de múltiplas identidades em área de proteção cultural. Fundamentado na possibilidade de diversas identidades sobrepostas em um território, “[...] a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção.” (LE GOFF, 1992, p. 475).

No contexto sobre memória coletiva, Maurício Abreu (1998, p. 86) diz que as diversas memórias coletivas são construídas através das experiências e da dinâmica das

idades, com relações de conflito, de dominação, ou de cooperação, que variam tanto no tempo como no espaço. Dessa forma, mesmo divergindo umas das outras, as inúmeras memórias coletivas aderem-se à mesma cidade.

Como visto anteriormente sobre o processo de multiterritorialidade, as suas abordagens apontam a acelerada dinâmica do mundo globalizado na época atual. Pela análise da dimensão territorial de uma metrópole, uma região ou até mesmo um bairro ou rua, somente a aplicabilidade da diversidade dos territórios é que conseguirá transformar ou modernizar esse lugar, sem a perda dos seus referenciais tradicionais. Diante disso, cabe considerar a multiterritorialidade como uma expectativa para um mundo mais justo, onde diversas culturas, identidades, costumes e memórias possam ser reconhecidos e valorizados igualmente, como prova de que as diferenças sociais podem conviver umas com as outras, harmoniosamente.

Entende-se que é essencial compreender os diferentes tipos de territorializações aplicáveis ao processo de “múltiplos territórios”. Para tanto, como medida de contribuição para a afirmação da multiterritorialidade em diferentes dimensões territoriais, primeiramente, deve-se identificar o(s) processo(s) de territorialização(ões) que determinado território vivenciou ou ainda vivencia, para, em seguida, propor, como alternativa solucionável para o convívio entre os diversos grupos sociais desses múltiplos territórios, o fortalecimento e o reconhecimento de ambas (culturas e identidades), para uma equilibrada convivência social.

Na perspectiva desta pesquisa, os fatores primordiais para a multiterritorialidade são o reconhecimento, a reafirmação, o fortalecimento e a valorização das diversas identidades, das diferentes memórias, das muitas histórias, dos variados significados e das inúmeras subjetividades, pertencentes aos numerosos grupos sociais que dominam e ocupam, funcional e simbolicamente, determinados territórios. Além disso, há que pensar em conviver, de forma prudente, em territórios plurais, onde o que está em jogo é a paz social, a perpetuação dos diversos costumes, além da preservação dos mais variados patrimônios culturais.

Considera-se importante não pensar como um processo de fragmentação dos territórios plurais, mas sim atentar, de forma conjunta, para a singularidade de cada território, a fim de criar uma perspectiva de pluralidade entre esses territórios plurais, para a constituição da multiterritorialidade em diversas escalas territoriais.

Na contemporaneidade, os grupos sociais, em sua maioria, não sentem vergonha de ser o que são, com seus costumes, crenças e valores. Pelo contrário, eles estão

assumindo sua identidade e reivindicando melhorias materiais e/ou sociais, por reconhecimento e por valorização da sua cultura; requerem, também, aceitação do seu modo de viver, do seu modo de ser.

As contribuições de Rogério Haesbaert sobre território, dentre as suas análises, traz-nos, sob o ponto de vista do território cultural(ista), que este, sob a priorização das dimensões simbólicas, é compreendido como o produto da apropriação do imaginário e/ou da identidade social sobre o espaço (HAESBAERT, 2005; 2007).

Fundamentado nas ideias de Haesbaert (2005; 2007) sobre território cultural(ista), caracterizam-se, como territórios culturais, os lugares regados a simbolismo e valorização para um grupo social que se estabeleceu em determinado lugar. Tornam-se territórios culturais os lugares entendidos como de vivências e reconhecimento para as sociedades que ali se sentem pertencentes e que remetem eles de afetividade. Os territórios culturais são lugares de referências e significados, compostos por bens materiais e intangíveis, que, com a história e a memória, produzem espaços, costumes, crenças e a própria identidade do lugar.

A título de exemplos de territórios culturais, citam-se os lugares que trazem marcas históricas e memoráveis acerca da produção do e no espaço; são lugares com crenças religiosas e espirituais, com identidades tradicionais e contemporâneas, com substratos de camadas de memórias e histórias, justapostas e sobrepostas umas às outras.

Propõe-se refletir também sobre a possibilidade de haver territórios culturais que se encontram em afirmação. Como a cidade é hoje considerada enérgica, com sua rapidez de transformação espacial e territorial, justifica-se, pela perspectiva de identidades e memórias, existirem territórios culturais ainda não reconhecidos, porém compreendidos pela sociedade. Mais precisamente, indica-se refletir acerca dos territórios culturais não somente por meio das culturas e costumes estabelecidos, mas também através do modo de vivenciar o lugar, de produzir o e no espaço e, conseqüentemente, o que dá sentido à história do e no lugar, de acordo com a visão de Abreu (1998).

A designação de territórios culturais demanda entender que o território habitado e/ou frequentado exerça influência na formação da identidade cultural de determinado grupo, e que o reconhecimento da pluralidade cultural desse mesmo território possa propiciar e ampliar o sentimento de pertencimento, e fortalecer laços de afetividade que diferentes sociedades têm em seu meio social. Compreender as identidades de um

território, nesta contemporaneidade, refere-se à possibilidade de pensar nelas como transformadoras, múltiplas e interligadas à modernidade e com elos ao tradicional, devendo ser analisadas no seu passado, com perspectivas no seu presente, e sua preservação para o futuro.

A identidade está vinculada à semelhança, à permanência, ao reconhecimento, a algo que preexiste à pessoa ou ao grupo social, que provém da sociedade, e que confere à determinada pessoa ou grupo um lugar na estrutura social, e que assim define seu sentimento de pertencimento a esse grupo. Nesse sentido, refletir sobre identidade requer compreender que a “identidade cultural é o sentimento de ser e pertencer a um lugar e a um grupo específico.” (RISSO, 2014, p. 316). Nesse ponto, é preciso perceber que, na constituição da identidade de um grupo social, considerem-se os costumes, as crenças, os valores e a vontade do grupo de estar junto, e assim permanecer unido para perpetuar sua cultura para outras gerações.

Entende-se que a identidade de cada estado, cidade, região ou bairro é composta pela época de sua fundação, pela origem dos seus habitantes, pela forma de sua ocupação, pela sua economia e política que ali foi estabelecida, pelas suas relações sociais e, principalmente, pelo reconhecimento e valorização de ser o que são em determinado lugar, território. De acordo com as propostas refletidas neste trabalho, a apreensão conceitual de território, em sua perspectiva simbólica e/ou cultural, constitui-se a partir da multiterritorialidade — os chamados territórios culturais, que são os territórios dominados e apropriados conforme os sentidos funcional e simbólico, por meio dos sentimentos, como afetividade e pertencimento, e, também, por intermédio dos significados, como valoração e simbolismo.

1.3 A formação de múltiplas identidades em áreas de proteção cultural

Na cidade do Rio de Janeiro, as Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APACs) são um instrumento de preservação do patrimônio cultural, o qual associa proteção e desenvolvimento urbano. A APAC objetiva salvaguardar o patrimônio edificado de um bairro ou região; além disso, reconhece a sua importância histórica e cultural para a cidade. Da mesma forma, valoriza a memória e a identidade desse lugar e promove o seu desenvolvimento urbano. Na APAC, o que importa é o valor de conjunto, permitindo, assim, a junção de novos valores e significados à identidade urbana do local, e promovendo a dinâmica essencial da cidade (IRPH, 2012, p. 1).

Como contribuição à temática sobre a preservação do patrimônio cultural, cumpre promover debates, (re)visões e (re)considerações acerca da memória, da identidade, dos territórios culturais, e seus aspectos relacionados à afetividade, pertencimento e simbologia. Pretende-se abrir caminhos para preservar múltiplos territórios culturais presentes em uma determinada região da cidade, considerando os múltiplos territórios culturais inseridos num território urbanizado, que é um produto da acelerada expansão urbana e submetido a uma acentuada degradação ambiental no atual contexto da globalização.

Considera-se que existem mais pluralidades do que singularidades nas áreas de proteção cultural do município do Rio de Janeiro, pois a dinâmica espacial e territorial que a atualidade proporciona à urbe favorece uma multiplicidade de identidades, de memórias e de histórias aos mais variados grupos sociais. Consequentemente, os territórios se designam mais dinâmicos e versáteis, e estes são e devem ser caracterizados com identidades, e não somente com uma identidade, em razão dos territórios estarem em permanente processo de (re)construção. A partir disso, pretende-se compreender o território sob o aspecto cultural, para a formação de múltiplas identidades em áreas de proteção cultural. Portanto, Lima, E., (2007) contribui com sua visão ampla sobre o patrimônio cultural das sociedades:

O patrimônio cultural de um povo não se constitui só dos bens móveis ou imóveis independentemente de serem públicos ou privados, porém de toda manifestação que se origine de conceitos históricos, ambientais, paisagísticos, arquivísticos, etnográficos, que em alguma época possam ter contribuído para a consolidação da identidade de um grupo social. (LIMA, E., 2007, p. 79).

Os territórios culturais existentes nas áreas de proteção cultural apresentam-se com suas próprias especificidades. Cada grupo social tem sua identidade, sua memória, seus costumes, sua afetividade e heranças para com o seu espaço. Entretanto, é possível compartilhar e conviver com os costumes e a cultura alheia, com respeito, igualdade e harmonia, de forma que as diferenças sociais e culturais, valorizadas e reconhecidas, possam ser usufruídas pelos demais grupos da sociedade. A partir desse bom convívio, o resultado será uma “acumulação” de múltiplas culturas como forma de crescimento pessoal, social e cultural.

No caso de São Cristóvão, a partir da iniciativa popular, isto é, da organização da comunidade local do bairro de São Cristóvão, em 1982, iniciou-se um movimento

pela preservação da memória urbana local. Conseqüentemente, com essa mobilização, foram implantados, em 1986, instrumentos de legislação ambientais e urbanísticos para o bairro de São Cristóvão (SCHLEE et al., 2009, p. 69).

É prioritária a proteção da memória urbana dos bairros da cidade — trabalho esse que deve ser feito em conjunto com órgãos públicos responsáveis pela salvaguarda do patrimônio cultural, com a participação efetiva dos moradores locais e usuários dos lugares. Sendo assim, “esse trabalho de proteção da memória deve ser divulgado, de modo a fortalecer as tradições da cidade, proteger os seus “signos de identidade” e propiciar o desenvolvimento de sua cultura urbana.” (FONTES, 1991, p. 56). Entretanto, deve-se refletir que:

Preservar, contudo não é o simples ato de congelar uma imagem, mas sim saber manter a imagem viva e integrada ao cotidiano.
[...] Como diz Argan, historiador e ex-prefeito de Roma, congelar a cidade antiga só servirá para prorrogar sua existência, o que se deve fazer é desenvolver de forma coerente com sua realidade histórica de modo que haja uma articulação funcional que assegure o dinamismo urbano. (BARBOSA, 1991, p. 50).

Promulgado pelo Decreto Municipal nº 5.840, de 1986, que “delimitou quatro áreas de especial interesse para fim de proteção ambiental e disciplinou usos e ocupações, priorizando o residencial” (SCHLEE et al., 2009, p. 69), é que foi estabelecido o primeiro instrumento urbanístico e ambiental da região de São Cristóvão, denominado Projeto de Estruturação Urbana (PEU) de São Cristóvão. Como bem ressaltou Andrea Sampaio (2006), “é importante contextualizar estes estudos numa década onde se passou a valorizar o patrimônio cultural, e na qual foi estimulada a participação popular, após sombrios anos de ditadura.” (SAMPAIO, 2006, p. 156 e 157).

Entende-se que os instrumentos urbanísticos são importantes para o desenvolvimento econômico e social dos lugares. Da mesma forma, compreende-se que os instrumentos de preservação do patrimônio ambiental e cultural não tencionam parar, no tempo e no espaço, a história e os patrimônios dos lugares com valores históricos e afetivos, mas sim, proteger, da ação humana e devastadora, a destruição de seus valores e significados.

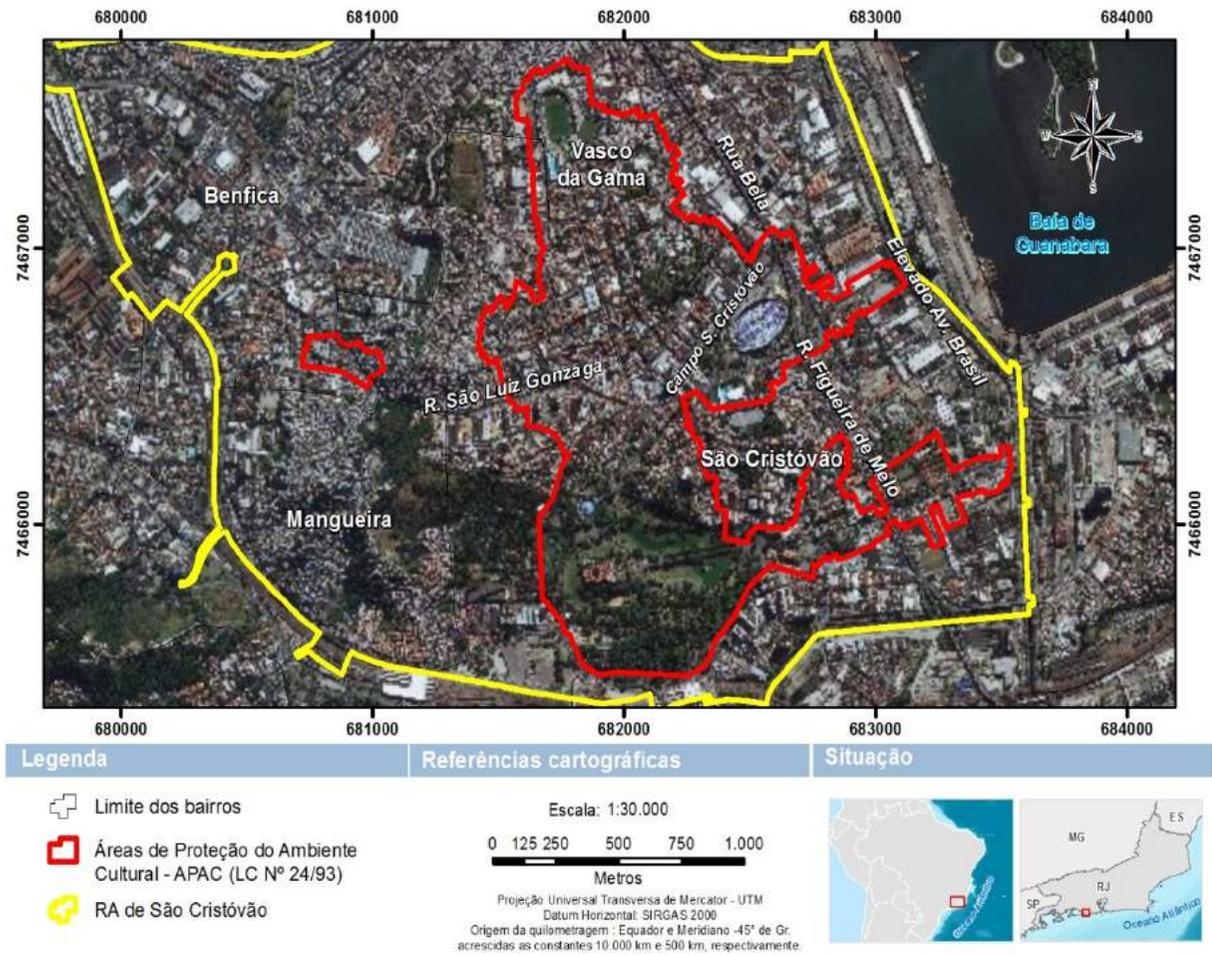
Não se pretende desconsiderar a identidade pela qual a APAC São Cristóvão (Ver **Mapa 2**) foi denominada em sua revisão, no ano de 1993, ou seja, a APAC

Imperial. De fato, pretende-se, objetivamente, que sejam reconhecidas também as diversas identidades e memórias que caracterizam os territórios culturais existentes nesta região. A região de São Cristóvão, por ser uma área extensa, contempla quatro bairros: São Cristóvão, Vasco da Gama, Benfica e Mangueira. Observa-se, porém, que somente os bairros de São Cristóvão e Vasco da Gama constituem a APAC São Cristóvão; apenas uma pequena parte do bairro de Benfica é abrangida, e assim não sendo incorporado o bairro da Mangueira.

Efetivamente, deseja-se fortalecer não somente a identidade imperial como também outras identidades e memórias existentes na região. Esclarece-se que toda a história, a memória e os vestígios do período imperial presentes na região não devem ser “esquecidos”, mas sim fortificados e afirmados, em conjunto com outras memórias e heranças. Entretanto, presume-se que, em junção com outros patrimônios, as marcas pretéritas do período imperial podem e, principalmente, devem fazer parte do extenso patrimônio cultural efetivo da região.

Uma dada realidade vivenciada hoje não pode ser considerada despreendida do processo que a levou até sua condição atual. Com o surgimento de novas atividades e usos territoriais, não há uma “destruição” imediata da estrutura anterior. Formas construídas através de atividades pretéritas podem coexistir com formas atuais, naquilo que Santos chama de rugosidades (1988). Estas rugosidades seriam marcas pretéritas expressas na paisagem, refletindo assim a estrutura espacial existente na sociedade. Um Espaço seria então construído por uma acumulação de diversos tempos em um dado território. (MARAFON, 2003, p. 70).

Mapa 15 - APAC São Cristóvão – Lei Complementar nº 24/1993



Fonte: APAC, LC Nº24/93; Portal Geo – IPP; Serviço de imagens da ESRI. Consulta em junho de 2017. Elaborado por: Maria Luciene da Silva Lima.

Desse modo, o lugar, ou o território, é compreendido como o espaço vivido que mantém relações de afetividade, de pertencimento dos grupos sociais, partindo da concepção de que a ocupação de um território é vista atrelada a raízes e identidades. Continuamente, um determinado grupo integra-se ao seu território, e se faz pertencente aos atributos do espaço que formam sua natureza, sua cultura, sua identidade e sua história.

A territorialidade mais abrangente e crítica pressupõe não propriamente um descolamento entre as dimensões política e cultural da sociedade, mas uma versatilidade da visão do que seja o território. O território está atrelado às questões mais específicas, como identidade, pertencimento, lugar, memória e poder político.

A materialidade e, até mesmo, a resistência da imaterialidade de um território documentam a história daquele espaço através da análise da identidade local, da memória coletiva, da cultura, da vontade desse grupo de estar junto ou até questões políticas de poder. O território é o poder político num dado espaço geográfico, como já discutido anteriormente.

A reflexão sobre um determinado território não deve restringir-se somente ao indivíduo patrimonial, mas sim a toda a diversidade de identidades culturais presentes nesse território. Assim, constata-se que o território torna-se lugar quando a sociedade que compõe tal espaço territorial possui um vínculo de pertencimento, de afetividade, de identidade para com o lugar, onde esse grupo social estabeleceu ali sua cultura e costumes e atribuiu valores com o passar do tempo. De acordo com Souza (2001), a ocupação territorial é produtora de raízes e identidades, ao longo do tempo, da história; com isso, agrega valores ao lugar.

A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidades: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, “paisagem”). (SOUZA, 2001, p. 84).

Pretende-se, de fato, promover reflexões quanto ao sentido de fomentar o fortalecimento de valores históricos e culturais e, principalmente, buscar ou identificar novos valores, que, até então, estavam “esquecidos”. Esse esquecimento é resultado da “imposição” de determinada identidade e memória que eram enaltecidas pelo setor turístico e/ou imobiliário, ou pelo “apelo forçado” por uma parte da população que

priorizava tal identidade, mas que renegava outras identidades, memórias, histórias, culturas e costumes presentes nesse mesmo território e que hoje são consideradas importantes e fazem parte desse lugar.

Vale a pena ressaltar que, acerca do referido “esquecimento” de identidades e memórias, estas, em consequência do enaltecimento de outras, não foram diminuídas ou desmerecidas de valor; elas continuaram sendo produzidas, vividas e experimentadas e, hoje, são uma prova de luta e resistência como afirmação de seu valor e significado.

Com fundamento nas narrativas analisadas, considera-se que, compreendendo as múltiplas identidades existentes e, principalmente, resistentes, subsidia-se uma leitura detalhada do que seja tal espaço, território e lugar, onde se aplica o instrumento de preservação do patrimônio cultural, isto é, a APAC. Visa-se, com isso, agregar possibilidades de apropriação positiva do território ocupado por diversos grupos sociais, com diferentes culturas, costumes, memórias e identidades. Efetivamente, almeja-se contribuir com estudos que fortaleçam e reconheçam as diversas identidades presentes num mesmo território.

Propõe-se valorizar as diversas memórias e identidades presentes nesse lugar, para que não se prestigiem apenas uma memória, uma identidade, uma história, que somente foi “estabelecida” pelo poder estatal. Entende-se ser primordial que a população local participe ativa e efetivamente dessa ação. Essa participação conta com os mais variados grupos sociais, aos quais confere decidir e, principalmente, reconhecer o verdadeiro sentido de seu pertencimento e afetividade para com os territórios culturais em que vivem.

Atualmente, observa-se que, no aspecto cultural, por exemplo, não somente se prioriza o “tradicional” como também, com certeza, reconhece-se uma diversidade cultural, que integra o convencional e a modernidade, e faz de determinado espaço um território com diversas identidades, ou melhor, com múltiplos territórios culturais. Nessa lógica, propõe-se a mesma reflexão e aplicabilidade às APACs, isto é, que se considere a possibilidade de manifestação tanto do tradicional quanto do moderno, tanto do convencional quanto do exótico, numa área de proteção do patrimônio cultural.

Por isso, para esta pesquisa, tomam-se os territórios culturais em áreas de proteção do ambiente cultural (APAC) como um importante desafio para a preservação do patrimônio cultural em regiões complexas das grandes cidades. Consequentemente, gerenciar e administrar uma multiplicidade de territórios culturais não será uma tarefa fácil. No entanto, com incentivo e participação da população local na perpetuação e

fortificação da sua cultura e costumes, com ações de reconhecimento e valorização do seu patrimônio, tem-se um bom caminho para se chegar lá.

Diante dos desafios que a preservação do patrimônio cultural enfrenta na atualidade, em razão de questões ambientais; de aglomeração e exploração turística; de forte especulação imobiliária presente em regiões próximas aos grandes centros urbanos, como ocorre na região de São Cristóvão; de confrontos sociais etc., não se pode deixar de refletir sobre o papel que cada cidadão, membro de uma sociedade repleta de inúmeras culturas e identidades, possa fazer a fim de salvaguardar seu patrimônio para as outras gerações.

Leandro Brusadin (2012, p. 39) argumenta que proteger um patrimônio significa construir a história cotidiana, compor a memória, produzir intensamente a lembrança. O autor diz ainda que, para compreender a dinâmica patrimonial, são importantes as questões de identidade e memória, e que a manutenção do patrimônio histórico engloba conservação e recuperação da memória. Essa manutenção é determinante para que uma dada sociedade mantenha sua identidade.

Acerca das diversas possibilidades de ações e reivindicações em prol da preservação do patrimônio cultural, a sociedade como um todo deve, primeiramente, conhecer seus direitos e deveres como cidadão, especialmente em relação às questões que envolvem o patrimônio ambiental e cultural do país, estado e município. Segundo, essa população deve participar mais ativamente junto ao poder estatal (União, Estado e Município) das manifestações públicas de caráter social e/ ou cultural.

A sociedade deve fiscalizar, efetivamente, se suas reivindicações e solicitações, elaboradas junto ao poder público, estão sendo acatadas e executadas para a melhoria e preservação desse patrimônio cultural urbano. Da mesma forma, a população deve exigir resultados positivos e, caso a fiscalização demonstre que as reivindicações e solicitações não foram executadas, deve-se buscar, junto às instâncias superiores aos seus respectivos poderes (União, Estado e Município), ações mais concretas. Enfim, a sociedade tem que valorizar e preservar esse patrimônio cultural, não somente pensando na atualidade, mas também, principalmente, no futuro, para que essas heranças permaneçam para outras gerações.

Considera-se que os territórios culturais e sua territorialidade são a base material manifestada das identidades existentes em múltiplos territórios de manifestações culturais. Acima de tudo, reconhecer e fortalecer laços de afetividade e vínculos de pertencimento ao seu lugar de significação, como os territórios culturais, é uma das

formas de contribuir para a preservação do patrimônio cultural. Não admitir que determinado território cultural exista, prevalecendo somente uma história, uma memória e uma identidade, e não reconhecer a multiterritorialidade dos territórios culturais de certo lugar possibilitam a destruição da identidade dos grupos sociais e, conseqüentemente, a devastação do seu território, do seu valor e da sua memória.

CAPÍTULO II – Atores sociais e suas influências no reconhecimento do instrumento de preservação: a Área de Proteção do Ambiente Cultural São Cristóvão

O objetivo deste capítulo é apresentar as atuações e reivindicações dos diversos atores sociais da região de São Cristóvão, ocorridas desde a década de 1980, e promovidas pelas associações de moradores¹⁷ do bairro de São Cristóvão, em prol do reconhecimento de bens a serem preservados.

As ações mencionadas partem de motivações e/ou influências, e as reivindicações referem-se a projetos e reuniões com o poder público, visando ao desenvolvimento urbano e ao fortalecimento histórico e afetivo da região de São Cristóvão.

Propõe-se considerar a heterogeneidade cultural desta região, pois, a partir da imagem, dos eventos culturais, da luta e resistência por territórios culturais, da sobreposição e justaposição de territórios, é que são enunciados os indícios de que a região de São Cristóvão é múltipla e culturalmente híbrida.

Inicialmente, trabalha-se a imagem e os acontecimentos de São Cristóvão que antecederam a implantação da sua primeira APA¹⁸. Em seguida, trata-se dos estudos para o estabelecimento desse instrumento de preservação do patrimônio cultural, abordando pesquisas dos órgãos responsáveis pela proteção do patrimônio ambiental do bairro – nas esferas federal e municipal, e as ações e reivindicações das associações de moradores. Após, apresenta-se a imagem, os acontecimentos de São Cristóvão, as ações das instituições responsáveis pela preservação do patrimônio cultural, e as reivindicações e ações sociais acerca da revisão da sua segunda APAC. Por fim, relatam-se desafios à preservação do seu patrimônio cultural e novas perspectivas urbanísticas.

¹⁷ Nos documentos levantados e analisados referentes às ações e reivindicações pelos representantes do bairro de São Cristóvão, foram constatadas associações, tais como: AMA - São Cristóvão e AMA ou AMASC São Cristóvão.

¹⁸ A região de São Cristóvão possui diversas legislações estabelecidas para o uso e ocupação do solo em conjunto com a proteção do seu ambiente cultural. Por se tratar de três Planos de Estruturação Urbana (PEUs) e duas Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APACs), estabelecidos para a VII Região Administrativa de São Cristóvão, possibilitam-se, a partir disso, interesses do poder público para com essa região. No Anexo B, tem-se a Tabela 14 - As sucessivas legislações da VII R. A. São Cristóvão a partir da década de 1980: a incidência de PEUs e APACs, que especificam, detalhadamente, as suas respectivas edições em conjunto com as disposições principais de cada legislação (SAMPAIO, 2006; SCHLEE et al., 2009).

2.1 Antecedentes ao instrumento de preservação: a imagem e os acontecimentos de São Cristóvão entre as décadas de 1960 e 1980

No final da década de 1980, o cenário político-econômico que o Brasil vivenciava, após 20 anos de ditadura militar (1964 e 1985), propiciou um amplo processo de redemocratização. Estava ocorrendo a descentralização política e incentivada a participação da sociedade em prol de melhorias pela qualidade de vida da população em geral, além da diversidade partidária. De acordo com Maria Cecília Fonseca (2005):

Na segunda metade da década de 70, já surgiram manifestações da sociedade através de movimentos populares pela melhoria da qualidade de vida e da urbanização dos bairros. No final da década, em decorrência das greves no ABC paulista, foi criado o primeiro partido de origem popular no Brasil, o Partido dos Trabalhadores (PT). [...] Entidades da sociedade civil, como a Igreja católica, a OAB e a ABI, se uniram contra o autoritarismo, reivindicando a anistia e eleições diretas. (FONSECA, 2005, p. 135).

A Constituição Federal de 1988 considerou, em seu artigo 216, a preservação do patrimônio histórico e cultural nas esferas nacional, estadual e municipal, e prezou pela participação da comunidade na promoção e proteção do patrimônio do país:

O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, Art. 216 - § 1º).

José Reginaldo Gonçalves (2015) destaca que, somente a partir dos anos 1980, é que as discussões sobre a preservação do patrimônio ampliaram-se para além da esfera do Estado e dos intelectuais. A partir desse momento, é que tais debates difundiram-se também pela sociedade civil, que reinterpretou e utilizou esse tema como instrumento de luta política: “no processo de preservação e revitalização de áreas históricas, a participação da população é fundamental. [...] Fazer a população cúmplice da preservação deve ser a nossa meta para que esta se torne co-responsável pelo projeto.” (BARBOSA, 1991, p. 51).

A participação popular, representada por diversas associações de moradores da cidade do Rio de Janeiro, surgiu como instrumento de luta política, pela defesa do

patrimônio ambiental e cultural, pelo direito à moradia, enfim, pela escolha e participação de decisão para uma melhor qualidade de vida da população em geral (CARLOS, C., 1997; PINHEIRO, 2002). Na cidade, segundo Claudio Carlos (1997), esses movimentos sociais iniciaram-se primeiramente nos bairros centrais da metrópole, como Catumbi, Cidade Nova, Saúde, Gamboa, Santo Cristo, Santa Teresa, e outros.

Nesse contexto, é que diversas associações de moradores da cidade do Rio de Janeiro se constituíram nesse período. Uma das primeiras associações da Zona Sul carioca surgiu em 1982, a Associação de Moradores e Amigos do Horto (AMAHOR), fundada a partir da necessidade dos moradores de se organizarem em defesa do direito a moradias dignas e de outros direitos constitucionais, como o direito à memória.

Nesse mesmo momento, foi instituída, em 1986, a então Sociedade de Amigos do Jardim Botânico (SAJB), atual Associação de Amigos do Jardim Botânico (AAJB). Essa Associação propunha-se a preservar, ampliar e desenvolver o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro através da interação com a sociedade e da mobilização dos seus associados e de instituições nacionais e estrangeiras.

Ressalta-se que, a partir da participação ativa da comunidade local em defesa da conservação do centenário monumento natural da cidade do Rio de Janeiro, representado pela figueira, sob o nome científico *Ficustomentella*, localizada na Rua Faro, entre os números 45 e 53, no Jardim Botânico, tombou-se a referida árvore pelo Decreto nº 2.783 de 23/09/1980. Observa-se que esse monumento natural foi um dos primeiros bens tombados na esfera municipal do Rio de Janeiro.

Em 1993, na Zona Norte carioca, especificamente no bairro de São Cristóvão, a centenária tamarineira, localizada na Avenida do Exército¹⁹ (**Figura 1**), e considerada uma das mais antigas da cidade, também foi tombada pelo Decreto nº 12.010, de 06/04/1993. Justificou-se o seu tombamento pelo fato de sua existência estar ligada à história do bairro de São Cristóvão e por ser o único exemplar representativo da grande área verde devastada para dar lugar à abertura da Avenida do Exército. Apesar de não ter sido identificado de quem partiu a demanda da solicitação de tombamento da tamarineira, a pesquisa identificou uma das associações de moradores de São Cristóvão instituída em 1967.

¹⁹ A tamarineira centenária foi derrubada em decorrência de um temporal em novembro de 1995.

Figura 1 - Tamarineira centenária que se localizava no meio da Avenida do Exército, em São Cristóvão, s/d.



Fonte: <http://suburbiosdorio.blogspot.com.br/2011/11/tinha-uma-arvore-no-meio-do-caminho.html>

Ainda na década de 1980, foi fundada uma das associações de moradores do bairro de São Cristóvão²⁰. Das diversas fontes levantadas e analisadas, e que continham documentos da Associação de Moradores de São Cristóvão, constataram-se nomenclaturas e datas de fundação com dados distintos. Por isso, para esclarecer sobre tais associações, referencia-se que a **Tabela 1** detalha a sua nomenclatura, data de fundação, endereços, objetivos e metas, e representantes. Em noticiários de jornais e em documentos, observaram-se dados sobre outras associações e/ou instituições de São Cristóvão, que estão relacionadas na **Tabela 2**.

²⁰ Atualmente, somente a AMA São Cristóvão, que foi fundada em 1967, ainda existe, como Associação de Moradores e Amigos de São Cristóvão, e está em funcionamento. A Associação não possui arquivo documental, então, não foi possível contribuir com informações acerca das suas atuações a partir da década de 1990 até a atualidade. No Anexo C, pode-se ver o logotipo da referida Associação com informações a respeito da sua equipe participante.

Tabela 1 - As Associações de Moradores de São Cristóvão identificadas nas pesquisas.

NOME	DADOS
<p>AMA ou AMASC Associação de Moradores e Amigos de São Cristóvão</p>	<p>Fundação: 07/10/1967 e reorganizada em 1980</p> <p>Endereço 1: Rua São Luiz Gonzaga 107 - Arsen Pokrajac²¹ - desatualizado.</p> <p>Endereço 2: Rua Chaves Faria 51 - Arsen Pokrajac – desatualizado.</p> <p>Endereço 3: Rua São Cristóvão 601 – atualizado</p> <p>Objetivo e missão: Inicialmente: defender o morador, os patrimônios históricos, culturais, arquitetônicos, ambientais e humanos. Atualmente: defender os interesses dos moradores do bairro de São Cristóvão. Através da simples organização coletiva, com capacidade de articulação social e política não partidária, defende os interesses da sociedade. A Associação está ao alcance de todos e oferece a oportunidade de organização necessária para interferir, coletivamente, nos processos decisórios das diversas instâncias de poder, seja no Executivo, no Legislativo ou no Judiciário.</p> <p>Representante responsável: Arsen Pokrajac - arquiteto - presidente nos anos: 1986; 2006. Luis Fernando - sem formação concluída - Comunicação Social e Administração de Empresas - presidente nos anos: 2014 - 2018.</p> <p>(X) Ativa () Extinta</p>
<p>AMA – São Cristóvão</p>	<p>Fundação: 1987</p> <p>Endereço: Rua São Luiz Gonzaga 187, sala 203.</p> <p>Objetivo e missão: ter um espaço de resgate da memória, alimentando as transformações do presente.</p> <p>Representante responsável: Fernanda Rocca – formação não informada - presidente no ano: 1987.</p> <p>() Ativa (X) Extinta</p>

Fonte: Adaptado pela autora, 2018.

²¹ Observou-se, nos diversos documentos da AMA São Cristóvão ou AMASC, nos noticiários de jornais e também nos processos arquivados na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ), que o arquiteto e presidente dessa associação de moradores, Arsen Pokrajac, era um representante com participação ativa nos processos decisórios e envolventes acerca do bairro de São Cristóvão na década de 1980. Tentou-se contato com ele, com o objetivo de levantar mais detalhes sobre sua atuação como representante da AMA São Cristóvão ou AMASC, porém não se obteve sucesso.

Tabela 2 - Outras Associações / Instituições de São Cristóvão.

NOME	DADOS
<p>VII Região Administrativa de São Cristóvão</p>	<p>Fundação: sem informação.</p> <p>Endereço 1: Rua Euclides da Cunha nº 81, 4º andar - Mário Monteiro – desatualizado.</p> <p>Endereço 2: Campo de São Cristóvão, s/nº / dentro do Pavilhão – Feira de Tradições Nordestina.</p> <p>Atribuições: levantamento de questões e interesse público; encaminhamento e acompanhamento de solicitações, como: iluminação pública, operação tapa-buraco, poda e remoção de árvores, conservação de praças e ruas; repressão às irregularidades, obras e ocupação de espaço público.</p> <p>Representante responsável: Mário Monteiro – sem informação de data. Ronaldo Fernandes Rodrigues – 2018.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Ativa <input type="checkbox"/> Extinta</p>
<p>Associação Industrial e Comercial de São Cristóvão</p>	<p>Fundação: sem informação.</p> <p>Endereço: Campo de São Cristóvão 410 - A1 - Arsen Pokrajac.</p> <p>Objetivo: sem informação.</p> <p>Representante responsável: Arsen Pokrajac – arquiteto - presidente nos anos: sem informação – representante oficial para assuntos de urbanismo, de proteção cultural e patrimônio histórico e do meio ambiente. Athus Ferreira – formação não informada – presidente nos anos: 1984; 2006.</p> <p><input type="checkbox"/> Ativa <input type="checkbox"/> Extinta - sem informação.</p>
<p>ASSINCO – Associação Comercial de São Cristóvão</p>	<p>Fundação: sem informação.</p> <p>Endereço: Campo de São Cristóvão 348 – grupo 202 – Athus Lucio Ferreira.</p> <p>Objetivo: sem informação.</p> <p>Representante responsável: Athus Lucio Ferreira – formação não informada - presidente nos anos: 2012.</p> <p><input type="checkbox"/> Ativa <input type="checkbox"/> Extinta - sem informação.</p>
<p>CAESC – Conselho das Associações e Entidades de São Cristóvão</p>	<p>Fundação: sem informação.</p> <p>Endereço: Rua Argentina 226 – representante (ilegível nos documentos analisados).</p> <p>Objetivo: sem informação.</p> <p>Representante responsável: sem informação.</p> <p><input type="checkbox"/> Ativa <input type="checkbox"/> Extinta - sem informação.</p>

Fonte: Adaptado pela autora, 2018.

Fundamentado nos noticiários de jornais, busca-se compreender o reconhecimento da identidade postulada na implantação da primeira APA São Cristóvão, isto é, a afirmação da memória imperial. Posteriormente, as solicitações e reivindicações das associações de moradores confirmam essa identidade como parte da memória de São Cristóvão.

Na década de 1960, jornais já publicavam o abandono da Quinta da Boa Vista e criticavam, inúmeras vezes, sua falta de conservação e seu potencial como opção de lazer. Reportagens do mesmo jornal abordavam a recuperação desse espaço público, como as obras de melhoria do aquário da Quinta da Boa Vista e a escultura cravada na parte externa do aquário de Jules Lagae, que foi oferecido ao Rio de Janeiro pelo governo belga no ano de 1922 (O GLOBO, 1966) e a instalação do primeiro conjunto de piscinas públicas da Guanabara (O GLOBO, 1969a; 1969b). Essa recorrência permaneceu nas décadas seguintes.

Nos anos de 1970, os noticiários discorriam sobre o abandono de edificações antigas do bairro, em tom nostálgico e questionavam o estado de arruinamento ou destombamento. O Jornal do Brasil publicava: “Coretos de dias de festa ficam só de lembrança”, que relatava alguns coretos ainda existentes na cidade, como o coreto de São Cristóvão (**Figura 2**), que é o maior da cidade do Rio de Janeiro.

Figura 2 - Coreto do Campo de São Cristóvão, Rio de Janeiro, s/d.



Fonte: Acervo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

E foi destaque em outros jornais o destombamento e a demolição de dois solares (JORNAL DO COMMÉRCIO, 1976; O GLOBO, 1976). Um deles foi a edificação de arquitetura neoclássica, que se localizava na esquina da Rua Francisco Eugênio com a Rua São Cristóvão (**Figura 3**), que pertencia ao Marquês de Itanhaém. O imóvel, por último, pertenceu à Venerável Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula, que não tinha interesse na recuperação e restauração do sobrado, que foi tombado em 1966, e “destombado” no ano seguinte. “O solar era um dos poucos marcos que ainda lembravam a presença da família imperial em São Cristóvão.” (O GLOBO, 1976 p. 9).

Figura 3 - Solar do Marquês do Itanhaém, em ruínas, localizado nas esquinas das ruas São Cristóvão e Francisco Eugênio, em São Cristóvão, Rio de Janeiro, 1976.



Fonte: JORNAL O GLOBO, 1976.

Outro se localizava em frente ao Solar do Itanhaém, e pertenceu à Baronesa de Sorocaba, irmã da Marquesa de Santos. “A área antes ocupada pela casa da baronesa será incorporada ao 4º BPM, que há vários anos alimentava esperança de anexá-la ao quartel.” (O GLOBO, 1976, p. 9).

Por outro lado, também é destaque que o diretor da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Município do Rio de Janeiro (DPHA) estava preocupado “em encontrar um lugar seguro para guardar o acervo da História da cidade, que está espalhado por várias salas do Patrimônio, em São Cristóvão.” (O GLOBO, 1976, p. 9). Ressalta-se que a DPHA estava até 1965 situado no Solar da Marquesa de Santos. No

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), existem registros dessa mudança de endereço da DPHA, isto é, da mudança da Av. Pedro II nº 283 do Solar da Marquesa de Santos para a Av. Pedro II nº 400 (**Figura 4**), ambos em São Cristóvão, entre os anos de 1964 e 1965. Além disso, o noticiário discorria que o órgão estava fazendo um inventário das áreas típicas da cidade para solicitação de tombamento. É interessante que São Cristóvão foi, naquela ocasião, um lugar escolhido como guarda do acervo histórico e memorável da cidade do Rio de Janeiro.

Figura 4 - Fachada do prédio da então Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico (DPHA) - Governo do Estado da Guanabara – Secretaria de Educação e Cultura, localizado na Avenida Pedro II nº 400, em São Cristóvão, Rio de Janeiro, s/d.



Fonte: Acervo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Na década de 1980, jornais locais dos bairros de Vila Isabel, Grajaú, Andaraí e Maracanã referenciavam, diversas vezes, São Cristóvão, por ser um bairro próximo, geograficamente, daqueles²². Sugeriam os atrativos do “bairro Imperial de São Cristóvão.” (JORNAL DE VILA ISABEL, 1980, p. 3) como opções de lazer, tais como: o Pavilhão, que anualmente instalavam-se diversas exposições; o Campo de São Cristóvão, que todo domingo, acontecia a Feira Nordestina; e a Quinta da Boa Vista.

Em diversas dessas publicações é recorrente apresentar a Feira Nordestina como opções de cultura, culinária, festa, músicas, artesanato, forró, poetas e cantadores de

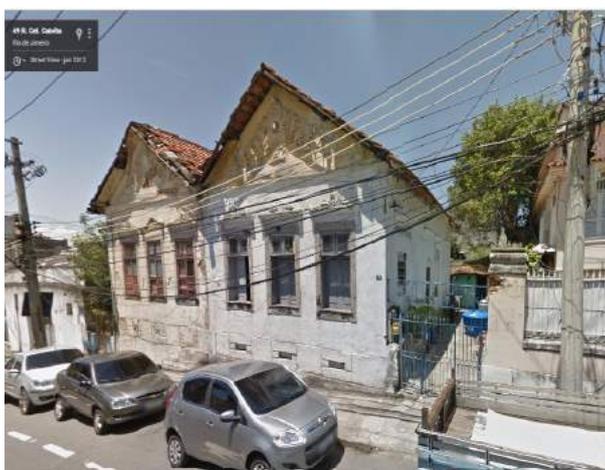
²² No **Mapa 1**, que se encontra na Introdução deste trabalho, especificamente na página 19, pode-se verificar a aproximação entre os bairros de São Cristóvão, Vila Isabel, Grajaú, Andaraí e Maracanã.

cordel, além também do então famoso lambe-lambe. Além disso, a matéria revelava que “A Feira tem o seu aspecto humano-social: as barracas pagam uma taxa à organização que a dirige e este dinheiro é revertido em favor de nordestinos que chegam ao Rio e ficam à mercê dos seus próprios destinos.” (JORNAL DE VILA ISABEL, Ano I nº 17, p. 9). No entanto, também é feita referência à falta de segurança e o abandono do bairro (JORNAL DE VILA ISABEL, Ano IV nº 81, p. 13).

Ao analisar essas reportagens de jornais locais, percebe-se que tanto a Quinta da Boa Vista quanto a Feira Nordestina eram, e ainda são opções de lazer para os moradores locais de São Cristóvão e os de suas redondezas. Entretanto, os museus não são citados como opções de lazer e cultura. Nesse período, São Cristóvão já contava com museus, como o Museu Nacional e o Museu do Primeiro Reinado, com o Observatório Nacional, com os clubes de futebol, como o Clube de Regatas Vasco da Gama e o São Cristóvão Futebol Clube; mesmo assim, não se reconheciam esses espaços culturais como opções de diversão e lazer.

Ainda na década de 1980, o Jornal do Brasil discorria que “São Cristóvão até hoje conserva o tempo da nobreza”, e como “Alguns exemplos das casas do período imperial podem ser vistos na Rua Bela, 530, construído em 1874; na Rua General Almério de Moura²³, 47 e 49, de 1886; na Rua General Bruce, 727 e 733, construídos em 1880.” (JORNAL DO BRASIL, 1983, p. 27). (**Figuras 5 e 6**).

Figura 5 - Imóvel de 1886, localizado na Rua Coronel Cabrita 47 e 49, em São Cristóvão, Rio de Janeiro, janeiro de 2015.



Fonte: GOOGLE – STREET VIEW, 2015.

²³ Destaca-se um engano desse noticiário. Falava-se na edificação de 1886 na Rua General Almério de Moura, 47 e 49, porém esse imóvel localiza-se na Rua Coronel Cabrita 47 e 49.

Figura 65 - Imóvel de 1886, localizado na Rua Coronel Cabrita 47 e 49, em São Cristóvão, Rio de Janeiro, novembro de 2015²⁴.



Fonte:

<https://www.facebook.com/SaoCristovaoRJ/photos/a.241949362557302.58323.241942992557939/929584907127074/?type=3&theater>

Além disso, nessa edição, falava-se sobre os patrimônios do período imperial, da riqueza do período colonial, da grande quantidade de indústrias no bairro e dos relevantes acervos culturais que o bairro possui (JORNAL DO BRASIL, 1983, p. 27). Discorria-se também, nessa mesma edição, sobre o Hospital Frei Antônio, especializado para pacientes com hanseníase. É interessante destacar que, na reportagem, dizia-se que o hospital ainda tinha, naquele momento, 16 pacientes, mas que o prédio estava aberto a visitas. A princípio, o foco da reportagem é somente no atrativo turístico em potencial.

Escondida pelo Gasômetro, há uma relíquia do período colonial. O Hospital Frei Antônio, para hansenianos. Ocupa um prédio construído pelos jesuítas, em 1752, e transformado em hospital administrado pela Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, em 1763. Um acréscimo foi feito em 1880. A fachada original dava para o mar, o Golfo de São Diogo, onde está hoje a usina de Gás. A entrada é pela Rua São Cristóvão.

[...] (o hospital tem no momento 16 pacientes) [...].

[...] Os interessados podem visitar o prédio, às quintas-feiras, entre 13 e 15h. (JORNAL DO BRASIL, 1983, p. 27).

Na reportagem, comentava-se que, além do Museu do Primeiro Reinado, São Cristóvão possuía ainda, como acervo cultural, o Jardim Zoológico, o Colégio Pedro II,

²⁴ Devido a um forte temporal em novembro de 2015, parte do telhado do imóvel foi destruído.

a Feira dos Nordestinos e, também, as escolas de samba Estação Primeira de Mangueira e Paraíso do Tuiuti.

Na publicação de setembro de 1984 do Jornal do Brasil, editava que “S. Cristóvão guarda pedaço da História”. Dizia-se, nessa edição, que “Conhecer São Cristóvão, [e] passear por suas ruas é percorrer a História do Brasil.” (JORNAL DO BRASIL, 1984, página não informada). E acrescentava-se que, mesmo sendo um bairro histórico, ainda assim, São Cristóvão era um dos cinco bairros mais poluídos da cidade por possuir muitas indústrias.

E sugeria-se, como opção de diversão e lazer, para “Aqueles que gostam de samba também encontram um ponto bom em São Cristóvão: a sede da Estação Primeira da Mangueira e uma escola do grupo 1 B, a Paraíso do Tuiuti. Aos domingos, a festa é no Campo de São Cristóvão, na Feira Nordestina.” (JORNAL DO BRASIL, 1984, página não informada).

Dias depois, o Jornal do Brasil voltava a noticiar acerca de São Cristóvão, informando que “Bairro imperial dá lugar aos tempos modernos”, pois “com o tempo, o bucolismo do Paço de São Cristóvão deu lugar ao progresso, adquirindo uma dinâmica paisagem industrial”. Noticiava-se sobre a intensa industrialização presente no bairro, que fortaleceu sua economia, pois São Cristóvão “contribui com cerca de Cr\$ 8 bilhões para a receita do Estado, é o primeiro bairro em arrecadação tributária do Município.” (JORNAL DO BRASIL, 1984, página não informada).

Essa edição informava ainda que o bairro tinha “mais de 6 mil fábricas, indústrias e estabelecimentos comerciais. Quase tudo é fabricado no bairro: alimentação, vestuário, móveis, joias, cosméticos, sabão, metalurgia e material blindado.” (JORNAL DO BRASIL, 1984, página não informada). Além disso, naquele período, São Cristóvão era um dos bairros mais industrializados da cidade, pois concentrava 1.075 fábricas e indústrias, e era responsável por 14.57% da receita do Estado, o que equivale a Cr\$ 7 bilhões e 500 milhões arrecadados no bairro:

Por estar muito próximo ao Centro, o bairro foi transformado, em 1976, em Zona Industrial e Comercial, de acordo com o então novo Regulamento de Zoneamento do Município. O comércio, que era apenas tolerado em algumas ruas principais do bairro – como a Figueira de Melo e São Luiz Gonzaga – se expandiu por toda a região. Atualmente, São Cristóvão concentra 4 mil 587 estabelecimentos comerciais, em sua maioria de restaurantes e bares, lojas de autopeças e oficinas mecânicas. (JORNAL DO BRASIL, 1984, página não informada).

Com o desenvolvimento rápido e desordenado, principalmente com a industrialização presente em São Cristóvão, isso ocasionou mudanças na paisagem e muita poluição, promovendo São Cristóvão, em 1976, à condição de o mais poluído da cidade. O jornal discorria também sobre a falta de saneamento nas favelas de São Cristóvão e a consequência do seu surgimento e, ainda, “a construção de novas áreas de lazer e cultura – restritas à Quinta da Boa Vista e aos museus – é outra reivindicação do bairro.” (JORNAL DO BRASIL, 1984, página não informada):

Outra carência do bairro é a de esgotos nas 15 favelas. Atualmente, um terço da população do bairro vive em favelas – Candelária, Barreira do Vasco, Parque Alegria, Telégrafo, Tuiuti, Marechal Jardim, Mangueira, Ataulfo de Paiva, Retiro Saudoso, Parque Vitória, Ferreira Araújo, Parque dos Mineiros, Erévia de Sá, Parque Orácio Cardoso Franco e Vila Arara – expostos às doenças causadas pelos dejetos a céu aberto e os insetos e ratos, que proliferam no lixo.

- A carência de moradias populares para atender às famílias que trabalham nas indústrias do bairro propiciou o aparecimento de favelas. Se todas as grandes empresas situadas em São Cristóvão construíssem núcleos habitacionais para seus trabalhadores, o número de favelas diminuiria consideravelmente – afirmou o presidente da Associação Comercial e Industrial de São Cristóvão, Athus Ferreira. (JORNAL DO BRASIL, 1984, página não informada).

Outra questão discutida nesta publicação foi a refuncionalização e/ou transformação do Pavilhão de São Cristóvão, porém não se comentou acerca da Feira Nordestina, que já se instalara no entorno do local por muitas décadas:

A utilização do Pavilhão de São Cristóvão como espaço cultural é pedida por todos os moradores. Criada a polêmica em torno do aproveitamento do Pavilhão, projetos não faltam para sua utilização no local. As sugestões variam do **Camelódromo** [grifo do autor] até a criação de uma enorme gafeira. Já o Presidente da Associação Comercial e Industrial de São Cristóvão, Athus Ferreira, acredita que a solução mais indicada é a transformação do Campo de São Cristóvão e do próprio Pavilhão num ultramoderno terminal interestadual rodoviário, com a construção de hotéis, edifícios-garagem, um complexo logístico, além de cinemas e teatros.

- Não temos população para usufruir de um centro cultural, pois os moradores não têm poder aquisitivo para frequentá-lo constantemente. Já a criação do terminal reativaria a economia do bairro, criando milhares de empregos – justificou Athus Ferreira. (JORNAL DO BRASIL, 1984, página não informada).

Como opções de lazer e diversão, a reportagem sugeria o Museu Nacional, o Museu da Fauna, o Jardim Zoológico, o Museu do Primeiro Reinado, o Museu da

História em Quadrinhos, a Feira dos Nordestinos, o Hospital Frei Antônio, o Observatório Nacional e a Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira:

Nem só de museus vive São Cristóvão. Considerado o bairro de mais rico acervo cultural do país, São Cristóvão tem muito a oferecer. Num rápido passeio pelo bairro, pode-se encontrar desde a Feira dos Nordestinos até o Museu de História em Quadrinhos – da Editora Brasil-Cultural. (JORNAL DO BRASIL, 1984, página não informada).

Sobre o Museu de História em Quadrinhos, este localizava-se na Rua Almério de Moura nº 320, em São Cristóvão. Pertencia à extinta Editora Brasil-América, mas popularmente conhecida como EBAL, fundada em 1945 por Adolfo Aizen, o “Pai das Histórias em Quadrinho do Brasil”. A EBAL era uma das maiores editoras brasileira de revistas em quadrinhos (PCRJ, 1991, p. 124).

Como curiosidade, até os anos de 2011, nas dependências dessa editora, existia uma famosa locomotiva a vapor (**Figura 7**), que desativada serviu como opção de diversão e lazer para as crianças que visitavam a editora. Essa locomotiva operava na década de 1940, nas instalações da extinta Cia. Petropolitana de Tecidos, em Cascatinha, na cidade de Petrópolis. Chegou à editora EBAL em 1967, como presente do Dia das Crianças. Por iniciativa dos membros da Regional Petrópolis da AFPF (Associação Fluminense de Preservação Ferroviária), houve a remoção da locomotiva de São Cristóvão, Rio de Janeiro para Petrópolis (SILVA, V., 2011).

Figura 7 - Locomotiva a vapor desativada que se encontrava na extinta Editora EBAL, em São Cristóvão, Rio de Janeiro, 2011.



Fonte: <http://lauaxiliar.blogspot.com.br/2011/06/epopeia-da-locomotiva-da-ebal.html>

Vale a pena contextualizar, como outra opção de diversão e lazer, o cinema. Lembra-se que São Cristóvão, assim como outros bairros da cidade do Rio de Janeiro, possuía até as décadas de 1970 e 80, diversas salas de cinema nas ruas (SOUSA, 2014). Com o advento e ascensão dos *shoppings centers* pela cidade, principalmente entre as décadas de 1980 e 1990, os cinemas de rua deixaram de existir. Dentre alguns cinemas existentes na região de São Cristóvão (**Quadro 3**), destacam-se o Cine Natal e o Cinema Fluminense.

Quadro 3 - Relação de cinemas na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. Destacam-se os cinemas da região de São Cristóvão, 2014.

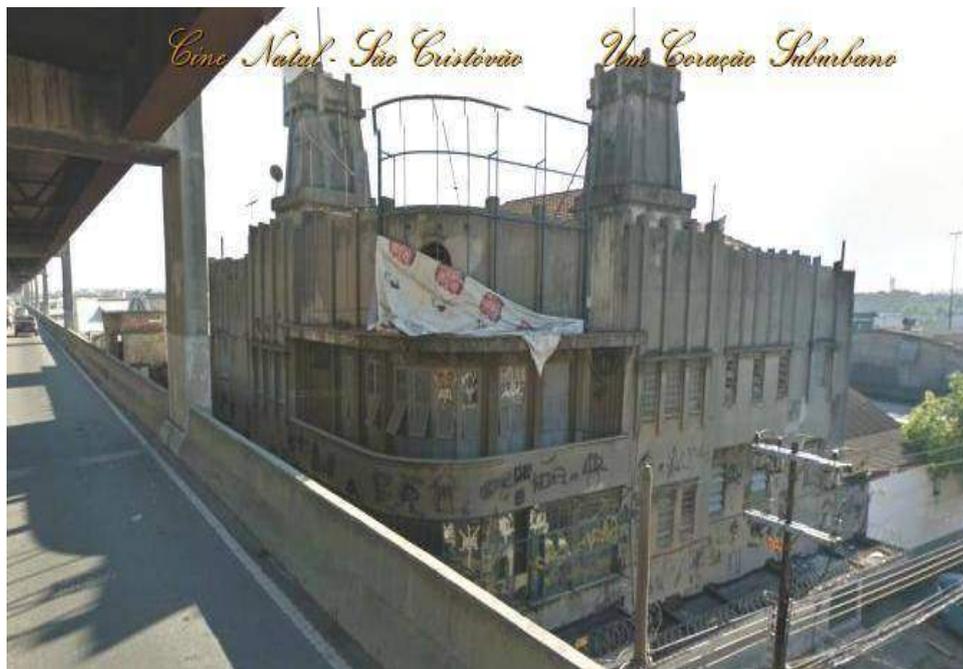
INAUGURAÇÃO	FECHAMENTO	ÚLTIMO NOME	NOME ANTERIOR	ENDEREÇO	Nº	BAIRRO
07/11/1097	19/1/1908	C. Popular		Campo de São Cristóvão	17 B	São Cristóvão
1908	1908	Cinema Cidade		Rua Figueira de Melo	335	São Cristóvão
1909	12/1/1910	Cinema Flores		Rua Ana Neri	265	Benfica
1909	1909	Cinema Pátria		Rua São Luiz Gonzaga	102	São Cristóvão
1909	1909	Clube Esportivo Guranez		Rua Ana Neri	258	Benfica
07/1909	12/1909	Cinema São Cristóvão	Cinema Cidade	Rua Figueira de Melo	335	São Cristóvão
1/2/1910	2/8/1918	Cinema Bijou / Cinema Rio		Rua Capitão Salomão	65	São Cristóvão
25/3/1910	17/8/1933	Cinema Pátria		Rua São Luiz Gonzaga	78	São Cristóvão
1911	30/9/1912	Mignon Cinema		Rua Ana Neri	219	Benfica
11/1911	?	Cinema Teatro		Rua Senador Alencar	166	São Cristóvão
1914	1923	Cinema São Cristóvão		Rua São Cristóvão	425	São Cristóvão
22/10/1916	?	Cinema Vénus		Rua São Cristóvão	?	São Cristóvão
17/12/1916	31/5/1981	Cinema Fluminense		Campo de São Cristóvão	69	São Cristóvão
09/1917	05/1950	Cine Parc Brasil	Clube Esportivo Guranez	Rua Ana Neri	258	Benfica
30/8/1918	1/9/1920	Cine Teatro Yolanda	Cinema Bijou / Cinema Rio	Rua São Luiz Gonzaga	67	São Cristóvão
02/1921	04/1924	Cinema Rio	Cine-Teatro Yolanda	Rua Luiz Gonzaga	65/67	São Cristóvão
05/1933	31/12/1954	Cinema São Cristóvão	Cinema Pátria	Rua São Luiz Gonzaga	78	São Cristóvão
23/9/1940	15/3/1972	Cine Natal		Rua Bela	948	São Cristóvão
21/10/1949	7/2/1954	Cine Piratini		Rua Bela	?	São Cristóvão
1951	1959	Cine Santa Rita		Rua São Januário	249	São Cristóvão
1954	1959	Cinema da Paróquia de São Cristóvão		Rua Benedito Ottoni	s/n	São Cristóvão
1955	1/6/1969	Cinema São Carlos		Rua Bela	535	São Cristóvão

Fonte: Adaptado de Sousa, 2014.

O Cine Natal (**Figura 8**) localizava-se na Rua Bela nº 948. Foi inaugurado em 1940 e fechado em 1972 (SOUSA, 2014). Atualmente é um estabelecimento comercial. O Cine Fluminense (**Figuras 9 e 10**) ficava no Campo de São Cristóvão nº 105. Foi inaugurado em 1916 e fechado em 1981. Hoje é uma das sedes da emissora de televisão SBT, situadas em São Cristóvão²⁵.

²⁵ A emissora de televisão SBT tem duas sedes em São Cristóvão, uma na Rua General José Cristino nº 40, e outra, no Campo de São Cristóvão nº 105.

Figura 8 - Cine Natal, com capacidade para 822 lugares, em 1945, e 670 lugares, em 1979, localizado na Rua Bela nº 948, São Cristóvão, Rio de Janeiro, s/d.



Fonte:

<https://www.facebook.com/memoriacinemasderua/photos/pcb.767474056728898/767472113395759/?type=3&theater>.

Figuras 9 e 10 - Cinema Fluminense, com capacidade de 1.500 lugares, localizado no Campo de São Cristóvão nº 105, São Cristóvão, Rio de Janeiro, s/d. Atualmente o imóvel é um estúdio da emissora de televisão SBT, Rio de Janeiro, 2015.



Fonte: <https://cinefechadoparareforma.wordpress.com/2015/05/14/cine-fluminense-sao-cristovao-rj/>; Raquel Aquino, 2015.

Em outubro de 1985, a edição nº 3 do “Espaço Cultural Rio” publicou “A nova história dos velhos coretos”, dizendo que “O coreto do Campo de São Cristóvão deu início ao processo de tombamento de outros 13”. Noticiava-se que o pedido de tombamento do coreto do Campo de São Cristóvão partiu da Associação de Moradores do bairro, com o apoio do Museu do Observatório Nacional e do Museu do Primeiro Reinado. A partir disso, o então Departamento de Cultura da Secretaria de Ciência e Cultura do Estado realizou o projeto de tombamento provisório de 14 coretos em todo o Estado do Rio de Janeiro. O coreto de São Cristóvão é tombado pelo atual INEPAC sob o processo nº E – 18/300.288/1985, com Tombamento Provisório datado em 16/12/1985²⁶.

O Jornal do Brasil, em maio de 1986, noticiava que “Vila residencial evita expansão industrial em São Cristóvão e Benfica”. A edição informava que a Prefeitura incentivava a construção de vilas residenciais nos bairros de São Cristóvão, Benfica e Mangueira — que não era permitido, para evitar a expansão industrial e fazer a reurbanização do Campo de São Cristóvão e do largo Pedro Lobianco. É interessante observar o quanto o Solar da Marquesa de Santos era um espaço movimentado, pois foi sede da DPHA, recebeu eventos culturais e, até, contou com a presença do então prefeito para a assinatura do decreto legislativo da região de São Cristóvão:

[...] O Prefeito Saturnino Braga assinará hoje, no Solar da Marquesa de Santos, o decreto revendo a legislação do uso do solo na região.

O secretário municipal de Desenvolvimento Urbano, Luís Carlos Francisco dos Santos, explicou que a revisão é necessária “porque a legislação vigente dificulta a renovação da área, não atende às necessidades de intensificação do uso residencial, vantajoso pela proximidade do mercado de trabalho, nem as de remanejamento de indústrias em função da deterioração ambiental.”

[...] Pela nova legislação, o uso residencial será permitido em toda a região e haverá incentivo à construção de vilas. A política é conciliar o uso residencial com o industrial não poluente. (JORNAL DO BRASIL, 1986, p. 8).

O decreto mencionado refere-se ao Decreto Municipal nº 5.840, de 21/05/1986, que priorizou o uso residencial e restringiu o industrial. Desse modo, incentivou-se, a partir desse decreto, a construção de vilas residenciais, e reduziu-se o uso industrial, confirmando a utilização já existente, porém não poluente²⁷.

²⁶ No Apêndice A, tem-se a Tabela 7 com a Relação dos Bens Imóveis Tombados na VII Região Administrativa de São Cristóvão e suas respectivas legislações de proteção.

²⁷ Contextualiza-se que a década de 1980 foi o período de implantação e discussões acerca das políticas ambientais no Brasil. A Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) foi instituída pela Lei 6.938, de 31

Verifica-se que as reportagens de jornais das décadas de 1960, 1970 e 1980 faziam referência, diversas vezes, à Quinta da Boa Vista, ao Solar da Marquesa de Santos e à Feira Nordestina como pontos de identificação de São Cristóvão. Fundamentado nisso, parte-se da ideia de que esses lugares seriam os principais pontos representativos do bairro.

Com base nas análises acerca dos noticiários de jornais, verificam-se, claramente, os múltiplos territórios culturais existentes na região de São Cristóvão — territórios culturais com identidades imperial, nordestina, fabril e do samba. Por isso, é importante contextualizar os múltiplos territórios culturais com as discussões sobre a diversidade cultural. Como já destacado no primeiro capítulo sobre as discussões pelo mundo, principalmente na década de 1980, sobre a diversidade cultural, como a Declaração do México de 1985, que alegou: “universal não pode ser postulado em abstrato por nenhuma cultura em particular, surge da experiência de todos os povos do mundo, cada um dos quais afirma a sua identidade. Identidade cultural e diversidade cultural são indissociáveis.” (UNESCO, 1985, p. 2).

Pela imagem de São Cristóvão, como bairro que possui uma diversa riqueza cultural, com história e arquitetura colonial, esse lugar torna-se uma oportunidade de promoção de muitos eventos culturais. Destaca-se que, desde a década de 1980 até a atualidade²⁸, há alguns eventos culturais nesta região. Por ser uma região com um diverso acervo cultural, existe a possibilidade de fomento e divulgação de seus espaços culturais.

Como no Museu do Primeiro Reinado, que era naquele momento, um espaço em que promovia-se eventos como o “Projeto São Cristóvão Cultural”. Este projeto surgiu pela realidade histórica e cultural que São Cristóvão possui. E os seus objetivos eram promover a integração e a valorização da cultura local e unir as instituições entre si com

de agosto de 1981, que estabeleceu conceitos, princípios, objetivos, instrumentos, penalidade, seus fins, mecanismos de formulação e aplicação, e instituiu o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). É fundamental destacar que esta lei é anterior à Constituição promulgada de 1988. Outras leis ambientais foram promulgadas nesta década, como a Lei da Área de Proteção Ambiental – nº 6.902, de 27/04/1981; a Lei do Gerenciamento Costeiro – número 7.661, de 16/05/1988; a Lei da criação do IBAMA – número 7.735, de 22/02/1989; a Lei do Zoneamento Industrial nas Áreas Críticas de Poluição – número 6.803, de 02/07/1980. Fonte: <http://planetaorganico.com.br/site/index.php/meio-ambiente-as-17-leis-ambientais-do-brasil/>.

²⁸ Atualmente, existem projetos culturais no Museu Militar Conde de Linhares (MMCL), que propõe aumentar, aperfeiçoar e diversificar as atividades culturais, divulgando e se aproximando cada vez mais da comunidade, pois o MMCL entende que a função do museu vai além de recolher e conservar peças do acervo histórico. Como projetos, o MMCL apresenta, como evento mensal, o Festival Curta com Teatro; e o Encontro com Corais, que acontece semanalmente, em suas dependências.

a comunidade, num processo de integração²⁹ (PROJETO SÃO CRISTÓVÃO CULTURAL, 1983).

É interessante apontar que, até a atualidade, muitos eventos culturais, como esses projetos da década de 1980, ainda são promovidos com o objetivo de fomentar a valorização e o reconhecimento das culturas do lugar, com o apoio das instituições científicas e culturais estabelecidas na região de São Cristóvão.

2.2 A primeira APA São Cristóvão: a promulgação do Decreto Municipal nº 5.840, de 1986

Na prática, os estudos de elaboração das Áreas de Proteção Ambiental (APAs) iniciaram-se também com a mobilização social dos bairros centrais da cidade. Além disso, o interesse histórico foi um dos critérios de conservação dos bairros que seriam transformados em APAs.

A solicitação de estudos de áreas com vistas a preservação tem como origem pedidos encaminhados oficialmente ao DGPC ou ao CMPC, pela Secretaria Municipal de Urbanismo/SMU, por comunidades organizadas ou cidadãos, e avaliações e análises técnicas realizadas por membros de sua equipe. Desta forma, o DIP passa a ser a principal peça na estrutura do DGPC solicitando pesquisas de bairros com interesse histórico ao DGPC-1, e estabelecendo os critérios de conservação das Áreas de Proteção do Ambiente Cultural/APAC da Cidade, a serem aplicados pelo DPR-1³⁰. (CARLOS, C., 1997, p. 40 e 41).

As APACs foram criadas em diversas áreas da cidade do Rio de Janeiro para impedir o interesse do setor imobiliário em áreas históricas, bem como incentivar a revitalização dessas áreas da cidade.

O viés da preservação do patrimônio ambiental surgiu inicialmente, como uma alternativa legal capaz de barrar de imediato, as investidas do capital imobiliário e alavancar a revitalização *através da conscientização da população local, da importância da conservação do seu ambiente original* [sem grifo no original]. As iniciativas mobilizaram diversos setores da

²⁹ O evento de 1984, denominado “Projeto São Cristóvão Cultural”, é semelhante ao projeto que existe desde 2009, chamado “Turismo Cultural do Bairro Imperial de São Cristóvão”, pois ambos objetivavam promover a interação e a valorização da cultura local, através da participação das instituições locais e a comunidade. O projeto Turismo Cultural do Bairro Imperial de São Cristóvão será discutido no capítulo III.

³⁰ Pelas siglas DIP; DGPC-1; e DPR-1, compreende-se respectivamente por: Divisão de Inventário e Planejamento; Divisão de Cadastro e Pesquisa; e Divisões de Preservação e Restauração (CARLOS, C., 1997).

sociedade e da mídia, resultando, a partir da década de 80, em legislações municipais de proteção. (CARLOS, C., 1997, p. 26).

Sobre os levantamentos para a implantação da primeira APA São Cristóvão, que se realizaram a partir da década de 1980, destaca-se, dentre os diversos documentos, um estudo elaborado, em 1982, pela Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral (SMP), órgão vinculado à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ), para os bairros de São Cristóvão, Benfica e Mangueira (PCRJ, 1982).

Nesse estudo, tem-se o relatório sobre a “Preservação de sítios ou imóveis de interesse arquitetônico”, que diz que mesmo com a ambiência muito descaracterizada, São Cristóvão possui três imóveis tombados em nível federal, que não são os únicos de valor histórico: a Casa da Marquesa de Santos, que, à ocasião, era o Museu do Primeiro Reinado; o Paço de São Cristóvão, atual sede do Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista; a Quinta da Boa Vista, então parque municipal. O tombamento federal de todos os imóveis foi oficializado de acordo com os processos de 1938. Além disso, foram consideradas, também, como bens de interesse histórico³¹, as Escolas Municipais Portugal, Floriano Peixoto, Gonçalves Dias e Nilo Peçanha³² (PCRJ, 1982).

Percebe-se que não se consideraram, neste estudo, as igrejas, os espaços públicos, os imóveis residenciais e industriais históricos, o hospital de arquitetura colonial, o patrimônio ferroviário e a arquitetura moderna. De fato, constata-se que o estudo limitou-se aos patrimônios do período imperial e aos patrimônios datados anteriores a 1938, data referencial aos imóveis passíveis de tombamento, conforme sugestão do IPHAN.

Outro documento que se destaca nos estudos para a implantação da APA São Cristóvão é o Estudo de Entorno dos Monumentos Tombados no Bairro de São Cristóvão, elaborado pelo então SPHAN³³ / 6ª Superintendência Regional (SR), em dezembro de 1985, que trata da “Relação, por logradouros, dos imóveis com interesse

³¹ Os imóveis históricos, ou melhor, as Escolas Municipais citadas, fazem parte do “Inventário de Edificações Escolas Municipais (1870-1945)” – Subsídio para a Política de Proteção a Monumentos e Sítios – P/SPU”, segundo o próprio estudo SMP, de 1982.

³² Essas Escolas Municipais foram inauguradas, respectivamente, em 1937, 1922, 1893 e 1910.

³³ O Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi a primeira denominação do órgão federal de proteção ao patrimônio cultural brasileiro, hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

para a proteção ambiental.” (SPHAN, 1985). Tal estudo³⁴ foi realizado pela Fundação Nacional pró-Memória³⁵ (FNpM).

Sobre o termo “entorno” foi, conceitualmente, utilizado por Lia Motta como referência “à área que envolve o bem tombado, cuja preservação é necessária para manter sua integridade.” (MOTTA, 2010, p. 12). A autora destaca que o instrumento do entorno, conceitualmente iniciado e definido no art. 18 do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, trata da proteção da vizinhança e visibilidade dos bens tombados a nível estritamente técnico (MOTTA, 2010, p. 9). E que, independentemente do estabelecimento dos entornos pelos órgãos de preservação ou de planejamento, o discurso sempre destacou como ponto principal o valor atribuído às áreas. Da mesma forma, como o que diferencia as áreas tombadas das áreas de entorno é o valor atribuído a cada uma. Entretanto, a “área de entorno será de referência para a compreensão da coisa tombada, cabendo, então, parâmetros de proteção apropriados ao valor de entorno, sempre adequados ao valor atribuído.” (MOTTA, 2010, p. 96). Em relação à aplicabilidade e abordagem atual acerca do tema entorno, Motta (2010) conclui que:

Trata-se de aplicar esse instrumento – do entorno – em toda sua plenitude na proteção dos referenciais necessários à compreensão do monumento e sítios tombados.

A explanação realizada nesta publicação mostra que o tema entorno hoje deve ser abordado de forma interdisciplinar e multidisciplinar: o pesquisador que se lança nessa área deve ter em mente que sua abordagem lida, necessariamente, com outros campos do conhecimento, como o jurídico, o urbanístico, o arquitetônico, o geográfico, o histórico, o socioeconômico, o político, o educacional. (MOTTA, 2010, p. 96).

Sampaio (2006) contribui ao se referir à responsabilidade de análise, de monitoramento e controle sobre a área de entorno, destacando a necessidade de pareceres técnicos mais detalhados.

No referido relatório produzido pelo SPHAN para o bairro de São Cristóvão, o instituto atendeu à recomendação do Setor de Preservação de Conjuntos Históricos da Diretoria do Patrimônio Cultural do Município (DPC), para que fossem reavaliados os

34 O Estudo de Entorno dos Monumentos Tombados no Bairro de São Cristóvão foi elaborado por uma equipe composta por Eurico Antonio Calvente, Meise Caetano A. Paes, Lauro Cavalcanti, Mariane Dalmasso, Fortunato Ferraz, Letícia Poppe Figueiredo e Nelson Hemerson Kammer.

35 A Fundação Nacional Pró-Memória (FNpM) foi um órgão público executivo criado em 1979 e extinto em 1990. Funcionou ao lado da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) (FONSECA, 2005).

estudos de definição de áreas de proteção ambiental do Solar da Marquesa de Santos. Com o objetivo de incluir no estudo a Quinta da Boa Vista, foram realizados novos levantamentos na área de São Cristóvão; incluiu-se, então, o Observatório Nacional³⁶, cujo tombamento, à ocasião, foi registrado pelo SPHAN (SPHAN, 1985). Segundo esse relatório elaborado pelo SPHAN os principais desdobramentos foram:

[...] parte integrante do trabalho de revisão do zoneamento urbano do bairro realizado pela Secretaria de Planejamento do Município do Rio de Janeiro e serviram de subsídios para definição das novas posturas propostas para a área.

Serviu também para identificar os valores culturais presentes na área considerada como proximidade dos Monumentos Tombados, completando o trabalho desenvolvido pela Diretoria do Patrimônio Cultural do Município em defesa do Patrimônio Cultural de São Cristóvão, visando dotar a nova legislação de mecanismos sensíveis às questões preservacionistas. (SPHAN, 1985).

Este estudo tinha, como proposta da área de entorno, definir uma só área que integrasse os três monumentos, o que possibilitaria o relacionamento visual existente entre o Observatório Nacional e a Quinta da Boa Vista e a homogeneidade presente entre os contextos envolventes da Quinta e do Solar. As APAs foram pensadas pela necessidade de defender as manchas verdes do bairro, como a Quinta da Boa Vista e o Observatório Nacional (SPHAN, 1985). Segundo Claudio Carlos (1997, p. 135), “Este espaço foi classificado em Zonas Residenciais/ZR, Centros de Bairros/CB, Zonas Industriais/ZI (contendo indústrias não poluentes) e Áreas de Proteção Ambiental/APA.”.

Nesse relatório do SPHAN, foram identificados poucos prédios altos na área, pois a presença deles interferiria no diálogo das elevações naturais e na visibilidade dos monumentos. Com isso, o estudo elaborou uma relação dos imóveis a serem encaminhados à DPC, e informou, como “exemplares destacados”, a Caixa d’água do Pedregulho; a Caixa d’água da Quinta da Boa Vista; Campo de São Cristóvão nº 310, Escola Municipal Gonçalves Dias; Ladeira São Januário; Av. Pedro II - Escola

³⁶ Respectivamente, os tombamentos promulgados pelo SPHAN para os bens Solar da Marquesa de Santos, Quinta da Boa Vista e Observatório Nacional são: no Livro Belas-Artes, vol. 1, inscrição 10 em 30/03/1938; no Livro Histórico, vol. 1, inscrição 68, e no Livro Belas-Artes, vol. 1, inscrição 154 em 30/06/1938; e, no Livro Histórico, vol. 1, inscrição 509 em 14/08/1985.

Observa-se que os dois primeiros bens tombados estão entre os primeiros tombamentos federais, enquanto o último é mais recente, portanto, contemporâneo à primeira legislação local da VII Região Administrativa de São Cristóvão. Trata-se do primeiro PEU em conjunto da primeira APA de São Cristóvão, promulgado pelo Decreto Municipal nº 5.840, de 21/05/1986.

Municipal Nilo Peçanha; Rua São Januário nº 201, 541/551; Rua Francisco Eugênio nº 375; Rua Teixeira Júnior nº 67 - Chalet de madeira, 133/135; A. do Exército nº 105; e Rua Faria Braga nº 257 – Chalet de madeira (SPHAN, 1985).

Participaram deste estudo e conduziram sob uma ótica multidisciplinar, órgãos como a FEEMA³⁷, a Companhia do Metropolitano, o Departamento de Engenharia Urbanística e, também, reuniões abertas. Chama a atenção, neste caso, a participação da comunidade local na elaboração desse estudo. O SPHAN identificou que a “Comunicação do bairro [foi] através [de] reuniões realizadas no decurso do trabalho, tendo sido registrada a expectativa dos moradores frente aos diversos problemas detectados.” (SPHAN, 1985). A AMA São Cristóvão, através de carta comunitária, divulgou, como posição de princípios dos seus moradores, diversas considerações sobre os problemas oriundos de zoneamento da região, onde a diversidade de usos de solo impôs patologias que geraram o desconforto ambiental.

Dentre as diversas considerações, a Associação de Moradores ressaltou o grande acervo histórico-cultural de São Cristóvão, que sofre “dilapidações através do processo de renovação urbana que corroi a memória da história brasileira” (AMA, 1985, p. 1), e descaracteriza a ambiência tipicamente residencial do bairro. Para tanto, a AMA São Cristóvão considera “a necessidade de preservação do extenso patrimônio histórico da região” (AMA, 1985, p. 2), que necessita de apoio de uma legislação que reverta “a atual tendência, salvaguardando assim, como sub-produto, a qualidade de vida dos moradores.” (AMA, 1985, p. 3). A AMA São Cristóvão solicita que o “novo zoneamento venha a atender preferencialmente o interesse do habitante da área, agindo em sua defesa, edificando-se os instrumentos que obstaculizem este processo de transformação de uso.” (AMA, 1985, p. 3).

Fundamentado nesse estudo do SPHAN, esta pesquisa traz, a partir da elaboração do **Mapa 3**, observações que elegem algumas questões pertinentes às áreas deste estudo de 1985³⁸.

³⁷ FEEMA - Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente, atual Instituto Estadual do Ambiente (INEA).

³⁸ No Apêndice B, constam as Tabelas 8, 9 e 10, referentes às investigações dos bens tombados Solar da Marquesa de Santos, Quinta da Boa Vista e Observatório Nacional, respectivamente, sobre a Lista de logradouros analisados pelo SPHAN para o Estudo de Entorno dos Monumentos Tombados no Bairro de São Cristóvão, em 1985.

Mapa 16 - Estudo do entorno dos monumentos tombados no bairro de São Cristóvão – SPHAN – 1985



Fonte: APAC, LC N°24/93; Google Earth; Portal Geo – IPP; Serviço de imagens da ESRI. Consulta em junho de 2018. Elaborado por: Maria Luciene da Silva Lima.

O SPHAN, ao analisar o bem tombado Solar da Marquesa de Santos, avaliou, em inventário, as Ruas São Cristóvão, Antunes Maciel, Almirante Baltazar, Francisco Eugênio, Figueira de Melo e a Avenida Pedro II (SPHAN, 1985). Observa-se que, na Rua São Cristóvão, o estudo apenas considerou analisar parte dela, omitindo análise acerca do acesso ao Hospital Frei Antônio, que começa nessa mesma rua. Problematisa-se o porquê desse patrimônio — já tombado em nível municipal, e que faz parte historicamente da ocupação territorial do bairro de São Cristóvão — ter sido desconsiderado em tal estudo. Mais adiante, no subcapítulo 2.3 refletir-se-á sobre essa problemática relacionada ao Hospital Frei Antônio.

Na análise do SPHAN acerca do bem tombado Quinta da Boa Vista, o Instituto examinou, em inventário, as Ruas São Luís Gonzaga, Cadete Ulisses Veiga, Sinimbu, do Parque, Mineira, Catalão, Fonseca Teles, Pedro Paiva, Antônio Henrique de Noronha, Chaves de Faria, Paula e Silva, Bahia, a Travessa Sabino e a Avenida do Exército (SPHAN, 1985). Com base nessas observações, percebe-se que, na Rua Mineira, o Instituto não analisou o Reservatório da Quinta da Boa Vista ou de São Cristóvão ou do Barro Vermelho³⁹. Observa-se ainda que no exame do Instituto, dessa rua, residências em estilos *art déco* (SPHAN, 1985), assim descrito no inventário do referido estudo, foram desconsideradas outras construções arquitetônicas de diferentes períodos da história.

Na investigação do SPHAN sobre o bem tombado Observatório Nacional, o órgão inventariou as Ruas General Argolo, Senador Alencar, São Januário, Teixeira Júnior, Bela, General Bruce, Esberard, General José Cristino, Conde de Leopoldina, Bonfim, Faria Braga, e parte do Campo de São Cristóvão (SPHAN, 1985). Baseado nessas observações, verifica-se que o SPHAN, ao analisar parte do Campo de São Cristóvão, não considerou o Colégio Pedro II, o Pavilhão de São Cristóvão e os mobiliários urbanos do Campo de São Cristóvão, como o coreto e a murada em frente ao Colégio Pedro II.

A partir desse estudo, o Instituto realizou reuniões com seus técnicos responsáveis, para discussões relacionadas às áreas do entorno dos mencionados bens tombados. Em reunião de fevereiro de 1987, o técnico responsável pela Coordenadoria

³⁹ O Reservatório da Quinta da Boa Vista ou de São Cristóvão ou do Barro Vermelho, é um reservatório do período imperial, de 1867, e tem como componentes do seu sítio caixas d'água, jardins e residências. Seu tombamento é em nível estadual, pelo Processo nº E18/001.542 de 09/12/1998. Fonte: INEPAC, 2013.

de Proteção do SPHAN argumentou duas questões relacionadas à proposta apresentada, que seriam:

- 1) Embora a definição e normatização das áreas de entorno, em conjunto com o município, venham a ser adotadas na nova legislação de uso do solo para o bairro, não se retardar a execução de portaria de entorno pelo SPHAN. Concordamos que deva ser dado ao município o referendun sobre o atual estudo mas, através de instrumento oficial do SPHAN;
- 2) Tendo em vista que [a] não descrição do perímetro tombado da Quinta da Boa Vista sugerimos que, em conjunto com a portaria de entorno, se proceda a rerratificação do tombamento, pelos limites do parque traçado por Glaziou. (SPHAN, 1987).

Observa-se que, nesse estudo elaborado pelo SPHAN e o estudo da PCRJ de 1982, o Instituto propunha a imediata aplicação da portaria de entorno do SPHAN, no qual o município se fundamentaria; da mesma forma, quanto à descrição do perímetro tombado da Quinta da Boa Vista, que esta também ficaria a cargo do SPHAN.

No que se refere à aplicação da portaria de entorno do SPHAN, o Instituto privilegiou discutir, na década de 1980, e principalmente no ano de 1986, a temática do entorno. Esse período pode ser considerado como uma importante época “para o processo de consolidação dos procedimentos administrativos em relação ao entorno.” (MOTTA, 2010, p. 69). O IPHAN, em 1986, estabeleceu duas portarias de entorno, as Portarias nº 10 e 11.

A Portaria nº 10⁴⁰ determina, em seu artigo 1º, “os procedimentos a serem observados nos processos de aprovação de projetos a serem executados em bens tombados pela SPHAN ou nas áreas de seus respectivos entornos”. Além disso, pontua, em seu preâmbulo, as considerações acerca da necessidade:

- (a) da preservação dos bens tombados e de seus respectivos entornos; (b) de zelar pela integridade dos referidos bens, bem como pela sua visibilidade e ambiência; (c) de fixar normas para que as novas construções não perturbem a moldura de que se revestem os seus bens culturais tombados; (d) de uniformização dos procedimentos a serem adotados para aprovação de projetos para execução de obras em bens tombados ou em áreas de seus respectivos entornos; (e) de uniformização dos procedimentos a serem adotados pelas Prefeituras Municipais na expedição de licença para construir em áreas submetidas à proteção do SPHAN. (IPHAN, 1986a).

⁴⁰ A Portaria nº 10, de 1986, foi revogada pela Portaria nº 420, de 2010. Fonte: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_10_de_10_de_setembro_de_1986.pdf

A Portaria nº 11 instaurou as normas e os procedimentos dos processos de tombamento no âmbito do SPHAN, e “tornou-se um instrumento bastante significativo para regulamentar os processos de tombamento e de seus entornos” (MOTTA, 2010, p. 68). Motta contribui apontando que, nesta portaria:

[...] é sugerido que o processo de tombamento seja instruído, levando-se em conta a delimitação de sua área de entorno e que essa instrução seja realizada pelas unidades regionais do IPHAN e complementada pelo departamento central, na época, o Departamento de Proteção (Deprot) e, posteriormente, o Departamento de Patrimônio Material (Depam). (MOTTA, 2010, p. 68).

Na reunião de março de 1988, os técnicos responsáveis do SPHAN abordaram questões relacionadas ao referido estudo, como a falta do detalhamento do perímetro dos bens tombados Quinta da Boa Vista e Solar da Marquesa de Santos. Desse modo, os técnicos alegaram que “[...] foi discutida a necessidade de rerratificação de ambos os tombamentos. Bem como, a definição de critérios para a ocupação dos terrenos que vierem a ficar fora do perímetro tombado.” (SPHAN, 1988).

Nessa mesma reunião, fez-se referência à portaria de entorno do SPHAN, onde se discutiu sobre “a necessidade de transformar o estudo apresentado em portaria de entorno da SPHAN” (SPHAN, 1988)⁴¹. Devido à nova legislação elaborada pela Superintendência de Planejamento Urbano da Secretaria Municipal de Planejamento (SPU/SMP) e pela 6ª DR/SPHAN, que incidia no bairro de São Cristóvão acerca do uso do solo, os técnicos do SPHAN concordaram que a fiscalização da área de entorno proposta poderia ficar sob a responsabilidade do município, exceto de determinados terrenos que são considerados especiais pela sua situação particular em relação aos bens tombados. Nesse sentido:

A tutela da Quinta da Boa Vista ficou a cargo da Diretoria do Patrimônio Artístico e Cultural e à SPHAN, enquanto a do Observatório Nacional somente à SPHAN. Com o objetivo de garantir a visibilidade dos bens tombados foi proposto para toda a área um gabarito igual ou inferior a 05 pavimentos. Em algumas áreas foram previstos gabaritos de até 08 pavimentos, sendo na periferia da área de entorno, permitidos até 09 pavimentos.

Foram definidos usos, ocupações e gabaritos compatíveis com a ambiência dos monumentos tombados. O estabelecimento destes parâmetros gerou um conjunto de nove sub-áreas, definidas pelos técnicos da SPHAN em função

⁴¹ Desconhece-se a promulgação de portaria de entorno referente ao Estudo de Entorno dos Monumentos Tombados no bairro de São Cristóvão, pelo IPHAN.

de características próprias e de seu relacionamento com os monumentos. (CARLOS, C., 1997, p. 135 e 136).

Portanto, a partir do estudo produzido pelo SPHAN em 1985, para o entorno dos bens tombados, e das motivações e ações populares de 1982⁴², foi que o Poder Executivo promulgou o Decreto Municipal nº 5.840, de 21/05/1986, isto é, a primeira APA e o primeiro Plano de Estruturação Urbana (PEU) de São Cristóvão (CARLOS, C., 1997; SCHLEE et al, 2009). Como bem ressaltou Sampaio, esse decreto “foi a primeira legislação local para a VII R.A., tendo como principais motivações o controle ambiental e o resgate de seu antigo caráter residencial” (SAMPAIO, 2006, p. 156).

Os PEUs da cidade do Rio de Janeiro são os projetos urbanísticos responsáveis pela definição do uso e ocupação do solo de determinados recortes espaciais da cidade, ou melhor, as Unidades Espaciais de Planejamento (UEPs). Esse instrumento iniciou-se desde 1964, quando da elaboração do Plano Urbanístico Básico (PUB-RIO⁴³) e aprovado em 1977 (SAMPAIO, 2006; NACIF, 2007). No contexto da implantação do PEU na cidade do Rio de Janeiro:

Segundo o Plano Diretor aprovado em 1992, cada PEU deveria contar com o seguinte conteúdo mínimo: (1) a delimitação das Zonas de Especial Interesse, definido os usos permitidos; (2) a fixação de índices de aproveitamento do terreno e seus parâmetros urbanísticos; (3) a fixação de índices e parâmetros urbanísticos para as edificações, como altura máxima das edificações, área mínima útil das unidades edificáveis, taxa de ocupação, número máximo de pavimentos das edificações, área total edificável, entre outros; (4) as restrições que incidam sobre edificações ou atividades existentes que não mais satisfaçam as condições da Zona ou Área de Especial Interesse em que se situam e (5) a relação dos bens tombados ou preservados; (5) o quadro de atividades relativo aos usos permitidos para as diversas zonas, número de vagas de garagem e área mínima destinada à recreação. (NACIF, 2007, p. 143).

Segundo Sampaio (2006), para a preparação do Decreto nº 5.840/1986, há documentos relacionados aos estudos do trabalho em conjunto da SPU/SMP com os órgãos de patrimônio municipal e federal, respectivamente, como o DPC e o IPHAN (SAMPAIO, 2006). Além disso, acrescentam-se os documentos relacionados às ações e

⁴² Buscaram-se, nos arquivos do IRPH e SMU, documentos das associações de moradores de São Cristóvão correspondentes ao ano de 1982, porém não se obteve sucesso.

⁴³ Sobre o PUB-Rio, conforme Sampaio (2006, p. 155): “No PUB-RIO a área central (AP1) caracteriza-se como constituída por antigas zonas industriais, em processo de invasão-sucessão, ocasionado tanto pela legislação quanto pela obsolescência das instalações.”.

reivindicações das associações de moradores que solicitaram melhorias e proteção às áreas degradadas ambientalmente de São Cristóvão.

Da mesma forma que o estudo formulado pelo SPHAN em 1985 foi, originalmente, uma iniciativa de integrar a proteção do patrimônio cultural ao planejamento urbano, este propôs uma APA com 4 subáreas de preservação (CARLOS, C., 1997; SAMPAIO, 2006). Esse estudo elaborado pelo SPHAN resultou nos estudos para a Área de Interesse de Proteção Ambiental (AIPA) desse decreto:

A nova legislação para os três bairros estabeleceu os limites de apenas quatro áreas de especial interesse para fim de proteção ambiental no Bairro de São Cristóvão e disciplinou os seus usos e ocupações, com prioridade para o residencial. As referidas quatro áreas englobaram as nove sub-áreas propostas pelos estudos realizados pela SPHAN e levaram em consideração os gabaritos propostos pelo órgão de patrimônio federal. (CARLOS, C., 1997, p. 137).

É interessante apontar que as Subáreas 2 e 3 descritas no Decreto nº 5.840/1986 referem-se principalmente aos grupos de edificações marcadas pela tipologia e uso de galpões e comércio. Tais subáreas abrangem principalmente as Ruas Bela e Figueira de Melo e outras do seu entorno. Observa-se que essas subáreas são identificadas por indústrias e comércio, com fábricas, oficinas, pintura de veículos, marmorarias etc. Constata-se então que esta primeira APA reconheceu, de certa forma, a São Cristóvão Fabril, que corresponde a um dos territórios culturais presentes nesta região múltipla culturalmente.

A degradação ambiental da região ocorreu, como aponta Sampaio (2006), em função das instalações industriais e das dificuldades de renovação urbana a partir da intensificação do uso residencial. Ressalta-se que São Cristóvão foi “apacado” por solicitação e iniciativa da sua Associação de Moradores, em virtude do forte processo de degradação ambiental e despovoamento local que assolava o bairro por décadas.

No que se refere ao processo de despovoamento do bairro de São Cristóvão, pode-se verificar, por exemplo, através de dados censitários realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma queda significativa no número de pessoas residentes no bairro, entre as décadas de 1980 e 2000. Entre as décadas de 1980 e 1990, São Cristóvão teve uma queda populacional de 8.125 pessoas residentes. Constata-se que, neste período, o bairro não era um lugar valorizado imobiliariamente como é na atualidade. No último Censo (2010), é percebida uma singela retomada no

total de pessoas residentes, em face das novas construções imobiliárias no bairro, após a implantação do PEU em 2004, que permitiu um aumento no gabarito das edificações. A **Tabela 3** detalha o total de pessoas residentes no bairro de São Cristóvão, nas últimas décadas.

Tabela 3 - População Residente no Bairro de São Cristóvão.

Década	População Residente
1980	51.083
1990	42.958
2000	38.334
2010	41.992 ⁴⁴

Fonte: Censo IBGE.

A APA São Cristóvão foi criada, sobretudo, para impulsionar o repovoamento local, priorizando o uso residencial. Justificava-se pela implantação, em conjunto, do seu PEU, além de minimizar o processo de degradação ambiental, motivado pelo fato de São Cristóvão ser, àquela ocasião, um dos bairros com maior grau de poluição do Rio de Janeiro. Nacif (2007) traz uma visão político-econômica em relação à aplicabilidade do primeiro PEU São Cristóvão, instituído pelo Decreto nº 5.840/1986. A autora argumenta que de acordo com a vereadora Leyla Mawald, o Projeto de Lei⁴⁵, apresentado por ela própria, teria “[...] prejudicado o “desenvolvimento” do bairro ao alterar a permissividade de funcionamento de atividades industriais, decisão que refletiu, ao longo do tempo, significativamente, na redução da poluição ambiental na região [sem grifo no original]” (NACIF, 2007, p. 144).

Sampaio (2006) problematiza ainda ao questionar se as APACs estariam cumprindo o papel de PEUs. Nesse contexto, acerca do papel que este decreto estabeleceu para São Cristóvão, a autora esclarece os benefícios e as questões que

⁴⁴ Lembra-se que o bairro Vasco da Gama foi estabelecido pela Lei nº 2.672, de 8 de setembro de 1998, pela subdivisão do bairro de São Cristóvão. Desse modo, esclarece-se que, até o Censo de 2000, o IBGE considerou somente o bairro de São Cristóvão, pois a área territorial do bairro Vasco da Gama fazia parte da área territorial do bairro de São Cristóvão. No Censo de 2010, com o bairro Vasco da Gama já criado, esclarece-se que o total de 41.992 pessoas residentes de São Cristóvão é o somatório do total de 26.510 pessoas residentes do bairro de São Cristóvão mais o total de 15.482 pessoas residentes do bairro Vasco da Gama.

⁴⁵ Este Projeto de Lei se refere à revisão da Lei nº 1.638 de 1990, fruto do Decreto nº 5.840/86.

ocasionaram problemas à região. Como ganhos, a explicação é que este decreto possibilitou maior qualidade ambiental para o bairro. E, como problemas, ocasionou decadência das atividades econômicas e das edificações, devido ao seu caráter restritivo.

Claudio Carlos (1997, p. 137) aponta que esta primeira APA de São Cristóvão, instituída pelo Decreto nº 5.840/1986, “não trouxe nenhuma listagem de bens protegidos.”. O autor, porém, ressalta que, no art. 29 desse decreto, estabelecia-se que quaisquer obras de demolições, reformas, construções e/ou adaptações de uso, a serem efetuadas nos imóveis situados dentro desta APA, deverão ser aprovadas pelo órgão responsável pela preservação ambiental dessas áreas.

Sampaio (2006, p. 157), em sua pesquisa sobre São Cristóvão identificou “[...] a presença de valiosos exemplares de antigos prédios industriais, nas áreas tipicamente industriais que foram incluídas na delimitação da Área de Preservação proposta.”. Fundamentado nisso, observa-se a desconsideração com o patrimônio industrial de São Cristóvão, mesmo propondo incluí-lo na delimitação de sua preservação. Apesar do Decreto nº 5.840/1986 priorizar o uso residencial, para o controle ambiental, há de convir que, ao reconhecer tal patrimônio, assume valor para preservação: histórico, artístico, afetivo ou outros.

Em relação à identidade e memória postulada a essa APA, ressalta-se que a “pressão das representações da sociedade civil organizada pela revalorização do bairro de passado Imperial” (SAMPAIO, 2006, p. 157), contribuíram para a sua nomeação como APA Imperial. Além disso, destaca-se que esse decreto foi o primeiro PEU e a primeira APA São Cristóvão, pois foi:

[...] motivado pelo controle ambiental e o resgate de seu antigo caráter residencial. *A proteção do patrimônio cultural foi incorporada ao planejamento da área dentro de uma estratégia de resgate do bairro imperial* [sem grifo no original]. No entanto, esse Plano definiu somente zonas residenciais para toda a área, incorrendo, tal como os zoneamentos anteriores, na desvinculação com a realidade local de intenso comércio e indústria: São Cristóvão, mesmo tendo um grande contingente residencial, não era indubitavelmente um bairro somente residencial. (SAMPAIO, 2008, p. 10).

Contextualiza-se que, também na década de 1980, atribuiu-se à cidade de Petrópolis o título de Cidade Imperial por meio do Decreto nº 85.849, de 27/03/1981. Esse decreto “[...] representou uma forma de salvaguardar o conjunto arquitetônico como um todo, aliando o planejamento urbano à política de proteção ao patrimônio [...]” (ARAÚJO, A., 2015, p. 14). Nesse sentido:

A imagem que uma cidade como Petrópolis procura vender, com seu título de Cidade Imperial, e com suas amenidades naturais, seus museus, seu patrimônio, acaba não refletindo a diversidade presente em uma parte da população petropolitana socialmente excluída da memória coletiva e dos espaços de decisão de implantação de seus projetos culturais e de revitalização. (ARAÚJO, A., 2015, p. 19).

Portanto, constata-se que o Decreto nº 5.840/1986, que estabelece a APA São Cristóvão, reconhece e reforça a identidade imperial dessa região. Considerou-se naquela época, um território de homogeneidade cultural, postulada pela memória do período do Império. Desconsiderou-se outras memórias presentes na região, como a fabril, a portuguesa, a nordestina, o samba, e outras que possam estar em construção.

Como apontado anteriormente, o bairro de São Cristóvão teve algumas associações de moradores, uma mais antiga, fundada em 1967, com o nome de AMA ou AMASC e outra, a AMA – São Cristóvão⁴⁶. Nos documentos da Associação de Moradores de São Cristóvão, consta uma carta encaminhada ao arquiteto Lúcio Costa, então chefe do Serviço de tombamento da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), atual IPHAN. Sem informação de data, mas sob o protocolo interno da DPHAN nº 614-2-5-67, foi enviada pelo Sr. Alberto Garcia, advogado, pelo qual a comissão de moradores de São Cristóvão o procurou para solicitação de tomada de providências, conforme descrito na carta, “na emergência que os afligia”.

Essa comissão de moradores de São Cristóvão solicitava providências para impedir que o governo estadual levasse adiante o projeto de edificação de um terminal rodoviário no Campo de São Cristóvão, na qual se referia como “destinada, em especial, aos itinerantes nordestinos, que continuamente emigram para a Guanabara.” (DPHAN, Protocolo nº 614-2-5-67). Como justificativa para a solicitação do tombamento do Campo de São Cristóvão, dizia-se que:

[...] tem profundas raízes no passado, através de expressivas tradições históricas, pois que, no tempo do *império* [sem grifo no original], era nele que se realizavam grandes celebrações cívicas e festividades militares da época, sob a vibração e o entusiasmo do povo e com a veneranda presença de D. Pedro II. (DPHAN, Protocolo nº 614-2-5-67).

Chama a atenção que, neste caso, a justificativa reivindicada pela comissão de moradores em proteger o Campo de São Cristóvão de uma intervenção urbana que

⁴⁶ Ver tabela 1 na página 70.

projetaria, nesse lugar, um terminal rodoviário, seria somente pelo seu valor histórico do período imperial. Constata-se a não justificativa de proteção pela permanência dos nordestinos neste lugar de reprodução da cultura e dos costumes do Nordeste na cidade do Rio de Janeiro.

Subsequente à publicação do Decreto nº 5.840/1986, a AMA São Cristóvão e o Conselho das Comunidades promoveram o I Encontro de Moradores / Prefeitura, sob a titulação “O que é que a gente quer p’ra São Cristóvão?” (Figura 11). Esse evento foi realizado entre os dias 15 e 20 de setembro de 1986, no Museu da Astronomia, em São Cristóvão.

Figura 11 - Folheto de divulgação do evento “Encontro de moradores / Prefeitura: O que é que a gente quer p’ra São Cristóvão?”, setembro de 1986, Rio de Janeiro.



15 a 20 de setembro

ENCONTRO DE MORADORES / PREFEITURA

"O que é que a gente quer p'ra São Cristóvão?"

2ª feira, 15/09, 19 horas
Abertura: Uso do Solo
Nova Legislação - Decreto 5.840 - Histórico
Explicação: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

3ª feira, 16/09, 19 horas
O patrimônio histórico, artístico e afetivo do bairro e o Decreto 5.840

4ª feira, 17/09, 19 horas
Meio ambiente, Saúde e Saneamento
O Decreto 5.840 e a qualidade de vida na região

5ª feira, 18/09, 19 horas
Educação, Cultura e Lazer: as manifestações populares locais e seus espaços

6ª feira, 19/09, 19 horas
Transporte, obras e outros

Sábado, 20/09, 19 horas
Encerramento
Plenária Geral

CULTURA RIO

Local: Museu de Astronomia - R. General Bruce, 506, São Cristóvão
Informações: tel.: 580-6408 e 580-4456

Realização: AMA - São Cristóvão / Conselho das Comunidades
Apóio: SNC SMC SMC FAFERJ FAFERJ
VII RA - Conselho Governo-Comunidade 1986

Fonte: IPP/IRPH.

Na pauta das discussões desse evento, os temas apresentados foram a respeito da nova legislação, então em vigor, o Decreto nº 5.840/1986, como o uso do solo na região de São Cristóvão, e acerca do histórico dessa legislação; o patrimônio histórico, artístico e afetivo do bairro; o Meio Ambiente, Saúde e Saneamento, e a qualidade de vida da região; a Educação, Cultura e Lazer: as manifestações populares locais e seus espaços; e finalmente, sobre Transporte e Obras.

Respalado por esse evento, a AMA São Cristóvão, tendo como representante o arquiteto Arsen Pokrajac, elaborou um documento intitulado “O Patrimônio Histórico, Artístico e Afetivo do bairro de São Cristóvão”, de 16 de setembro de 1986, no qual apoiava o Decreto Municipal nº 5.840/1986, relativo às condições de uso e ocupação do solo e preservação dos valores culturais de São Cristóvão. Os moradores solicitavam aos órgãos oficiais proteção através do tombamento e da preservação em conjunto dos bens que seus habitantes classificavam como importantes para a história, a arte e afetividade do bairro de São Cristóvão.

Nesse documento, os moradores relatavam sobre o “longo período de descaso, da administração pública com o destino e a destruição do Bairro, de antiga origem e precioso valor cultural e histórico [grifo do autor]” (AMA, 1986, p. 1). Além disso, reconheceu-se a necessidade do tombamento de espaços públicos em geral, onde se aclama:

“PRAÇA É PRAÇA” [grifo do autor]. Não queremos que esses espaços, ainda que mal cuidados e até mesmo abandonados pela incúria da administração pública, sejam objeto de projetos específicos que distorçam sua finalidade a pretexto de falsas e indesejáveis melhorias, que não atendem aos interesses e aos valores da comunidade. (AMA, 1986, p. 1).

Quanto à preservação do conjunto urbano, a Associação reivindicava prioritariamente que as construções arquitetônicas que:

[...] indicam o processo de urbanização original, o uso primeiro voltado para a habitação e possibilitam visualizar ainda a paisagem urbana que compunha esse espaço em fins do século passado e início do corrente [...]. Para tanto seria indispensável tomar os exemplares mais característicos, bem como preservar o todo, o conjunto de vários trechos urbanos, conservando e recuperando os seus componentes, talvez apenas as fachadas (como se faz em tantas outras cidades do mundo), e liberando o restante ou os interiores. (AMA, 1986, p. 2)

Baseado nisso, a Associação, preliminarmente, relacionou os imóveis com valores históricos, artísticos e afetivos que gostariam de solicitar para o tombamento ou preservação em conjunto. Leia-se a **Tabela 4** para detalhamento. E, apoiado nessa relação preliminar dos imóveis, esta pesquisa propôs-se a elaborar o **Mapa 4**, onde se pode compreender, analiticamente, a solicitação da AMA São Cristóvão.

Fundamentado na relação de valores históricos, artísticos e afetivos que a AMA São Cristóvão têm para com os imóveis relacionados na mencionada tabela, observa-se não somente a quantidade de exemplares, mas também a peculiaridade de cada bem. De fato, é interessante apontar que, mesmo que a AMA São Cristóvão enaltecesse a sua identidade e reconhecimento como bairro imperial através de suas cartas de reivindicações, verificou-se que, em sua solicitação, foram poucos os exemplares do período imperial. Como destaque, citam-se: as Caixas d'água do Pedregulho⁴⁷ e da Quinta da Boa Vista, a Bica no Largo do Pedregulho, jardins e parques e dois imóveis na Rua Coronel Cabrita que datam do ano de 1886. Cabe ressaltar que a Quinta da Boa Vista e os dois imóveis foram citados nas reportagens de jornais do subcapítulo 2.1.

Verifica-se que, nessa solicitação dos moradores, há a pretensão do tombamento em conjunto do Hospital Frei Antônio, um remanescente imóvel do período colonial, que não foi reconhecido pelo poder público responsável pela preservação do ambiente cultural. Questiona-se o porquê desse patrimônio histórico e artístico relacionado ao âmbito da saúde não ter sido incluído nesse pedido do tombamento em conjunto⁴⁸.

Constata-se também que a AMA São Cristóvão considerou, mesmo que de uma forma singela, patrimônios industriais⁴⁹ e modernos. No que se refere aos patrimônios industriais, a Associação considerou alguns exemplares, como o Armazém Grumery S.A. e os imóveis localizados na Rua Benedito Otoni e Rua Escobar.

⁴⁷ Localiza-se no Morro do Pedregulho, em São Cristóvão. Outras referências remetem ao nome do Pedregulho devido à sua localização, como o Conjunto do Pedregulho (Conjunto Habitacional Prefeito Mendes de Moraes) e o Largo do Pedregulho.

⁴⁸ Por se tratar de uma solicitação posterior à implantação da primeira APA São Cristóvão, quer dizer, do Decreto Municipal nº 5.840, de 21/05/1986, este questionamento será discutido no subcapítulo seguinte, que trata da Lei Complementar nº 24, de 19/11/1993.

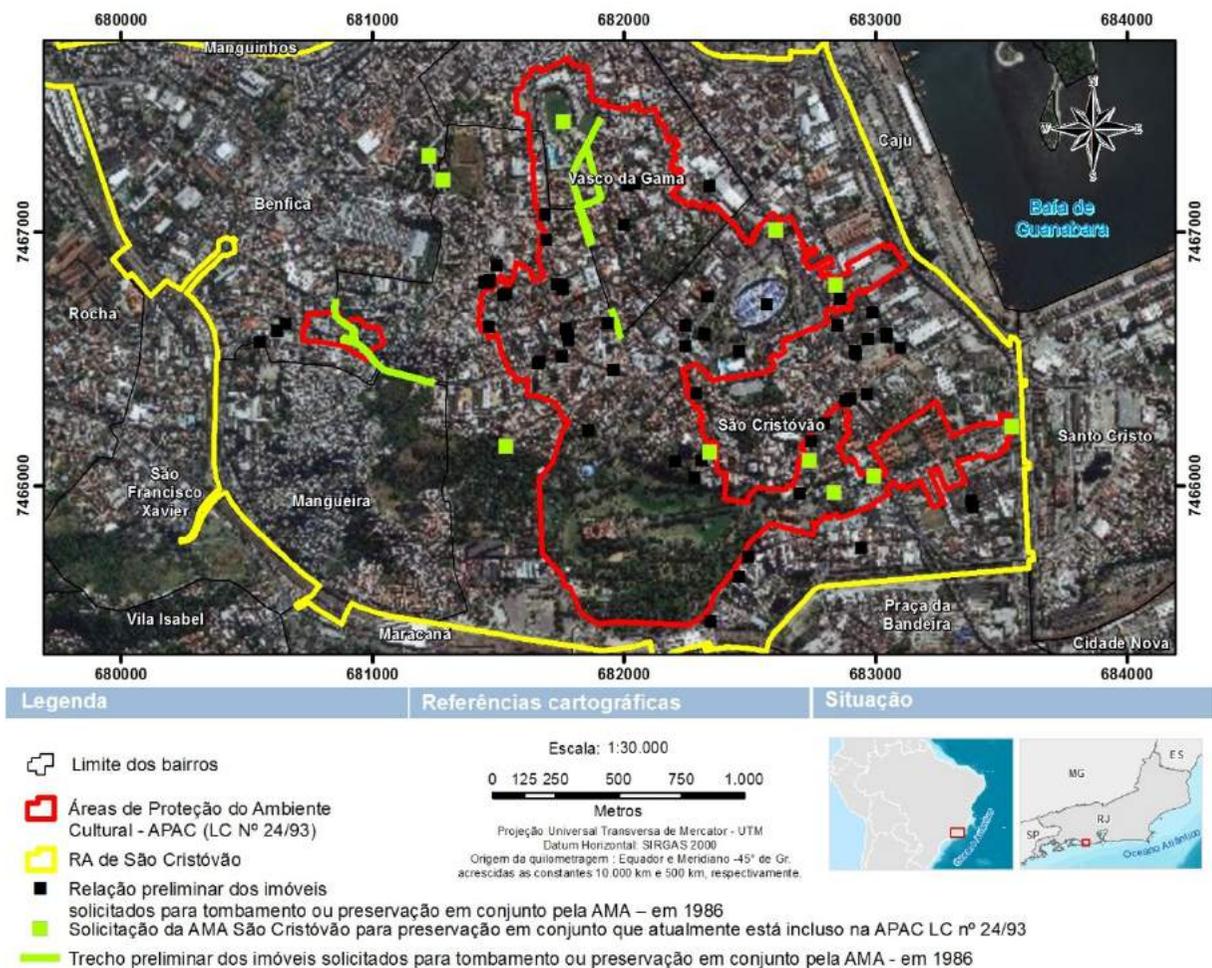
⁴⁹ Por patrimônio industrial entende-se que são “[...] os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico”. Entre esses vestígios, foram identificados lugares que poderiam ser associados à constituição de núcleos fabris, como os ‘locais de habitação, de culto ou de educação.’” (SOUZA; PONTUAL, 2017, p. 3).

Tabela 4 - Relação preliminar dos imóveis solicitados para tombamento ou preservação em conjunto pela AMA – 1986.

Bem ou Logradouro	Observação
Todos os espaços abertos: largos, praças, jardins, campos e parques, abrangidos pela área relativa ao Dec. 5.840/86	
Caixa d'água do Pedregulho (morro do Tuiuti)	
Caixa d'água da Fonseca Teles (Quinta da Boa Vista)	
Largo do Pedregulho – Bica	
Campo de São Cristóvão – estatuária existente, fonte cibárim, chafariz, balaustrada da rampa em frente ao Colégio Pedro II, Coreto	
Capela do Hospital São Francisco de Paula (em frente à Quinta da Boa Vista)	
Capela de Santana	
Bairro de Santa Genoveva	
Conjunto arquitetônico de Afonso Eduardo Reidy – Conjunto do Pedregulho – painéis de Cândido Portinari	
Rua São Januário	Nº 182, 201, <u>248</u> , 263, conjunto dos imóveis 271, 173 e 285, <u>Fábrica da Beija-Flor</u> , 541, 551, 659, 667, <u>675</u> , <u>746</u> , 874, <u>1.064</u> , (ênfase para os grifados), Igreja de São Januário (interior)
Ladeira de São Januário	
Sede do Clube de Futebol Vasco da Gama (Rua General Almério de Moura)	
Campo de São Cristóvão	Nº 366, 310, 115 e 402 – Asilo Gonçalves Araújo, Colégio Pedro II, Vila Carlito
Rua São Luiz Gonzaga	354, 558, 652, 658, 1.131, 1.133, 1.139, 1.145, 1.151, 1.157, 1.163, 1.672.
Praça Sève – Igreja de São Cristóvão, Armazém Grumery S. A.	Nº 136
Rua Santos Lima	Nº 85 (casas geminadas)
Rua Fonseca Teles - Colégio Brasileiro	Nº 177
Rua Benedito Otoni	Nº 61, 29 e 23 (COBEC), 2.
Hospital dos Lázarus – Hospital Frei Antônio (Rua São Cristóvão)	
Rua São Cristóvão	Nº 826, 745, 759, 607, 525, 321
Rua Antunes Maciel	Nº 162
Av. Pedro II – Quartéis Militares, Escola Nilo Peçanha.	Nº 226, 298 e 307
Rua ALMIRANTE Baltazar	Nº 400 e 598
Rua Bela	Nº 948
Rua Paula e Silva	Nº 33
Rua Melo e Souza	Nº 110 e 116
Rua Ana Neri	Nº 282, 320, 399, 407
Rua Vileta	Nº 13 (Vila Mariana)
Rua Justino de Souza	Nº 70 e 84
Rua Tuiuti	Nº 211, 225, 230 e 147
Rua General Almério de Moura	Nº 621, 522
Rua Emancipação	Nº 23, 25, 27 e 33
Rua Coronel Cabrita	Nº 40, 47 e 49
Rua Escobar	Nº 26, 30 e 62
Rua Zeferino de Oliveira	Nº 29
Rua Mineira	Nº 27, 49
Rua Teixeira Júnior	Nº 80, 158
Rua Conde de Leopoldina	Nº 711

Fonte: Adaptado pela autora, 2018.

Mapa 17 - Solicitação da AMA São Cristóvão para a preservação em conjunto de bens da VII Região de São Cristóvão - 1986



Fonte: APAC, LC Nº24/93; Google Earth; Portal Geo – IPP; Serviço de imagens da ESRI. Consulta em junho de 2018. Elaborado por: Maria Luciene da Silva Lima.

A AMA São Cristóvão também considerou o Conjunto arquitetônico de Afonso Eduardo Reidy⁵⁰ e o Colégio Brasileiro como patrimônio moderno⁵¹. Em relação ao Colégio Brasileiro de São Christovão, este foi fundado em 1924 por João de Camargo e Augusta Landoes, com o nome de Escola Brasileira de Educação Feminina, era, exclusivamente, feminino. Seu objetivo educacional, à época, era ser uma escola tradicional, dando ênfase à socialização. Posteriormente, recebeu a denominação de Colégio Brasileiro de São Christovão, e seu corpo discente passou a ser misto. Em informativo de jornal de 1942, a então Escola Brasileira de São Christovão era divulgada como uma das melhores da capital federal (**Figura 12**).

[...] em 17 anos de existência conseguiu equiparar-se aos melhores estabelecimentos de ensino da Capital da República. Tendo sido atingida, em 1931, pela sábia reforma Francisco Campos, nela se enquadrou integralmente e hoje representa, antes de tudo, um honroso atestado da capacidade de trabalho da região a que serve: o tradicional bairro de São Cristóvão. (ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA, 1942).

Figura 62 - Colégio Brasileiro de São Christovão, Rua Fonseca Teles nº 177, São Cristóvão, Rio de Janeiro, s/d.



Fonte:

<https://www.facebook.com/SaoCristovaoRJ/photos/a.241949362557302.58323.241942992557939/1272604589491769/?type=3&theater>.

⁵⁰ Em face da importância do reconhecimento do patrimônio moderno, o Conjunto arquitetônico de Afonso Eduardo Reidy - Conjunto do Pedregulho será abordado no capítulo III.

⁵¹ O patrimônio moderno está relacionado à arquitetura moderna, que “despontou em escala global nas décadas após a Primeira Guerra Mundial, baseada em grande parte no uso “racional” de materiais modernos, em princípios de planejamento funcionalista e na rejeição de precedentes históricos e ornamentos. A nova arquitetura tornou-se sinônimo de progresso técnico, político e social; seus planos abertos, maior transparência e design inovador foram considerados símbolos de uma nova era da vida moderna.” (WILMERING, 2017, p. 16).

Pela linguagem formal da Escola Carioca de Arquitetura Moderna, entende-se que a “[...] é o nome que se deu à produção arquitetônica de um grupo de arquitetos no Rio de Janeiro entre os anos de 1930 e 1960, sob a liderança intelectual de Lucio Costa (1902-1998). Caracteriza-se pela combinação de elementos utilizados na arquitetura colonial brasileira (treliças, azulejos e telhados, por exemplo) com o repertório introduzido pelo arquiteto francês Le Corbusier (como o uso de pilotis, *brise-soleil* e planta livre) (Serapião, 2016).” (SILVA; CARCERERI; ZOUAIN, 2017, p. 75).

Destaca-se sobre uma nova carta, sem data informada da AMA – São Cristóvão⁵², encaminhada para o Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio do Rio de Janeiro. Na carta assinada pela representante Sra. Fernanda Rocca, são acrescentados mais alguns imóveis à listagem, são eles: na Rua São Luiz Gonzaga, calçada elevada do lado par entre Emancipação e Travessa São Luiz Gonzaga; na Rua Almirante Baltazar, poste na esquina de Rua São Cristóvão; Praça Argentina – Escola Floriano Peixoto; Rua Pedro Paiva – Clube Boa Vista; e todas as calçadas de pedra do bairro.

Atenta-se que a AMA ou AMASC foi uma associação bastante atuante na década de 1980. Essa Associação, na gestão do arquiteto Arsen Pokrajac, apresentou, em 7 de outubro de 1986, à Prefeitura o “Projeto de Urbanização da Cancela e Integração com a Quinta da Boa Vista”. Elaborado entre os meses de março e setembro do mesmo ano, pelo próprio Sr. Arsen. Esse projeto foi apresentado no já mencionado evento “O que é que a gente quer p’ra SC?”. Seus principais princípios são a motivação e a argumentação para a aceitação do referido projeto (AMASC, 1986). A AMASC justifica a necessidade do projeto porque o “centro deste bairro CANCELA [grifo do autor], [...] [de] aspecto absurdo, feio, indigno e antiturístico [sic] tem atualmente centro deste importante bairro! Seu estado clama imediata urbanização e automática integração com a QUINTA [grifo do autor].” (AMASC, 1986, p. 1).

A Revista de São Cristóvão de junho de 1986 já discorria sobre esse projeto acima, informando, na manchete, que “Projeto transforma Cancela em uma bela praça”. Segundo o arquiteto iugoslavo Arsen, autor do projeto e morador do bairro há 12 anos, o projeto não previa desalojamento de moradores nem demolições, além de poder ser realizado em pouco tempo, pois não exigia grandes recursos. Como vantagens, a proposta do projeto previa a valorização de monumentos históricos do bairro, como o portão de ferro da Rua Dom Meirado e o Museu Nacional, que poderia ser valorizado com sua visibilidade (REVISTA SÃO CRISTÓVÃO, 1986a, p. 3). Para a realização do projeto, o gestor da Associação, alegou que:

[...] seria necessário, no entanto, que o terreno pertencente a Telerj, situado no quarteirão que vai do Largo da Cancela até a Rua Sabino Vieira, com 11.800 m, fosse desapropriado em parte. Seriam necessários apenas 5.300 m, ou seja, menos da metade do terreno. Para Arsen, esta proposta é viável pois a companhia possui um outro terreno, no Engenho Novo, com grande espaço ocioso, além de ter recebido um outro na Av. Brasil. (Depoimento de Arsen

⁵² Ver Tabela 1, na página 70. A pesquisa identificou três referências a associações de moradores.

Pokrajac, arquiteto e idealizador do projeto de Urbanização da Cancela, REVISTA SÃO CRISTÓVÃO, 1986a, p. 3).

A divulgação desse projeto ainda ocorreu em outras edições desta mesma revista, como nas de julho e outubro de 1986 (REVISTA SÃO CRISTÓVÃO, 1986a, 1986b, 1986c). Especificamente, na edição de julho de 1986, a Revista São Cristóvão, publicou que o projeto, de acordo com o Sr. Arsen, “produziria um efeito muito melhor por um preço bem mais reduzido, e sem a demanda de tempo necessária para a nova criação de Sérgio Bernardes.” (REVISTA SÃO CRISTÓVÃO, 1986b, página não informada). Sobre essa “nova criação de Sérgio Bernardes⁵³”, o também arquiteto Arsen se referia ao Pavilhão⁵⁴ no Campo de São Cristóvão, que é uma construção arquitetônica de autoria de Sérgio Bernardes. Aponta-se que não existe conhecimento a respeito de outro projeto de Sérgio Bernardes para São Cristóvão, porém sabe-se que:

O arquiteto Sérgio Bernardes, autor do projeto do pavilhão, ganhou vários prêmios de reconhecimento por ser o maior vão livre em termos estruturais. Apresentou novo projeto de utilização e ocupação do pavilhão, não só pela Feira mas também pela comunidade de São Cristóvão através de teatros, cinemas, palco para shows, mas nada foi decidido pelo poder público. (JÚNIOR; PORTO, 2002, p. 12).

Quanto à motivação para a idealização do projeto, a AMASC baseou-se nas seguintes considerações: o bairro de São Cristóvão está localizado próximo ao centro da metrópole carioca; é o segundo mais importante do patrimônio nacional e cultural da cidade do Rio de Janeiro; é “um famoso *bairro imperial*, [...] *religioso*, *industrial*, [...] *feirante folclórico nordestino* [sem grifo no original], [...] dos museus e do turismo de categoria nacional e internacional.” (AMASC, 1986, p. 1).

É interessante apontar que, nesse caso, a AMASC não reconhece que o bairro possui tais identidades, não sendo somente um bairro imperial, como a princípio se anuncia. Comprova-se a partir disso, múltiplos territórios culturais em São Cristóvão.

⁵³ No que se refere ao novo projeto de Sérgio Bernardes para São Cristóvão, estas informações serão postas mais adiante.

⁵⁴ “O Pavilhão foi projetado pelo arquiteto Sérgio Bernardes (1919-2002), e construído no Campo de São Cristóvão para abrigar, de forma temporária, exposições e eventos, sendo dotado de escala monumental e tecnologia avançada que determinou a forma parabolóide de sua cobertura – fato que o transformou num marco da paisagem local.” (CARLOS, C.; SAMPAIO, J., 2017, p. 55). O Pavilhão de São Cristóvão será abordado no capítulo III.

Ao analisar as fontes relacionadas às ações e reivindicações da Associação de Moradores de São Cristóvão, constatou-se a existência de mais de uma associação — em fevereiro de 1987, inaugurou-se a sede da AMA São Cristóvão numa sala batizada pelo padre Henrique como “Sala Araribóia”. Essa associação, tendo como representante a Sra. Fernanda Rocca⁵⁵, objetivava “ter um espaço de resgate da memória, alimentando as transformações do presente.” (FOLHETO DE SÃO CRISTÓVÃO, 1987, p. 2).

Tal informação somente foi possível devido à publicação, em julho do mesmo ano, do folheto “São Cristóvão, 420 anos de histórias”, no qual há um resumo histórico sobre o bairro de São Cristóvão, desenvolvido no Museu de Astronomia. Sua publicação somente foi possível com o apoio da Editora Brasil-América (EBAL), que se localizava, nesse período, há mais de 40 anos na localidade.

Essa publicação também se referiu ao objetivo de fazer São Cristóvão retornar ao uso residencial após 50 anos de implantação industrial. Além disso, relatava a criação do Conselho das Associações, com participação das favelas, como Barreira, Mangueira, Tuiuti, Telégrafo, Candelária, Mineiros e Benfica, pela luta por melhoria da qualidade de vida de toda a região de São Cristóvão (FOLHETO DE SÃO CRISTÓVÃO, 1987, p. 15).

Nessa produção, também se discorria sobre o impedimento da instalação do DETRAN⁵⁶ na Quinta da Boa Vista, bem como o salvamento do Campo de São Cristóvão pela degradação imposta pela Feira Nordestina e a oposição dos moradores à implantação da Linha Vermelha (FOLHETO DE SÃO CRISTÓVÃO, 1987, p. 15).

Chama a atenção que, na publicação, houve a participação de alunos das escolas da região, no concurso de redação para a Semana de São Cristóvão. Esses alunos abordaram, através de suas redações, questões como a poluição, a luta coletiva e por melhores condições de vida.

Com o progresso, São Cristóvão começava a ver o fantasma da poluição batendo às suas portas... O povo passou a não se conformar e, aos poucos, pessoas mais ligadas ao bairro foram-se reunindo, até que surgiu um super-herói, a AMA – São Cristóvão... Muitas são as pedras encontradas ao longo do caminho, (mas) a super-heroína continua trabalhando [...] mas, evidentemente, a população também deve ajudar para que tenhamos bem-

⁵⁵ Nos dados levantados e analisados, foram obtidas apenas informações a respeito desta Associação, e desta representante, somente na carta enviada ao Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio do Rio de Janeiro, neste livreto e na carta de 1986 da AMA – São Cristóvão para o Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio do Rio de Janeiro, conforme mencionado acima.

⁵⁶ DETRAN – Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro.

estar não só dentro de casa. [...] Devemos lutar para que nosso bairro volte a ser um lugar onde o povo possa gozar de melhores condições. [...] É claro que temos de acompanhar o processo, mas temos, acima de tudo, que pensar no povo. [...]

É por isto que precisamos juntar nossas forças. [...] Já se passou meio século, não dá mais para suportar, precisamos acabar com isto. Eis a chance, é agora ou, quem sabe, nunca mais. Fica aqui o meu protesto, o de uma estudante quem como todos os outros, só quer o bem para o seu bairro. Afinal nós vivemos aqui. Lembrando sempre que aquela árvore plantada no meio da rua, na Av. do Exército, está lá protestando... Uma imagem da esperança. (Depoimento de alunos das escolas públicas da região de São Cristóvão, FOLHETO DE SÃO CRISTÓVÃO, 1987, p. 16).

O trabalho desse folheto foi bem interessante para avaliar o que os moradores desejavam para o seu lugar de vivência. Fomentar informações acerca da história do lugar, através de parcerias com instituição científica e editora para a publicação do livro, fez com que a população local conhecesse um pouco da história do seu bairro, que, muitas vezes, é desconhecida por parte de sua própria população. Além do mais, divulgar para o público em geral os desejos e insatisfações relativas à região de São Cristóvão, contando também com a participação das favelas locais e de alunos das escolas da região, fez com que as informações fossem promovidas e impulsionadas.

Anos após, a Associação de Moradores e Amigos de São Cristóvão, a AMASC, também representada pelo Sr. Arsen Pokrajac, em 1989, solicitou à Prefeitura, através de carta, declarada como “Revisão do Decreto 5.840/86”, a elaboração de um novo Decreto de Regulamento da “FEIRA DO NORDESTE”. Esse decreto foi iniciado em 4 de agosto de 1988⁵⁷, na Reunião do Conselho Governo Comunidade, realizado no 4º Batalhão da Polícia Militar, com a presença do então ex-administrador da VII Região, Mário Monteiro (AMASC, 1989).

Essa reunião ainda contou com a presença de representantes do 4º Batalhão da Polícia Militar; do chefe da Comlurb da região; do delegado da 17ª Departamento de Polícia; dos secretários municipais de Governo, Saúde, Fazenda; do diretor do Departamento Parques e Jardins; da Comissão Municipal de Energia, da Rio-Tur, da Feema, Rotary, Lyon’s e Assinco. Vale a pena ressaltar que, nessa época, a Feira Nordestina já obtinha lei sancionada para o seu funcionamento no Campo de São Cristóvão:

⁵⁷ Buscaram-se informações a respeito deste mencionado decreto, iniciado em 4 de agosto de 1988, para o estabelecimento de regulamento da “Feira do Nordeste”, porém não se obteve sucesso.

Em 04 de junho de 1982, foi sancionada a lei nº 322, que dava legitimidade ao funcionamento da Feira, retirando a mesma da clandestinidade e licenciando os feirantes que ali trabalhavam aos domingos. [...]

Mesmo com esta lei, a feira ainda teve problemas, principalmente com a vizinhança, que reclamava do “barulho” e da informalidade, e quase foi fechada no fim dos anos 1980 e início dos anos 1990. Mais uma vez o Campo de São Cristóvão era alvo de disputa entre os feirantes e a Prefeitura. Desta vez, a luta pelo território se deu por conta das obras de construção da Linha Vermelha, que ocupou parcialmente o local. Por trás disso estava o interesse na construção de um *Shopping Center* no Campo de São Cristóvão. Isso mobilizou os feirantes, que se organizaram politicamente para resistir novamente. (BORJA; DESTRI, 2017, p. 42).

Na carta da AMASC à Prefeitura, consta informação sobre o reconhecimento da Feira Nordestina como local “de encontro ideal da colônia do nordeste nesta cidade e por isso cria a oportunidade de a população conhecer os produtos típicos e os aspectos culturais de uma das regiões mais interessantes do nosso País.” (AMASC, 1989). Mesmo com esse reconhecimento cultural da feira, haveria desencontros de ideias entre os representantes da AMASC e os feirantes, sendo referenciado que o “Bairro Imperial” hospedava os nordestinos no Campo de São Cristóvão e que os anfitriões eram os moradores do bairro (AMASC, 1989, p.1).

A carta falava ainda sobre a chegada dos nordestinos ao Rio de Janeiro, com desembarque na Av. Brasil, em frente à Igreja do Bonfim ou na Rodoviária Novo Rio, próximo a São Cristóvão. O que, a princípio, não importunava a população do bairro, posteriormente, com esse crescimento acelerado da Feira, de forma desorganizada e ilegalizado, tornou-se um problema de ordem pública. Considera-se importante pensar sobre a relação que tanto os feirantes quanto os usuários da Feira têm com o lugar.

Nesse mesmo momento, essa carta falava sobre a derrota de dois candidatos a vereador. Na carta, dizia-se que um estava distribuindo na feira um jornal eleitoral com apresentação retratada de Lampião, e que teria a mesma atuação do lendário nordestino. O outro vereador objetivava conseguir aprovação do seu projeto de lei na Câmara Municipal, para erguer, no Campo de São Cristóvão, uma estátua de 12 m de altura do padre Cícero, semelhante à que existe na cidade de Juazeiro. Com sua indignação, a AMASC alegava nunca ter sido colocada no Campo uma estátua em homenagem ao seu santo padroeiro, cujo nome é o do Campo (AMASC, 1989).

A AMASC justificava a elaboração de um novo decreto para Feira Nordestina, devido ao seu funcionamento inadequado, sem rede de água potável, com muito barulho, falta de higiene, insegurança, venda de produtos ilícitos, falta de alvará e irregularidades no consumo de energia elétrica. Para tanto, a AMASC alegava que:

[...] no sentido de preservar só bons aspectos, que transformam a feira em ponto de atração turística que atinge até o público internacional é que convocamos a todos para que, num esforço comum, mediante um novo Decreto, tentamos recuperar o que há de positivo neste evento semanal [...]. (AMASC, 1989, p. 2).

Nessa ocasião, a AMASC mostrava interesse em dialogar de forma que preservasse o funcionamento da Feira no Campo de São Cristóvão, porém com algumas indicações impostas por ela própria. A Associação falava também sobre a elaboração de uma nova planta de loteamento dos ocupantes da Feira, considerando, porém, as reivindicações dos moradores das adjacências. Sugeriu-se, pela Associação de Moradores, que a Feira, após ser infraestruturada, deveria ser distribuída “principalmente entre partes do Pavilhão em frente do Teatro do CPM e a Escola Mun. Gonçalves Dias até as partes em frente da Recovema.” (AMASC, 1989, p. 2). Além disso, as barracas deveriam usar lonas de diferentes cores, uniformizadas pelos ramos das atividades, e que o som dos alto-falantes deveriam ser limitados. Em relação aos impostos, a sugestão seria que:

As notas fiscais e todos os tipos dos impostos procedentes destas atividades, além de obedecer os padrões oficiais, deviam levar um bem / marcante carimbo vermelho da Feira Nordestina, para distinguir que, pelas razões de ser hospitalizada no bairro de São Cristóvão, metade [grifo do autor] de / seus impostos seriam invertidos, pela orientação da AMASC e controle da VII Reg. Adm. Diretamente para melhorias extra no próprio bairro, no seu aspecto estético e funcional urbano. (AMASC, 1989, p. 2).

Na sugestão da AMASC quanto à arrecadação de impostos dos feirantes para investimento em melhorias do bairro, especificamente na estética e função urbana do bairro, observa-se, de imediato, um discurso “eletista”, de uso próprio, que não beneficiaria o espaço onde estaria situada a Feira Nordestina.

Quanto ao funcionamento, sugeriu-se que fosse aos domingos, entre 01:00h e 17:00h. E, em relação aos alvarás, deveriam ser “pessoal e intransferível, acompanhada de Carteira de Saúde, Comprovante de residência e de Visitória [sic] Sanitária [...]” (AMASC, 1989, p. 3). Por fim, a carta dizia que se não ocorresse a regularização efetiva da Feira, a mesma deveria ser transferida para o Sambódromo na Rua Marquês de Sapucaí, onde os feirantes teriam uma melhor infraestrutura (AMASC, 1989).

Dessa forma, a AMASC desconsidera a relação de afetividade, de simbolismo e vivência que os feirantes têm com um lugar onde eles se instalaram por décadas. Pouco se refletiu o que seria melhor e, principalmente, o que desejavam esses feirantes.

Porém, com o objetivo de divulgar tal solicitação, foi proposto distribuir aos feirantes nordestinos um panfleto de esclarecimento contendo as informações expostas pela AMASC e, para mais informações e detalhes, que eles procurassem a Secretaria Municipal de Fazenda ou a VII Região Administrativa, ou o 4º Batalhão da Polícia Militar.

O Decreto nº 5.840/1986 foi o primeiro passo legislativo para o controle da degradação ambiental de São Cristóvão e forçou a opção de homogeneidade artificial de identidade de bairro imperial. Na construção dessa imagem, teve-se o apoio da Associação de Moradores. As evidências das outras identidades são percebidas em discursos concomitantes como nas referências das reportagens dos jornais. Apoiado nas manifestações das Associações, essas identidades foram apropriadas com o intuito de incentivar o turismo local.

2.3 A segunda APAC São Cristóvão: a implantação da Lei Complementar nº 24, de 1993

Na década de 1990, os noticiários de jornais colaboraram para a composição da imagem de São Cristóvão. Por conta disso, nessa época, a Revista Domingo de maio de 1990 publicava: “Noite de festa na feira – Clima nordestino faz o novo *point* carioca” (REVISTA DOMINGO, 1990a, p. 13). A edição publicou sobre a Feira Nordestina, sua cultura e costumes, como nova atração da cidade.

É lá que a animação é maior. Protegidos por uma grande lona azul e amarela, nordestinos anônimos e rostos famosos consomem comidas típicas, cerveja gelada, batidas. Ao lado, um cercado de madeira e um pequeno palco garantem música ao vivo até às três da manhã. Em volta, caixotes, tapumes, isopores, churrasqueiras. É a Barraca do Encontro, um novo *point* na cidade. (REVISTA DOMINGO, 1990a, p. 13).

Nessa mesma Revista Domingo, na sua publicação de julho de 1990, constava o informe publicitário: “De fazenda de gado a Bairro Imperial e ao polo industrial que é

hoje, São Cristóvão acumula muitas histórias. O Banerj⁵⁸ acredita neste bairro⁵⁹.” (REVISTA DOMINGO, 1990b).

O informe identificou as edificações que integram o patrimônio histórico, artístico e cultural de São Cristóvão, como a Quinta da Boa Vista, com o Museu Nacional e o Jardim Zoológico; o Observatório Nacional; o Hospital Frei Antônio; o Museu do Primeiro Reinado; os colégios Gonçalves Dias, Pedro II e o Educandário Gonçalves de Araújo; o Campo de São Cristóvão; e o Estádio de São Januário, do Clube de Regatas Vasco da Gama. Além disso, discorria sobre a industrialização da região e a reivindicação por parte dos moradores e empresários para a renovação do Campo de São Cristóvão:

[...] Além da indústria pesada, há uma expressiva concentração de lojas de autopeças e algumas confecções das **griffes** [grifo do autor] mais conhecidas do Rio de Janeiro.

“Durante o dia, São Cristóvão é um bairro muito rico, com milhares de pessoas, vindas de todos os pontos da cidade, transitando por aqui. À noite, o movimento cai para menos da metade” – constata o presidente da Associação Industrial e Comercial de São Cristóvão, Athus Lucio Ferreira, que mora no bairro há 40 anos.

[...]

Para devolver a vida noturna e social ao bairro, um grupo de empresários, com o apoio dos moradores, reivindica a modernização do Campo de São Cristóvão com a retirada do Pavilhão para dar lugar a um shopping center, com lojas e escritórios comerciais. (REVISTA DOMINGO, 1990b, página não informada).

Em outra edição da mesma revista, em janeiro de 1991, é alertado sobre a descaracterização da feira, pois “roupas, sapatos, relógios, canetas e outros produtos que nada têm de típico do Nordeste cada dia mais invadem o lugar.” (REVISTA DOMINGO, 1991, p. 5). A edição dizia: “Diante dos importados e da crise, só mesmo a persistência dos barraqueiros para não deixar morrer a festa que já faz parte da história do Rio.” (REVISTA DOMINGO, 1991, p. 5). O noticiário ainda publicava sobre outros roteiros culturais em São Cristóvão, como o Jardim Zoológico, o Museu de Astronomia, o Restaurante Adegão Português, e a Churrascaria Pavilhão, que hoje não existe mais.

Em retorno às ações e reivindicações por parte da Associação de Moradores de São Cristóvão, tem-se que, em janeiro de 1990, a AMASC encaminhou uma carta ao Administrador da VII Região da Cidade do Rio de Janeiro, criticando o funcionamento

⁵⁸ Banerj - Banco do Estado do Rio de Janeiro.

⁵⁹ Nesse período, havia uma agência do Banerj no Campo de São Cristóvão nº 220.

da Feira Nordestina, principalmente as irregularidades dos seus camelôs (AMASC, 1990). Sobre essas irregularidades, a AMASC declarou na carta:

[...] aqui anexo livrinho “A briga do rapa com o camelô” de mais recente autoria do poeta cordelista Gonçalo Ferreira da Silva e que é vendido na barraca típica, também incluído como “cultura” da Feira Nordestina no Campo de S. C., Associação de Moradores e Amigos de São Cristóvão – A M A . S C acredita que os fatos como estes, não são dentro dos propósitos dos pioneiros, fundadores, oficializantes e os Líderes desta Feira [grifo do autor] e nesta ocasião lembra-se mais uma vez do Relatório detalhado sobre Feira do Nordeste, em 19-04-1989 por nós elaborado a pedido do Exmo. Sr. Prefeito, por intermédio da V. S. e cujo resultado prático, todo este precioso tempo, foi ansiosamente aguardado pelos Anfitriões desta Feira – Moradores deste Bairro Imperial e além de tudo, dos que moram nas adjacências do próprio Campo S. C. (AMASC, 1990, p. 1⁶⁰).

Com críticas e solicitações de mudanças quanto ao funcionamento da Feira Nordestina, seus representantes e feirantes lutaram pela sua permanência. Quanto à resistência por parte dos feirantes pela continuidade da Feira Nordestina no Campo de São Cristóvão, foi sancionada outra legislação após a Lei nº 322, de 04/06/1982, que sancionava a legitimidade e o funcionamento da Feira. Essa nova lei, de certa forma, foi uma segurança para sua sobrevivência:

A lei nº 2.052 de 26 de novembro de 1993 decreta que “fica criado no Campo de São Cristóvão o Espaço Turístico e Cultural Rio/Nordeste, ponto de interesse turístico, com a finalidade de promover a divulgação de aspectos culturais e folclóricos no Nordeste Brasileiro”.

A legislação de 1993 deu um ar de importância à Feira de São Cristóvão, significativo para sua sobrevivência. Com a nova regulamentação, além da valorização de sua cultura, a Feira passou a ter um caráter permanente e começou a funcionar de modo regular. (BORJA; DESTRI, 2017, p. 43).

Com essa nova legislação, foi criada a Comissão de Organização e Administração da Feira Nordestina do Campo de São Cristóvão. Essa Comissão ficou responsável pela gestão da Feira; em 2002, foi criada a Cooperativa dos Comerciantes do Campo de São Cristóvão (Coopcampo) (BORJA; DESTRI, 2017, p. 44).

No que se refere aos estudos para a implantação da Lei Complementar nº 24/1993, que estabelecia à VII R. A. de São Cristóvão um novo PEU e uma nova

⁶⁰ Sobre o relatório detalhado elaborado em 19/04/1989 pela AMASC sobre a Feira do Nordeste, não se tem conhecimento do conteúdo deste documento. Em contato com a AMA e/ou AMASC, não se obteve acesso aos seus arquivos documentais. Entretanto, foi alegado pelo seu atual representante, não existirem documentos e arquivo desta Associação.

APAC, em face da construção da Linha Vermelha, destaca-se a revisão da Lei Municipal nº 1.638, de 1990. A conclusão parcial dessa lei pelo DGPC (atual IRPH), em dezembro de 1990, formalizou-se em um relatório sobre o bairro de São Cristóvão, intitulado “Relatório 1”. Referente ao seu posicionamento em relação às Áreas de Preservação Ambiental situadas em São Cristóvão, no qual destacava sobre a ameaça da “comunidade local [que] passou a conviver com mais uma ameaça para a manutenção da qualidade de vida e do seu Patrimônio Cultural” (CARLOS, C., 1997, p. 139).

A comunidade local passou a conviver com mais uma ameaça para a manutenção da qualidade de vida e do seu Patrimônio Cultural, uma vez que o trecho pleiteado pelo Governo Estadual incluiu toda a extensão da Rua Bela, uma das mais tradicionais do Bairro. (CARLOS, C., 1997, p. 139).

Sobre a Linha Vermelha, moradores mostraram-se opositores à sua construção. Segundo Aguinaga (2016), um grupo representado pela AMASC “pedia a alteração do projeto original (que previa um elevado em *deck* único), em virtude da quantidade de desapropriações e remanejamentos necessários para a sua implantação.” (AGUINAGA, 2016, p. 100). De acordo com a autora, o elevado foi construído em duplo *deck*, a partir do pedido da AMASC, apoiada pela empreiteira e pelo DER-RJ⁶¹. Portanto, as desapropriações dos imóveis foram parciais, e foi demolido tudo o que estivesse a certa altura e distância do viaduto, o que diminuiu bastante o número de desapropriações e demolições completas. Como bem ressaltou Aguinaga (2016), nesse período, a Rua Bela tinha casarios históricos protegidos pela APAC.

No que se refere à reivindicação da AMASC pela oposição à construção da Linha Vermelha, Aguinaga (2016) falou numa carta⁶² que a Associação direcionou aos diretores do DER-RJ e da Empreiteira Andrade Gutierrez, alegando que:

Nesta oportunidade, não podemos deixar de lembrar da árdua campanha que desencadeamos ainda 4 anos atrás contra opositores ferrenhos da Linha Vermelha, outrora na direção desta Associação de Moradores, fanáticos adeptos de velhas ideologias falidas que colocaram em perigo de serem demolidas todas as casas do lado esquerdo da Rua Bela. Desde aquela época entendemos [sic] que este viaduto atende interesses globais de futura megalópole do Rio e da rede de estradas de rodagem deste estado. Porém, conforme o projeto primitivo da época, seria com larga pista de um andar só

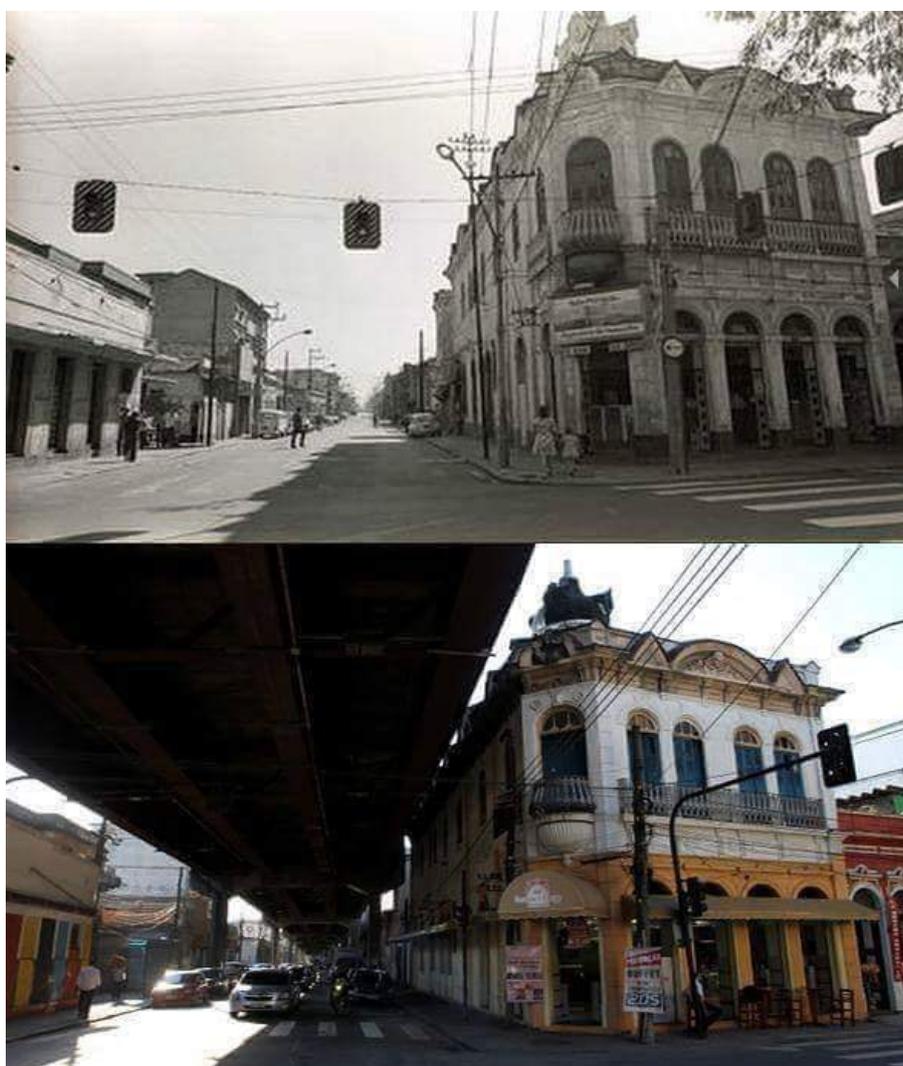
⁶¹ DER-RJ - Fundação Departamento Estadual de Estradas de Rodagem.

⁶² Esta carta da AMASC foi encontrada no processo de Licenciamento Ambiental da Linha Vermelha (AGUINAGA, 2016).

e que por isto, estava prevendo desapropriação e demolição de centenas de casas ao longo de inteira parte esquerda da Rua Bela. Desde então, nossa campanha na imprensa e todos os foros de debates consistia em pleitar [sic] modificação deste projeto para outro com pistas estreitas em 2 andares, que assim ficaram poupadas todas as casas previstas a serem demolidas. (Licença de Instalação da Linha Vermelha, Anexo 3, 1991). (AGUINAGA, 2016, p. 101).

Após a construção da Linha Vermelha, foi nítida e efetiva a alteração na paisagem de São Cristóvão, principalmente nas Ruas Bela (**Figura 13**) e Figueira de Melo. Além de poluir visualmente o lugar, ocasionou também a poluição do ar.

Figura 137 - Rua Bela, em São Cristóvão, Rio de Janeiro. O antes e o depois da construção da Linha Vermelha. s/d.



Fonte:

<https://www.facebook.com/SaoCristovaoRJ/photos/a.241949362557302.58323.241942992557939/1019380114814219/?type=3&theater>

O referido Relatório 1 elaborado pelo DGPC é fundamentado no contexto da construção da Linha Vermelha, que afetaria a ambiência da Rua Bela, uma das mais tradicionais do bairro. Esse relatório descreveu em duas das suas quatro subáreas⁶³, que foram inscritas no Decreto nº 5.840/1986, porém com observações que seriam então propostas à nova delimitação da área da APAC.

O texto do relatório apontou os principais eixos viários do Bairro de São Cristóvão como responsáveis pela ruptura da unidade dos conjuntos arquitetônicos e espaços existentes. Estes eixos deram nome as quatro subáreas e caracterizaram-se pela concentração da atividade comercial pesada, tais como, fábricas, indústrias, oficinas, lojas de tintas, lojas de material de construção, pintura de veículos, letreiros, marmorarias etc. (CARLOS, C., 1997, p. 140).

Propõe-se o **Mapa 5** para um melhor detalhamento das áreas descritas. Observa-se que principalmente as subáreas 2 e 3 foram reduzidas devido à construção da Linha Vermelha, que abrange principalmente as Ruas Bela e Figueira de Melo. O DGPC alegou que essas vias de tráfego intenso recortam o bairro e desfazem a unidade de seus conjuntos arquitetônicos e seus espaços. O DGPC ainda apontou que, nessas vias, existe a concentração de comércio pesado, com fábricas, indústrias, oficinas, lojas de tintas e material de construção, pintura de veículos, letreiros, marmorarias etc. Destacou-se também que, à margem dessas vias, permanecem alguns espaços bem delimitados, com diferentes tipos de ocupação e uso, destacando-se o residencial na subárea 1; os galpões e armazéns na subárea 2; e o uso misto nas subáreas 3 e 4 (DGPC, 1990).

O DGPC ainda apontou que, na subárea 2, “o principal grupo de edificações é marcada pela tipologia e uso de galpões. Alguns deles, de época, com projeto original sem grandes alterações. Outros compoem a ambiência da área e fortalecendo o conjunto.” (DGPC, 1990, p. 3). O Departamento observou que essas edificações formavam o entorno da Igreja de São Cristóvão, situada na Praça Sève, e que os imóveis que formavam o entorno direto da praça não são de grande valor para preservação, mas são imprescindíveis para a manutenção da ambiência do lugar. Contudo, o DGPC sugere que, nesses imóveis, “seria interessante uma proposta para recomposição da fachada para integração à linguagem local.” (DGPC, 1990, p. 3).

⁶³ Em relatório de 1990, o DGPC especificou as quatro subáreas inscritas para o bairro de São Cristóvão, descritas no Decreto nº 5.840/86, sendo: subárea 1, a Rua São Luiz Gonzaga (principal) e a Rua São Januário (secundário); subárea 2, a Rua Escobar; subárea 3, a Rua Bela; e subárea 4, a Rua Ana Néri (DGPC, 1990; CARLOS, C., 1997).

Mapa 18 - Elaboração do DGPC, em 1990, para 4 subáreas inscritas para o bairro de São Cristóvão, descritas no Decreto nº 5.840/1986



Fonte: APAC, LC Nº24/93; Google Earth; Portal Geo – IPP; Serviço de imagens da ESRI. Consulta em junho de 2018. Elaborado por: Maria Luciene da Silva Lima.

O relatório ressaltou ainda que as Ruas Escobar e Souza Valente, incluídas na subárea 2 pelo Decreto nº 5.840/1986, possuem características muito diferentes do grupo mencionado acima. Contudo, dizia-se que “o tráfego intenso, a caixa da rua estreita, o comércio desordenado, as edificações em diferem alinhamentos (pois o recuo não foi revogado) e ainda a proximidade do viaduto da Rua Figueira de Mello (paralela), ferem na ambiência.” (DGPC, 1990, p. 4).

A subárea 3, como informou o Departamento, está “marcada pela Rua Bela, intenso corredor de tráfego, com projeto para implantação da linha vermelha. [...] Intenso também é o comércio, ocupando cada vez mais as edificações que antes tinham uso residencial.” (DGPC, 1990, p. 4).

O objetivo desse relatório era, a partir do Decreto nº 5.840/1986, listar os bens que seriam preservados nas quatro subáreas de que trata o Decreto, além de fixar critérios para intervenções. Sobre a metodologia utilizada para compor o relatório, inicialmente, realizou-se levantamento em campo, utilizando-se fichas para a coleta de dados, como: (a) elementos da composição da paisagem urbana; (b) principais fatores de deterioração da paisagem urbana; e (c) conjunto arquitetônico e tendência estilística (DGPC, 1990, p. 5).

Como metodologia final, o Departamento propôs a análise ainda da legislação vigente, isto é, do Decreto nº 5.840/1986, informando que poderia haver uma proposta para adequação; e os PPAA – e a implantar do projeto da Linha Vermelha, definindo quais os recuos que deveriam ser mantidos e quais deveriam ser revogados (DGPC, 1990, p. 6).

O DGPC, em memorando de março de 1991, apresentou relatório conclusivo do seu trabalho relacionado ao bairro de São Cristóvão, e delimitado no Decreto nº 5.840/1986, ratificado pela Lei 1.638/1990. Com isso, o DGPC desenvolveu:

- reavaliação dos conjuntos arquitetônicos já listados e mapeados conforme levantamento de campo;
- verificação de todos os gabaritos vigentes conforme legislação de obras do bairro e de sua influência sobre os imóveis destacáveis incluídos no grau de Proteção 1 e sobre os conjuntos arquitetônicos referidos no item anterior;
- levantamento de todos os PAAs dos logradouros situados nas Áreas de Proteção Ambiental e estudo dos respectivos recuos projetados e sua incidência sobre os imóveis indicados para preservação;
- avaliação dos locais cuja ambiência deve ser mantida, independente da existência de imóveis a serem preservados. (DGPC, 1991a).

Fundamentado nesses desenvolvimentos pelo DGPC, o Departamento optou por manter sob sua tutela as edificações integrantes de conjuntos arquitetônicos característicos na área. O Departamento analisou a tipologia, a tendência estilística e o grau de caracterização dos elementos arquitetônicos inseridos na malha urbana de São Cristóvão de forma contínua. Além disso, o DGPC relacionou os prédios considerados destacáveis, isolados ou não de conjuntos de edificações a serem preservadas (DGPC, 1991a).

Com a introdução desses conceitos, o DGPC concluiu que tal estudo resultou na delimitação de três áreas denominadas Área 1, Subárea 1 (inserida na Área 1) e Área 2, as quais receberam tratamentos diferenciados. Na Área 1, foram incluídos os bens por seus aspectos históricos, culturais e arquitetônicos, como a Quinta da Boa Vista, o Campo de São Cristóvão, o Observatório Nacional, o Clube de Regatas do Vasco da Gama e a Igreja de São Cristóvão, totalizando uma lista de 17 imóveis. Na Área 2, a proteção foi para a ambiência da Bica do Largo do Pedregulho, outro marco histórico do bairro, e totalizou uma lista de 299 imóveis (DGPC, 1991a; CARLOS, C., 1997).

O DGPC enviou também a proposta de revisão da Lei nº 1.638/1990 no que compete às suas atribuições, que compreende:

- 1 – minuta dos artigos que definem as Áreas 1, 2 e Subárea 1 e as disposições legais pertinentes às mesmas;
- 2 – delimitação das Áreas 1, 2 e Subárea 1;
- 3 – listagem dos imóveis a serem preservados por grau de Proteção;
- 4 – mapa esquemático com indicação das Áreas 1, 2 e Subárea 1;
- 5 – sugestão para revisão dos PAAs que atingem conjuntos arquitetônicos a serem preservados, conforme croquis e listagem;
- 6 – sugestão para revisão dos gabaritos em determinados logradouros;
- 7 – preservação da ambiência do bairro Santa Genoveva. (DGPC, 1991b, p. 1 e 2).

Chama a atenção, neste caso, que, segundo Claudio Carlos (1997, p. 145), “São Cristóvão transformou-se num dos poucos casos, na Cidade do Rio de Janeiro, de uma APAC estabelecida por uma Lei Municipal dotada de listagem de bens preservados.”

Em setembro de 1991, o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), atual IPHAN, encaminhou à Divisão Técnica informações acerca da APAC São Cristóvão e sobre os bens tombados em nível federal, ressaltando alguns pontos importantes à proteção deles. Esse ofício informava que o processo nº 12/000909/91 tratava da proposta de revisão para a Lei nº 1.638/1990, a qual afetava as APAs do

bairro de São Cristóvão, proposta realizada pelo DGPC, e compreendia as informações contidas no Ofício nº 48 do DGPC de março de 1991. Entretanto:

O envio do assunto ao IBPC, coube pela participação afetiva que a então 6ª DR/SPHAN teve por ocasião da elaboração do Decreto nº 5840/86 de regulamentação do uso e ocupação do solo no bairro, posteriormente ratificado pela Lei nº 1638/90, que neste momento sofrerá alterações. O trabalho apresentado pelo DGPC contém posturas que veem de encontro às nossas expectativas de preservação para São Cristóvão, sendo conciliadoras com a proteção dos bens tombados nacionais ali existentes. (IBPC, 1991a, p. 1).

O IBPC sugeriu, como contribuição, que fosse substituída a denominação “Áreas de Proteção Ambiental” – APA para Área de Proteção do Ambiente Cultural – APAC, uma vez que, para essa, a definição contida no Inciso II do artigo 124 do projeto de lei do Plano Diretor é mais condizente com suas características. Também foi sugerido que a área da caixa d’água da CEDAE no Morro do Tuiuti fosse incluída na Área 1 de proteção, pois justificou-se pelo embasamento do artigo 65 do projeto de lei do Plano Diretor, que determina áreas e bens integrantes do patrimônio paisagístico do município sujeitos à proteção ambiental. Essa caixa d’água da CEDAE no Morro do Tuiuti é relacionada como merecedora de proteção especial.

No que se referia aos bens tombados na esfera federal, o IBPC ressaltou alguns pontos importantes à sua proteção. Importou-se principalmente com a forma de controle da ambiência e visualidade do bem tombado, e preocupou-se com a aplicação dos seguintes artigos:

Art. “As obras a serem executadas nas edificações existentes na Sub-área 1 e na Área 2, inclusive necessárias para transformação de uso, bem como a construção de novas edificações, deverão ser previamente aprovadas pelo CT/DGPC”.

Art. “Qualquer edificação a ser construída, bem como as obras dos demais imóveis, Sub-área 1, deverá obedecer a projeto integração no conjunto arquitetônico ao qual pertença, respeitando as relações de ritmo, simetria e proporções das edificações que compõem o seu entorno.”

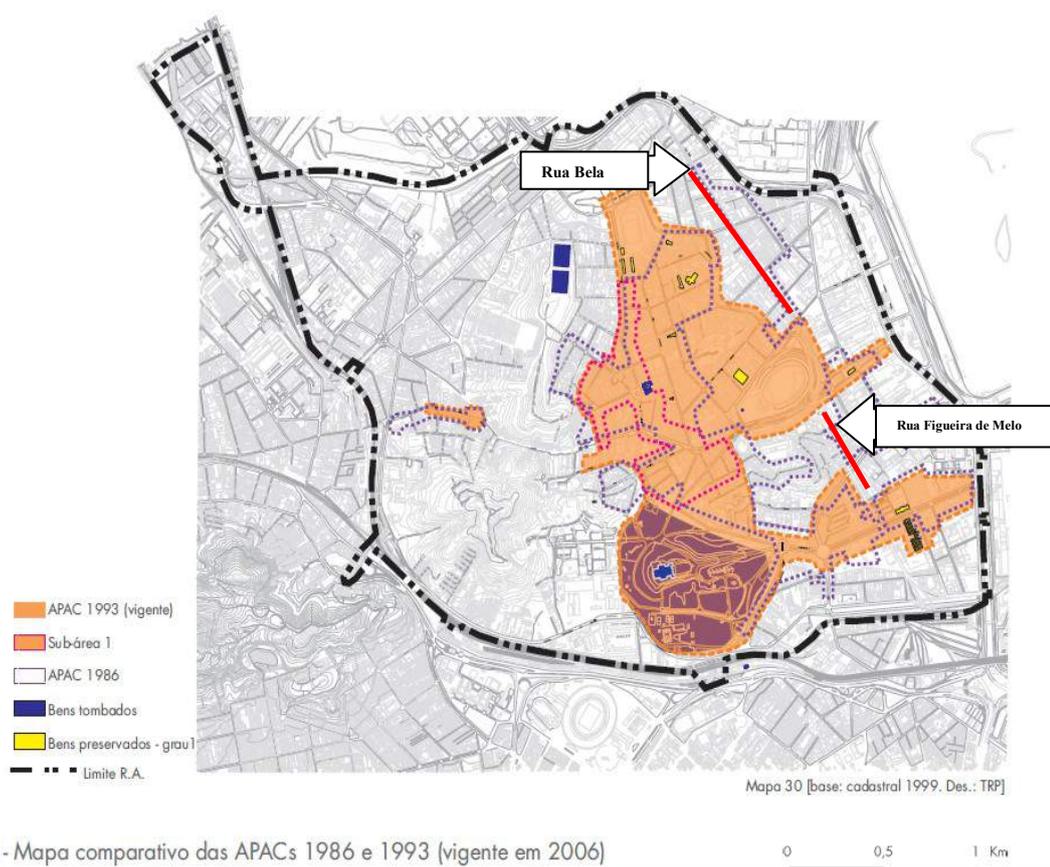
A apreciação de novos projetos para a Av. Pedro II ficará a cargo do IBPC, uma vez ser o imóvel, tombado a nível federal. (IBPC, 1991a, p. 1).

No entanto, dias depois, o coordenador da 6ª Coordenação Regional do IBPC enviou ao Secretário Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente um ofício em que

informava sobre a concordância em relação ao processo nº 12/000909/91 (IBPC, 1991b).

Após demandas e reivindicações por parte da população local, em 1993 foi revisado o PEU, com a introdução de zonas mistas, além da redução da área delimitada da APAC, devido à implantação da Linha Vermelha, em 1991 (SAMPAIO, 2008, p. 10). Na **Figura 14**, a partir das reflexões de Sampaio (2006, 2008), pode-se observar a redução da APAC São Cristóvão de 1993, implantada pela Lei Complementar nº 24/1993 em relação à sua primeira, instituída pelo Decreto nº 5.840/1986.

Figura 84 - Mapa comparativo entre as APACs São Cristóvão de 1986 e 1993, onde se verifica a redução na delimitação da área preservada.



Fonte: SAMPAIO, 2006; e adaptado a identificação das vias por Raquel Aquino, 2018.

Neste mapa, elaborado por Sampaio (2006), observa-se claramente que as áreas tipicamente industriais e comerciais situadas principalmente nas Ruas Bela e Figueira de Melo foram excluídas da delimitação da área preservada em face da construção da Linha Vermelha. Em função disso e das demandas populares, foi implantada a Lei

Complementar nº 24, de 29/07/1993, em revisão do PEU São Cristóvão de 1986 e 1990. Essa legislação alterou o zoneamento e manteve apenas duas zonas residenciais, criando três zonas de uso misto.

A área de preservação ambiental, por sua vez, foi então reduzida, pois, com a implantação da Linha Vermelha, no ano de 1991, em São Cristóvão, esse projeto atravessava parte da área de preservação da APA então vigente, o Decreto nº 5.840/1986. Especificamente, o projeto afetava as Ruas Bela e Figueira de Melo. Em vez de modificar o projeto viário, preferiu-se reduzir a área de preservação ambiental (SAMPAIO, 2006).

Sampaio (2006) esclarece acerca dos resultados obtidos através da implantação do PEU 24/1993 São Cristóvão, e propõe usos para os imóveis, como forma de contribuição à preservação do ambiente cultural:

Segundo análise em relatório da SMU (RJ. SMU 1999), além do PEU 1993 não trazer os benefícios esperados, dificultou o desenvolvimento urbanístico e econômico da área, uma vez que os parâmetros aprovados mostraram-se na prática por demais restritivos e não propícios à indústria da construção civil e a qualquer investimento econômico na área. Isto ocorreu porque o Zoneamento privilegiou espacialmente as zonas residenciais e as zonas de uso misto, e não deu flexibilidade ao quadro de atividades correspondentes a cada zona. Assim, apesar da constante demanda, são poucas as atividades comerciais e de serviços que conseguem aí se instalar. Além disso, todas as atividades deveriam enquadrar-se em alguma tipologia de edificação, prevista num extenso elenco, bastante detalhista, trazendo grandes impasses para a ocupação das edificações existentes, especialmente as antigas. (SAMPAIO, 2006, p. 163).

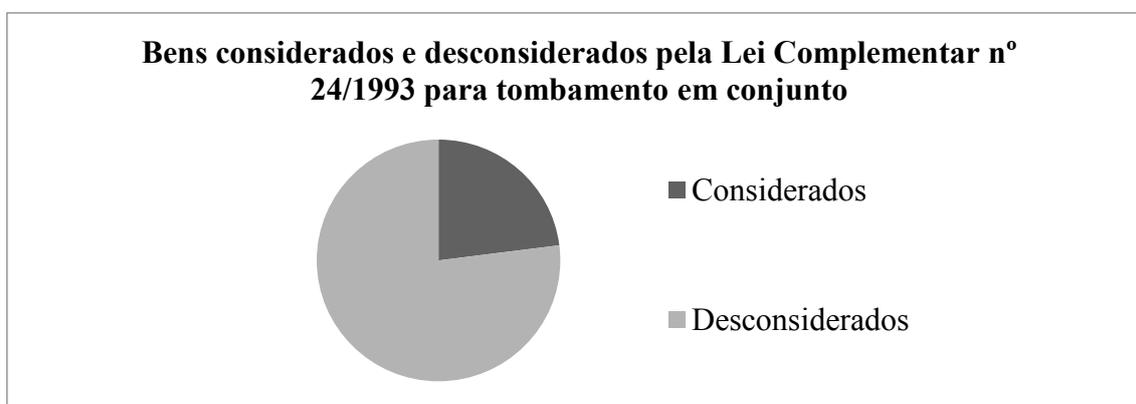
De fato, com os resultados não alcançados em relação ao PEU 24/1993, foi possível preservar a ambiência e o entorno da APAC, pois este impossibilitou a verticalização ou alteração nas características estilísticas dos imóveis preservados e/ou tutelados; conseqüentemente, preservou-se, de certa forma, a sua ambiência e paisagem.

Fundamentado nas políticas implantadas para o desenvolvimento urbano e a preservação do patrimônio cultural, no que tange a essa perspectiva a partir dos anos 1980, Castriota (2007) tão bem explicita suas ideias:

[...] vemos a implantação de políticas imobilistas, que não conseguem reconciliar preservação e desenvolvimento, transformando partes das cidades em verdadeiros *open-air museums*, e de políticas que, na busca de revitalização econômica a qualquer custo, destroem os laços locais, expulsam a população e geram intensa gentrificação nas áreas que querem conservar. (CASTRIOTA, 2007, p. 11 e 12).

Conforme dissertado no subcapítulo anterior, em carta de apoio ao Decreto nº 5.840/1986, a AMA elaborou uma relação preliminar dos imóveis solicitados para tombamento ou preservação em conjunto. Com a implantação da segunda APAC São Cristóvão, estabelecida pela Lei Complementar nº 24/1993, verificou-se o que foi reconhecido ou não pelo poder público. Dessa forma, no **Gráfico 1**, pode-se ter uma ideia do que foi aceito ou desconsiderado em relação aos bens solicitados para tombamento em conjunto pela Associação dos Moradores⁶⁴.

Gráfico 3 - Bens solicitados para tombamento em conjunto pela Associação dos Moradores, que foram aceitos e desconsiderados pela Lei Complementar nº 24, de 19/11/1993.



Fonte: Adaptado pela autora, 2018.

No **Gráfico 1**, observa-se que a Lei Complementar nº 24/1993 desconsiderou, em grande parte, especificamente, 76,29% do que a AMA solicitou para tombamento e preservação em conjunto. Entende-se que o que foi considerado pela nova APAC São Cristóvão, ou seja, 23,71% da solicitação, seja avaliado pela tipologia e estilo arquitetônico, pelo valor histórico e artístico, mas que, de fato, não se considerou o valor afetivo.

No que se refere aos desafios à preservação do patrimônio cultural no século XXI, propõe-se refletir acerca dos estímulos à salvaguarda do ambiente cultural de São Cristóvão a partir de novas possibilidades urbanísticas. Por isso, Nacif (2007) destaca que:

⁶⁴ No Apêndice C contém a Tabela 11 com a relação dos bens solicitados para tombamento em conjunto pela Associação dos Moradores, que foram aceitos e desconsiderados pela Lei Complementar nº 24, de 19/11/1993.

Durante alguns anos, São Cristóvão se manteve em “compasso de espera”, quando observado na perspectiva da dinâmica econômica, até que fossem delineadas novas estratégias locais para empreendimentos imobiliários, apoiadas pelos setores comerciais e de serviços, que passaram a (re)construir as positivities de São Cristóvão frente a outros bairros cariocas. Na opinião do ex-Prefeito Luiz Paulo Conde, as limitações das metodologias adotadas para a elaboração dos PEUs em 1993 provocaram “erros gravíssimos” em São Cristóvão, na medida em que, na sua visão, só tinha sido ouvida a associação de moradores, e não o conjunto de agentes que produzem os espaços da cidade. (NACIF, 2007, p. 143 e 144).

Considera-se ser importante que os diversos agentes que produzem os espaços da cidade devem ser ouvidos para as tomadas de decisões do lugar. E, aí, incluem-se, principalmente, os moradores; acrescentam-se também usuários, geógrafos, urbanistas, técnicos responsáveis pela preservação do patrimônio cultural, historiadores, antropólogos e sociólogos. Discorda-se da alegação de que a AMA foi ouvida. Comprovou-se que não quando o **Gráfico 1** confirmou o quanto foi desconsiderado no seu pedido na relação de bens a serem tombados em conjunto. Cabe refletir que:

1. *a cidade é composta por uma pluralidade cultural. Todas as manifestações são igualmente importantes e devem ter o mesmo tratamento para fins de preservação* [sem grifo original];
2. a política do patrimônio deve ser enquadrada no Plano Diretor como uma de suas diretrizes gerais;
3. *este Plano deve ser elaborado com ampla participação popular* [sem grifo original];
4. o Plano deve implicar a revisão dos códigos de obra e zoneamento da cidade, visando dar um novo dinamismo às áreas preservadas;
- [...]
7. a cidade deve recuperar sua imagem. É necessário que cada cidadão reconheça no seu bairro o seu lugar. Este reconhecimento e a sensação de pertencer a um lugar, trará de volta a ele o respeito e a noção de cidadania. (BARBOSA, 1991, p. 52).

Sobre a problemática do que não foi incluído na APAC, destaca-se o caso do Hospital Frei Antônio (**Figura 15**). Parte-se da ideia de que esse patrimônio não foi inserido no “tombamento em conjunto”, isto é, promulgado por esta legislação, em face da construção da Linha Vermelha em 1991, que atravessa uma parte da APAC. Sabe-se que as Ruas Bela e Figueira de Melo foram as mais afetadas pela implantação da via expressa, porém a proximidade do Hospital Frei Antônio com a Rua Figueira de Melo pode ser um indicador. Outro indicativo é o fato desse patrimônio histórico da saúde estar localizado nas proximidades da zona industrial, instituída por legislações anteriores, como o Decreto nº 5.840/1986 e a Lei nº 638/1990.

Figura 15 - Hospital Frei Antônio, Rua São Cristóvão, 870 - São Cristóvão, Rio de Janeiro, s/d.



Fonte: Acervo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

A partir de 1976, a Provedoria da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária (ISSC) deu entrada ao pedido de tombamento nas esferas federal e municipal. Como justificativas, incluía-se que deveria haver medidas necessárias para a preservação da visibilidade e da ambiência do bem histórico, e o bom estado de conservação do prédio. Justificava-se também pelo seu valor histórico e representativo como autêntico marco da história da medicina brasileira, e pelo fato de o hospital ser à época, um órgão de assistência médico-social, em seu pleno funcionamento, com a instalação do Instituto Nacional de Leprologia (ISSC, 1976a, 1976b, 1976c). Havia como preocupação da Irmandade, a possibilidade de construírem novos prédios, que possivelmente afetaria a paisagem e a aeração necessária a um hospital.

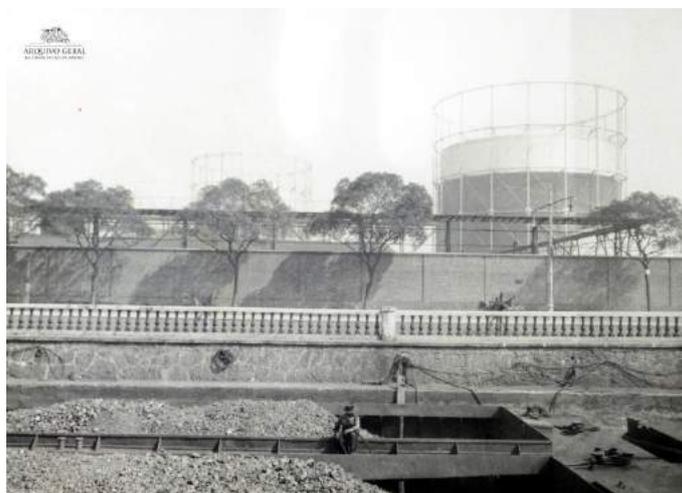
Erigido em uma colina, dominando o mar, o Hospital encontra-se hoje bem afastado da orla marítima, por aterros feitos na área e nos quais se montaram imensos gasômetros e as demais instalações da Companhia de Gás. Exigência do progresso, a fábrica de gás tornou-se, porém, para o Hospital Frei Antônio, poluidora do ar, que os tratamentos médicos / exigem o mais puro possível, e poluidora visual, ao roubar ao histórico do prédio toda a bela visibilidade que só podemos apreciar em antigas gravuras ou fotografias. (ISSC, 1976c, p. 1).

O principal alvo de suas críticas era o Gasômetro de São Cristóvão (**Figura 16**), pois além do tombamento, o provedor solicitava ao diretor da DPHA: “[...] dentro do possível, ir conseguindo a remoção da incômoda e, cremos, perigosa fábrica, para local mais adequado e onde não coloque em risco vidas humanas nem a segurança de uma

histórica e valiosa edificação.” (ISSC, 1976b, p. 1). O provedor referia-se ao conjunto industrial do Gasômetro.

Importante salientar que, o motivo principal do pedido de tombamento relacionava-se com a perda de visibilidade e aos riscos à ambiência do hospital, ocasionados pelas instalações do Gasômetro, em São Cristóvão. (BASTOS, T., 2016, p. 12).

Figura 16 - Gasômetro - vista da Avenida Francisco Bicalho, São Cristóvão, Rio de Janeiro, 1959.



Fonte: Acervo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

O tombamento do Hospital Frei Antônio somente se formalizou na esfera municipal, onde:

Por fim, o Decreto nº 4.926, de 10/01/1985, determinou o tombamento voluntário do Hospital Frei Antônio.

[...] O Decreto nº 4.926/85 deliberou a respeito do tombamento voluntário de um patrimônio cultural, que, hoje, entende-se como sendo da saúde, inscrevendo-o nos Livros de Tombo Histórico e de Belas Artes. Tal reconhecimento foi importante, pois, até aquele momento, o Hospital Frei Antônio havia sido a primeira instituição hospitalar a ser protegida em âmbito municipal no Rio de Janeiro. (BASTOS, T., 2016, p. 10 e 11).

Atualmente, como desde os primórdios acerca dos motivos pela preservação do Hospital Frei Antônio, há uma preocupação em relação à sua visibilidade, à sua paisagem e, ainda se complementa hoje, com a questão em relação ao seu uso. Para tanto, cumpre refletir o que fazer em relação ao uso desse patrimônio histórico que

condiz com a história da saúde e da hanseníase no Brasil. Evelyn Lima (2007) contribui ao refletir que:

O cerne da questão do patrimônio é justamente a forma de revitalizar o uso dos bens preservados sem retirar o significado urbano do bem. Ao proteger os bens culturais de um segmento da sociedade, visa-se na realidade promover-lhe a identidade cultural, pois ao perder ou ver alteradas expressivas manifestações arquiteturais e paisagísticas, o indivíduo perde também os referenciais que permitem sua identificação com a cidade em que vive, em especial quando tecidos antigos são arrasados e novos objetos urbanos passam a compor a paisagem, com massivas alterações na escala do lugar. (LIMA, E., 2007, p. 79).

2.4 Desafios à preservação do patrimônio cultural no século XXI e novas perspectivas urbanísticas

Conforme identificado — tanto na implantação da primeira APA São Cristóvão, de 1986, quanto na sua última, que foi revisada e reduzida em 1993 —, constatou-se a consideração oficial da identidade imperial. Mesmo que, de certa forma, relacionando as demais identidades e memórias que compõem os múltiplos territórios culturais da região de São Cristóvão, essas não foram reconhecidas.

Baseado nisso, os noticiários de jornais e as reivindicações da Associação de Moradores que antecederam a implantação do terceiro PEU São Cristóvão dão indícios de que a sociedade da época almejava, cada vez mais, o desenvolvimento urbano e renovações do conjunto edificado (fruto de destombamentos e demolições), mas sem considerar a preservação do seu ambiente cultural existente na cidade.

Em face disso, em julho de 1999, o Jornal do Brasil noticiava que “São Cristóvão ganha força” e que o novo plano urbanístico, que elevou os gabaritos da região, incentivava a construção civil, mas que a legislação seria restritiva em áreas, como o bairro Santa Genoveva. Segundo a secretária municipal de Urbanismo na ocasião, Hélia Nacif:

São Cristóvão tem boa infra-estrutura e fácil acesso. Se temos esta área ao lado do Centro, porque crescer apenas para onde não há infra-estrutura? São Cristóvão sofreu um esvaziamento e a legislação, feita para preservar a área, acabou contribuindo para isso. (JORNAL DO BRASIL, 1999a).

Para retratar o bairro, a reportagem trazia informações, tais como: o baixo crescimento populacional que a região de São Cristóvão apresentava desde 1980, quando havia 86.542 habitantes na área; em 1991, a queda da população para 80.360; em 1996, a estimativa de que havia um total de apenas 75.354 pessoas vivendo na área. Além disso, alegava que São Cristóvão apresentava 16.629 imóveis, em 3.071.976 m² de área construída, sendo a maior parte deles (69,27%) de uso residencial. E mais: o uso industrial, ou seja, o forte da região até os anos 80, é característica de apenas 3,63% dos imóveis; a região apresentava 220 galpões, e, de acordo com a Secretaria de Urbanismo, cerca de 20 estavam totalmente abandonados.

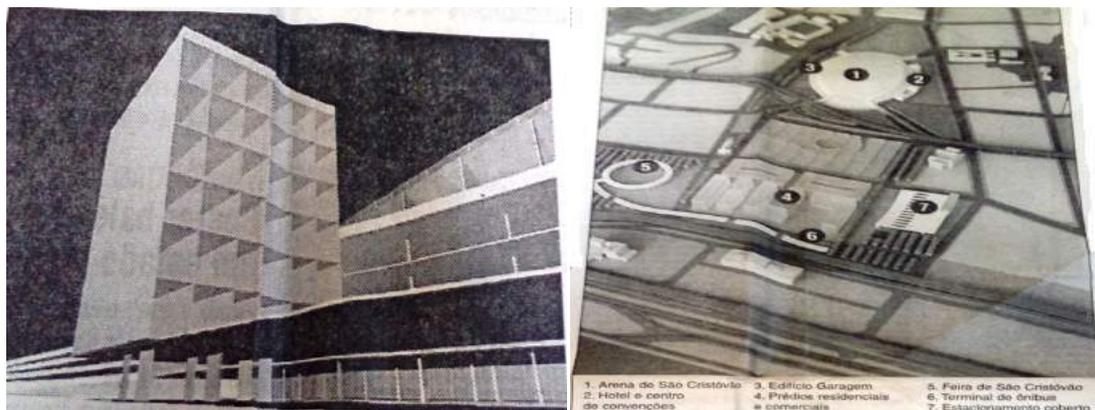
A Secretaria de Urbanismo propôs um aumento do gabarito médio para seis pavimentos e a permissão da convivência de residências com estabelecimentos comerciais. Além disso, alegou que “Outro incentivo à construção será dado com a *revisão da lista de imóveis tombados ou preservados* [sem grifo no original] que, provavelmente, liberará vários terrenos no bairro.” (JORNAL DO BRASIL, 1999a).

Segundo a chefe da coordenadoria de Planejamento da Secretaria de Urbanismo, Winnie Fellows, responsável pelo projeto para a região: “A Secretaria de Cultura está revendo a lista de cerca de 300 imóveis preservados, já que muitos deles estão descaracterizados. *A intenção é manter apenas aqueles que valem a pena* [sem grifo no original].” (JORNAL DO BRASIL, 1999a).

Em agosto de 1999, o Jornal do Brasil discorria sobre “Nobres caminhos para São Cristóvão”, comentando que um plano urbanístico transformaria o Pavilhão em arena multiuso com quadra esportiva, hotel, estacionamento, centro de convenções com salas de cinema e shows (**Figuras 17 e 18**), além da recuperação do entorno com prédios e paisagismo. Falava-se ainda que a criação desta arena dependia da “aprovação do novo Plano de Estruturação Urbana (PEU).” (JORNAL DO BRASIL, 1999b, p. 17). Noticiava-se que o então prefeito Luiz Paulo Conde encomendou ao arquiteto Sérgio Bernardes um ambicioso plano arquitetônico para São Cristóvão:

Elaborado por Bernardes com a ajuda do arquiteto Rolf Hüther e do escritório espanhol Millet/Biosca & Associats, o projeto dissemina o reaproveitamento do bairro a partir de uma reforma completa do Pavilhão de São Cristóvão – desenhado por Bernardes no fim dos anos 50 – orçada em US\$ 120 milhões. Nos arredores, mudanças drásticas, como a da feira de São Cristóvão, deslocada para uma área próxima e montada em círculo, e a construção de prédios comerciais junto ao porto. Um maciço paisagismo, integraria o corredor às históricas alamedas da Quinta da Boa Vista. (JORNAL DO BRASIL, 1999b, p. 17).

Figuras 17 e 189 - Projeto de revitalização para o Pavilhão de São Cristóvão, no Campo de São Cristóvão. Rio de Janeiro, 1999.



Fonte: JORNAL DO BRASIL, 1999b.

No entanto, a aprovação deste projeto causaria transtornos durante a sua construção, pois:

O IPP debate também o impacto do empreendimento no trânsito do bairro, hoje de passagem. Uma medida não imediata, seria demolir a alça de saída da Linha Vermelha para o Campo de São Cristóvão.

A solução demoraria entre três e 10 anos, tempo de construção de outra saída perto do Viaduto Engenheiro Paulo de Souza Reis, na Leopoldina. Ali já existe uma saída para a Avenida Francisco Bicalho. A nova ficaria virada para São Cristóvão. Outra seria feita no Caju, perto do Cais do Porto. A ideia é deixar São Cristóvão com acesso fácil. (JORNAL DO BRASIL, 1999b, p. 17).

A ideia de recuperar o Pavilhão de São Cristóvão iniciou-se em 1996, na campanha da Rio 2004. À ocasião, “o comitê de defesa da candidatura do Rio de Janeiro às Olimpíadas de 2004 planejou construir uma moderna arena que pudesse integrar-se ao complexo esportivo do Maracanã.” (JORNAL DO BRASIL, 1999b, p. 17). O Pavilhão de São Cristóvão foi escolhido pela proximidade com o estádio e a facilidade de acesso ao bairro.

Continuamente, como uma das justificativas de formação dos territórios culturais existentes na região de São Cristóvão, aponta-se a conquista da Feira Nordestina como seu território cultural. De fato, isso ocorreu somente em junho de 2003, com a autorização de transferência da Feira — que, em muitas décadas, já se instalava no entorno do Pavilhão de São Cristóvão — para o interior desse patrimônio moderno. Nesta data, a Secretaria Especial de Turismo do Município do Rio de Janeiro

(RioTur) e a Coopcampo assinaram o termo de autorização de uso do Pavilhão de São Cristóvão. A partir deste termo, a Prefeitura financiava através da Coopcampo, a venda de novas barracas aos feirantes (BORJA; DESTRI, 2017, p. 45). Porém, para efetivamente os nordestinos conquistarem seu território cultural em São Cristóvão, aconteceram muitas lutas, resistências por parte dos feirantes, por meio de manifestações e reivindicações junto ao poder público, para, na prática, os feirantes poderem permanecer no espaço que eles identificaram como seu lugar, e poderem utilizar a área interna do Pavilhão.

Considera-se importante reconhecer o patrimônio de forma mais abrangente, incorporando o simbolismo e a afetividade, ou seja, a intangibilidade às perspectivas materiais. A conquista do território nordestino, com a inauguração, em 2003, do Centro Municipal Luiz Gonzaga de Tradições Nordestina, no Pavilhão de São Cristóvão, constatou-se que o patrimônio não é somente valorizado pelos aspectos históricos e artísticos.

[...] Inaugurado no dia 20 de setembro 2003, as obras incluíram a revitalização do entorno, a recuperação do remanescente do imóvel, abandonado durante anos, e a implantação da infra-estrutura para abrigar as 664 barracas, entre restaurantes, lojas, bares e açougues. Conforme pudemos acompanhar, a feira era considerada um elemento de degradação do bairro e foi objeto de uma longa luta dos feirantes, apoiados por alguns vereadores para assegurar a sua manutenção no local. No reassentamento da feira, a noção de “ordem” e a lógica de gestão foram totalmente alteradas, fato que gerou o protesto de parcela dos feirantes. (NACIF, 2007, p. 146).

Em relação ao protesto por parte dos feirantes, Nacif (2007) relembra um registro da imprensa de um forró-protesto em frente à nova sede da Feira dos Nordestinos.

Eles reclamavam que não teriam participado da elaboração das novas regras de funcionamento da Feira. Os feirantes temiam que muitas pessoas que trabalhavam na área ficassem fora do novo cadastramento. O então secretário de governo, José Luiz Vasconcelos, teria afirmado na época que o projeto ainda estava em estudos e que estavam identificando se os 400 cadastrados em 1996 ainda estavam trabalhando. Um conselho gestor de 15 membros, entre eles representantes da Feira, ficou responsável pela administração da mesma. (O Dia, 25/04/2002, página 2). (NACIF, 2007, p. 146 e 147).

A transferência da Feira para o Pavilhão ocorreu após a Prefeitura responsabilizar-se pelo projeto e assumir a administração da Feira, e a Coopcampo comprometer-se por funções como conservação e manutenção da nova área. Para tanto, “a estrutura da Feira mudou e sua configuração espacial tomou contornos de uma ‘minicidade’”. (BORJA; DESTRI, 2017, p. 45). Sobretudo, mudanças sociais e culturais também ocorreram na nova Feira Nordestina:

[...] é visível a estratificação social presente na Feira. De um lado, os grandes restaurantes nas áreas turísticas das avenidas, próximas aos palcos principais; de outro, as pequenas barracas mantendo a cultura tradicional do migrante na parte distante e periférica do Pavilhão. (BORJA; DESTRI, 2017, p. 46).

Evidentemente que toda reformulação estrutural gera mudanças; conseqüentemente, não foi diferente com a Feira Nordestina — sua essência e vivência sofreram importantes transformações. Para muitos frequentadores, a Feira não é mais a mesma. Grandes modificações ocorreram tanto na sua materialidade, com mudanças físicas das barracas, quanto na sua imaterialidade, representada nas mudanças que ocorreram, por exemplo, no preparo das comidas típicas; enfim, nas práticas culturais:

Além disso, desenvolvimento econômico significa também mudança cultural. A cultura material foi radicalmente alterada com a mudança física da Feira e de suas barracas, além de novos meios materiais de produção cultural: especialmente nos palcos e equipamentos utilizados pelos músicos, e no preparo das comidas típicas em cozinhas industriais. Provocando com isso uma mudança também na cultura não material, ou seja, nas práticas culturais e nos processos de trabalho atrelados a esta nova cultura material. Hoje a cultura popular nordestina se coloca enquanto elemento folclórico incorporado à lógica da indústria cultural, vinculada ao consumo de massa. Foi legitimada via mercado e agora é aceita pela cidade, representando sua diversidade cultural. Isso ganha um caráter simbólico e contraditório, na medida em que a incorporação cultural se concretiza com a entrada da Feira para o interior do Pavilhão e sua transformação em Centro de Tradições. Resultado de anos de luta pelo território e de afirmação de uma cultura de resistência, esta situação expressa tanto uma conquista dos nordestinos migrantes quanto sua incorporação pela indústria cultural. (BORJA; DESTRI, 2017, p. 51).

Ainda sobre os noticiários de jornais de 1999, o Jornal do Brasil, em agosto deste ano, publicava sobre “Um jeito livre de morar”, com a possibilidade de construção de *lofts* em São Cristóvão, Vasco da Gama, Benfica e Mangueira, porém seria necessário esperar a atualização do PEU do bairro. Falava-se que “Residências sem paredes divisórias, os *lofts* ganham um prédio inteiro em São Paulo e podem chegar ao

Rio revitalizando antigos galpões de São Cristóvão.” (JORNAL DO BRASIL, 1999c, p. 1). E mais: esses novos empreendimentos poderiam ter contribuído para o crescimento populacional da região, que, na última década, perdeu muitos habitantes.

O Jornal do Brasil, em setembro de 1999, apresentou um noticiário acerca do “Protesto arretado. Nordestinos vão à rua pela Feira de São Cristóvão” (**Figura 19**). A matéria falava que os nordestinos protestavam contra a decisão da prefeitura, que, com a reformulação do Campo de São Cristóvão, tiraria do local a feira nordestina, que, àquela ocasião, completava 54 anos de existência. Segundo Agamenon Almeida, cordelista, sanfoneiro e representante dos barraqueiros da Feira, “Conde quer transferir a feira para uma área coberta perto do Viaduto do Gasômetro, junto à Rodoviária. Eles querem fazer um shopping temático. Isto vai descaracterizar o nosso espaço.” (JORNAL DO BRASIL, 1999d).

Eram cerca de mil conterrâneos que, em passeata, percorreram ontem 7,5 quilômetros em duas horas, do Campo de São Cristóvão, na Zona Norte, até Cinelândia, no Centro do Rio. A resistência posta à prova teve um motivo especial: de chapéu de couro sob um sol de caatinga, protestavam contra a decisão da prefeitura que, com a reformulação do Campo de São Cristóvão, quer tirar do local a feira, que hoje completa 54 anos de existência. (JORNAL DO BRASIL, 1999d, página não informada).

O jornal falava também que os nordestinos estavam cientes de que as Leis Municipais nº 2.052/93 e 2.448/96, sancionadas pelo então prefeito César Maia, garantiriam a permanência da Feira no Campo de São Cristóvão. Porém, conforme destacou Carlos, C. e Sampaio, J. (2017), mesmo com a Lei nº 12.301, de 28 de julho de 2010, que reconheceu a Feira Nordestina de São Cristóvão como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, esta “lei não condiciona o funcionamento da feira na edificação do antigo Pavilhão de São Cristóvão.” (CARLOS, C.; SAMPAIO, J., 2017, p. 69). Isso porque, mesmo após solicitações de entidades relacionadas ao patrimônio cultural, como o DGPC que propôs, em 2002, o tombamento dos diversos monumentos arquitetônicos modernistas, incluindo o Pavilhão, este não foi tombado por nenhuma esfera governamental até os dias atuais.

Figura 19 - Protesto dos nordestinos pela permanência no Campo de São Cristóvão, em São Cristóvão. Rio de Janeiro, 1999.



Fonte: JORNAL DO BRASIL, 1999d.

Não foram encontrados documentos da década de 1990 relacionados às reivindicações da AMA / AMASC São Cristóvão, nos levantamentos reunidos no IRPH. De certa forma, há indícios, no período da década de 1990, que foi reduzida a atuação dessa Associação junto à Prefeitura. Ressalta-se que a função da Associação de Moradores é reivindicar, participar das tomadas de decisões para as melhorias do lugar:

Então, o papel fundamental da Associação de Moradores, [...] é cobrar. [...] Temos uma lei de preservação que é maravilhosa, mas sem aplicação prática. Cadê a preservação, se a cada dia tem um imóvel desmoronando, proposital ou acidentalmente? A cada dia se tem uma obra nova, uma descaracterização ambiental, seja por empresas públicas ou privadas, e até mesmo por particulares. Porque se ele vê o vizinho fazer, e ninguém perturba, cobra ou aplica sanção, por que ele não pode?”. (SANTOS, E., 1991, p. 64 e 65).

Constata-se que, a partir do levantamento das fontes que, na década de 1980, a AMA / AMASC São Cristóvão foi muito mais militante do que na atualidade. Claudio Carlos (1997) identificou essa mudança de atuação na contemporaneidade:

[...] Curiosamente, após a promulgação das leis e assinatura de decretos municipais de proteção dessas áreas, observou-se a desmobilização das associações de moradores e um arrefecimento das iniciativas reivindicatórias de melhorias da qualidade de vida nos sítios históricos. Este aspecto dificultou a ação dos órgãos de proteção do patrimônio cultural nas

iniciativas de conservação e contribuiu para a degradação dessas áreas. (CARLOS, C., 1997, p. 26).

Observou-se que os documentos encontrados e analisados, a partir da implantação da segunda APAC, referem-se aos estudos que antecederam a implantação do terceiro PEU São Cristóvão, de 2004 — até porque não houve revisão em relação à APAC São Cristóvão. Assim, no Ofício nº 69, de 14 de agosto de 1999, o diretor-geral do DGPC, Alex Nicolaeff, encaminhou à Coordenadora da U/CPA, Winnie Emily Fellows, suas propostas, com o objetivo de colaborar com o PEU São Cristóvão. Com isso, o DGPC estaria de acordo com os objetivos gerais estabelecidos pela SMU para o PEU São Cristóvão. Porém, ressaltava sobre alguns monumentos tombados que necessitam de maior proteção que a proposta do PEU, no sentido de preservar a visibilidade deles. Dessa forma, o DGPC criou quatro áreas de entorno, que são a do Hospital Frei Antônio, a do Museu do Primeiro Reinado, a do Conjunto Residencial Mendes de Moraes e a do Observatório Nacional (DGPC, 1999). Propôs-se, com o **Mapa 6**, ilustrar as áreas de entorno recomendadas pelo DGPC.

Mapa 19 - Proposta do DGPC de criar quatro áreas de entorno para o bairro de São Cristóvão



Fonte: APAC, LC Nº24/93; DGPC (1999); Google Earth; Portal Geo – IPP; Serviço de imagens da ESRI. Consulta em junho de 2018. Elaborado por: Maria Luciene da Silva Lima.

No que se refere à *Área de Entorno do Hospital Frei Antônio*, propunham-se gabaritos de 3 pavimentos, equivalentes a 11,00 m, para as áreas delimitadas do encontro da Avenida Pedro II com a Rua Figueira de Melo; por esta, incluído o lado par até a Rua São Cristóvão; por esta, incluído o lado par até a Avenida Francisco Bicalho; por esta, incluído o lado par até a Avenida Pedro II; e por esta, incluído o lado par até a Rua Figueira de Melo (DGPC, 1999).

Quanto a *Área de Entorno do Museu do Primeiro Reinado – Casa da Marquesa de Santos*, propuseram-se gabaritos de 3 pavimentos equivalentes a 11,00 m, para as áreas delimitadas da Avenida Pedro II, de ambos os lados, da Praça Pedro II até a Rua Figueira de Melo; da Rua Figueira de Melo, lado ímpar, da Avenida Pedro II até a Rua Antunes Maciel; da Rua Antunes Maciel, lado ímpar, da Rua Figueira de Melo até a Rua São Cristóvão; da Rua São Cristóvão, lado par, da Rua Antunes Maciel até a Praça Pedro II; e da Praça Pedro II, lado ímpar, da Rua São Cristóvão até a Rua Pedro II (DGPC, 1999).

No que tange a *Área de Entorno do Conjunto Residencial Mendes de Moraes [Pedregulho]*, propunham-se gabaritos de 4 pavimentos, equivalentes a 15,50 m, para as áreas delimitadas do encontro da Rua Curuzu com a Rua Marechal Jardim; por esta, incluído o lado ímpar até a Rua Lopes Trovão; por esta, incluído o lado ímpar até a Rua Prefeito Olímpio de Melo; por esta, incluído o lado ímpar até a Rua Senador Domicio Barreto; por esta, incluído o lado par até o encontro com a linha do trem; pela linha do trem, até a Avenida Brasil; por esta, incluída até a Rua Célio Nascimento; por esta, incluída até a Rua Boituva; por esta, incluída até a Rua Ricardo Machado; por esta, incluído o lado par até a Rua do Reservatório; por esta, incluído o lado ímpar até a Rua Vieira Bueno; por esta, incluído o lado par até a Rua Almirante Rodrigo Rocha; por esta, incluído o lado par até a Rua Curuzu; e por esta, incluído o lado par até a Rua Marechal Jardim (DGPC, 1999).

No que diz respeito a *Área de Entorno do Observatório Nacional*, propuseram-se gabaritos de 3 pavimentos mais cobertura equivalente a 14,00 m, para as áreas delimitadas do encontro da Rua Bela com o Campo de São Cristóvão; por este, incluído o lado par até a Rua General Argolo; por este, incluído o lado par até a Rua Teixeira Júnior; por este, incluído o lado ímpar até a Rua Senador Alencar; por este, incluído o lado par até a Rua Bonfim; por este, incluído o lado ímpar até a Rua Sá Freire; por este, incluído o lado par até a Avenida Brasil; por este, incluído o lado par até a Rua Conde de Leopoldina; por este, incluído o lado par até a Rua Monsenhor Manuel Gomes; por

este, incluído o lado ímpar até a Rua General Bruce; por este, incluído o lado par até a Rua Bela; por este, incluído o lado ímpar até o Campo de São Cristóvão (DGPC, 1999).

Em novembro de 1999, a 6ªSR/IPHAN, representada pela arquiteta Maria Harlindis Hardman Vianna, encaminhou ao responsável pela Área de Proteção, representado pelo Sr. Mauro Pazzini, ofício que falava sobre a minuta do Projeto de Lei que aprova o PEU dos bairros componentes da VII Região Administrativa de São Cristóvão pela SMU (IPHAN, 1999).

A SMU propôs para um crescimento ordenado da área, um aumento de gabarito para as edificações dos bairros da região através de um novo PEU, que, a partir da visão da Prefeitura, possibilitaria a renovação urbana com a construção de edifícios e condomínios, atraindo novos investimentos e empregos e recuperando o desenvolvimento residencial e comercial da área (IPHAN, 1999).

A proposta do IPHAN era reduzir o gabarito proposto pela Prefeitura nas áreas próximas aos Bens Tombados por essa instituição, com exceção da área de entorno da Quinta da Boa Vista, na qual o IPHAN concordava com os parâmetros elaborados pela Prefeitura, mantendo-os conforme os seus critérios (IPHAN, 1999).

Nesse ofício, falava-se da Quinta da Boa Vista, bem tombado por essa instituição desde 1938, e que está inserida na APA pela PCRJ. A minuta do projeto de lei apresentada a esse órgão classificava a área da Quinta da Boa Vista como Zona de Conservação Ambiental e propunha, para a área, gabarito de 11 m e altura máxima de 3 pavimentos, devendo o uso limitar-se a “bares, restaurantes e lojas com atividades de apoio às atividades culturais e de lazer existentes, ouvidos os Órgãos de proteção ambiental e cultural”. A proposta do IPHAN para a Quinta da Boa Vista era limitar ao máximo a sua ocupação em favor da manutenção da área verde, e qualquer proposta de intervenção no parque deveria ter prévia autorização do próprio Instituto (IPHAN, 1999).

Compreende-se que o espaço urbano da região de São Cristóvão experimentou transformações em seu desenvolvimento urbanístico — alterações essas relacionadas após a implantação do terceiro PEU São Cristóvão, instituído em 2004, pela Lei Complementar nº 73. Ressalta-se que a APAC São Cristóvão manteve-se a mesma, mas os órgãos responsáveis pela preservação do ambiente cultural da região, ou seja, IPHAN, na esfera federal, e o então DGPC, no nível municipal, comunicaram-se em prol da salvaguarda desse patrimônio ambiental urbano, que poderia sofrer

consequências devido às transformações urbanísticas que o novo PEU poderia acarretar à região.

Além das atuações do IPHAN e do DGPC nos anos que antecederam a implantação do terceiro PEU São Cristóvão de 2004, Nacif (2007) destaca os interesses opostos verificados no desenvolvimento desta região, que se iniciou em 2000, com uma nova proposta de PEU, porém somente sendo aprovado, quatro anos depois. Segundo a autora, nos quatro anos que antecederam o novo PEU, duas correntes de pensamento passaram a concorrer com projetos de desenvolvimento para São Cristóvão:

Uma dessas correntes era formada pelos defensores do processo de adensamento, através da verticalização do bairro como solução para dinamizar os setores comerciais e de serviços, e da redução do número de imóveis tombados, tendo como justificativa a dificuldade de manutenção dos imóveis, devendo permanecer apenas aqueles monumentos que permitiriam a apropriação do discurso da importância do patrimônio histórico/arquitetônico do bairro como forma de agregar valor ao lugar. No processo de disputa, alguns integrantes da outra corrente prepararam um panfleto-denúncia para ser distribuído entre os vereadores e moradores do bairro.

Tal grupo apresentava-se, então, como defensor do patrimônio, na perspectiva de manutenção de todos os bens tombados e na busca de alternativas para recuperação dos imóveis e revitalização de atividades.

Não foram poucas as pressões dos dois grupos que freqüentavam os gabinetes da Câmara Municipal, tentando influenciar a decisão dos vereadores. Assim, como desdobramento do acirramento de ânimos o Prefeito Luiz Paulo Conde, na época candidato à reeleição, viu-se obrigado a recuar e a diminuir o interesse em aprovar o projeto ainda naquele ano. O projeto só voltou à ordem do dia em 2003. (NACIF, 2007, p. 144 e 145).

O panfleto-denúncia, intitulado “PEU de São Cristóvão: Que renovação você quer para o seu bairro?”, citado por Nacif (2007), foi produzido pelo grupo identificado como preservacionista, que enumerava as consequências para o bairro:

Moradores dos bairros de Benfica, Mangureira, São Cristóvão e Vasco da Gama devem ficar atentos ao novo Projeto Estruturação Urbana (PEU) enviado à Câmara de Vereadores pelo Prefeito Cesar Maia.

A obrigatoriedade da participação da população na elaboração de projetos deste tipo está prevista no Plano Diretor Decenal da Cidade (Lei no 16/92). Entretanto, a maioria da população residente nesses bairros não tem sequer conhecimento sobre as mudanças previstas e os impactos que essas mudanças irão acarretar na sua qualidade de vida.

O aspecto mais nocivo desse projeto é o fato dele reduzir de 300 para 13 os bens históricos preservados, localizados nos bairros mencionados. São Cristóvão, por exemplo, é talvez o bairro da cidade onde existe a maior concentração de imóveis de valor histórico e cultural. Além do Museu Nacional na Quinta da Boa Vista e da tradicional Feira dos Nordestinos, em São Cristóvão se localizam inúmeros outros monumentos de grande valor

histórico, que se encontram, hoje, esquecidos da maioria da população do Rio de Janeiro.

Apesar da recente inauguração do Centro de Cultura Nordestina no Pavilhão de São Cristóvão, o projeto retira a garantia de permanência da Feira dentro do Pavilhão, prevista na lei em vigor. Além dessa descaracterização cultural e histórica dos bairros, o projeto traz ainda outros prejuízos à qualidade de vida da população. Ao estabelecer limites mais favoráveis para as atividades da construção civil, o projeto aponta para um adensamento dos bairros, com conseqüências diretas sobre a infra-estrutura existente. (Panfleto produzido pela Associação de Moradores, 2003 *apud* NACIF, 2007, p. 145).

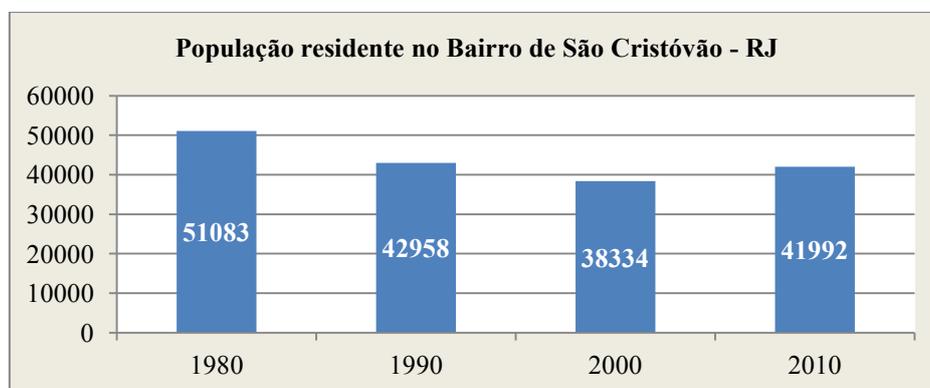
Nacif (2007) contribui com informações acerca do interesse por parte de uma dessas correntes que almejava, a todo custo, construir e, principalmente, verticalizar São Cristóvão, mesmo que fosse desconsiderando grande parte do seu patrimônio histórico, artístico e afetivo, como solução para incentivar demais setores, como o comercial e o de serviços. Pois a “proposta de verticalização de alguns setores do bairro foi vencedora em oposição àquela de transformar São Cristóvão em um exemplar de bairro popular como testemunho da história da cidade.” (NACIF, 2007, p. 148).

Em virtude da implantação do novo PEU, que autorizou o aumento na altura dos gabaritos, o setor imobiliário, de fato, viu que, a partir da nova legislação, São Cristóvão, seria uma interessante região para se explorar espacialmente. Sobretudo, a comunidade local, mais uma vez, ficaria “de fora” nas tomadas de decisão quanto ao desenvolvimento urbano do lugar. Por esse motivo, as comunidades assim entendem: “Nós vamos ficar sempre e sempre esmagados, porque vamos ter a especulação de um lado e a Administração Pública de outro. A especulação querendo levar o ‘progresso’, e a Administração Pública omissa.” (SANTOS, E., 1991, p. 64).

No que se refere à população residente em São Cristóvão, como resultado de averiguação de seu repovoamento após a implantação do PEU nº 73/2004, o **Gráfico 2** detalha os índices demográficos da década de 1980 até 2010, no bairro de São Cristóvão. Neste gráfico, observa-se que, da década de 1980 para 1990, São Cristóvão perdeu 8.125 habitantes residentes, isto é, uma redução de 15,9% habitantes. Da década de 1990 para 2000, o bairro continuou com o processo de esvaziamento populacional, com perda de 4.624 habitantes, ou seja, uma diminuição de 10,8% habitantes. No entanto, com a implantação do novo PEU, em 2004, promoveu-se um incentivo residencial, com a construção de novos empreendimentos imobiliários; conseqüentemente, ocorreu uma retomada populacional. Como resultado desse processo, da década de 2000 para 2010, São Cristóvão apresentou um aumento

populacional de 3.658 habitantes, o que equivale a um aumento de 8,7% de habitantes residentes no bairro.

Gráfico 4 - População residente em São Cristóvão, Rio de Janeiro, entre as décadas de 1980 e 2010.



Fonte: IBGE – Censo Demográfico.

Percebe-se que, com o novo PEU 2004, São Cristóvão não somente retomou o crescimento populacional, como também, de fato, ocorreu o crescimento no setor do comércio. São Cristóvão atualmente conta com a presença de grandes lojas comerciais e de serviços, tais como: Lojas Americanas, O Boticário, Casa & Vídeo, Leader Magazine, Caçula, Spoleto, Cacau Show, Wizard, Yes, e CVC, por exemplo. Antes da implantação do PEU 2004, o bairro contava apenas com pequenos estabelecimentos comerciais.

Na última década foram lançados novos empreendimentos imobiliários, principalmente no entorno da Quinta da Boa Vista, com nomes que remetem ao período do império. A título de exemplos, têm-se o Condomínio Quinta do Conde, da Concal e MDL, o Condomínio Paço Real, da MDL Construtora, e o Condomínio Quinta Imperial, da Gafisa Construtora. Arquitetos e urbanistas que relataram entrevistas na Revista ADEMI RJ de 2013 acreditavam que o bairro de São Cristóvão seria beneficiado diretamente pelas transformações do seu entorno, como a revitalização da Zona Portuária. Esses profissionais também identificaram que os recentes lançamentos de condomínios residenciais de alto padrão que já foram construídos e os que serão investidos na região de São Cristóvão trariam um grande potencial de desenvolvimento para o bairro (ADEMI RJ, 2013).

As construtoras responsáveis por esses empreendimentos imobiliários citados mencionam o jardim da Quinta da Boa Vista como integrante da paisagem “eterna” como argumento para a venda desses imóveis:

Outros investimentos no bairro estão sendo feitos pelos grandes “players” do mercado imobiliário, que, para viabilizar seus projetos, negociam com a Prefeitura melhorias para a região. As mudanças começaram a ocorrer há pouco mais de um ano, quando as construtoras, lideradas pela Concal — que lançou o edifício Paço Real com sucesso de vendas —, passaram a apostar no bairro. É nesse cenário de otimismo que a Concal lança, em parceria com a MDL Realty, seu segundo empreendimento na região: o Quinta do Conde. *Com vista eterna para a Quinta da Boa Vista* [sem grifo no original], o condomínio se destaca pelo projeto que privilegia o conforto dos moradores, com completa área de lazer, instalada no térreo e também nas coberturas do empreendimento. (CONCAL, 2009, p. 52 e 53).

Nesse sentido, ao ser divulgada como paisagem eterna, a Quinta da Boa Vista torna-se mercadoria como estratégia de *marketing* publicitário. Esse território, além de ser funcional, transforma-se principalmente num território cultural, com referenciais do período imperial, conforme os interesses político-econômicos dos agentes imobiliários:

[...] o próprio espaço geográfico, enquanto paisagem, é também transformado em mercadoria e vendido, como ocorre no “mercado de cidades” (e de regiões, deveríamos acrescentar) global. O “território simbólico” invade e refaz as “funções” num caráter complexo e indissociável em relação à funcionalidade dos territórios, ou seja, a dominação lefebvriana torna-se, mais do que nunca, também, simbólica – um simbólico, porém, que não advém do “espaço vivido” da maioria, mas da reconstrução identitária em função dos interesses dos atores hegemônicos. (HAESBAERT, 2007, p. 28).

No que tange aos interesses dos agentes imobiliários pela região de São Cristóvão, chama a atenção, neste caso, que o então presidente em 2009, da construtora Concal, responsável pela construção dos condomínios Paço Real e Quinta do Conde, o Sr. José Conde Caldas, também presidia no mesmo ano, o Conselho de Revitalização de São Cristóvão⁶⁵. Conclui-se evidentemente que, almejava-se revitalizar São Cristóvão, porém de acordo com interesses econômicos, explorando o ramo imobiliário sem considerar de fato o que seria adequado à região.

⁶⁵ A respeito do Sr. José Conde Caldas ser presidente, em 2009, da construtora Concal e também do Conselho de Revitalização de São Cristóvão, ao mesmo tempo, essas são informações segundo noticiários do jornal Extra de 24 de novembro de 2009 e da Concal em Revista também de 2009. Fontes: JORNAL EXTRA, 2009; CONCAL, 2009.

Em entrevista ao jornal O Globo, em 2009, o então presidente do Conselho de Revitalização de São Cristóvão, o Sr. José Conde Caldas discorria sobre o potencial construtivo desta região e sua possibilidade de retomada populacional:

Sou suspeito para falar, pois há 25 anos já alertava todos os prefeitos do absurdo que era ter o potencial construtivo congelado desde 1975 em uma região tão nobre, que tem como patrimônio a Quinta da Boa Vista e está perto de tudo. Com o PEU, o bairro está voltando a ser repovoado por famílias de classe média. Muitos jovens estão procurando imóveis em São Cristóvão. Acredito que a parcela de 30% de população que o bairro perdeu durante o período de desvalorização, será recuperada. (Depoimento do Sr. José Conde Caldas, presidente do Conselho de Revitalização de São Cristóvão. O GLOBO, 2009).

Todo o espaço urbano deve ser analisado conforme as ações a serem tomadas, de acordo com as necessidades urbanísticas do lugar, em conjunto com as decisões e concordância dos moradores locais. Para qualquer reivindicação em prol de uma cidade, bairro, ou até mesmo uma rua, esta deve ser feita por alguém que a conheça plenamente, que entenda suas prioridades e potenciais. Isso somente é possível pela vivência de quem reivindica pelo lugar.

Entende-se que refletir sobre o patrimônio ambiental urbano é considerar a conjuntura histórica, geográfica e cultural da paisagem urbana. É observar o vínculo que os bens naturais e culturais apresentam entre si, e como o meio ambiente urbano é consequência dessas relações. É também analisar o conjunto de bens históricos, a paisagem urbana e os espaços públicos que mostram as essências dos lugares, e não somente o monumento isolado (CASTRIOTA, 2007).

Analisar o patrimônio ambiental urbano requer intervir no patrimônio através da perpetuação do equilíbrio da paisagem. Além disso, há que considerar a conexão entre as edificações, os usos, o contexto histórico-geográfico e os elementos naturais representados na paisagem. Assim, reconhecem-se os aspectos materiais e simbólicos, em face das perspectivas de ocupação do território, de sua história e de vivências em espaços públicos.

No entanto, a insistência dos órgãos de tutela, tanto no Rio de Janeiro como nas demais cidades brasileiras, em considerar patrimônio apenas as áreas que ainda mantêm um alto grau de integridade morfológica no espaço urbano fizeram que as cidades fossem recortadas para a delimitação de áreas de preservação formando polígonos para incluir o que se considera boa arquitetura, sem considerar contextos locais e características específicas que

diferenciam a ocupação dos espaços públicos urbanos, como o traçado e as formas de ocupação. (SCHLEE et al., 2009, p. 68).

Além disso, nessa conjuntura, os territórios culturais devem ser considerados como parte da interlocução do patrimônio ambiental urbano. No que diz respeito aos desafios da preservação do patrimônio cultural, a legislação urbana cumpre um importante papel, pois:

[...] Se a edificação não tem um valor arquitetônico, se não há um conjunto de interesse, se não é necessário a manutenção de detalhes construtivos, mas sim da ambiência (altura, afastamento) o instrumento adotado deve ser a legislação urbana, nela incluindo os usos e atividades que podem ajudar na proteção das áreas.

A legislação urbana é importante em dois momentos:

- 1 – para consolidar usos e tipos de ocupação de uma área;
- 2- para corrigir os rumos de transformações que viriam a descaracterizar e romper o equilíbrio do ambiente. (FONTES, 1991, p. 54).

Pouco mais de uma década após a revisão da APAC São Cristóvão, especificamente, nos anos de 2006 e 2007, a então Secretaria Extraordinária de Proteção do Patrimônio Cultural (SEDREPAHC) com Coordenadoria de Proteção e Conservação (CPC) e a Gerência de Proteção (GP)⁶⁶ iniciaram uma pesquisa para a atualização da mesma APAC. É importante frisar a não existência do documento formalizado para a referida pesquisa, pois não foi sancionada legislação da atualização da APAC São Cristóvão, mas existe o estudo proposto.

Essa pesquisa resultou num documento denominado “Estudos para Atualização da APAC de São Cristóvão – Relatório Agosto 2006 – Maio 2007”. Esse estudo, no entanto, “embasou e fundamentou a proposta de atualização da legislação de proteção então em vigor, que não obteve consenso no Conselho de Proteção ao Patrimônio Cultural da Cidade do Rio de Janeiro.” (SCHLEE et al., 2009, p. 68).

Observa-se que a Associação de Moradores não participou dos estudos para a atualização da APAC São Cristóvão. Nos documentos levantados e analisados, como o

⁶⁶ A Secretaria Extraordinária de Proteção do Patrimônio Cultural (SEDREPAHC) com a Coordenadoria de Proteção e Conservação (CPC) e a Gerência de Proteção (GP) foram coordenadas pelo Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP) e que inclui a participação da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU), a Secretaria do Meio Ambiente da Cidade (SMAC), a Secretaria Municipal de Transporte (SMT), a Fundação Parques e Jardins (FPJ), a Rio-Águas e a CET-RIO e colaboradores, e o escritório técnico responsável por gerenciar a região de São Cristóvão, para a formalização da pesquisa de atualização da APAC São Cristóvão.

relatório mencionado, não constam informações da participação da Associação de Moradores de São Cristóvão, na elaboração deste projeto de atualização:

O ideal seria ter contado com a participação da comunidade da região de São Cristóvão na elaboração da proposta, mas essa ideia não encontrou eco no âmbito da administração municipal. A participação popular na formulação dos instrumentos legais ou na execução de intervenções urbanas tradicionalmente acontece sob a forma de consultas a população sobre as soluções propostas pelo poder público definidas previamente em gabinete. Entretanto, a discussão da proposta com outros órgãos da PCRJ representou um avanço significativo na forma de condução dos estudos dessa natureza até então realizados em âmbito municipal. A interlocução com os órgãos SMU (planejamento urbano), CET-RIO (sistema viário), RIO-Águas (drenagem) trouxe subsídios relevantes para a definição das áreas propostas para proteção. (SCHLEE et al., 2009, p. 70 e 71).

O objetivo desse trabalho era apresentar os estudos para atualização da APAC de São Cristóvão, estabelecida pela Lei Complementar nº 24/1993 e seguida da Lei Complementar nº 73/2004, que ampliava sua delimitação anterior e estendia sua abrangência aos quatro bairros da VII Região Administrativa: São Cristóvão, Vasco da Gama, Mangueira e Benfica.

Além disso, objetivava-se, especificamente, também, desenvolver os trabalhos de sistematização dos inventários e planejamento da Área de Proteção do Ambiente Cultural da R. A. São Cristóvão; identificar exemplares significativos para o patrimônio histórico e cultural desta mesma região, incluindo bens arquitetônicos e/ou espaços livres públicos a serem tombados, preservados e tutelados; propor a delimitação de uma nova e atualizada APAC São Cristóvão, a partir da análise e correlação dos dados referentes aos inventários realizados entre 2004 e 2007 e dos dados históricos dos diversos períodos de sua ocupação, com vistas a embasar a formulação de nova legislação, contendo listagem atualizada de bens de interesse para integrar o patrimônio cultural da cidade; e reunir todas as informações geradas nesse estudo em um banco de dados que possa servir de modelo para outras regiões da cidade.

Ressalta-se que a atualização da APAC São Cristóvão compunha os estudos que estavam sendo realizados para o Plano de Reabilitação Integrada (PRI)⁶⁷ da VII R. A. de São Cristóvão. No que se refere à metodologia utilizada para tal estudo:

⁶⁷ O PRI tinha como objetivos melhorar a qualidade de vida dos seus moradores, fomentar o desenvolvimento urbano, estimular o repovoamento, recuperar o patrimônio cultural e ambiental do bairro e revitalizar economicamente a VII Região Administrativa de São Cristóvão.

[...] incluiu a recuperação dos estudos anteriormente desenvolvidos, destacando-se o Estudo de Entorno dos Monumentos Tombados no Bairro de São Cristóvão, elaborado em 1985 pelo então SPHAN/6a SR e os estudos realizados para a elaboração das áreas de proteção de 1986 e 1993.

A partir da análise desses estudos, foram feitas diversas visitas a campo e definidas oito áreas ancoradas como áreas de entorno de elementos naturais ou monumentos já tombados pela legislação em vigor. Essas áreas de estudo formaram a base da identificação, após a análise e interpretação de todos os dados levantados dos fragmentos paisagísticos de interesse para proteção.

As categorias de análise adotadas neste estudo incluíram tipos arquitetônicos; características estilísticas; gabarito; uso do solo; tipo e forma do parcelamento e soluções de implantação; tipos de acréscimos das edificações; localização, tipo e funções dos espaços livres públicos; grau de caracterização e conservação. Os dados levantados foram estatisticamente tratados no programa Systat e sistematizados em Access, com o objetivo de permitir sua espacialização em mapas temáticos elaborados em AutoCad, a serem georreferenciados para garantir sua integração ao Sistema de Informações Geográficas da Prefeitura. (SCHLEE et al., 2009, p. 69 e 70).

A proposta de atualização da APAC São Cristóvão baseou-se nas recomendações estabelecidas na carta patrimonial Convenção Europeia da Paisagem, instituída no ano de 2000, em Florença; nas abordagens conceituais da geografia cultural; e nos estudos anteriormente elaborados para a região. Em relação às abordagens conceituais da geografia cultural, norteou-se principalmente nas pesquisas de Denis Cosgrove (1998), Augustin Berque (1998) e Michael Conzen (1975).

Inicialmente, a proposta era reconhecer áreas que identificassem unidades de paisagem nessa região. Entretanto, o desenvolvimento do trabalho orientou o caráter heterogêneo da região, e tornou-se evidente que o mais apropriado seria identificar os fragmentos paisagísticos que a conformam (SCHLEE et al., 2009, p. 71).

Em 2000, realizou-se, em Florença, a Convenção Europeia da Paisagem, que entrou em vigor apenas em 2004. Essa Convenção Europeia tem por objetivos acompanhar e permitir a evolução (sejam as mudanças naturais, sejam as culturais) das paisagens dos países signatários, sem perder seus registros históricos; da mesma forma, proporcionar o desenvolvimento sustentável dos meios de produção, permitindo o uso dos recursos naturais, porém de forma consciente. Assim, a Convenção deteve-se numa escala regional e, como objeto de estudo, todo território dos seus Estados-membros, independentemente da excepcionalidade ou não desses territórios (RIBEIRO, 2007).

Apesar do ineditismo, as discussões sobre paisagem cultural não se limitaram à Europa, pois países de diferentes continentes também incorporaram esse conceito. Em 2004, foi realizado, na América, o simpósio anual do Comitê Norte-americano da *International Council on Monuments and Sites* (US/ICOMOS), que chegou à conclusão

de que, para a salvaguarda das paisagens, a separação conceitual entre natureza e cultura sempre foi obstáculo (RIBEIRO, 2007).

No âmbito nacional, a preservação da paisagem tem sido fruto de ações governamentais desde a criação do Decreto-Lei nº 25/1937 e do Livro do Tombo Etnográfico, Arqueológico e Paisagístico. A legislação brasileira confere valor de patrimônio a paisagens tanto de valor cultural como de valor natural.

A partir de 2007, o IPHAN promoveu vários encontros técnicos em parceria com instituições de ensino, para debater o conceito de paisagem cultural e sua aplicação no território nacional, o que veio a culminar na Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural. Esse documento é o primeiro a abordar especificamente a paisagem cultural brasileira; foi redigido durante o encontro “Paisagens Culturais: novos conceitos, novos desafios”. A Carta de Bagé (2007) traz a seguinte definição para paisagem cultural:

Art. 2º - A paisagem cultural é o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todos os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza e, reciprocamente, da natureza com o homem, passíveis de leituras específicas e temporais. (CARTA DE BAGÉ, 2007, p. 2).

Subsequentemente à Carta de Bagé, vem a publicação, em 2007, pelo IPHAN, do livro *Paisagem Cultural e Patrimônio*. O conceito de paisagem cultural, por ser amplo, pode também ter diferentes visões e formas de aplicação, além também de ser incorporado pela gestão de territórios, planejamentos urbanísticos e pela proteção do patrimônio cultural (RIBEIRO, 2007).

Como instrumento de preservação ampla e territorial das porções singulares do país, houve a instituição da chancela da Paisagem Cultural, sob a Portaria IPHAN nº 127/2009, que define paisagem cultural como uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores (IPHAN, 2009).

O Rio de Janeiro está, desde 2012, na Lista da UNESCO, na categoria de Paisagem Cultural pelo cenário urbano excepcional da cidade, constituído por elementos naturais que moldam e inspiram seu desenvolvimento (UNESCO). Segundo o IPHAN:

A harmonia entre a paisagem natural e a intervenção do homem, incluindo o uso e as práticas em seu espaço e suas manifestações culturais, tornou o Rio de Janeiro internacionalmente conhecido. Sua inscrição na categoria de Paisagem Cultural, pelo valor universal excepcional, foi um passo importante para consolidar as ações de proteção e preservação de uma interação única entre a cultura e a natureza, em uma metrópole densamente ocupada. (IPHAN, 2014).

Em relação à paisagem cultural, compreende-se que:

[...] a paisagem é muito além daquilo que visualizamos, a paisagem deve ser analisada por perspectivas da relação afetiva, simbólica, e/ou de valorização que determinada sociedade, ou especificamente, a população local possui para com esta paisagem, lugar. Nesse sentido, cabe refletir não somente na preservação da paisagem, mas também, ou até essencialmente, na preservação da ambiência, da identidade, do valor simbólico de determinado lugar. (ARAÚJO, R., 2017, p. 277).

Especialmente, é interessante apontar o último documento encontrado da AMASC São Cristóvão. Seria uma carta de agosto de 2006, da Associação para o então prefeito César Maia, que foi distribuída publicamente como cópia aos dirigentes de diversas instituições e aos moradores do bairro. Foram mais de 5 mil exemplares distribuídos no bairro. Nessa carta, o gestor da AMASC, o arquiteto Arsen Pokrajac, mais uma vez, clama pelo apoio da Prefeitura em aprovar o projeto de Reurbanização do Largo da Cancela, proposto desde 1986, e que foi apresentado no MAST. A proposta da AMASC seria a desapropriação de mais dois imóveis situados no Largo da Cancela, especificamente, nas Ruas Sabino Vieira nº 4 e Dom Meirado nº 32 (AMASC, 2006).

No documento, é relatado que a Prefeitura “em vez de se ter gastado primeiramente para estruturar a louvável Feira dos nossos hóspedes Nordestinos, devia ter logo reurbanizado a Cancela.” (AMASC, 2006, p. 2). A Associação argumenta:

Com critérios contrários nunca vai chegar nossa vez. Como a mulher usa o baton para sua atração, assim o São Cristóvão Dave [sic] primeiro arrumar o coração do seu bairro, para servir como o indispensável chamariz para o seu progresso imobiliário que a nova lei de p.e.u. Lhe proporciona, para desprevenidos não caírem na decepção, porque nenhum convidado vai querer investir ou morar num, de repente, tão badalado bairro, cujo centro ainda continua feio e dearrumado [sic], pondo em risco todas suas previsões. A urbanização da Cancela como nos propomos, beneficiaria também esta cidade e este País, seu itinerário de turismo nacional e internacional e sua representação metropolitana no decorrer dos JOGOS PANAMERICANOS [grifo do autor] e para outros eventos que seguirão depois. (AMASC, 2006, p. 2).

Nessa carta, a AMASC diz que o projeto está, há duas décadas, na pauta da sua comunidade. E ainda lembrou de todo o trâmite burocrático dos últimos anos que a AMASC percorreu com audiências públicas, apresentações em universidades, em conselhos comunitários e reuniões para a fomentação do projeto. É interessante apontar que, na carta, a Associação relata duas reuniões em que a ela desconhecia e não foi convidada a participar (AMASC, 2006).

Em busca de convidar os técnicos do IPP a visitar o Largo da Cancela para a apresentação, *in loco*, de todos os problemas, a AMASC compareceu, em 17 de março de 2006, no IPP, e lhe foi dito que “A PREFEITURA NÃO QUER QUE OS MEMBROS DA COMISSÃO DE PARIS TEM CONTATO COM OS MORADORES” [grifo do autor] (AMASC, 2006, p. 5). Entende-se, a partir desse relato, que o poder público, em suas tomadas de decisões, nesse momento desconsiderou ser importante a participação da comunidade local. No entanto, em sua análise acerca do estudo de São Cristóvão, Sampaio concluiu:

O estudo de São Cristóvão demonstra que, mesmo quando o processo de planejamento normativo incorpora reivindicações comunitárias, pode ocorrer um distanciamento da norma no papel, em relação às vocações e formas de usos e ocupação já enraizadas ao local, produzindo descompassos entre o legal e o real. (SAMPAIO, 2006, p. 188).

Vale ressaltar a última posição⁶⁸ da Prefeitura sobre as diversas solicitações da AMASC sobre o projeto de Reurbanização do Largo da Cancela. Em setembro de 2007, a PCRJ informou sobre “a existência de fato novo que não tenha sido contemplado nos pareceres desta 1º Gerência de Planos Locais 9fls. 44 e 45 do documento nº 64/2005 relativos á solicitação de revisão do Decreto 21.926 de 21/08/2002.” (PCRJ, 2007). Como ato conclusivo, foi notificado:

O Decreto 21.926/02 visa atender ao projeto urbanístico que a administração municipal tem para o local: o Projeto Rio-Cidade São Cristóvão. Para esse fim, como foi esclarecido no processo apenso 06/000472/2004 (fls. 55 e 56), não há necessidade de desapropriação do imóvel da Rua Sabino Vieira nº 4 já que o traçado do projeto Rio-Cidade atinge apenas parcialmente o lote. O proprietário do imóvel licenciou e construiu edificação residencial multifamiliar no local de acordo com os limites impostos por este projeto de

⁶⁸ O processo nº 02/300579/2006, referente ao Projeto de Reurbanização do Largo da Cancela, encontra-se arquivado na SMU, com todos os documentos protocolados.

urbanização. O imóvel da Rua Dom Meirado nº 32, está atingido em quase sua totalidade pelo Projeto Rio-Cidade e poderá, em momento oportuno, ser declarado para fins de desapropriação.

Não há mais nada a acrescentar no conteúdo dos pareceres das fls. 44 e 45 do documento nº 64/2005 e dos pareceres das fls. 55 e 56 do processo 06/000472/2004. (PCRJ, 2007).

Para o conhecimento da AMASC, a Prefeitura enviou carta, em janeiro de 2008, notificando toda a conclusão do processo acima informado (PCRJ, 2008a).

Em setembro de 2010, ocorreu no Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), o I Fórum de Revitalização do Bairro Imperial de São Cristóvão. O objetivo foi buscar alternativas, junto ao poder público e iniciativa privada, que possibilitassem resgatar a importância histórica de São Cristóvão (IPHAN, 2010).

O encontro reuniu, segundo o IPHAN, as “principais lideranças” do bairro com diversas autoridades estaduais e municipais do Estado do Rio de Janeiro⁶⁹. Buscou-se, sobretudo, estabelecer metas que impulsionassem a realização dos projetos de revitalização do bairro (IPHAN, 2010). A reunião foi uma iniciativa da Comissão de Revitalização do Bairro Imperial de São Cristóvão⁷⁰, criada em 2008, no âmbito da Câmara Comunitária do bairro, e contou com a participação de representantes de diversas instituições e empresas localizadas em São Cristóvão⁷¹.

Entretanto, sobre o entendimento das APACs na atualidade, por parte da população local dos bairros apacados, Fajardo (2012) considera que “As APACs (Área de Proteção do Ambiente Cultural) são hoje um instrumento consolidado tanto do ponto de vista da gestão urbana quanto do conhecimento por parte da população do Rio de Janeiro.” (FAJARDO, 2012, p. 9). Nesse sentido, discorda-se desse entendimento, pois se acredita que grande parcela da população da cidade do Rio de Janeiro desconhece o

⁶⁹ O I Fórum de Revitalização do Bairro Imperial de São Cristóvão contou com a presença dos Secretários Municipais de Conservação e Serviços Públicos, Carlos Roberto Osório; de Desenvolvimento Econômico e Solidário, Marcelo Henrique da Costa; do Secretário de Turismo, Antônio Pedro Figueira de Mello; da Diretora de Operações do Metrô, Regina Amélia Costa Oliveira; e do Subprefeito do Centro e Centro Histórico, Thiago Barcellos (IPHAN, 2010).

⁷⁰ Em contato com a AMA São Cristóvão para mais detalhes sobre esta Comissão de Revitalização do Bairro Imperial de São Cristóvão, foi informado que esta Associação não mantém relações com as outras instituições e entidades da região.

⁷¹ Entre os representantes das diversas instituições e empresas localizadas em São Cristóvão que participaram do I Fórum de Revitalização do Bairro Imperial de São Cristóvão, estavam o MAST, a Câmara Comunitária, o Museu Nacional, o Museu do Primeiro Reinado, o Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas (Feira de São Cristóvão), o Museu Militar Conde de Linhares, o Centro de Abastecimento do Estado da Guanabara (CADEG), a Construtora CONCAL, o Clube de Regatas Vasco da Gama, o 1º Batalhão de Guardas, o Colégio Brasileiro de São Cristóvão e o Supremo Conselho do Brasil do Grau 33 (IPHAN, 2010).

que compõe seus patrimônios históricos, artísticos e culturais, bem como os instrumentos que os salvagam, como por exemplo, a APAC.

Fundamentado nisso, conforme depoimento do Sr. Fernando, gestor oficial da AMA São Cristóvão, na atualidade, isso se confirma, pois ao ser questionado sobre os moradores locais terem o conhecimento que São Cristóvão tem uma APAC, o representante da AMA São Cristóvão disse que:

Muito pouco. Nós temos duas situações em São Cristóvão. Nós temos os moradores que são os tradicionais. A grande parte que vem da colônia portuguesa, que são conservadores e tal, tal, tal... Mas as pessoas não se interessam muito pelas coisas do bairro. Nós temos um outro público, que é o público flutuante, que trabalha nas empresas, que é um público maior, circulante no bairro. Essas pessoas acabam tendo um pouquinho mais de consciência cultural. [Elas] entendem melhor essas coisas: a vocação do nosso bairro como “Bairro Imperial”, [que] boa parte das casas são preservadas pelo Patrimônio Histórico da Cidade [IRPH]. De um modo geral, as pessoas não têm consciência não. A gente chega a essa conclusão, porque não existe demanda nenhuma conversando e nem falando nada a respeito. A gente é que preocupa de alguma forma resgatar um pouquinho todo esse histórico e passando para as pessoas. (Depoimento em entrevista, do representante oficial da AMA São Cristóvão, Sr. Fernando, em 05 de abril de 2018).

Da mesma forma, conforme relato, na década de 1990, do vice-presidente da Associação de Moradores e Amigos do Bairro da Saúde, o Sr. Enedir Santos afirma que parte da população desconhece as leis de preservação ambiental dos bairros da cidade:

Então é necessário que seja encontrada uma solução para acelerar o processo de fiscalização, divulgar as leis de preservação ambiental. Pouquíssimas pessoas têm conhecimento de que os bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo são áreas de preservação. (SANTOS, E., 1991, p. 65).

Sobretudo, o bairro tem vida própria, e são os moradores que identificam seu potencial, seus símbolos e são eles que permitem estabelecer uma ligação afetiva com o seu lugar. Preservar o patrimônio ambiental de São Cristóvão, deve-se considerar:

Em síntese, o processo de valoração do bairro de São Cristóvão dever ser fundado em amplas perspectivas culturais, ou seja, deve ser baseado em valores históricos, antropológicos, econômicos e, também, em valores relacionados à memória do lugar. O patrimônio cultural de São Cristóvão deveria ser mais valorizado, pois sua história, sua arquitetura, suas formas, usos e atividades são que permitem dar continuidade entre o passado, o presente e o futuro. (ARAÚJO, R., 2017, p. 277).

CAPÍTULO III - Os múltiplos territórios culturais da região de São Cristóvão: memórias e identidades locais

O intuito deste último capítulo é apresentar os múltiplos territórios culturais identificados na região de São Cristóvão, mapeando-os como subsídio para o aprimoramento do instrumento de preservação da memória urbana do lugar. Para o desenvolvimento desse objetivo, foi preciso compreender os territórios culturais e apresentar as reivindicações dos diversos atores sociais da região de São Cristóvão que contribuíram para a implantação do instrumento de preservação do seu patrimônio cultural.

A partir das ações e reivindicações que as associações de moradores tiveram em prol do reconhecimento de bens a serem preservados, constatou-se a existência de territórios culturais já compreendidos, porém não reconhecidos. Territórios culturais compreendidos tanto pela sua população local, quanto pela visão exterior de quem (re) conhece⁷² esta região.

Por meio do mapeamento dos múltiplos territórios culturais identificados, busca-se afirmar que a APAC é um ambiente cultural construído com múltiplas identidades. Este trabalho tenciona, portanto, apresentar as diversas identidades, com seus patrimônios tangíveis e intangíveis, sob a luz da reflexão acerca da conservação da ambiência através do espírito do lugar.

Destaca-se a importância de compreender os territórios culturais como um todo, e não fragmentados, como indevidamente acontece algumas vezes em análises sobre a cidade e os bairros. Sabe-se que a “cidade é um todo composto de diversas partes ligadas entre si. Não se pode analisar uma parte independente de um todo. [...] não podemos continuar a olhar os bairros como fatias que não se juntam mais, deixando algumas inteiras e outras esfareladas.” (BARBOSA, 1991, p. 51).

Como produto desta pesquisa, os múltiplos territórios culturais mapeados na região de São Cristóvão são encarados como subsídio para o aperfeiçoamento da sua APAC. A identificação dos territórios culturais foi apoiada em diversas possibilidades de interpretação da heterogeneidade cultural desta região.

⁷² Refere-se aos acontecimentos e à imagem de São Cristóvão entre as décadas de 1960 e 1980, recontados nos noticiários de jornais e nos eventos culturais relacionados a essa região.

3.1 A São Cristóvão Imperial

Destaca-se que, a partir do Decreto Municipal nº 28.302, de 2007, insere-se a palavra “Imperial” à denominação oficial do bairro de São Cristóvão, como fortalecimento da preservação da memória do lugar. Essa herança abrange desde o período colonial⁷³ até a Proclamação da República, em 1889. Isso ocorreu em virtude da importância da região para a história da cidade do Rio de Janeiro e de todo o país e em função da proximidade da comemoração dos 200 anos da vinda da Corte Portuguesa para o Brasil (DECRETO nº 28.302, de 2007).

Justifica-se a identificação desse território cultural, designado como São Cristóvão Imperial, através das bibliografias pesquisadas acerca da arquitetura de poucos exemplares ainda existentes desse período, como igrejas, hospital, palacete, solar, museus, reservatórios, monumento, fonte e algumas edificações residenciais e públicas. Fundamenta-se também nas manifestações identificadas na atualidade, como a referência de estabelecimentos comerciais que remetem aos nomes “imperial” e “real”. Os agentes imobiliários utilizam tais nomenclaturas para a comercialização de condomínios residenciais de alto padrão, divulgando o jardim da Quinta da Boa Vista como sua paisagem eterna. Além disso, acrescenta-se na promoção do roteiro turístico elaborado para a região de São Cristóvão, que enaltece o nome “imperial” e prioriza a visita de pontos referenciais do período do Império no Brasil.

A história de São Cristóvão, sua trajetória, associa-se à própria história, formação socioespacial e desenvolvimento urbanístico da cidade do Rio de Janeiro e, até mesmo, com os principais acontecimentos históricos do Brasil, a partir do século XIX, sendo considerado um dos primeiros recantos aristocráticos da cidade (PCRJ, 1991). No período de ocupação jesuíta, que abrange de 1568 a 1759, em São Cristóvão, destacam-se as obras de engenharia e irrigação; a construção e edificação da capela em homenagem a São Cristóvão no ano de 1627, onde foi erguida posteriormente a Igreja de São Cristóvão; o espaço livre público destinado a trocas, onde se encontra atualmente o Campo de São Cristóvão; além da abertura dos primeiros caminhos (PCRJ, 1991; IRPH, 2012).

Diante desses fatos, pode-se entender que o processo de ocupação espacial e urbanística de São Cristóvão iniciou-se nesse período e que seu acesso era difícil por

⁷³ O período colonial no Brasil vai do ano de 1500, com a chegada dos portugueses ao país, até o ano de 1822, com a Proclamação da Independência do Brasil de Portugal.

causa das grandes áreas alagadas que faziam parte da paisagem do recôncavo (PCRJ, 1991, p. 25). Ressalta-se que “Até 1837 o campo de S. Christovão, actualmente um dos mais lindos logarejos públicos, caprichosamente ajardinado, foi pastagem realenga, a única que então existia nas proximidades do centro urbano.” (EMYGDIO, 1928, p. 38).

A Igreja de São Cristóvão passou a ser matriz em 1865 e guarda imagens encontradas quando do sequestro dos bens dos jesuítas, em 1759. Imagens essas, como as de São Cristóvão, São Benedito e Nossa Senhora do Rosário. Conhecida também por “igrejinha”, em razão da comparação com outra obra dos jesuítas, da sua arquitetura e componentes originais somente restaram as imagens, as paredes mais espessas, portas e janelas e um sino na torre (IGREJA DE SÃO CRISTÓVÃO, 2008).

O antigo casarão da sede da fazenda de São Cristóvão foi construído pelos jesuítas em 1752, onde se localiza o atual Hospital Frei Antônio. A área de São Cristóvão foi controlada por eles até 1759, quando foram expulsos por Portugal de seus domínios coloniais. Após a expulsão dos jesuítas, as terras da fazenda de São Cristóvão e as demais propriedades que a eles pertenciam foram subdivididas em chácaras, que propiciaram o início da ocupação espacial e urbanística mais efetiva, com limites e propriedades cedidas ou vendidas a comerciantes portugueses (PCRJ, 1991, p. 27).

No ano de 1765, a antiga sede da fazenda de São Cristóvão foi transformada em Hospital dos Lázaros, ou Hospital Frei Antônio, o Lazareto, em razão dos inúmeros enfermos amontoarem-se em frente ao abrigo na praia de São Cristóvão, após serem removidos da área central da cidade. Com isso, o primeiro vice-rei do Rio de Janeiro, o conde da Cunha, inaugurou, naquele ano, o Lazareto, graças à interferência do Frei Antônio do Desterro, sendo administrado pela Irmandade da Candelária, que, até hoje, é de sua responsabilidade (PCRJ, 1991, p. 29).

Por sua vez, a chacara de São Cristóvão foi adquirida, em 1795, pelo comerciante português Antônio Elias Lopes. Ela se estendia das margens do rio Maracanã até a praia, entre o saco de São Cristóvão e o de Inhaúma. Essa chacara recebeu o nome de Quinta da Boa Vista porque tinha uma boa vista da baía de Guanabara. Ali, Elias Antônio Lopes ergueu um casarão sobre a colina, em área cercada por vegetação abundante, alagados e pântanos (PCRJ, 1991, p. 27).

Posteriormente, com a chegada da Família Real Portuguesa, em 1808, Elias Antônio Lopes doou ao príncipe regente D. João VI seu casarão, que foi transformado em Residência Real, posteriormente chamado de “Quinta Real da Boa Vista” (IRPH, 2012, p. 4). Maurício Abreu (2013) também afirma que a instalação da Família Real no

início do século XIX, no Rio de Janeiro, foi o marco decisivo do bairro de São Cristóvão, constituindo uma intensa ocupação urbanística e uma nova qualidade da área:

Favorecido pelo privilégio de abrigar a residência da família real, o velho arraial de São Cristóvão passou também a ser procurado pelos que tinham poder de mobilidade. Isso, entretanto, só foi possível depois que a Câmara Municipal mandou aterrar a parte do Saco de São Diogo vizinha ao Caminho do Aterrado, ou das Lanternas (no atual lado par da Av. Presidente Vargas), que ligava o centro à Quinta da Boa Vista. Resolvido o problema da acessibilidade, o bairro rapidamente viu multiplicadas as moradias ricas, fenômeno que se estendeu, embora em grau mais modesto, até a ponta do Caju. (ABREU, 2013, p. 37).

Nesse momento, o casarão da Quinta da Boa Vista (**Figura 20**) foi considerado como um dos mais nobres da cidade do Rio de Janeiro. E, o bairro de São Cristóvão passou a ser ocupado por residências de ricos que buscavam habitar próximo à Família Real. Com isso, o bairro passou por novas obras de melhorias e construções durante o século XIX (IRPH, 2012, p. 4).

Figura 100 - Antigo Palacete da Família Real e atual Museu Nacional, Quinta da Boa Vista s/nº, em São Cristóvão. Rio de Janeiro, 2016.

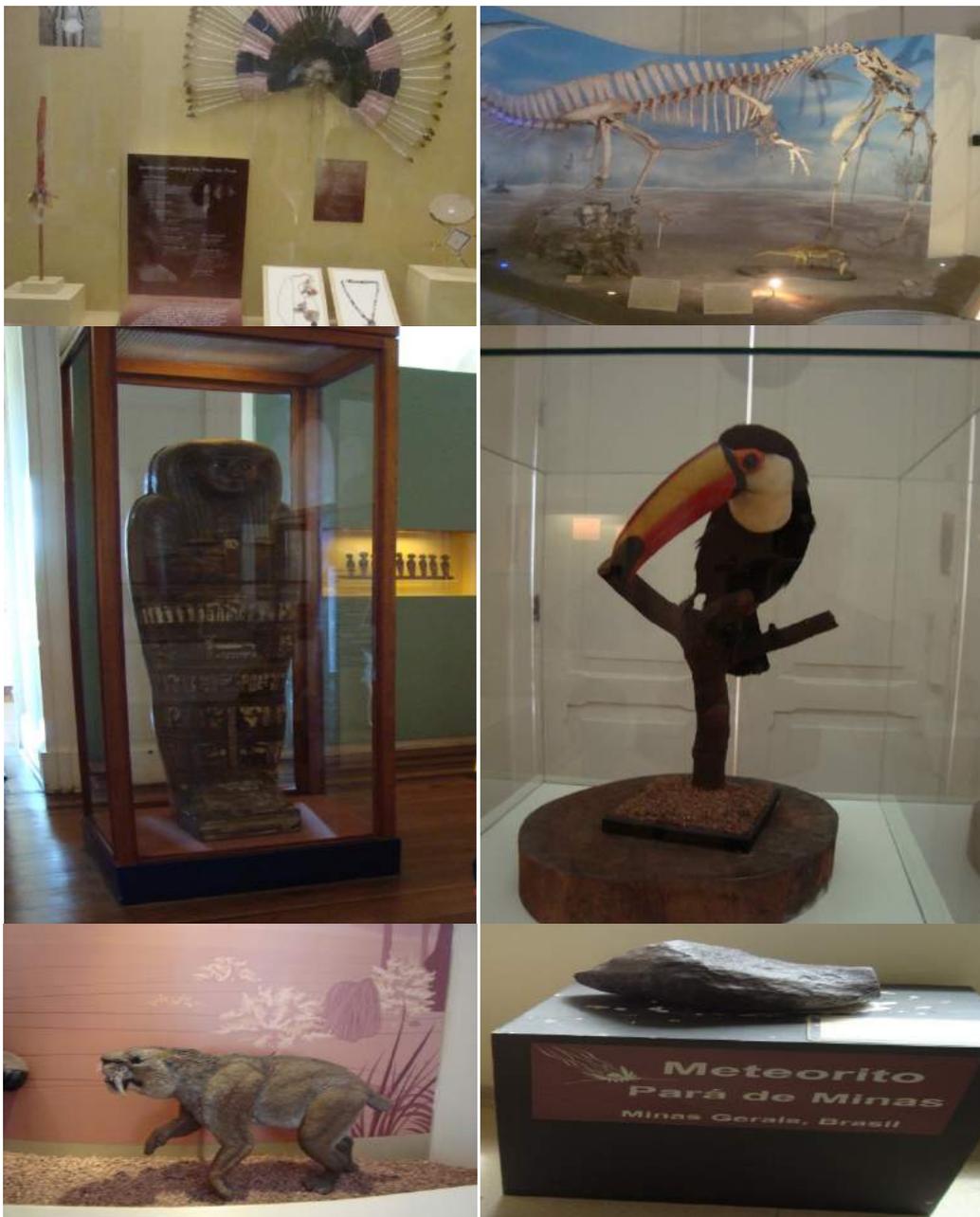


Fonte: Raquel Aquino, 2016.

O antigo Palacete da Família Real transformou-se em 1892 no Museu Nacional. Sediado inicialmente no Campo de Sant’Ana, o Museu Nacional foi criado por D. João VI em 1818 “para atender aos interesses de promoção do progresso cultural e econômico do país” (MUSEU NACIONAL, 2018). Infelizmente, com a tragédia ocorrida com o incêndio de 02 de setembro deste ano, perdeu-se quase que totalmente

todos os acervos das coleções (**Figura 21**), egípcia, arte e artefatos greco-romanos, de Paleontologia, de Antropologia Biológica, de Etnologia e de Zoologia. Perdeu-se não somente os acervos, as coleções, o prédio histórico e artístico, mas principalmente a história, a memória e um dos grandes referenciais do período imperial do nosso país. Desapareceu-se parte da história do Brasil, do seu passado, do seu presente e do seu futuro.

Figura 21 - Fotos dos acervos do Museu Nacional, Museu Nacional, Quinta da Boa Vista s/nº, em São Cristóvão. Rio de Janeiro, 2015.



Fonte: Raquel Aquino, 2015.

É inaceitável que esse tipo de tragédia aconteça nos dias de hoje, quando se dispõe de pesquisas e tecnologias de segurança. Mas, infelizmente, não se incentiva políticas de segurança de acervos em conjunto com projetos de segurança do patrimônio ambiental urbano. Tanto políticas quanto projetos de segurança se fazem necessário não somente para a região de São Cristóvão, mas também para todas as instituições de memória e sítios históricos de patrimônio ambiental urbano do país.

Como exemplo de residência aristocrática em São Cristóvão, tem-se o Solar da Marquesa de Santos (**Figura 22**), um palacete que pertenceu à Marquesa de Santos, que ali viveu entre 1826 e 1829. Esse imóvel transformou-se, em 1979, em Museu do Primeiro Reinado. Seu tombamento, em esfera federal, em 1938, se deu pelo seu valor artístico, que guarda, em belos salões decorados, lembranças do Primeiro Reinado do Brasil. Atualmente, o imóvel encontra-se fechado para restauração a fim de abrigar o futuro Museu da Moda Brasileira. Sobre o Solar da Marquesa de Santos:

Vinda de S. Paulo e depois de morar por algum tempo em Mataporcos, talvez num sobrado à rua Barão de Ubá, a futura Marquesa de Santos, para ficar mais perto do amante, foi instalar-se numa chácara de S. Cristóvão, pertencente antes a Teodoro Ferreira de Aguiar, e que ficou conhecida por “Casa Amarela”. Mais tarde, por aquisição, juntou-se-lhe um sobrado vizinho, levantando em terrenos da antiga fazenda dos jesuítas, e foi este, depois de inteiramente reformado e decorado com riqueza, que passou a ser a sua residência definitiva (1827). Tomou a si tal reconstrução o arquiteto Pedro Alexandre Cavroé e fêz-lhe a decoração interna, com largos murais a óleo, o pintor Francisco Pedro Amaral. (CRULS, 1949, p. 327).

Figura 22 - Antigo Solar da Marquesa de Santos, Avenida Pedro II nº 283, em São Cristóvão. Rio de Janeiro, s/d.



Fonte: <http://arquiguia.com/obra/solar-da-marquesa-de-santos/?lang=ptbr>

A ocupação pela elite aristocrática, no período colonial e imperial em São Cristóvão, deixou registros. Algumas construções que ocorreram nessa época, como a instalação, em 1842, da primeira fábrica de velas da cidade, a Companhia Luz Esteárica e Moinho da Luz⁷⁴; a implantação da Estação Ferroviária de São Cristóvão⁷⁵ (**Figura 23**) de 1859 como Estação da Quinta Imperial, para servir exclusivamente a D. Pedro II; da linha férrea⁷⁶ de São Cristóvão, de 1870 e os Reservatórios da Quinta da Boa Vista e do Pedregulho (**Figuras 24 e 25**) de 1867 e 1880, respectivamente, são indícios de desenvolvimento e melhorias urbanas no bairro (PCRJ, 1991; 2014).

Figura 11 - Estação Ferroviária de São Cristóvão, Avenida Oswaldo Aranha n° 680, em São Cristóvão, Rio de Janeiro, s/d.



Fonte:

http://uy.geoview.info/estacao_ferroviana_de_sao_cristovao_estacao_imperial_da_quinta,1386028p

Sobre os reservatórios, o da Quinta da Boa Vista⁷⁷ era chamado de Barro Vermelho porque ficava localizado no morro com esse nome. Inicialmente, recebia as águas dos mananciais do Andaraí Grande. Posteriormente, foi alimentado pelas águas dos mananciais da serra do Tinguá, através do reservatório de Pedregulho (INEPAC, 2013). O Reservatório do Pedregulho⁷⁸ foi inaugurado com a presença do Imperador D. Pedro II, que marcou a criação do novo sistema de abastecimento de água, no qual se vislumbrava o início de uma nova era para a vida e a salubridade da capital do Império.

⁷⁴ Será abordada detalhadamente no subcapítulo seguinte, na São Cristóvão Fabril.

⁷⁵ Atualmente se encontra desativada, e foi tombada, em 1996, pelo governo municipal do Rio de Janeiro.

⁷⁶ É importante destacar que Estação Ferroviária de São Cristóvão (1859) corresponde ao carril de trem, e que linha férrea de São Cristóvão (1870) diz respeito aos trilhos de bondes.

⁷⁷ Este bem foi tombado, em esfera estadual, em 1998.

⁷⁸ O Reservatório do Pedregulho também foi tombado em 1998 pelo governo estadual.

Destinou-se ao abastecimento de água de São Cristóvão e adjacências. O reservatório era, àquela ocasião, o grande centro distribuidor do coração da cidade. Através dele, eram alimentados os reservatórios de São Bento e do Morro da Viúva, e dele partiam importantes troncos alimentadores de vários bairros da cidade (INEPAC, 2006).

Figuras 24 e 25 - Reservatório da Quinta da Boa Vista, Rua Mineira nº 81, em São Cristóvão, Rio de Janeiro, 2013. Reservatório do Pedregulho, Rua Marechal Jardim nº 455, em São Cristóvão, Rio de Janeiro, 2006.



Fonte: Inventário INEPAC.

O ambiente natural de São Cristóvão foi se modificando como as longas extensões de mangues e charco que foram dessecadas com as ordens do governo imperial, para a expansão dos trilhos dos bondes, das redes de água, esgoto e gás. Em decorrência disso, é relatado que os primeiros meios de transportes coletivos com destino à região começaram a operar em 1838, e a iluminação pública a gás chega ao bairro, em 1863 (PCRJ, 1991). Entretanto, na década de 1880, o bairro de São Cristóvão já obtinha o melhor sistema de fornecimento de água da cidade, além também do sistema de esgoto, estendidos pela Companhia *City Improvements* (ABREU, 2013).

Inaugurado em 1823, o Primeiro Batalhão de Guardas (BG), inicialmente era chamado de Batalhão do Imperador. Atualmente, ainda sediado na região do antigo Paço do Imperador, está diretamente subordinado ao Comando Militar do Leste (FERNANDES, 2012).

A circulação de bondes pela região de São Cristóvão funcionou aproximadamente até a década de 1960, com o bonde de São Januário⁷⁹ (**Figura 26**), e um dos seus pontos era no Largo da Cancela, onde hoje tem o busto de D. Pedro I.

⁷⁹ Como curiosidade, no que diz respeito aos bondes em São Cristóvão, “durante o governo Vargas existiu a preocupação de criar uma nova identidade brasileira que valorizasse o trabalho e afastasse a simbologia do malandro como traço identitário do carioca. Um dos casos mais emblemáticos dessa preocupação é a música “O bonde de São Januário”, de Wilson Batista, de cuja letra original, faziam parte

Figura 126 - Bonde de São Januário, s/d.



Fonte:

https://www.google.com.br/search?q=bonde+s%C3%A3o+janu%C3%A1rio&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjYq_vc28nbAhVFC5AKHUXiBIIQ_AUICigB&biw=1440&bih=794#imgrc=QEtDgPBnaeuFRM:

É fundamental apontar que, mesmo sendo construídos no início do século XX, o Museu Militar Conde de Linhares, o Museu de Astronomia e Ciências Afins / Observatório Nacional (MAST / ON), e o Centro Hípico do Exército, seus acervos e história contam narrativas associadas ao período imperial. Entende-se que, além desses espaços culturais contarem a história militar e científica do período imperial, também promovem, na atualidade, eventos culturais que remetem à memória do Império e dos acontecimentos contemporâneos.

O Museu Militar Conde de Linhares (MMCL)⁸⁰ (**Figura 27**) homenageia dom Rodrigo de Souza Coutinho Teixeira de Andrade, o conde de Linhares, nascido em Chaves, Portugal, em 1745. Ele era um político que acompanhou a transferência da

os seguintes versos: “Lá vai o bonde de São Januário / Que leva mais um sócio otário / Eu não vou trabalhar”. Mas a letra foi modificada e divulgada dessa forma: “Quem trabalha / É quem tem razão / Eu digo / E não tenho medo / De errar / Quem trabalha... / O bonde São Januário / Leva mais um operário / Sou eu que vou trabalhar / O bonde São Januário... / Antigamente eu não tinha juízo / Mas hoje eu penso melhor no futuro / Graças a Deus / Sou feliz, vivo muito bem / A boêmia não dá camisa a ninguém / Passe bem!”. Fonte: ROLÉ CARIOCA, 2014.

⁸⁰ O MMCL não é tombado em nenhuma esfera institucional. É uma instituição pública federal vinculada ao Ministério do Exército e subordinada ao Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX), à Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHEX) e ao Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana. Tem como missões a preservação, a salvaguarda e a disseminação da memória histórica do Exército Brasileiro.

Hoje, o museu conta com exposições de longa duração, sobre a História do Brasil e do Exército. Além disso, o Museu dispõe de espaços para eventos que abrigam diversas exposições culturais. É um espaço cultural que investe na relação com a comunidade, oferecendo atividades culturais diversas, como Festival Curta com Teatro e Encontro de Corais.

Corte Portuguesa para o Brasil. Em solo brasileiro, como Ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros, fundou a Academia Real Militar, o Jardim Botânico, o Arquivo Militar, a Biblioteca Nacional e a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios.

A edificação do museu foi construída originalmente, em 1921, em estilo eclético, para aquartelar a 1ª Companhia de Metralhadoras e depois a Companhia de Intendência. Depois, abrigou o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) e a 5ª Brigada de Cavalaria Blindada (5ª Bda C Bld) do Exército Brasileiro que ali permaneceu até 1996. Depois de reformado foi reinaugurado como museu, em 12 de outubro de 1998.

Figura 27 - Museu Militar Conde de Linhares, Avenida Pedro II nº 383, em São Cristóvão, Rio de Janeiro, 2016.



Fonte: Raquel Aquino, 2016.

Por sua vez, o Observatório Nacional (**Figura 28**) funciona desde 1780, e é o mais antigo do Hemisfério Sul. Localizava-se, primeiramente no Morro do Castelo, onde ficou até 1922, quando foi transferido para o prédio em São Cristóvão, localizado no Morro de São Januário. Foi criado por D. Pedro I em 1827, como Imperial Observatório do Rio de Janeiro, com o objetivo de possibilitar, através do aprendizado, a prática com instrumentos astronômicos e geodésicos. Entre suas finalidades, estavam orientação e estudos geográficos do território brasileiro e de ensino da navegação (ON, 2016). O Observatório Nacional possui o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) que dispõe de um acervo com instrumentos científicos, máquinas e motores, equipamentos de comunicação e fotográficos, e, mobiliário e esculturas.

Figura 28 - Observatório Nacional, Rua General Bruce nº 586, em São Cristóvão, Rio de Janeiro, 2018.



Fonte: Raquel Aquino, 2018.

É interessante apontar que o MAST desde a década de 1980 atua participativamente nos acontecimentos relacionados ao bairro de São Cristóvão. Como já visto, o MAST atuou sediando encontros, debates e reuniões entre o poder público e a Associação de Moradores de São Cristóvão. Ainda hoje, o MAST promove reuniões como a “Reunião do Conselho Comunitário de Segurança Pública da 4ª AISP⁸¹”. Este encontro objetiva estreitar a ligação entre as Polícias Civil e Militar, e as comunidades abrangidas pelas Áreas Integradas de Segurança Pública. A iniciativa visa a identificação e resolução dos problemas locais de segurança pública, por meio do diálogo entre instituições, empresas e moradores dos bairros de São Cristóvão, Mangueira, Vasco da Gama e Caju (MAST, 2018). Além disso, o MAST prestou homenagem em solidariedade ao caso da tragédia do incêndio do Museu Nacional promovendo a sessão do *Cine Ciência*, com o tema “Memórias e Relatos do Museu Nacional” com a projeção do documentário “Conhecendo Museus: Museu Nacional” (MAST, 2018).

O tombamento do Centro Hípico do Exército (CHE), em 2013, teve como justificativa a alegação de que é um patrimônio que faz parte da herança imperial brasileira, juntamente com outros bens do patrimônio histórico existentes no então bairro imperial de São Cristóvão. O CHE integra hoje parte do 2º Regimento de Cavalaria de Guardas – Regimento Andrade Neves, subordinado ao Comando Militar do Leste. Sua história corresponde ao período imperial, quando o brasileiro Luiz Jácome de Abreu e Souza introduziu, a partir de 1863, a prática da equitação acadêmica no Brasil. Após ser contratado em 1869, como professor da princesa Leopoldina,

⁸¹ AISP - Áreas Integradas de Segurança Pública.

Jácome foi agraciado pela Família Imperial com o posto de Capitão Honorário da Guarda Nacional, em reconhecimento às suas qualidades como mestre e à contribuição para a difusão da Equitação Acadêmica. A Corte simpatizou com a equitação por influência da princesa Leopoldina, que, em suas aulas e cavalgadas pela Quinta da Boa Vista, era acompanhada pelos aristocratas do Império (CMRJ, 2011).

Em 1911, com o advento da República, Luiz Jácome funda, no mesmo local em que funcionavam as Cavalariças Imperiais, o Clube Esportivo de Equitação, um dos primeiros clubes hípicos do Brasil. Em 1938, foi transferido para o bairro da Gávea, e hoje funciona o Centro Hípico do Exército, que se constitui em importante ponto de encontro de gerações de militares da ativa e da reserva (PCRJ, 2014).

Na região de São Cristóvão, encontra-se o monumento cultural denominado Fonte Ornamental tipo Stella⁸², localizado no Largo do Pedregulho, em Benfica. Trata-se de um bem cultural do século XIX. No período imperial, a fonte era frequentada por membros da Família Real e da Corte (PCRJ, 2014).

O governo imperial também construiu, em São Cristóvão, uma das “escolas do imperador”, a atual Escola Municipal Gonçalves Dias⁸³ (**Figura 29**). Em seu frontispício, consta a data da sua inauguração, o ano de 1872, e onde se lê “Edificada pelo Commercio da Corte”. Na edificação, consta uma placa com a informação: “O Imperador PII aos 21 de dezembro de 1870 colocou a primeira pedra deste edifício”.

Figura 29 - Escola Municipal Gonçalves Dias, Campo de São Cristóvão nº 115, em São Cristóvão, Rio de Janeiro, 2015.



Fonte: Raquel Aquino, 2015.

⁸² A Fonte no Largo do Pedregulho foi tombada em esfera municipal, em 2000.

⁸³ Seu tombamento foi em esfera municipal, em 1990.

Tem-se, também do período imperial, a Igreja da Irmandade do Nosso Senhor do Bonfim e Nossa Senhora do Paraíso⁸⁴, situada em São Cristóvão. Essa igreja foi construída no final do século XIX, em estilo neoclássico, com elementos do barroco tardio (PCRJ, 2014). A Igreja da Irmandade do Nosso Senhor do Bonfim faz parte do território paroquial da Igreja Matriz de São Cristóvão.

Como um dos poucos exemplares da arquitetura não monumental do período do império, existem ainda, em São Cristóvão, residências do final do século XIX. Esses imóveis localizam-se nas Ruas Bela, General Bruce⁸⁵ e Coronel Cabrita⁸⁶.

A reconhecida São Cristóvão Imperial hoje está mais superposta tanto nas camadas de memória quanto nas camadas territoriais da região de São Cristóvão. Isso acontece em face da constante dinamicidade que a cidade, e assim analisa-se o bairro, tem nesta contemporaneidade. Fundamentado nesse contexto, atesta-se também, como reconhecimento e fortalecimento da história, da memória, da identidade imperial, a promoção do projeto “Turismo Cultural no Bairro Imperial de São Cristóvão” e, também, alguns estabelecimentos comerciais, como clínicas, restaurantes e lojas que nomeiam seus respectivos comércios, com referências à época do Império no Brasil.

Pelo potencial histórico, cultural, patrimonial e turístico que São Cristóvão tem, é que a Comissão de Revitalização do Bairro Imperial de São Cristóvão promoveu *tours* pelos diversos museus da região, com roteiro de visitas guiadas:

A Comissão de Revitalização do Bairro Imperial de São Cristóvão programou um tour pelos diversos museus da região, com início na Quinta da Boa Vista nos dias 13 e 14 de junho do ano passado. No roteiro de visitas guiadas, que contou com leitura dramatizada das cartas de Dom Pedro I e Marquesa de Santos, estavam o Museu de Astronomia e Ciências Afins, Museu Nacional/ UFRJ, Museu Militar Conde de Linhares, Museu do Primeiro Reinado (Casa da Marquesa de Santos) e Museu Maçônico. (CONCAL, 2009, p. 55).

Estes *tours* por São Cristóvão partiram do projeto “Turismo Cultural no Bairro Imperial de São Cristóvão”⁸⁷, que foi desenvolvido desde 2009, idealizado e realizado

⁸⁴ Este bem foi tombado pela esfera municipal em 2007.

⁸⁵ Os imóveis localizados nas Ruas Bela e General Bruce não constam na APAC São Cristóvão.

⁸⁶ No capítulo II, observam-se os imóveis da Rua Coronel Cabrita que constam na APAC São Cristóvão, como bens de proteção da subárea 1.

pela Câmara Comunitária de São Cristóvão, em conjunto com instituições de ensino e cultura, presentes na região⁸⁸. Ressalta-se que esse projeto é um evento que acontece junto com a Semana Nacional dos Museus, com o apoio da Secretaria Especial de Turismo do Rio de Janeiro.

Esse projeto segue um roteiro cultural que objetiva oferecer à população local e turística uma programação acessível ao conhecimento sobre a história, a ciência e a cultura brasileira, além de contribuir para a visibilidade do bairro Imperial de São Cristóvão. Além disso, favorece o reconhecimento do potencial turístico, da atratividade, da pluralidade cultural e da diversidade do bairro Imperial de São Cristóvão. E, também, estimular o acesso aos equipamentos culturais sediados no bairro e possibilitar a integração desses espaços através de transporte e visitação gratuita, assim como reforçar a manutenção de uma sólida rede de relações entre as diversas instituições do bairro (TURISMO CULTURAL..., 2016).

Nesse sentido, é interessante apontar as observações de Leandro Brusadin (2012) no que se refere às ideias de Camilo Vasconcelos (2006), que trabalha a junção entre o turismo e o patrimônio cultural sob a ótica da museologia:

[...] o museu pode converter-se em instrumento para fortalecer e problematizar as identidades e a integração das comunidades, promovendo a tolerância, o respeito mútuo e a aceitação da diversidade cultural. A partir dessa premissa, o museu deve participar, com suas comunidades e operadoras de turismo, do planejamento e definição de objetivos, conteúdos, gestão e formação de promoção, buscando integrar-se aos circuitos do turismo cultural. (BRUSADIN, 2012, p. 42)

Durante as dez edições promovidas, observa-se que o itinerário enaltece, em sua apresentação, o Bairro Imperial de São Cristóvão, isto é, valoriza somente a história e o período imperial do lugar. O projeto promove a visitação, em sua maioria, a atrativos culturais representativos da época do Império. A **Tabela 5**, com dados de todas as edições já elaboradas, mostra o detalhamento dos seus respectivos roteiros.

⁸⁷ No Anexo D, ilustram-se os *folders* das edições de 2015, 2016, 2017 e 2018 do evento “Turismo Cultural no Bairro Imperial de São Cristóvão”, contendo informações, como patrocínio, apoio, realização e mapa do roteiro.

⁸⁸ Instituições de ensino e cultura, como o Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o Museu Militar Conde de Linhares, o Primeiro Batalhão de Guardas – Batalhão do Imperador, o Centro Cultural Maçônico do Supremo Conselho do Brasil, o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) e o Clube de Regatas Vasco da Gama são todos participantes do projeto “Turismo Cultural no Bairro Imperial de São Cristóvão”.

Tabela 5 - Turismo Cultural do Bairro Imperial de São Cristóvão: edições e roteiros.

EDIÇÃO	ANO	ROTEIRO
1ª	2009	Museu Nacional, Museu Militar Conde de Linhares, Museu do Primeiro Reinado / Casa da Marquesa de Santos, Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), Museu Maçônico/Supremo Conselho.
2ª	2010	Museu Nacional, Museu Militar Conde de Linhares, Museu do Primeiro Reinado / Casa da Marquesa de Santos, Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), Museu Maçônico/Supremo Conselho, Clube de Regatas Vasco da Gama.
3ª	2011	Museu Nacional, Museu Militar Conde de Linhares, Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), Museu Maçônico/Supremo Conselho, Clube de Regatas Vasco da Gama.
4ª	2012	Museu Nacional, Museu Militar Conde de Linhares, Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), Museu Maçônico/Supremo Conselho, Clube de Regatas Vasco da Gama, 1º Batalhão de Guardas.
5ª	2013	Museu Nacional, Museu Militar Conde de Linhares, Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), Museu Maçônico/Supremo Conselho, Clube de Regatas Vasco da Gama, 1º Batalhão de Guardas.
6ª	2014	Museu Nacional, Museu Militar Conde de Linhares, Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), Clube de Regatas Vasco da Gama, 1º Batalhão de Guardas, Centro Hípico do Exército.
7ª	2015	Museu Nacional, Museu Militar Conde de Linhares, Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), Museu Maçônico/Supremo Conselho, 1º Batalhão de Guardas, Centro Hípico do Exército.
8ª	2016	Museu Nacional, Museu Militar Conde de Linhares, Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), Museu Maçônico/Supremo Conselho, 1º Batalhão de Guardas, Centro Hípico do Exército.
9ª	2017	Museu Nacional, Museu Militar Conde de Linhares, Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), Museu Maçônico/Supremo Conselho, 1º Batalhão de Guardas, Centro Hípico do Exército.
10ª	2018	Museu Nacional, Museu Militar Conde de Linhares, Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), Clube de Regatas Vasco da Gama, 1º Batalhão de Guardas, Centro Hípico do Exército, Museu do Samba.

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Observa-se que a proposta de apresentação da diversidade cultural do bairro, na verdade, não ocorreu até então, em nenhuma edição, pois desconsiderou a cultura e a história nordestina e do samba, por exemplo. Da mesma forma, nota-se que, na 7ª, 8ª, 9ª e 10ª edições houve o apoio da Barraca da Chiquita ou da Nova Feira de São Cristóvão para a realização desse evento e, mesmo assim, não se valorizou ou propôs, como apresentação da diversidade cultural de São Cristóvão, a cultura nordestina.

Com o objetivo de compreender que o roteiro turístico do Turismo Cultural do Bairro Imperial de São Cristóvão prioriza, em sua maioria, o fomento aos bens culturais do período do império e/ou de lugares que remetem à sua história, a elaboração do **Mapa 7** detalha essa observação.

Mapa 20 - Roteiro do Turismo Cultural do Bairro Imperial de São Cristóvão - 10 edições (2009 – 2018)



Fonte: APAC, LC Nº24/93; Google Earth; Portal Geo – IPP; Serviço de imagens da ESRI. Consulta em junho de 2018. Elaborado por: Maria Luciene da Silva Lima.

Lembra-se também a cultura carnavalesca, representada por tradicionais escolas de samba, como a Estação Primeira da Mangueira e a Unidos do Tuiuti⁸⁹, mais afamada, e recentemente incorporada ao roteiro de visitação nesta última edição de 2018. Percebe-se que, na visitação aos pontos referenciais do roteiro, não há uma divulgação do potencial histórico, artístico e cultural que a região de São Cristóvão possui como um todo, como a apresentação também da arquitetura moderna do Conjunto do Pedregulho e do CADEG.

Ao tratar do aspecto positivo que o turismo pode promover ao conhecimento e/ou reconhecimento da história, dos patrimônios culturais de determinado lugar, considera-se que a prática turística possibilita uma consciência cultural, uma experiência do desconhecido, uma lucidez de parte da sua história coletiva e uma vivência de diversas culturas:

O turismo cultural, empregado com o devido planejamento, permite que a comunidade engaje-se de alguma forma no processo de recuperação da memória coletiva, de reconstrução da história, de verificação de fontes. Permite, ainda, que muitos membros dessa comunidade adquiram, pela primeira vez, consciência do papel que sua cidade representou em determinado cenário e em determinada época. (BRUSADIN, 2012, p. 41 e 42).

Tem-se conhecimento do tradicional evento cultural denominado “Desfile de Sete de Setembro”, que ocorre, há d cadas⁹⁰, na Quinta da Boa Vista, em comemoração ao 7 de setembro, dia da Independência do Brasil. Realiza-se o encontro das diversas escolas da região de São Cristóvão, desde alunos primários até secundaristas, com o tradicional desfile de marcha dos alunos, com as bandeiras nacional, estadual e municipal. É interessante apontar que esse evento promove a divulgação da história do país, com a participação das escolas da regi o⁹¹.

Entende-se que, até a promulgação do Decreto Lei n  25, de 30 de novembro de 1937 - que protege o patrimônio histórico e artístico nacional, muitos dos exemplares

⁸⁹ Estação Primeira da Mangueira e Unidos do Tuiuti são tradicionais escolas de samba identificadas como pertencentes ao território cultural denominado “São Cristóvão e seus territórios culturais em construção”. Elas serão abordadas no subcapítulo 3.5.

⁹⁰ Tem-se conhecimento de que este evento, realizado na Quinta da Boa Vista, em comemoração ao 7 de setembro, dia da Independência do Brasil, acontece desde a década de 1980 até os dias atuais.

⁹¹ Este evento cultural, em comemoração ao dia da Independência do Brasil, acontece também em outras regiões da cidade do Rio de Janeiro, como Irajá e Penha, por exemplo.

arquitetônicos do período imperial foram perdidos parcial ou totalmente, ou por questões relacionadas ao objetivo de construir uma nova nação, esquecendo e/ou apagando seu passado imperial, ou por questões relacionadas ao desenvolvimento de uma república que visava transformar por completo a nação brasileira, a começar pelos espaços urbanos:

No contexto da Primeira República, a imagem de um “país civilizado” estava bastante associada ao gosto europeu, bem como ideia de superação do atraso da cultura popular, marcada pela rusticidade dos costumes, das cidades e suas construções. Aqueles hábitos e costumes do povo deveriam ser induzidos ao desaparecimento, do mesmo modo que os vestígios materiais do período colonial eram apagados pelas reformas urbanas realizadas. (CHUVA, 2012, p. 68).

A partir das narrativas sobre a história, memória e vivências, na atualidade, sobre o período imperial, estrutura-se, no **Mapa 8**, o território cultural da São Cristóvão Imperial.

Conclui-se que esse território cultural é formado pela materialidade representada nos poucos exemplares arquitetônicos da época do império, e também pela imaterialidade manifestada na comemoração da Independência do Brasil. A história e a memória que são recontadas e representadas pelo comércio, pelo turismo, pelos centros culturais e científicos presentes no bairro, afirmam esse território cultural como parte integrante da heterogeneidade da região de São Cristóvão.

Mapa 21 - Território Cultural da São Cristóvão Imperial



Fonte: APAC, LC Nº24/93; Google Earth; Portal Geo – IPP; Serviço de imagens da ESRI. Consulta em junho de 2018. Elaborado por: Maria Luciene da Silva Lima.

3.2 A São Cristóvão Fabril

Para compreender um dos territórios culturais identificados na região de São Cristóvão, designado São Cristóvão Fabril, cabe primeiramente pontuar que os focos desse território são as fábricas da região e as relações sociais que foram estabelecidas. Além disso, é importante entender a expressão “patrimônio industrial”. Segundo Souza e Pontual (2017), somente em 1978, com a fundação do *International Committee for Conservation of the Industrial Heritage* (TICCIH), é que as discussões sobre a conservação dos vestígios industriais passaram a ser discutidas no âmbito internacional da conservação do patrimônio cultural. Do encontro em 2003, promovido pelo TICCIH, entre especialistas da conservação do patrimônio, originou-se a Carta de Nizhny Tagil. E, assim, foi então definido como patrimônio industrial:

“[...] os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico”. Entre esses vestígios, foram identificados lugares que poderiam ser associados à constituição de núcleos fabris, como os “locais de habitação, de culto ou de educação”. (SOUZA; PONTUAL, 2017, p. 3).

Ainda de acordo com Souza e Pontual (2017), no ano de 2011, o TICCIH reuniu-se com o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), e foi elaborado outro documento⁹², com a formulação de princípios para a conservação do patrimônio industrial. Nesse documento, tratou-se da importância dos remanescentes materiais do patrimônio industrial, destacando, principalmente, a influência intangível da atividade industrial, “levando em conta as práticas, memórias e vida dos trabalhadores e de suas comunidades”. (SOUZA; PONTUAL, 2017, p. 4). Nesse sentido, os autores contribuem, dizendo:

Os estudos acadêmicos e as diretrizes estabelecidas pelos órgãos de salvaguarda do patrimônio cultural, especificamente aqueles elaborados sobre os remanescentes industriais, demonstram, também, uma ampliação na compreensão daquilo que é considerado como um bem industrial, com a inclusão de categorias como sítios, conjuntos e paisagens. É nesse contexto que foram inseridos os “núcleos fabris”, “cidades de companhia”, e “vilas operárias”, como bens a serem conservados. (SOUZA; PONTUAL, 2017, p. 3).

⁹² Souza e Pontual (2017) não citaram o nome deste documento. Em investigação, no ano de 2011, surgiu o documento “Os Princípios de Dublin” que são os princípios conjuntos do ICOMOS - TICCIH para a Conservação de Sítios, Estruturas, Áreas e Paisagens de Patrimônio Industrial, aprovados na 17.^a Assembleia Geral do ICOMOS, em 28 de novembro de 2011.

Acerca das discussões sobre o patrimônio industrial no Brasil, Esterzilda Azevedo (2010) relata que essas pesquisas iniciaram-se antes da disseminação da disciplina de Arqueologia Industrial no país, que ocorreu durante a década de 1970. A autora diz que “as pesquisas e a preservação do patrimônio industrial no Brasil são ainda incipientes, e seu campo teórico, metodológico e prático para o conhecimento sobre o patrimônio industrial está ainda disperso em esforços isolados e pouco difundidos.” (AZEVEDO, 2010, p. 18). A pesquisadora ainda observa que se deve considerar o patrimônio industrial como parte integrante do patrimônio cultural em geral, como “maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, [...] meios de transporte e todas as suas estruturas e infra-estruturas” (AZEVEDO, 2010, p. 18).

Nesse contexto, a São Cristóvão Fabril destaca-se com a história da formação do território industrial de São Cristóvão desde o século XIX, com sua arquitetura, galpões, armazéns, fábricas têxteis e vilas operárias que fazem parte da paisagem da região. A justificativa acerca da identificação desse território cultural é dada por meio das bibliografias pesquisadas, de alguns exemplares arquitetônicos ainda existentes na paisagem e das vilas operárias. Além disso, justifica-se a presença atual das fábricas têxteis da região e dos eventos semestrais de moda que ocorrem em São Cristóvão.

Na narrativa sobre a história da ocupação territorial da região de São Cristóvão, estabelece-se uma contextualização com a formação do território industrial dessa região. Ainda no período imperial, com o incremento da atividade econômica da cidade, a partir da segunda metade do século XIX, surge, no bairro de São Cristóvão, o início do processo de industrialização da região, com as primeiras instalações fabris, que se beneficiaram com o excedente de ex-escravos e imigrantes que se tornaram operários de baixa qualificação. As indústrias instalaram-se, principalmente, nas proximidades das praias de São Cristóvão e Caju, junto aos armazéns e trapiches; utilizaram também áreas de pântanos e velhos casarões abandonados. Em São Cristóvão, destaca a Companhia Luz Steárica e Moinho da Luz, de 1842 (PCRJ, 1991, p. 58; 80).

Em relação à Companhia Luz Steárica e Moinho da Luz - ainda presente na paisagem do bairro, foi, em sua época de inauguração, uma importante fábrica pelo fato de ser a única desse ramo existente na cidade (PCRJ, 1991, p. 81). A Companhia Luz Steárica e Moinho da Luz, “ainda não protegida, apesar de seu indiscutível valor cultural” (SCHLEE et al., 2009, p. 72), situada nas Ruas São Cristóvão e Benedito Otoni, faz parte do contexto da São Cristóvão Fabril. É ainda desconhecida por muitos

pelo fato de se situar numa área de pouca movimentação urbana. Brasil Gerson (1960) descreve a criação e ampliação dessa fábrica na Rua São Cristóvão:

E assim, pouco a pouco o S. Cristóvão praieiro, cujo eixo era e ainda é a rua que, fiel à sua tradição, continua chamando-se Praia de S. Cristóvão, embora perto dela já não se encontre a praia, se foi transformando num dos bairros mais populosos do Rio, a crescer por todos os lados. Já em 1842 os franceses Lajoux e Besson montavam nela uma fábrica de velas, aproveitando-se para isso da de sabão anos antes instalada pelo seu compatriota Pontet na chácara que havia sido de Paulo Bregaro, o “Correio da Independência” – ou seja a mesma que em 1854 o grupo de Mauá compraria para convertê-la na Luz Steárica, e mais tarde ampliada por Benedito Otoni e Grandmasson (este, sogro de Salgado Filho) e ainda por Zeferino de Oliveira, criador do Moinho de Luz perto dela. Em 1871 ela ganhou a Igreja do Bonfim por iniciativa do filantropo Luís Batista Côrrea, fundador da Irmandade do Senhor do Bonfim, antes instalada na Igreja de S. Sebastião do morro do Castelo. Seu arquiteto foi Pádua e Castro, que lhe deu uma bela torre encimada por uma coroa de coloridos azulejos. (GERSON, 1960, p. 164).

Ainda no período imperial, instalaram-se, em São Cristóvão, fábricas em cujos terrenos, hoje, não existe mais a estrutura arquitetônica originária, mas onde ainda funcionam como indústrias. Destaca-se a Companhia de Vidros e Cristais do Brasil, de 1878, de Francisco Antônio Esberard, que se localizava nas esquinas da Rua General Bruce com a Esberard⁹³, e funcionou até 1940, e a Fábrica de Tecidos São Lázaro, inaugurada em 1888 (PCRJ, 1991, p. 82). Segundo Sampaio (2006, p. 139), conforme citado por Soares (1962) e Strohaecker (1989), “no final do século XIX havia uma grande variedade de fábricas, instaladas principalmente nas ruas São Cristóvão, São Luiz Gonzaga e Praia das Palmeiras”.

Após a Proclamação da República, a fisionomia e a essência do bairro de São Cristóvão foram modificadas devido à alteração no uso e ocupação do solo, de área residencial para área industrial. Esse fato fez com que o bairro perdesse o *status* de área nobre da cidade. Buscou-se São Cristóvão para a instalação de indústrias devido a sua localização próxima ao centro, aos eixos ferroviários e à zona portuária. Abreu (2013) destaca que, a partir de 1890, além do Centro, o bairro de São Cristóvão era o maior mercado de trabalho e serviços, sendo a maioria as indústrias de perfumaria, velas e do ramo têxtil.

⁹³ Companhia de Vidros e Cristais do Brasil, de 1878, de Francisco Antônio Esberard, proprietário da fábrica que dá nome à Rua Esberard, onde se localizava a indústria.

[...] indústrias vieram a ocupar antigos casarões residenciais, deixados para trás por uma elite que se deslocava para a zona sul. [...] A localização em São Cristóvão [...] representou [...] a minimização dos custos com infra-estrutura, já que este bairro era dos mais bem servidos do Rio à época, especialmente quanto ao abastecimento de água. (ABREU, 2013, p. 55).

Ainda no início do século XX, para adequar a cidade à nova realidade decorrente do crescimento populacional, o governo do prefeito Francisco Pereira Passos (1902-1906) empreendeu uma grande reforma urbanística e sanitária na cidade do Rio de Janeiro, e o bairro de São Cristóvão sofreu modificações, principalmente no seu uso e ocupação do solo. Foi nesse governo que o *status* de bairro aristocrático do período imperial passou a industrial. Devido ao projeto de a “Reforma Passos” objetivar a mudança da perspectiva urbanística da cidade com sua organização espacial, alterou-se a ocupação e o uso do solo do bairro de São Cristóvão, de uso residencial para zona industrial (IRPH, 2012). Tal feito contribuiu para a perda de prestígio local e decadência como zona residencial do bairro.

De acordo com Milton Santos (2013), o Brasil tornou-se predominantemente urbano entre as décadas de 1930 e 1960, mesmo período de afirmação da industrialização como principal setor econômico do país. Na escala territorial que abarca São Cristóvão, a mesma década de 1930 também marcou a industrialização no bairro, em virtude do Decreto Lei 6.000/37, que definiu, inicialmente, para a cidade do Rio de Janeiro, uma Zona Industrial (ZI), através da transformação do uso do solo residencial para industrial. Esse decreto estimulou, tanto para São Cristóvão como para outros bairros suburbanos, a instalação de grandes indústrias. Em São Cristóvão, essas indústrias instalaram-se, principalmente, nas proximidades da antiga praia de São Cristóvão, que passou por sucessivos aterros até se incorporar à hoje, Avenida Brasil⁹⁴ (PCRJ, 1991; FREITAS, 2003; SAMPAIO, 2006).

De acordo com Sampaio (2006), em pesquisas elaboradas em conjunto pela Superintendência de Planejamento Urbano/ Secretaria Municipal de Planejamento (SPU/SMP), Diretoria de Patrimônio Cultural (DPC) e IPHAN para o primeiro PEU São Cristóvão, há registros de estudos com a proposta “de criação de um instrumento de

⁹⁴ A construção da Avenida Brasil foi concluída em abril de 1947, e, segundo Renato Gama-Rosa Costa (2006, p. 229), “seria finalmente inaugurado o trecho de mais difícil execução técnica, segundo o que se noticiava desde as obras da estrada Rio-Petrópolis, qual seja, o trecho que liga São Cristóvão a Manguinhos”.

preservação urbana que compatibilize a proteção dos bens, com a dinamização da área, a renovação sem a perda das características - físicas e sociais – locais” (SAMPAIO, 2006, p. 157). Sobretudo, este estudo ressaltou:

[...] a presença de valiosos exemplares de antigos prédios industriais, nas áreas tipicamente industriais, que foram incluídas na delimitação da Área de Preservação proposta.

Embora os estudos de 1982 e a minuta do decreto previssem uma zona industrial, coincidente com o Zoneamento Industrial Metropolitano, recentemente editado, essa foi suprimida após pressão das representações da sociedade civil organizada, pela revalorização do bairro de passado Imperial. (RJ. SMP, 1985). (SAMPAIO, 2006, p. 157).

Em estudo elaborado, em 1982, pela SMP para os bairros de São Cristóvão, Benfica e Mangueira, identificou-se, em São Cristóvão, o uso industrial e comercial atacadista em toda parte, porém com predominância do lado nordeste, próximo às Avenidas Francisco Bicalho e Brasil, até a Rua Figueira de Melo. Esse estudo constatou que, nessa área, praticamente não há uso residencial.

Em sua tese, Sampaio (2006) comprovou que a abrangência da área industrial de São Cristóvão foi sendo reduzida - fato detectado a partir da comparação entre dados de uso do solo de São Cristóvão, dos anos de 1984 e 1999 (SAMPAIO, 2006, p. 158). Ainda segundo a autora, as indústrias estão presentes, principalmente, em determinadas áreas, como a Av. Brasil e Benfica, refletindo na paisagem da região (SAMPAIO, 2006, p. 118). Em análise sobre a identificação dos fragmentos paisagísticos que compõem a paisagem da região de São Cristóvão, Schlee et al. (2009) constataram quatro fragmentos paisagísticos, porém, para esta pesquisa, cabe ressaltar o fragmento três, que corresponde à área industrial da região que estabelece:

Trecho edificado sobre o aterro executado na antiga Praia de São Cristóvão e ao longo das vias férreas, ocupado por lotes industriais de grandes dimensões em sua maioria, em trama bastante rarefeita, onde se destacam os exemplares característicos da primeira fase de industrialização da região (início) e exemplares art-déco e/ou protomodernos, característicos da segunda fase (consolidação). Apesar de essa sub-área concentrar grande parte dos exemplares industriais indicados para proteção, outros tantos localizados dentro dos limites das demais sub-áreas e ou isolados foram também indicados para proteção. (SCHLEE et al., 2009, p. 77).

A identificação de tais remanescentes industriais, ainda presentes em São Cristóvão, foi possível através dos seguintes meios: noticiários de jornais já relatados no

capítulo II; solicitações da Associação de Moradores, que reivindicava a preservação em conjunto de importantes bens de valores histórico, artístico e afetivo, dentre eles, bens industriais; leitura de livros, teses, dissertações e artigos sobre a região de São Cristóvão; e também do reconhecimento de tudo o que foi levantado em bibliografias em conjunto com visitas de campo que confirmaram a existência do que foi relatado e registrado em fotos. Nesse sentido, destacam-se indústrias, galpões e conjuntos de casas seriadas⁹⁵ nas Ruas Bela, Santos Lima, São Cristóvão, Benedito Otoni, Monsenhor Manuel Gomes, Almirante Mariath, Zeferino de Oliveira e na Avenida Brasil.

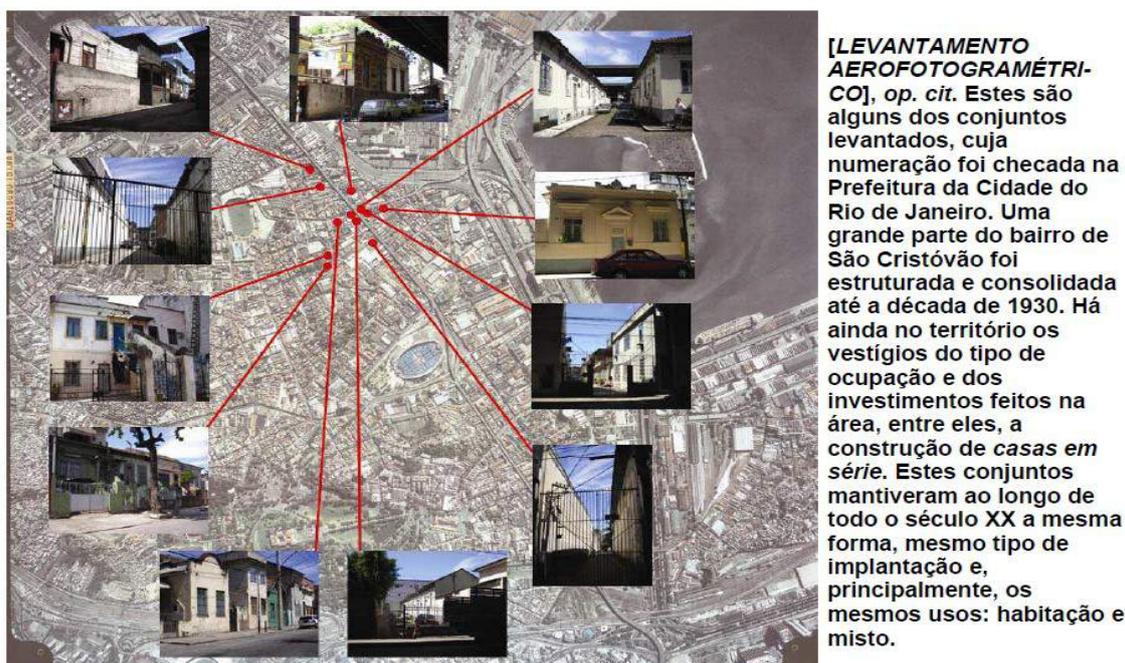
Segundo Sampaio (2006, p. 139), as construções de vilas operárias e as habitações coletivas instalaram-se em São Cristóvão, atraídas pela proximidade das indústrias, de início, sem maiores preocupações ambientais. Sobre os conjuntos de casas seriadas identificadas em São Cristóvão, a pesquisa de Luciana Gennari (2009) pôde identificar “uma significativa presença de conjuntos de casas seriadas ao lado de grandes galpões industriais. A área escolhida para o presente estudo localiza-se no trecho próximo ao cais do porto, entre as ruas Bonfim, Bela, Santos Lima e avenida Brasil”. (GENNARI, 2009, p. 222) (**Figura 30**). Para a pesquisadora, “a construção destas casas em série ajudou a conformar boa parte do território de São Cristóvão” (GENNARI, 2009, p. 232), e que se conclui para a formação do território cultural da São Cristóvão Fabril.

Segundo a autora, no mesmo momento da construção de fábricas com galpões em áreas próximas ao porto, no entorno desses galpões, foram edificados conjuntos de casas para venda ou aluguel. Esse processo perdurou até meados do século XX e, ainda hoje, pode ser encontrado em parte na região de São Cristóvão, como exemplo significativo desses conjuntos residenciais (GENNARI, 2009, p. 222).

O segmento do bairro de São Cristóvão selecionado para o estudo de caso foi em grande parte consolidado a partir de investimentos variados no mercado imobiliário, com a construção de casas em série para venda ou aluguel desde fins do século XIX. Tais investimentos, naquele período, contribuíram de maneira significativa para a conformação de uma morfologia específica que se preservou, em parte, até os dias atuais: grandes galpões industriais ao lado de pequenas casas geminadas voltadas para frente ou para o interior das quadras. (GENNARI, 2009, p. 224).

⁹⁵ Por casas seriadas, Gennari (2009, p. 223) entende que são “[...] aquelas projetadas e construídas em número maior que um, sejam elas implantadas em vilas, ruas particulares ou vielas, sejam elas voltadas para a rua principal. [...] Essas casas em série devem ter sido construídas por um mesmo proprietário, o que pode se traduzir em pessoas físicas ou jurídicas, associações, fábricas ou indústrias, famílias, entre outros.” (GENNARI, 2009, p. 10 e 11).

Figura 130 - Alguns dos conjuntos de casas seriadas identificadas nas Ruas Bela, Bonfim, Santos Lima e Avenida Brasil, em São Cristóvão, Rio de Janeiro, pelo trabalho de Luciana Gennari (2009).



Fonte: GENNARI, 2009.

Gennari (2009), em análise na ocasião de sua pesquisa, detectou a existência de edifícios industriais ao lado de residências. Além disso, a autora concluiu que morar em São Cristóvão poderia ser vantajoso tanto para o deslocamento de pessoas pela cidade quanto para as que trabalhassem no bairro, pois o local “se tornara um universo de possibilidades sociais e construtivas.” (GENNARI, 2009, p. 228).

Objetivando pesquisas relacionadas às indústrias da região de São Cristóvão, Lima e Mercadante (2014) contribuíram com estudos relacionados à proposta de diretrizes para a reintegração dos vazios urbanos de São Cristóvão, visando à implantação de áreas verdes. Como solução para criar parâmetros à implantação de áreas verdes nesta região, esses autores propuseram como áreas de maiores interesses para tal proposta, as antigas fábricas Sabão Português, Rheem Química e a região da Avenida Brasil abaixo do Gasômetro, que está deteriorada e com vários terrenos abandonados (LIMA; MERCADANTE, 2014, p. 105).

É importante ressaltar que não é por serem reconhecidos, que os múltiplos territórios culturais terão que ser incorporados pelo instrumento da APAC; no entanto, é primordial, a partir da análise da região, por sua multiplicidade para um julgamento criterioso. Chamam a atenção, no caso de São Cristóvão, fábricas que atualmente estão

desativadas ou foram demolidas, mas que fazem ou fizeram parte da paisagem da região, como também do referencial de localidade da região, como as fábricas Sabão Português, Reheem e CEG.

Segundo noticiário do jornal O Globo de abril de 2017, a fábrica Sabão Português, da União Fabril Exportadora (UFE)⁹⁶, foi instalada em 1938 na região, na altura de Benfica, antes da abertura da Avenida Brasil. O jornal discorreu matéria sobre “Fábricas desativadas na cidade voltam ao foco da prefeitura”, que a fábrica funcionou até os anos 2000 e tinha um cheiro muito característico; pois quem passava pela via guarda essa lembrança. Em 2012, o prédio, que já estava desativado, sofreu um incêndio que destruiu o que ainda restava da construção. Em decorrência disso, a Prefeitura propôs um projeto para transformar o espaço na Cidade do Samba 2, que não foi adiante (O GLOBO, 2017). Sobretudo, mesmo não mais existindo, o Sabão Português deixou marcas na memória e na paisagem da região de São Cristóvão — até hoje é um referencial de localização na região (**Figuras 31, 32 e 33**).

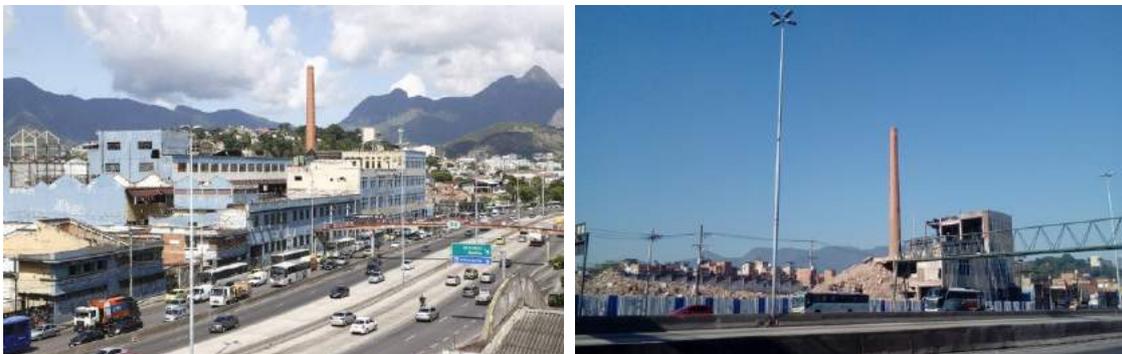
Figura 31 - Fábrica Sabão Português - União Fabril Exportadora (UFE), localizada na Avenida Brasil, altura de Benfica, no Rio de Janeiro, década de 1970.



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/560909328576600549/>

⁹⁶ Segundo o jornal O Globo de abril de 2017, “[...] na década de 1990, com fechamento de dezenas de empresas, a UFE transformou-se na mais antiga fábrica de sabão do país, título para sempre perdido em 2011, quando encerrou de vez as atividades”. Fonte: O GLOBO, 2017.

Figuras 32 e 33 - Fábrica Sabão Português - União Fabril Exportadora (UFE), localizada na Avenida Brasil, altura de Benfica, no Rio de Janeiro, 2017. Processo de demolição da Fábrica Sabão Português - União Fabril Exportadora (UFE), localizada na Avenida Brasil, altura de Benfica, no Rio de Janeiro, 2018.



Fontes: O GLOBO, 2017; Raquel Aquino, 2018.

Ainda nessa edição do jornal, naquela ocasião de 2017, a Prefeitura voltou a se interessar pelo espaço da fábrica, planejando transformá-la e também outros endereços abandonados da cidade em parques públicos e áreas comerciais. Naquele momento, o terreno da fábrica Sabão Português estava em negociação de venda para um supermercado (O GLOBO, 2017). É interessante apontar que, na reportagem, o arquiteto Roberto Anderson Magalhães, do INEPAC, ressalta reflexões mundiais sobre a possibilidade de novos usos aos prédios industriais, mas que a refuncionalização do prédio deve considerar a inserção do imóvel à paisagem da cidade. Como exemplos bem sucedidos de aproveitamento do espaço, o arquiteto cita a Fábrica de Tecidos Bangu e a Companhia de Tecidos Nova América, ambas transformadas em shoppings. E também o Conjunto Fabril da Companhia Têxtil Brasil-Industrial, em Paracambi, que abriga uma unidade da Faetec, e, a Companhia de Fiação e Tecidos Confiança, em Vila Isabel, que se transformou em supermercado (O GLOBO, 2017).

Sobre a relevância de dar novos usos aos prédios industriais, considerando a inserção do imóvel na paisagem da cidade, pesquisou-se sobre a preservação das chaminés das indústrias da cidade do Rio de Janeiro. Até o momento, não existe medida preservacionista para tal elemento estrutural dos prédios remanescentes das indústrias de valor histórico e/ou cultural para a cidade ou estado. Todavia, a “cidade de São Paulo, pelo fato de talvez possuir o maior legado industrial do Brasil, teve os primeiros estudos para tombamento desses remanescentes a partir de meados da década de 1970.” (RODRIGUES, 2012, p. 32).

Tem-se conhecimento de que, no ano de 1985, no Rio de Janeiro, ocorreu o primeiro tombamento do conjunto fabril da cidade. Nesse contexto, o Decreto nº 5.215, de 11 de julho de 1985, tombava o conjunto arquitetônico remanescente da antiga Companhia de Fiação Confiança, Boulevard, no bairro de Vila Isabel. Esse tombamento decretava a preservação de alguns elementos estruturais do prédio remanescente do conjunto fabril, representativo do estilo inglês do século XIX, e, dentre tais elementos estruturais, decretava a preservação da chaminé.

Rodrigues (2012), em seu trabalho “Patrimônio industrial e os órgãos de preservação na cidade de São Paulo”, destacou que a primeira iniciativa nacional de efetiva preservação de um conjunto industrial ocorreu em 1964, por ação do Estado de São Paulo em salvaguardar a “Real Fábrica de Ferro São João do Ipanema (Iperó), implantada a partir de 1810.” (RODRIGUES, 2012, p. 34). Com a criação do órgão estadual de proteção do patrimônio, o Conselho da Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), em 1968, somente em 1980 é que o patrimônio industrial e seus remanescentes passaram a ser definitivamente incorporados às propostas de preservação do patrimônio cultural (RODRIGUES, 2012, p. 38 e 39).

O órgão da cidade de São Paulo responsável pela preservação do patrimônio, instituído em 1985, o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP), somente incorporou tombamentos do patrimônio industrial a partir de 1988 (RODRIGUES, 2012, p. 42). E, segundo Rodrigues (2012), no ano de 2010, “foi tombada a chaminé da antiga Companhia de Refinadores União; o processo se iniciou em 2008 após o início da demolição indiscriminada do conjunto.” (RODRIGUES, 2012, p. 50).

Na região de São Cristóvão, no bairro Benfica, existiu, até o ano de 2012, a antiga fábrica Rheem Química (**Figura 34**), quando foi implodida. Até hoje, nada foi feito para a ocupação deste terreno. Muitas propostas para a reutilização do local foram dadas, por exemplo: Escola da Rua, para manifestações artísticas de funk, hip-hop e grafite; Cidade do Samba, para as escolas dos grupos A e B; e espaço para movimentos de grupos sociais (CMI BRASIL, 2003; PAPA, 2011; O GLOBO, 2012). Sabe-se que, mesmo não existindo mais, a fábrica ainda é muito referenciada como ponto de localização na região de São Cristóvão, pois ficou registrada na memória e na paisagem quando ainda existia.

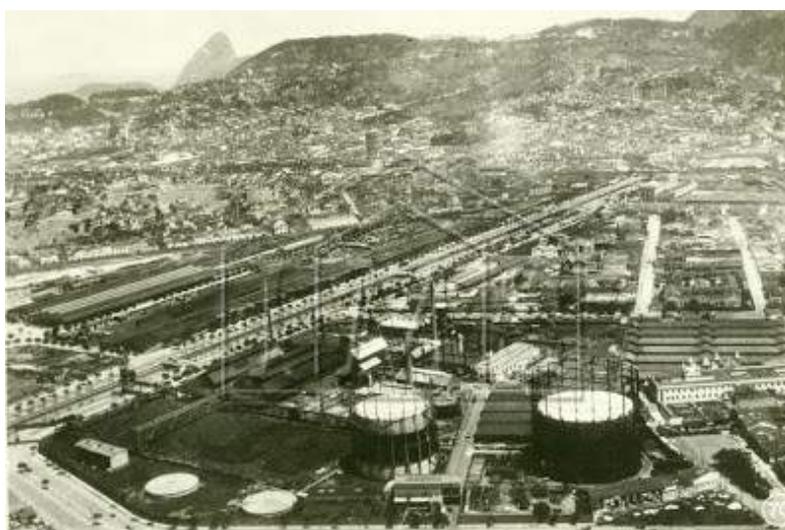
Figura 34 - Antiga fábrica da Rheem Química, Rua Prefeito Olympio de Melo nº 721, em Benfica, no Rio de Janeiro, 2011.



Fonte: Raquel Aquino, 2011.

A indústria Companhia Estadual de Gás do Rio de Janeiro (CEG), mais conhecida como Gasômetro (**Figura 35**), localizada em São Cristóvão, na Avenida Francisco Bicalho, abrangendo a Avenida Pedro II e Rua São Cristóvão, foi inaugurada em 1911. Atualmente, está desativada devido ao advento do gás natural. Diversas notícias para a ocupação do terreno já foram divulgadas, mas a maioria refere-se à ocupação por prédios residenciais, comerciais, hotéis e *shoppings*. A razão disso, segundo a Prefeitura, é o fato de o terreno possuir uma área de 116.000 m² e ser o de maior potencial construtivo da região (O GLOBO, 2014).

Figura 35 - Companhia Estadual de Gás do Rio de Janeiro (CEG), mais conhecida como Gasômetro, ainda sem os elevados, mostrando a Avenida Francisco Bicalho, em São Cristóvão, no Rio de Janeiro, s/d.



Fonte: <http://riodejaneiroqueeuamo.blogspot.com/2009/07/gasometro-av-francisco-bicalho-rio-rj.html>

Acerca de propostas para a área ocupada pela CEG — sobre as transformações de uso e propostas de reestruturação do bairro de São Cristóvão —, Viviani Freitas (2003) disserta em seu trabalho, o projeto para aprovação do PEU São Cristóvão (1999) e as propostas de revitalização da área:

O PEU São Cristóvão propõe que, após a desativação dos equipamentos de fabricação e armazenamento de gás manufacturado, e da conseqüente liberação da extensa área hoje ocupada pela CEG, a área seja subdividida em quarteirões de modo a torná-la permeável e integrada à malha urbana local. A proposta se norteia para a possibilidade de ligação direta entre São Cristóvão e a área portuária, através da ponte sobre o Canal do Mangue ao nível da Av. Francisco Bicalho e sua continuação pela Rua Comandante Garcia Pires (Santo Cristo). Esta ação de “melhorar o sistema de circulação” irá contribuir a favor da estratégia Rio Integrado⁹⁷. Além disso, esta proposição do PEU prevê a criação de uma área pública (praça) em frente à fachada principal do Hospital Frei Antônio, de modo a torná-la visível e marcante na paisagem do bairro como era originalmente (quando a construção se situava na praia de São Cristóvão), atuando na ação de melhorar a estética da cidade, como uma estratégia do Rio Acolhedor⁹⁸ (RIO DE JANEIRO (RJ). Prefeitura. Secretaria Municipal de Urbanismo. Coordenação de Planejamento, 1999, p. 87). (FREITAS, 2003, p. 128).

Ainda conforme Freitas (2003), de acordo com a estratégia do Rio Acolhedor, “o projeto de construção da praça está dentro dos parâmetros definidos e de acordo com os conceitos de gestão democrática, tornando o espaço, antes privado, em área pública e de convivência da população” (FREITAS, 2003, p. 129). Para essa proposta do PEU São Cristóvão 1999⁹⁹, é interessante apontar a questão da preservação da visibilidade da paisagem do Hospital Frei Antônio, pois seria inevitável não impactar esse bem. Seria um grande desafio desenvolver urbanisticamente a área ocupada pela CEG e, ao mesmo tempo, preservar esse patrimônio e sua visibilidade paisagística. Era um tanto desafiador — como ainda é — promover a reinserção da área obsoleta, que possui, no seu entorno, um bem cultural tombado.

⁹⁷ Para a área ocupada pela CEG, o Rio Integrado tinha como estratégia “a mobilidade e a necessidade de fácil conexão entre os bairros [que] é exigência básica para a qualidade de vida e a integração da cidade. A busca da melhoria da circulação e a impulsão do transporte de massa são dois objetivos básicos (RIO DE JANEIRO (RJ). Prefeitura. Secretaria Municipal de Urbanismo, [199_]).” (FREITAS, 2003, p. 128).

⁹⁸ Para a área ocupada pela CEG, o Rio Acolhedor tinha como estratégia “fortalecer a vida do bairro, valorizando o pertencimento e a integração, desprivatizar o espaço público, convertendo-o em eixo das atividades coletivas, e eliminar as barreiras arquitetônicas (Rio de Janeiro (RJ). Prefeitura. Secretaria Municipal de Urbanismo, [199_]).” (FREITAS, 2003, p. 128).

⁹⁹ Até o momento, a área ocupada pela CEG ainda não foi revitalizada, ou seja, nenhum projeto proposto foi posto em prática.

Com o intuito de contribuir como território cultural na abordagem que o processo de industrialização da região de São Cristóvão — que se consolidou principalmente no início do século XX —, a proposta cooperou para que, atualmente, a região tenha se tornado um dos polos têxteis da cidade. Constata-se, nessa região, a visibilidade que o setor de confecção conferiu ao bairro de São Cristóvão, com suas lojas de fábrica *off* e bazares. Além desse aspecto comercial, há o cultural, como o Circuito Moda Carioca e a instalação do futuro Museu da Moda Brasileira. Desse modo, a realidade de São Cristóvão demonstra um crescimento no setor fabril têxtil, em vista as diversas empresas instaladas na região:

Cenário de importantes acontecimentos históricos, a região, que estava havia anos sem receber investimentos, começa a dar sinais de revitalização, com o crescimento de setores como a indústria têxtil e a construção civil. Segundo levantamento da Universidade Veiga de Almeida, o bairro tem aproximadamente 300 empresas da cadeia produtiva da moda, incluindo grandes grifes do país. Para integrá-las, foi lançado recentemente o primeiro Arranjo Produtivo Local (APL) de Moda em São Cristóvão¹⁰⁰. A execução do APL permite fortalecer os empreendimentos locais, diminuir custos e transformar São Cristóvão em referência para a moda e o design. O projeto prevê ainda a criação de Centros de Serviços para capacitação de mão de obra e um Centro de Inovação. (CONCAL, 2009, p. 55).

Atualmente, São Cristóvão concentra uma grande massa de indústrias têxtil, principalmente fábricas de lojas de grifes que, periodicamente, promovem bazares em suas lojas *off*¹⁰¹. Nacif (2007) percorreu em seu trabalho sobre São Cristóvão possuir, no ano de 2007, diversas fábricas de grifes em virtude da sua localização central e pela oferta de imóveis amplos e com preços acessíveis:

Recentemente, em março de 2007 o jornal O GLOBO apresentou matéria com o título: São Cristóvão no mapa da moda, mais de 20 grifes escolhem o bairro para instalar suas fábricas e criar as coleções. Na reportagem a articulista informa que um “tripé” de razões fez com que as grifes, como Osklen, Sacada, Gang, Cavendish, entre outras, migrassem para São

¹⁰⁰ Sobre o Arranjo Produtivo Local (APL) de Moda em São Cristóvão, este foi criado pelo Decreto Municipal nº 32.709 de 23 de agosto de 2010, que visa otimizar os investimentos públicos e acelerar o ritmo dos melhoramentos e da qualificação da região de São Cristóvão. A medida considera, também, a potencialidade do bairro de São Cristóvão, traduzida pela concentração de empresas de moda, confecções e demais empreendimentos desse setor.

¹⁰¹ Nos dias de hoje, tanto o bairro de São Cristóvão como Vasco da Gama e Benfica possuem fábricas do ramo têxtil e da moda, com lojas *off* que oferecem constantemente bazares. Lojas como Farm, Leeloo, Sacada, Oh Boy!, Mercatto, Complexo B, Corpo e Alma, Armadillo, Afghan, City Shoes, Agatha, Botswana, Enjoy, e outras estão presentes nos bairros mencionados.

Cristóvão: localização central, oferta de imóveis espaçosos e alugueis convidativos. E apresenta no artigo depoimento do Presidente da Associação Comercial, Athus Ferreira: [...] a mudança na legislação com a aprovação do Plano de Estruturação Urbana (PEU), em 2004 tornou o bairro atraente: permite gabaritos maiores, e os imóveis vazios podem ser ocupados por indústrias [grifo do autor].

O Presidente da Associação, na mesma reportagem, diz que o PEU de 1992 atrasou a região, opinião que ratifica os argumentos do “projeto de desenvolvimento” para o bairro de uma das correntes envolvidas na disputa da produção da legislação urbanística para São Cristóvão. (NACIF, 2007, p. 149 e 150).

Em noticiário mais recente, uma edição do O Globo de 2014 informava o mesmo assunto com as mesmas referências. A publicação discorria que São Cristóvão, então, foi descoberto como o mapa da “mina”, por concentrar diversas grifes cariocas, como Maria Bonita, Maria Bonita Extra, Farm, Rygy, Maria Filó, Leeloo, Oh Boy!, Elle et Lui, Uncle K, Mercatto, Mary Zaide, Complexo B, Enjoy, Chifon, Agatha, Botswana, Ecletic, que promovem bazares eventuais no bairro. Ainda, segundo a reportagem, a procura pelos empresários da moda por São Cristóvão devia-se à sua localização privilegiada, próxima ao Centro e à Zona Sul da cidade, pela sua boa estrutura de transporte e pela possibilidade de ofertar imóveis espaçosos com preços atraentes.

Em virtude da presença de diversas fábricas do ramo da moda na região de São Cristóvão, promoveu-se, neste ano (2018), a 13ª edição do chamado Circuito Moda Carioca¹⁰² no Solar da Marquesa de Santos. Esse evento cultural tem, como propósitos, fomentar e fortalecer a indústria do ramo vestuário de forma sustentável, com produção de micro, pequenas e médias empresas do Estado do Rio. Esse Circuito integra os setores da moda, cultura e gastronomia, promovendo a economia da indústria de confecção e também da educação e profissionalização, por meio de oficinas, palestras, *workshops*, gastronomia e lazer.

Inicialmente, o Circuito Moda Carioca acontecia no Museu Militar Conde Linhares, em São Cristóvão; posteriormente, mudou-se para o Centro de Convenções Sul-América, na Cidade Nova, mas não ficou por muito tempo, somente algumas edições. O evento já foi promovido também no galpão MALHA¹⁰³, em São Cristóvão.

¹⁰² Este evento é vinculado ao Arranjo Produtivo Local (APL) de Moda em São Cristóvão que acontece desde 2010, quando foi decretado o APL de Moda em São Cristóvão pelo município do Rio de Janeiro.

¹⁰³ Este galpão se localizava na Rua General Bruce, em São Cristóvão. Funcionou somente entre 2016 e 2018. A Malha surgiu em 2016 como uma possibilidade de repensar e recriar o mercado da moda. “Escolhemos como nossa sede um galpão em São Cristóvão, bairro histórico do Rio conhecido pelo seu potencial cultural e por abrigar muitas empresas e confecções de moda.” (MALHA, 2018).

Ultimamente, tem acontecido nos jardins do Solar da Marquesa de Santos, que será o futuro Museu da Moda Brasileira, também em São Cristóvão. Em todas as edições, o evento foi gratuito. E, no que se refere ao futuro Museu da Moda Brasileira, que será instalado após restauração do Solar da Marquesa de Santos, este patrimônio está:

[...] há anos refém da falta de manutenção, [...], localizado no imperial bairro carioca de São Cristóvão, vai passar por uma grande restauração. [...] será reaberto ao público em cerca de dois anos¹⁰⁴, totalmente recuperado e também com nova vocação. No lugar, deverá ser instalado o Museu da Moda, o primeiro do Brasil e um dos únicos da América Latina exclusivamente dedicado ao tema.

[...] O novo museu, fruto de uma parceria entre a Secretaria Estadual de Cultura do Rio de Janeiro e o Instituto Zuzu Angel, deverá ocupar não apenas o edifício histórico, mas também anexos que serão construídos no entorno. (JORNAL DO COMÉRCIO, 2012, p. não informada).

A partir das narrativas sobre a história, memória e construções arquitetônicas ainda presentes na paisagem de São Cristóvão, estrutura-se, no **Mapa 9**, o território cultural da São Cristóvão Fabril. Nesse contexto, conclui-se que esse território cultural é sobreposto, em parte, por edificações arquitetônicas do período imperial. Além disso, mesmo as indústrias Rehem e Sabão Português não mais existindo, para a população local, as imagens e o referencial delas ainda persistem na memória dos moradores, pois os espaços onde se situavam essas fábricas ainda são referenciados com os seus respectivos nomes industriais.

Atesta-se, assim, que a São Cristóvão Fabril é um território cultural histórico e produtivo¹⁰⁵ para a região de São Cristóvão. Contribuíram de maneira significativa para a conformação desse território cultural, os poucos exemplares arquitetônicos ainda existentes e que fazem parte da paisagem desta região, o que confirma a heterogeneidade histórica do lugar.

¹⁰⁴ O Solar da Marquesa de Santos ainda está em processo de restauração e não foi aberto ao público. Atualmente o imóvel está sob a responsabilidade da Secretaria Estadual de Cultura do Rio de Janeiro.

¹⁰⁵ No Apêndice D consta a Tabela 12 com a Relação de confecções, fábricas e lojas *off* do ramo têxtil localizadas na região de São Cristóvão.

Mapa 22 - Território Cultural da São Cristóvão Fabril



Fonte: APAC, LC Nº24/93; Google Earth; Portal Geo – IPP; Serviço de imagens da ESRI. Consulta em junho de 2018. Elaborado por: Maria Luciene da Silva Lima.

3.3 A São Cristóvão Portuguesa

Com o intuito de diferenciar o território cultural da São Cristóvão Imperial da São Cristóvão Portuguesa, em relação a esta última, registra-se que sua herança diz respeito à arquitetura, religiosidade e manifestações culturais, tais como: festas, gastronomia, tradição esportiva e comércio local. A construção do território cultural da São Cristóvão Portuguesa iniciou-se em meados do século XX e, até hoje, tem expressividade em São Cristóvão.

Justifica-se a compreensão da identificação desse território cultural por meio de bibliografias pesquisadas sobre sua arquitetura, elementos históricos e alguns exemplares ainda existentes na região de São Cristóvão. Além disso, compreende-se a este território cultural por meio das igrejas e manifestações religiosas do catolicismo, da tradição esportiva, do comércio e gastronomia com eventos culturais que fortalecem a cultura e os costumes portugueses presentes nesta região, e que acontecem até hoje.

Na contextualização sobre a história da ocupação territorial de São Cristóvão, destaca-se que sua ocupação foi iniciada por colonizadores portugueses. A partir disso, entende-se que esta região possui laços culturais com os costumes portugueses.

No início do século XX, foram construídos diversos coretos nas praças públicas da cidade e, posteriormente, em todo o Estado do Rio de Janeiro. Os coretos “surgiram na época da adoção do espírito romântico na concepção das praças, jardins e de seus equipamentos urbanos, destacando-se por seu aspecto pitoresco.” (INEPAC, 1985). No primeiro momento de sua construção, os coretos foram palcos de manifestações políticas, cerimônias religiosas, festividades carnavalescas e testemunhas de transformações sociais. Atualmente, fazem parte do mobiliário urbano dos bairros da cidade.

O coreto do Campo de São Cristóvão foi inaugurado em 1906, como o maior da cidade do Rio de Janeiro, com parte do material importado da Europa. Essa obra foi realizada por meio do projeto de remodelação urbanística do Campo de São Cristóvão, pelas reformas urbanas empreendidas pelo prefeito Pereira Passos (IRPH, 2012, p. 5). Esclarece-se que esse bem é interpretado como um componente da São Cristóvão Portuguesa porque, nele, dentre outras manifestações, promoviam-se cerimônias religiosas associadas ao catolicismo.

No ano de 1918, foi concluída a construção do “minibairro” Santa Genoveva (**Figura 36**) e sua capela, de mesmo nome. Localizava-se no alto de uma colina, entre a Rua São Cristóvão, o Morro do Barro Vermelho e a Avenida Pedro II. Sua construção

remete ao pagamento de uma promessa que o português Visconde de Moraes fez em agradecimento à melhora da saúde de sua esposa (PCRJ, 1991, p. 125). O Senhor “José Eurico Pereira de Moraes, Visconde de Moraes¹⁰⁶, rico empresário português considerado, na época, uma espécie de líder e benemérito da colônia portuguesa no Brasil.” (MINATO, 2003, p. 46). Foi ele o responsável pela construção desse minibairro, com referenciais portugueses, como cerâmicas e paralelepípedos, e também referenciais franceses, como nomes homenageados ao bairro e ruas:

Ao redor da igrejinha foram abertas estreitas ruelas de paralelepípedos importados de Portugal e construídas casa, todas da mesma cor amarela, com florões nas fachadas e poéticos gradis – uma cópia fiel das residências encontradas até hoje em Montmartre. E, em homenagem à padroeira, as românticas ruas do bairro carioca receberam nomes que retratam passagens de sua vida: praça Monte Valeriano (onde nasceu), rua Severo (pai de Geneveva), rua Gerôntia (sua mãe) e rua Lutécia (antigo nome de Paris). (PCRJ, 1991, p. 125).

A capela de Santa Geneveva “é uma réplica da igreja dedicada a santa Geneveva, padroeira de Paris, na França.” (PCRJ, 1991, p. 125). Para Brasil (2004):

[...] não faltou ao núcleo uma capela devotada a Santa Geneveva, protetora de Paris. Convém lembrar que até a Segunda Guerra Mundial ainda éramos muito afrancesados em gostos e em nomenclaturas. [...] Na sua fachada estão dispostos santos em louça portuguesa, onde se destacam São José e São João. (BRASIL, 2004, p. 79).

Em diferentes bibliografias, menciona-se que a construção do Santa Geneveva é do ano de 1917. Segundo informações da revista ADEMI RJ (2007), o minibairro possui 76 casas que cresceram desordenadamente, e os únicos itens tombados são o grande portão de arco da entrada do minibairro e a capela, que “guarda um pouco da história: a vila foi erguida em 1917 pelo nobre português Visconde de Moraes.” (ADEMI, 2007).

¹⁰⁶ Em diferentes bibliografias o português responsável pela construção do minibairro Santa Geneveva é escrito como Visconde de Moraes, com “i”, e outras escrito como Visconde de Moraes, com “e”. Na monografia de 2003 do curso de Museologia da Universidade do Rio de Janeiro, o trabalho *Roteiro de Fragmentos Históricos do Bairro de São Cristóvão* escrito Rejane Sobreira Minato, consta como Visconde de Moraes, com “e”.

Figura 14 - Bairro Santa Genoveva, um “minibairro” em São Cristóvão, Rio de Janeiro, 2018.



Fonte: Raquel Aquino, 2018.

Em artigo de julho de 2014 sobre a humanização do morar coletivo, a revista do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro CAU/RJ discorria que o bairro Santa Genoveva, em São Cristóvão, é um dos mais antigos conjuntos do Rio de Janeiro. Falava também que a “recente revitalização de São Cristóvão – onde ainda sobrevivem antigas vilas – evidencia a necessidade de uma permanente avaliação das potencialidades da periferia carioca.” (CAU/RJ, 2014).

Na região de São Cristóvão, há diversas igrejas católicas de origem portuguesa, e as mais conhecidas e referenciadas são a Igreja Matriz de São Cristóvão, a Igreja Matriz São Januário e Santo Agostinho, a Igreja de Santa Edwiges, a Irmandade de São Roque, a Igreja Santo André, a Igreja da Irmandade do Nosso Senhor do Bonfim e Nossa Senhora do Paraíso e a Igreja Nossa Senhora da Consolata, e também a capela São Francisco de Paula. Em algumas dessas igrejas, há festividades que se tornaram tradicionais na região. Em decorrência disso, envolvem a população local e divulgação pela região.

Essas festividades religiosas de origem portuguesa, especificamente católica, têm muita representatividade em São Cristóvão. Chama a atenção, nesse caso, que a festividade da Igreja Matriz de São Cristóvão, que dá nome ao bairro e sua região, não é tão festejada e divulgada quanto à da Igreja de Santa Edwiges, que é muito tradicional e movimenta as ruas do bairro, em virtude de sua comemoração, no dia 16 de outubro.

A Irmandade de São Roque, fundada em 1905, faz parte do território paroquial da Igreja Matriz de São Cristóvão. Situa-se no Morro Vermelho, mais conhecido como Morro do São Roque. Com seus festejos em 16 de agosto, “com a retumbância de fogos de artifício que faziam rubros os céus do bairro e trêmulos os nossos muros, forte tradição no bairro.” (BRASIL, 2004, p. 78). Destaca-se também a capela São Francisco de Paula, situada nas dependências do Hospital Quinta D’Or. Ela é “pequena e o que encanta são sua singeleza e o desenho neogótico.” (BRASIL, 2004, p. 85).

Em relação ao comércio, tipicamente modesto, com referenciais aos comerciantes portugueses, São Cristóvão ainda possui alguns pequenos estabelecimentos comerciais como lojas de papelaria, bares e sapatarias¹⁰⁷. Esses modestos comércios concentram-se, principalmente, no centro comercial do bairro, no Largo da Cancela, mas há alguns dispersos, localizados nas Ruas São Cristóvão, Bela, Senador Alencar e São Januário, principalmente. Nesse contexto, é que:

Nos anos vinte e trinta vamos encontrar um bairro tranquilo, essencialmente carioca. O pequeno comércio era dominado por portugueses e bastante concentrado na rua São Cristóvão, loja no térreo, moradia no sobrado. Predominavam, nas transversais, as residências isoladas, as vilas (algumas mais, outras menos, modestas) e também as cabeças-de-porco. (BRASIL, 2004, p. 47).

São Cristóvão conta com dois clubes de futebol da cidade: o clube São Cristóvão de Futebol e Regatas e o Clube de Regatas Vasco da Gama. A fundação do primeiro vinculou-se ao ano de 1898, quando surgiu o Club de Regatas São Christóvão, dedicado ao remo, e ao ano de 1909, quando surgiu o São Christóvão Athletic Club, que se restringia ao futebol. Porém, oficialmente, seu ano de fundação é 1943, a partir da união de ambos os clubes. O segundo, o Clube de Regatas Vasco da Gama é mais afamado, exceto quando este é referenciado pelo fato de que “Aqui nasceu o fenômeno”, com referência ao ex-jogador Ronaldo Fenômeno (SÃO CRISTÓVÃO F. R., 2016).

O Clube de Regatas Vasco da Gama (**Figura 37**) é um dos mais tradicionais clubes de futebol da cidade do Rio de Janeiro. Sua tradição e referências são ligadas à cultura lusa. A inauguração do Estádio São Januário, em 1927, contou com a presença do então presidente da República, Washington Luís, e outras personalidades (PCRJ,

¹⁰⁷ Na atualidade, São Cristóvão já possui também grandes lojas de departamento, como a Leader Magazine, Lojas Americanas, Casa e Vídeo e Caçula.

1991, p. 126 e 127). O Estádio de São Januário possui elementos arquitetônicos, como a sua azulejaria portuguesa. Em comemoração ao centenário do Clube de Regatas Vasco da Gama, em 1998, a partir do projeto de Lei nº 2.672, de 8 de setembro de 1998, foi instituído o bairro Vasco da Gama, que compreende a área onde fica o Estádio de São Januário e suas adjacências, e a comunidade Barreira do Vasco. Anteriormente, esta área compreendia parte do bairro São Cristóvão. Sobretudo, é oportuno lembrar que, nas primeiras décadas do século XX, os moradores da região eram, em sua maioria, imigrantes portugueses que chegavam à cidade.

Figura 15 - Estádio São Januário, do Clube de Regatas Vasco da Gama, Rua General Almérico de Moura nº 131, Vasco da Gama, Rio de Janeiro, s/d.



Fonte: <http://www.timeout.com.br/rio-de-janeiro/esporte-saude/venues/403/clube-de-regatas-vasco-da-gama>

Um lugar muito conhecido na região de São Cristóvão, por seus restaurantes com culinária e eventos da cultura portuguesa, é a sede do Mercado Municipal do Rio de Janeiro, o mais popularmente conhecido CADEG (**Figura 38**), sigla de Centro de Abastecimento do Estado da Guanabara, localizado no bairro de Benfica.

O CADEG não é tão conhecido pela sua arquitetura moderna¹⁰⁸, mas pela sua função comercial, turística e patrimonial. Trata-se de um importante referencial para a

¹⁰⁸ Pela linguagem formal da Escola Carioca de Arquitetura Moderna, entende-se que a “Escola Carioca de Arquitetura Moderna é o nome que se deu à produção arquitetônica de um grupo de arquitetos no Rio de Janeiro entre os anos de 1930 e 1960, sob a liderança intelectual de Lucio Costa (1902-1998). Caracteriza-se pela combinação de elementos utilizados na arquitetura colonial brasileira (treliças, azulejos e telhados, por exemplo) com o repertório introduzido pelo arquiteto francês Le Corbusier (como o uso de pilotis, *brise-soleil* e planta livre) (Serapião, 2016).” (SILVA; CARCERERI; ZOUAIN, 2017, p. 75).

região de São Cristóvão e para a cidade do Rio de Janeiro. Projetado por Vigor Artese e Moacyr Gomes da Costa, na década de 1950, “esta obra na época foi considerada em volume de concreto armado a terceira do Brasil, só superada pelo estádio do Maracanã e a Hidrelétrica de Furnas.” (CADEG, 2018). Em relação à sua criação:

O Cadeg foi fundado em 1962 pelos antigos comerciantes do extinto Mercado Municipal da Praça XV: em sua maioria, eram imigrantes portugueses, italianos e seus descendentes. Trata-se de um mercado privado, construído com recursos dos próprios comerciantes. (BITAR, 2016, p. 267).

Figura 16 - Fachada do CADEG - Centro de Abastecimento do Estado da Guanabara, atual Mercado Municipal do Rio de Janeiro, Rua Capitão Félix, nº 110, no bairro de Benfica, Rio de Janeiro, s/d.



Fonte: <https://oglobo.globo.com/rio/a-pluralidade-do-cadeg-21200242>

O CADEG oferta uma variedade de produtos e serviços, por isso, é tão popular e frequentado por moradores da região de São Cristóvão e da cidade. Com seus boxes de frutas e legumes, flores e restaurantes portugueses, é um lugar referencial para o encontro da cultura lusa, com seus famosos bolinhos de bacalhau e pratos típicos. Como tradicionais restaurantes da culinária portuguesa, o CADEG tem o Cantinhos das Concertinas e Amigos, o Barsa, o Gruta São Sebastião e o Empório Quintana. Nesse sentido:

Suas atividades não estão voltadas somente para o abastecimento: hoje é considerado um local de “lazer”, abrigando restaurantes, lojas especializadas em vinhos e “bistrôs”, e sendo palco de festivais gastronômicos. Esse processo acarretou numa mudança do público frequentador e dos tipos de comércio do mercado. (BITAR, 2016, p. 268).

O CADEG também promove diversos eventos culturais¹⁰⁹ que referenciam a cultura lusitana (**Figura 39**) durante o ano todo, tais como: o Festival Mesa Santa, que apresenta pratos exclusivos seguindo a tradição da Quaresma, com destaque para os menus com bacalhau, frutos do mar e vinhos; o Festival do Bacalhau, com participação dos tradicionais restaurantes e empórios, com pratos típicos da culinária portuguesa e vinhos diversos; e o Festival Gastronômico, com pratos típicos e exclusivos de bacalhau, e que ainda conta com shows e exposições culturais. Pelo seu valor e seu referencial para a região de São Cristóvão, seu tombamento municipal justificou-se por seu interesse histórico e cultural.

Figura 17 - Festa portuguesa no CADEG – Centro de Abastecimento do Estado da Guanabara, atual Mercado Municipal do Rio de Janeiro, Rua Capitão Félix, nº 110, no bairro de Benfica, Rio de Janeiro, 2018.



Fonte: <http://mapio.net/pic/p-95214099/>

A região de São Cristóvão possui tradicionais restaurantes da cultura portuguesa, como o Adegão Português, que foi inaugurado por imigrantes portugueses em 1964, sendo conhecido por oferecer pratos clássicos da culinária lusitana, carregados de tradição com inovações. Como bem define em sua propaganda, esse tão conhecido

¹⁰⁹ Além dos eventos culturais que referenciam a cultura portuguesa, o CADEG ainda promove eventos, como o Festival de Verão, que oferece uma diversidade de atividades, como exposição de carros antigos, bailinho infantil pré-carnaval e muita música; e o Festival de Inverno, com gastronomia e cultura, e a oferta de degustação de vinhos.

restaurante da região de São Cristóvão continua preservando sua história em cada detalhe, sem parar no tempo.

Outros exemplos de estabelecimentos comerciais que ofertam a culinária lusa na região de São Cristóvão são os restaurantes Cidade do Porto, Mecenas Bistrô e o Quinta da Boa Vista Restaurante. Este último localiza-se na Quinta da Boa Vista, onde, no passado, era a antiga capela Real da Família Portuguesa (**Figura 40**).

Figura 18 - Restaurante Quinta da Boa Vista, Quinta da Boa Vista s/nº, São Cristóvão, Rio de Janeiro, 2016.



Fonte: Raquel Aquino, 2016.

Nesse sentido, após identificar os pontos referenciais da cultura portuguesa, registrados em arquitetura, igrejas, manifestações culturais, estabelecimentos comerciais e tradição esportiva, o **Mapa 10** mostra esses lugares que constituem o território cultural da São Cristóvão Portuguesa.

Atesta-se que o território cultural da São Cristóvão Portuguesa é sobreposto, em parte, na São Cristóvão Imperial. Além disso, é um território cultural justaposto a São Cristóvão Imperial e São Cristóvão Fabril. Conclui-se que a São Cristóvão Portuguesa é um território cultural histórico com referenciais da cultura lusa, localizado na região de São Cristóvão.

Mapa 23 - Território Cultural da São Cristóvão Portuguesa



Fonte: APAC, LC Nº24/93; Google Earth; Portal Geo – IPP; Serviço de imagens da ESRI. Consulta em junho de 2018. Elaborado por: Maria Luciene da Silva Lima.

3.4 A São Cristóvão Nordestina

A herança cultural da São Cristóvão Nordestina é afirmada pelo comércio, costumes, festas e gastronomia, que se consolidaram através do reconhecimento do seu território cultural por meio de resistência. Esse território cultural se iniciou a partir das décadas de 1940 e 1950, quando os primeiros nordestinos que chegavam ao Rio de Janeiro se instalavam em São Cristóvão e, ali, reproduziam seus costumes. Desde então, criavam um elo de afetividade com o lugar, que permanece até os dias atuais.

A justificativa para a identificação desse território cultural baseia-se em bibliografias pesquisadas acerca da sua história, das manifestações de luta e resistência dessa cultura em meio à sua formação na cidade do Rio de Janeiro. Justifica-se, também, através do reconhecimento dessa cultura como referencial turístico e como patrimônio imaterial da cidade do Rio de Janeiro e, posteriormente, do Brasil.

A consolidação desse território cultural parte da história da sua ocupação como um fragmento do Nordeste na cidade do Rio de Janeiro. Destaca-se, então, que o território firmou-se a partir das lutas e através de muita resistência. A partir disso, entende-se que a São Cristóvão Nordestina possui laços afetivos para com o lugar onde, desde sua ocupação na cidade, foi o mesmo. A formação desse território cultural, com identidade, afetividade, imaterialidade e sentidos, faz com que:

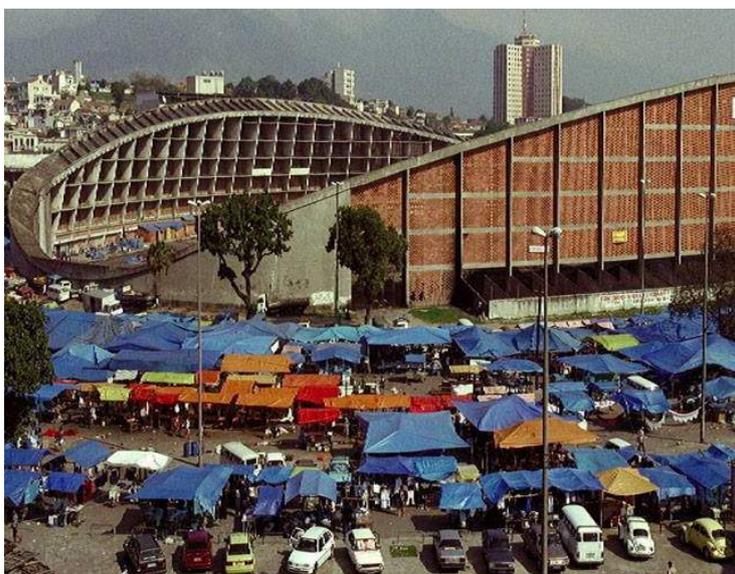
Ao relacionar as representações provenientes da feira, estabelece-se também um elo com conceitos arraigados entre os nordestinos que formaram esse território. Tanto a religiosidade popular, na figura de padre Cícero, quanto a gastronomia, com sabores e cheiros do Nordeste, as expressões e saberes vão delineando as relações dos sujeitos com o espaço e a ideia de formação de um território de sentidos. (ANGELO; FOGAÇA, 2017, p. 153).

Na segunda metade do século XX, ocorreu o processo de migração em massa da população rural para as áreas urbanas do Brasil, como também se viu na cidade do Rio de Janeiro. Em decorrência desse processo, especificamente, o bairro de São Cristóvão recebeu, nesse período, principalmente no Campo de São Cristóvão e no seu entorno, grande parte da população rural nordestina que chegava à cidade. Consequentemente, essa população ali construiu o seu lugar, com culturas e costumes nordestinos (PCRJ, 1991, p. 95).

Nesse contexto, a “preservação da cultura nordestina no Rio de Janeiro acontecia naquele espaço físico e temporal: Campo de São Cristóvão nos finais de semana.” (BORJA; DESTRI, 2017, p. 37). Inicialmente, a Feira Nordestina funcionava de forma

informal, sem registro junto ao poder governamental: “sob condições precárias de produção e consumo, a Feira insistia em resistir naquele espaço, reproduzindo na cidade a cultura do meio rural nordestino.” (BORJA; DESTRI, 2017, p. 39 e 40). (**Figura 41**).

Figura 19 - Feira Nordestina, Campo de São Cristóvão, nos arredores do Pavilhão, em São Cristóvão, Rio de Janeiro, s/d.



Fonte:

<https://www.facebook.com/SaoCristovaoRJ/photos/a.241949362557302.58323.241942992557939/1251580138260881/?type=3&theater>

Possivelmente, essa imagem acima, da Feira Nordestina formada no Campo de São Cristóvão é da década de 1980 e/ou 1990. Com barracas montadas e desmontadas todos os fins de semana, a Feira formava, desde então, um território cultural com comidas típicas, artesanatos, músicas e danças nordestinas. Nesse sentido, a “feira de São Cristóvão, como um território de memórias nordestinas.” (ANGELO; FOGAÇA, 2017, p. 157), é um território cultural com referenciais da cultura do Nordeste, situado na região de São Cristóvão:

Esta estratégia de sobrevivência na cidade se configurava como uma luta pelo território e como uma cultura de resistência. Disputando o direito de permanecer trabalhando no Campo de São Cristóvão, o feirante nordestino se organizava politicamente e gerava laços de solidariedade dentro do grupo social. Com isso, dava visibilidade à cultura nordestina no Rio de Janeiro e afirmava sua identidade cultural numa realidade hostil. (BORJA; DESTRI, 2017, p. 40).

Já configurado como estabelecimento comercial, instalaram-se na Rua Senador Alencar, desde aproximadamente a década de 1980 e que até hoje ainda existem, algumas lojas de artesanato, comidas típicas e especializada em mudanças; como exemplo, têm-se a loja Cabana do Norte.

Com um pequeno comércio próximo à Feira e as muitas barracas típicas da cultura nordestina, essa cultura popular brasileira ganhou destaque na cidade do Rio de Janeiro. Conseqüentemente, muitos nordestinos, que migraram para a cidade, à procura de melhores condições de vida, buscavam, na Feira Nordestina um elo, um reencontro com suas origens culturais:

Ganhando visibilidade, a cultura popular nordestina se diferenciava da cultura burguesa hegemônica no Rio de Janeiro. Ficava visível o distanciamento cultural entre a realidade carioca e as tradições do povo nordestino migrante. Cada vez mais, a Feira atraía pessoas, frequentadores e possíveis feirantes, a fim de compartilhar este ponto de encontro e resistência, onde era possível preservar a memória cultural nordestina. (BORJA; DESTRI, 2017, p. 41).

A Feira foi marcada por lutas, resistências em decorrência do desenvolvimento urbano local de São Cristóvão. Com a construção do Pavilhão, sua permanência no Campo de São Cristóvão gerou disputas entre a Prefeitura e os feirantes, e a Feira, por um período, ficou sem funcionar. Em resposta aos problemas pela sua informalidade, um grupo de feirantes organizou-se e, junto à Prefeitura, fizeram um estatuto para regularizar a permanência da Feira no Campo de São Cristóvão. Criou-se então, em 1961, a União Beneficente dos Nordestinos no Estado da Guanabara, o primeiro órgão institucional da Feira Nordestina. Em 1963, surgiu a Associação de Proteção aos Nordestinos da Guanabara (Apronorde), que somente foi organizada em 1969. Essas duas associações disputaram o comando e a administração da Feira (RIBEIRO, 2005 *apud* BORJA; DESTRI, 2017, p. 38 e 39). Nesse contexto:

Essencialmente, as duas atuaram num sentido assistencialista, prestando apoio aos migrantes que chegavam: moradia, alimentação, inserção no mercado de trabalho, obtenção de documentos necessários para conseguir emprego, empréstimo de dinheiro etc. Por outro lado, exerciam o controle e administração da feira, cobrando taxas de aluguel e uso do solo, além de uma anuidade para a associação (Pandolfo, 1987). Foi por meio da atuação destas organizações junto aos órgãos públicos que a Feira conseguiu se manter no Campo de São Cristóvão, ganhando apoio e alguma legitimidade. (BORJA; DESTRI, 2017, p. 38 e 39).

A construção do Pavilhão (**Figura 42**) é outro considerável ícone da arquitetura moderna brasileira e que também se destaca na paisagem da região de São Cristóvão. O Pavilhão é um projeto de 1957 do arquiteto Sérgio Bernardes. Arquitetado para abrigar um centro de exposições, era o maior e mais importante da cidade à época — até a inauguração do Rio Centro, em 1977, na Barra da Tijuca —, pois se destacava por seu aspecto arrojado e dinâmico. A inspiração para o seu sistema estrutural partiu da Arena J. S. Dorton (1952), situada em Raleigh, Estados Unidos da América, projeto do arquiteto polonês Matthew Nowick (1910-1950) e equipe (SAMPAIO, 2006; CARLOS, C.; SAMPAIO, J., 2017).

Desde sua inauguração até a década de 1980, o Pavilhão abrigou uma variedade de eventos, como exposições, feiras de gado e de alimentos e mercadorias típicas dos outros estados do Brasil, entre outros. No ano de 1988, por causa de uma forte tempestade que arrancou sua cobertura, o Pavilhão ficou interditado por alguns anos. Somente em 2003, após reformas, foi reativado (ARQGUA RIO, 2015).

Figura 20 - Pavilhão - Campo de São Cristóvão, em São Cristóvão Rio de Janeiro, s/d.



Fonte: <http://suburbiosdorio.blogspot.com/2012/01/pavilhao-de-sao-cristovao.html>

No que tange à formação e consolidação da Feira Nordestina em São Cristóvão, as transformações na sua estrutura contribuíram para que esse território cultural fosse reconhecido legalmente, permanentemente, e, por fim, confirmada a sua mudança para o interior do Pavilhão. Esse território cultural foi inserido no setor turístico da cidade do Rio de Janeiro e do Brasil.

A mudança na estrutura da Feira de São Cristóvão realizou-se em três etapas sucessivas: a primeira, em 1982, determinou o fim da condição de clandestinidade que, desde os seus primórdios, na década de 1940, caracterizara a sua atuação; a segunda, fruto da Lei 2052, decretada em 1993, garantiu a sua permanência no Campo de São Cristóvão; a terceira, em 2003, promoveu não só a sua transferência para o Pavilhão, mas também formalizou a sua inserção no novo mercado de bens culturais da cidade e do país. (NEMER, 2017, p. 114 e 115).

Como consequência da transferência da Feira para o Pavilhão, muito se perdeu da essência e originalidade de seus primórdios como cultura nordestina na cidade do Rio de Janeiro, em decorrência também de sua transformação de lugar nordestino para mercado turístico do Nordeste em São Cristóvão. Até seu nome, como espaço cultural, foi modificado — de Feira Nordestina de São Cristóvão, alterou-se para Nova Feira de São Cristóvão - Centro Municipal Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas. Nessa perspectiva:

A transferência para o Pavilhão provocou uma mudança profunda na estrutura da feira de São Cristóvão, que se transformou, segundo seus participantes tradicionais, em um centro comercial dirigido para consumidores de poder aquisitivo entre médio e alto, interessados em adquirir produtos considerados exóticos, representativos de uma cultura distante, em suas experiências e valores, da praticada nos grandes centros urbanos. (NEMER, 2017, p. 116 e 117).

A transformação da Feira Nordestina como lugar de referenciais da cultura do Nordeste para um novo atrativo turístico acarretou consequências. Percebe-se que “aos poucos, não só os nordestinos passaram a frequentar a Feira, mas também um número crescente de cariocas e turistas.” (BORJA; DESTRI, 2017, p. 41), o que afirmou o seu reconhecimento e valoração como parte da cultura do Nordeste na cidade do Rio de Janeiro. (**Figuras 43 e 44**).

O turismo se forma a partir da identificação dos espaços tidos como atrativos, e, no caso da Feira de São Cristóvão, muitos são os aspectos que levam turistas a escolherem esse destino de lazer e atividades diversas. Da gastronomia à expressão artística do povo nordestino, vai aos poucos traduzindo os espaços da feira como território de sabores e saberes. (ANGELO; FOGAÇA, 2017, p. 165).

No entanto, a Feira já não é mais a mesma. Empresas se instalaram naquele espaço e a Feira-Centro ganhou outra dimensão. Hoje ela é vista como um grande ponto turístico, um centro de lazer que expõe a cultura nordestina para a cidade. Tida ao longo de sua história como um estorvo a ser removido, sofrendo recorrentes tentativas de expulsão, hoje a Feira-Campo se afirma

como um dos principais pontos turísticos da cidade, símbolo da diversidade cultural do Rio de Janeiro. (BORJA; DESTRI, 2017, p. 49).

Figuras 21 e 44 - Entrada principal da Feira Nordestina de São Cristóvão, renomeada como Nova Feira de São Cristóvão – Centro Municipal Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, no Pavilhão de São Cristóvão s/d. Vista aérea da Nova Feira de São Cristóvão – Centro Municipal Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, no Pavilhão de São Cristóvão s/n, em São Cristóvão, Rio de Janeiro, s/d.



Fonte: <https://youmustgo.com.br/feira-de-sao-cristovao-no-rio-de-janeiro/>;
<https://abussolaquebrada.com/2016/11/10/feira-de-sao-cristovao/>

Após décadas de muita resistência e luta por parte dos feirantes, para o reconhecimento e permanência da Feira no Campo de São Cristóvão, é que, em 2008, o reconhecimento desse patrimônio acontece de fato, através da promulgação da Lei nº 4.974, de 3 de dezembro de 2008, em âmbito municipal. Essa lei declara o Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas como Patrimônio Cultural dos Habitantes da Cidade do Rio de Janeiro. Além disso, propõe, para a preservação desse patrimônio e cultura nordestina, que o Poder Executivo estabeleça incentivos e ações necessárias para que o Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas se mantenha e fortaleça suas ações:

A Feira de São Cristóvão foi o espaço primordial onde esta luta se expressou, seja na disputa pelo território, seja na construção de uma identidade cultural comum aos nordestinos na cidade. (BORJA; DESTRI, 2017, p. 52).

Pela Lei nº 12.301, de 28 de julho de 2010, o governo federal declarou, como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, o Centro de Tradições Nordestinas Luiz Gonzaga. Após esse reconhecimento cultural como patrimônio imaterial do país, foi fincada uma placa informativa dessa lei na parede da entrada de acesso à Feira Nordestina, próximo à escultura dedicada ao padre Cícero. Na placa, consta a

informação de que essa lei objetiva reconhecer a importância da Feira Nordestina para o circuito turístico brasileiro, e que a Feira é constituída, como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, para todos os efeitos legais.

Nesse contexto, esclarece-se que o registro de Patrimônio Imaterial, tanto federal quanto municipal, que reconhece a Feira Nordestina como patrimônio cultural, não preserva a sua permanência em São Cristóvão. Compete, então, contextualizar que é imprescindível considerar a indissociação do tangível da imaterialidade.

A preservação do patrimônio material, móvel ou imóvel, faz-se por meio do tombamento, que concede ao bem um valor histórico, artístico ou cultural. A preservação do patrimônio intangível “existe no sentido de registrar essas práticas e representações e acompanhá-las para verificar sua permanência e suas transformações.” (GONÇALVES, 2003, p. 28). Propõe-se refletir que, ao registrar um patrimônio intangível, como no caso do reconhecimento da Feira Nordestina como manifestação cultural do Nordeste na cidade do Rio de Janeiro, deve-se considerar o lugar onde essa manifestação cultural acontece durante décadas, ou seja, o lugar material, de simbolismos.

Torna-se uma possibilidade vulnerável perder esse patrimônio por diversas questões, por exemplo, em prol do desenvolvimento urbano que possa interessar-se pelo lugar físico, ou, simplesmente, pelo fato de um crescimento desordenado do espaço, e ser preciso transferi-lo para outro local. Refletir o lugar como material, considerando também seus significados e sentidos, é substancial para a preservação do patrimônio cultural, seja material, seja intangível. Nesse sentido, a Declaração de Québec de 2008, cita:

A Declaração de Foz do Iguaçu, elaborada em 2008 pelo ICOMOS Américas especifica que os componentes tangíveis e intangíveis do patrimônio são essenciais para a preservação da identidade das comunidades que criaram e transmitiram espaços de relevância cultural e histórica. (ICOMOS, 2008).

A Feira Nordestina de São Cristóvão — com seus costumes, comidas típicas, artesanatos e músicas, bem como seus representantes¹¹⁰ nordestinos que residem na cidade ou não — nunca deixou que suas manifestações culturais desaparecessem. Esse

¹¹⁰ Representantes esses, como os feirantes e os usuários do espaço da Feira Nordestina de São Cristóvão, que se organizaram para a melhoria e a permanência do espaço, da cultura, da identidade nordestina no bairro de São Cristóvão.

fato tornou-se possível devido às reivindicações populares, às ações e reações de resistência e luta pela permanência dessa representação cultural nordestina, em plena cidade do Rio de Janeiro.

Após identificar os pontos referenciais da cultura nordestina, registrados no comércio, no espaço cultural onde se vivenciaram, por décadas, os costumes e as danças, enfim, a manifestação cultural da cultura do Nordeste no bairro de São Cristóvão, o **Mapa 11** detalha esses lugares que constituem o território cultural da São Cristóvão Nordestina.

Afirma-se que o território cultural da São Cristóvão Nordestina é sobreposto e também justaposto ao da São Cristóvão Imperial. Além disso, o território cultural da São Cristóvão Nordestina é também justaposto aos territórios culturais da São Cristóvão Industrial e da São Cristóvão Portuguesa. Conclui-se que a São Cristóvão Nordestina é um território cultural histórico e de resistência, com referenciais da intangibilidade, dos costumes e manifestações da cultura do Nordeste em pleno sítio urbano da cidade do Rio de Janeiro.

A São Cristóvão Nordestina tem sua representatividade — através dos costumes, das comidas típicas, artesanatos, músicas, cordel, modos de viver — constituída e reconhecida na região de São Cristóvão, que, de fato, contribuiu para a formação de mais um território cultural existente nessa região. Tal combinação de diversas culturas no bairro de São Cristóvão, ou seja, os tradicionais elementos do período colonial, expressos, por exemplo, em sua arquitetura, e a cultura nordestina, de manifestação mais recente, mostram um olhar mais atento, aos registros arquitetônicos e as curiosidades desse lugar.

Mapa 24 - Território Cultural da São Cristóvão Nordestina



Fonte: APAC, LC Nº24/93; Google Earth; Portal Geo – IPP; Serviço de imagens da ESRI. Consulta em junho de 2018. Elaborado por: Maria Luciene da Silva Lima.

3.5 São Cristóvão e outros territórios culturais em afirmação

São Cristóvão e seus territórios em construção são compostos por heranças culturais expressas a partir do segundo quartel do século XX. Justifica-se a identificação desse território cultural através de bibliografias pesquisadas acerca da arquitetura moderna e do reconhecimento da imaterialidade de tradições culturais, como as escolas de samba, o samba-enredo carioca e as torcidas de futebol¹¹¹. Como justificativa, citam-se também os atuais eventos culturais, que reconhecem e fortalecem a multiplicidade cultural desta região através dos roteiros turísticos.

A região de São Cristóvão é um laboratório vivo, histórico, arquitetônico, cultural e com um diverso e numeroso patrimônio para a localidade, para a cidade e para o país. Como identificação dos componentes das heranças culturais presentes nesse território cultural, destaca-se o Conjunto do Pedregulho, como um dos exemplares da arquitetura moderna existentes nesta região, e que se evidencia na paisagem:

Apesar de poucos em número, os exemplares do período Moderno nessa região são muito expressivos e se destacam fortemente na paisagem, como o Conjunto Residencial do Pedregulho (1947), de autoria de Affonso Eduardo Reidy; o Pavilhão de São Cristóvão (1957), de autoria de Sergio Bernardes; o conjunto de edificações do Colégio Pedro II (1948), de autoria de Jorge Ferreira, e a Cadeg (1957), de autoria de Vigor Artese e Moacir Gomes da Costa. (SCHLEE et al., 2009, p. 76).

Localizado no bairro de Benfica, o Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes, conhecido como Conjunto Pedregulho¹¹², foi construído, na década de 1940, pelo Departamento de Habitação Popular do Rio de Janeiro, e tendo como arquiteto projetor Affonso Eduardo Reidy. Essa é uma das obras mais representativas da arquitetura moderna brasileira e, até hoje, é modelo e referência na temática da habitação popular (SILVA, 2005; NASCIMENTO, 2017). Inicialmente construído para abrigar funcionários públicos do então Distrito Federal, o projeto do Conjunto Pedregulho inovou:

[...] como uma das primeiras tentativas de construir conjuntos habitacionais no país deixando clara a opção de prover uma maior dignidade à classe

¹¹¹ No Apêndice E, consta na Tabela 13 a relação dos patrimônios imateriais registrados na VII Região Administrativa de São Cristóvão e suas respectivas legislações de proteção.

¹¹² Também é referenciado pelos moradores da região de São Cristóvão, como Minhocão, em observação ao formato de sua estrutura arquitetônica.

trabalhadora e servindo como uma espécie de eco do discurso promulgado por parte dos líderes do Movimento Moderno europeu, a partir dos anos 20, em favor de uma habitação social e coletiva. (SILVA, 2005).

[pois] representa como o desafio de oferecer habitação social foi enfrentado no país. Constituído como unidade de vizinhança, foi projetado para ter todos os serviços adjacentes à moradia em um único quarteirão: edifícios residenciais, escola, ginásio, piscina, posto de saúde, lavanderia e mercado. (NASCIMENTO, 2017).

O Conjunto Pedregulho é uma obra arquitetônica mundialmente conhecida, pela sua importância como projeto da fase Modernista do Brasil, pelo painel de azulejos de Cândido Portinari e jardins projetados por Roberto Burle Marx. (Figuras 45, 46 e 47).

Figuras 22 e 46 - Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes – Conjunto Pedregulho, importante marco representativo da arquitetura modernista brasileira, Rua Capitão Félix nº 50, em Benfica, Rio de Janeiro, 2017. Painel de Roberto Burle Marx existente na face externa da empena do Ginásio - Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes - Conjunto Pedregulho, Rua Capitão Félix nº 50, em Benfica, Rio de Janeiro, 2017.



Fonte: Raquel Aquino de Araújo.

Figura 23 - Painel de Roberto Burle Marx, existente no andar térreo da escola - Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes - Conjunto Pedregulho, Rua Capitão Félix nº 50, em Benfica, Rio de Janeiro, 2017.



Fonte: Raquel Aquino de Araújo.

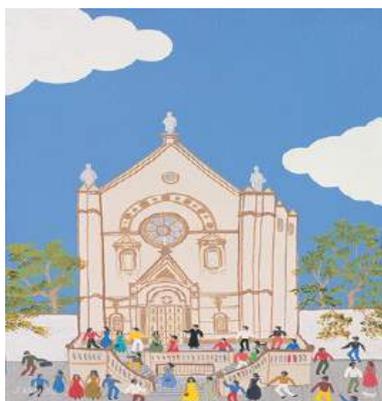
Chama a atenção que, em agosto de 2004, a FAPERJ¹¹³ lançou, no Centro Cultural Cartola, na Mangueira, a segunda edição do projeto “Rio de Janeiro em Mapas”, dedicada aos bairros de São Cristóvão, Benfica e Mangueira. O objetivo desse projeto é divulgar as principais construções, logradouros e instituições da cidade, do ponto de vista histórico, cultural e arquitetônico. Essa segunda edição do projeto retratou os principais logradouros e construções desses bairros em mapa e catálogo (**Figura 48**), em pintura naïf, sob a arte de J. Araújo¹¹⁴, que “deu unidade ao conjunto heterogêneo de edificações da região além de uma atmosfera repleta de cor e movimento.” (FAPERJ, 2004).

A justificativa para a escolha de São Cristóvão para a segunda edição do projeto, “deve-se ao fato de o bairro conservar em suas ruas edificações de significado histórico.” (FAPERJ, 2004). A título de exemplos, o projeto considerou o Museu Nacional e o Observatório Nacional como instituições tradicionais. Como construções significativas, considerou-se a Escola Municipal Gonçalves Dias, o Museu do Primeiro Reinado - Casa da Marquesa de Santos, o Reservatório do Pedregulho, o Estádio de São Januário e o Pavilhão de São Cristóvão. Como construções Modernistas, consideraram-se: o Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes - Conjunto Habitacional do Pedregulho, a Escola Edmundo Bittencourt e o CADEG. O mapa é composto ainda pela quadra da Estação Primeira de Mangueira (Palácio do Samba, a Vila Olímpica da Mangueira, o Buraco Quente), onde a escola de samba foi fundada, a casa onde morou dona Zica e o Centro Cultural Cartola (FAPERJ, 2004). O projeto reconhece o potencial histórico e cultural que a região de São Cristóvão possui por salvaguardar diversos patrimônios culturais.

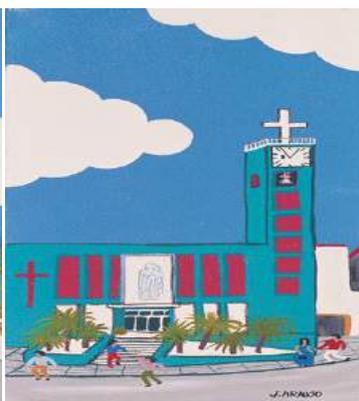
¹¹³ FAPERJ – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro.

¹¹⁴ Este projeto contou, também, com a experiência do arquiteto Kleris Albernaz, responsável por manter a fidelidade arquitetônica da transposição das construções para o mapa, e do historiador Marcos Bretas, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que realizou um minucioso trabalho de pesquisa para a criação do catálogo que traz informações sobre os locais destacados no mapa (FAPERJ, 2004).

Figura 24 - Galeria de imagens do Mapa e catálogo de São Cristóvão e adjacências – telas de autoria de J. Araújo, Rio de Janeiro, 2004.



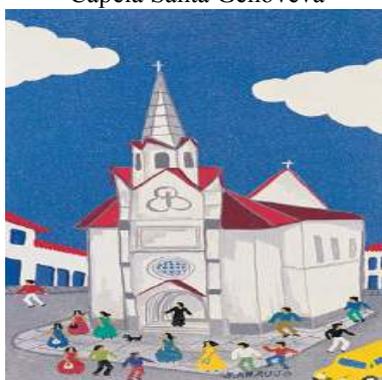
Capela Santa Genoveva



Igreja Nossa Senhora da Consolata



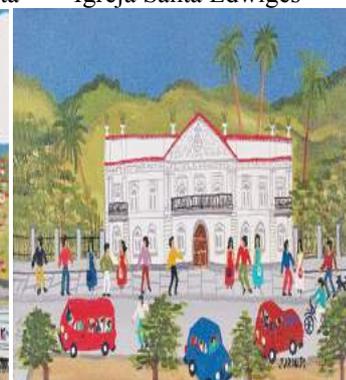
Igreja Santa Edwiges



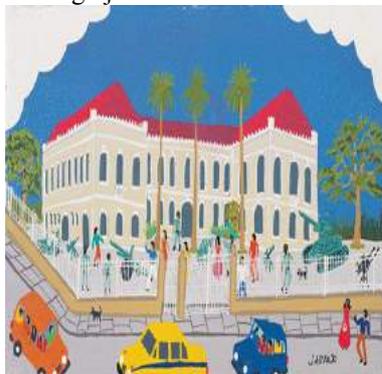
Igreja de São Cristóvão



Morro da Mangueira



Museu do Primeiro Reinado



Museu Militar Conde de Linhares



Palácio do Samba da Mangueira



Pavilhão de São Cristóvão



Estádio do Vasco da Gama



Centro Cultural Cartola

Fonte: FAPERJ, 2004.

Como componente, também, da São Cristóvão e seu território cultural em construção, as tradicionais escolas de samba Estação Primeira de Mangueira, ou simplesmente Mangueira, e Paraíso do Tuiuti são também referentes culturais desta região. A Mangueira (**Figura 49**), fundada em 1928 por Angenor de Oliveira (Cartola) e outros sambistas¹¹⁵, é uma das mais tradicionais escolas de samba do Rio de Janeiro. Com suas cores, verde e rosa, sugeridas por Cartola em homenagem às cores do bloco de carnaval de sua infância, Rancho do Arrepiado, de Laranjeiras, a Mangueira recebeu esse nome “porque a primeira parada do trem, que saía da Estação de Dom Pedro para o subúrbio, onde havia samba, era Mangueira.” (MANGUEIRA, 2017).

Figura 49 - Quadra da Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira, Rua Visconde de Niterói nº 1.072, no bairro da Mangueira, Rio de Janeiro, s/d.



Fonte: <https://raymundodecastro.blogspot.com/2012/03/a-construcao-do-palacio-do-samba.html>

Bem próximo da quadra da Mangueira, está implantado o Museu do Samba (**Figura 50**), criado em 2015, através de parcerias com o Centro Cultural Cartola e a Escola de Mestre-Sala e Porta-Bandeira Manoel Dionísio, e com o apoio da Secretaria Estadual de Cultura. O Museu do Samba, localizado dentro do Centro Cultural Cartola¹¹⁶, objetiva guardar a memória do samba como patrimônio cultural e preservar suas matrizes. Além de exposições, o museu promove oficinas e projetos de cultura do samba.

¹¹⁵ Inclui-se também Saturnino Gonçalves (Seu Saturnino), Abelardo da Bolinha, Carlos Moreira de Castro (Carlos Cachaça), José Gomes da Costa (Zé Espinguela), Euclides Roberto dos Santos (seu Euclides), Marcelino José Claudino (seu Maçu) e Pedro Paquetá (MANGUEIRA, 2017).

¹¹⁶ O Centro Cultural Cartola pesquisa e preserva o samba como gênero e memória. Sua história, desde as primeiras composições, no início do século XX, até os desfiles de carnaval na Avenida Marquês de Sapucaí, no Rio, é recontada em painéis e fotografias. A história de Cartola – músico, compositor, instrumentista, pedreiro e lavador de carros – é descrita em painéis e fotos.

Figura 25 - Museu do Samba, Rua Visconde de Niterói nº 1.296, no bairro da Mangueira, Rio de Janeiro, s/d.



Fonte: <http://centroculturalcartolaoficial.blogspot.com/2013/04/museu-do-samba.html>

Outra escola de samba localizada na região de São Cristóvão é o Grêmio Recreativo Escola de Samba Paraíso do Tuiuti (**Figura 51**), fundado em 1952, no bairro de São Cristóvão. Sua história remonta a dois blocos de carnavais: o Unidos do Tuiuti, que participava do carnaval desde a década de 30, e a Paraíso das Baianas. O bloco Unidos do Tuiuti desapareceu após a década de 1940; em seu lugar, surgiu o Bloco dos Brotinhos. Com a falta de dinheiro para acompanhar o carnaval, a comunidade do Morro do Tuiuti preferia sair no bloco, desprezando a Paraíso das Baianas. Foi então que Nelson Forró, Júlio Matos e um grupo de sambistas se uniram e fundaram a Escola de Samba Paraíso do Tuiuti. Sobre suas cores, são heranças o amarelo do bloco Paraíso das Baianas e o azul do bloco Unidos do Tuiuti (PARAÍSO DO TUIUTI, 2018).

Ressalta-se que a quadra da Paraíso do Tuiuti situa-se abaixo do elevado da via expressa da Linha Vermelha, na Rua Figueira de Melo. Até a década de 1980, pouco se conhecia sobre o Paraíso do Tuiuti. A escola somente ganhou notoriedade com seu vice-campeonato no Grupo Especial em 2018, com o enredo "Meu Deus, meu Deus, está extinta a escravidão?". Com destaques para o samba-enredo e a comissão de frente, o desfile do Paraíso do Tuiuti foi muito elogiado pela crítica por remontar em fantasias e no enredo, a atual crise política brasileira (PARAÍSO DO TUIUTI, 2018).

Figura 26 - Quadra do Grêmio Recreativo Escola de Samba Paraíso do Tuiuti, Campo de São Cristóvão nº 33, São Cristóvão, Rio de Janeiro, 2018.



Fonte: Raquel Aquino, 2018.

Vale ressaltar que, em 2007, o IPHAN registrou, em seu Livro de Registro das Formas de Expressão, as Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: Partido Alto, Samba de Terreiro e Samba-Enredo. A forma de samba denominada Samba-Enredo foi inventada nas rodas do bairro do Estácio de Sá e, assim, apropriada pelas nascentes escolas de samba para animar seus desfiles de carnaval (IPHAN, 2007).

Foi em razão do tradicional desfile das Escolas de Samba, que o município do Rio de Janeiro declarou, em 2008, como Patrimônio Cultural Carioca, as Escolas de Samba que desfilam na cidade do Rio de Janeiro. Esse bem cultural está inscrito no Livro de Registro das Formas de Expressão. O Decreto nº 28.980, de 31 de janeiro de 2008, considera que o carnaval é a maior festa de rua do Brasil, e que as festas e celebrações são momentos de identificação cultural coletiva e de civismo de uma sociedade. Além disso, considera-se a importância cultural do desfile das Escolas de Samba como ponto máximo do carnaval carioca, refletindo a forma alegre e irreverente da população carioca de festejar a vida e da sua capacidade de organizar e produzir um espetáculo coletivo grandioso. E a necessidade de se preservar a memória cultural através dos seus modos de fazer e de celebrar (PCRJ, 2008).

Por considerar as torcidas dos clubes de futebol da cidade do Rio de Janeiro como bem de natureza imaterial, a Prefeitura declarou em 2012, como Patrimônio Cultural Carioca, as Torcidas dos Clubes de Futebol da Cidade do Rio de Janeiro. Esse bem cultural de natureza imaterial está inscrito no Livro de Registro das Atividades e

Celebrações. O Decreto nº 35.877, de 5 de julho de 2012, considera a relevância do futebol como manifestação cultural e social, conferindo a ele caráter antropológico para o melhor entendimento e compreensão da sociedade e da identidade carioca. Registra-se que a Cidade do Rio de Janeiro foi uma das primeiras sedes dos primeiros clubes de futebol que surgiram no Brasil, assim como das primeiras torcidas organizadas. Além disso, considera-se a necessidade, por justos motivos, de homenagear e registrar todas as outras torcidas de futebol da cidade, sejam as torcidas dos ditos clubes “grandes”, sejam as dos ditos clubes “pequenos”, pois todas caracterizam particularidades como ritos, cânticos, gritos, cores, bandeiras, símbolos, dentre outras formas de manifestação e tradições diferentes (PCRJ, 2012).

A cidade do Rio de Janeiro também declarou, em 2012, como Patrimônio Cultural Carioca os Bares e Botequins Tradicionais da Cidade do Rio de Janeiro. E, entre esses bares, está o Bar do Adonis, fundado em 1952, e localizado no bairro de Benfica. Esse bem cultural e os demais bens estão inscritos no Livro de Registro das Atividades e Celebrações e no Livro de Registro dos Lugares¹¹⁷. O Decreto nº 36.605, de 11 de dezembro de 2012, considera a existência do Registro de Bares e Botequins Tradicionais como Patrimônio Cultural Carioca, o qual considera tais estabelecimentos como locais de convivência democrática que traduzem o “espírito” carioca de comemorar, de reunir, de festejar; e a ancestralidade e as características dos modos do fazer dos bens em questão que, através da sua continuidade histórica e sua relevância local, tornaram-se referência para a memória, a identidade cultural e a formação social carioca. Considera-se também a necessidade de ampliar a preservação da memória intangível da cultura carioca na figura dos Bares e Botequins tradicionais (PCRJ, 2012).

Como herança cultural na São Cristóvão e seus territórios culturais em construção, ressaltam-se também os eventos culturais que apresentam a multiplicidade cultural dessa região. Nesse contexto, destaca-se o projeto Rolé Carioca¹¹⁸. Esse projeto se originou em 2010, na experiência da Mostra de intervenções Urbanas, A Voz do Povo, também idealizada e desenvolvida pelo estúdio M’Baraká, que descreve seus

¹¹⁷ O órgão executivo municipal de proteção do Patrimônio Cultural propôs o prazo de validade desta Declaração, conforme a Legislação vigente de 10 (dez) anos, podendo haver revalidação por novo período, após análise pelo Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural (CMPC). Parágrafo único. Poderá haver o cancelamento da Declaração caso o bem cultural não mantenha as características marcantes que o identificaram como representativo do modo tradicional carioca de Atividade e de Lugar, a critério do CMPC, ou que suas atividades tenham cessado (PCRJ, 2012).

¹¹⁸ No Anexo E, ilustra-se o *folder* da edição de 2014 do Rolé Carioca, contendo informações, como patrocínio, apoio, realização e mapa do roteiro.

projetos como “experiências relevantes”. O Projeto surgiu da vontade de comunicar histórias do Rio de Janeiro por meio de uma linguagem descontraída e acessível, utilizando-se, para tal, dos Ditos Populares.

Desde 2013, o projeto Rolé Carioca posiciona-se como um sistema integrado de comunicação de conteúdos histórico-culturais do Rio de Janeiro, que reúne hoje um acervo de informações sobre o patrimônio histórico da cidade. O roteiro revela, pelos bairros da cidade, personagens, fatos e acontecimentos marcantes ao longo da história do Rio de Janeiro. Dessa forma, o Rolé Carioca contribui para a produção de conhecimento sobre bairros históricos já bem conhecidos, como Urca, Catete e Centro, e outros menos difundidos nos roteiros tradicionais, como Madureira e Santa Cruz.

O objetivo do projeto “era criar uma intervenção positiva ao redor da cidade através de aulas pensadas de acordo com o espaço urbano, destacando os locais de memória de cada bairro, e, evidenciando as singularidades destes espaços que passam despercebidos pela população.” (RAINHA; MARTINS, 2017, p. 274 e 275). Por isso, o projeto cultural tem como meta promover passeios gratuitos, guiados por historiadores, aos cariocas e turistas, em roteiros históricos do Rio de Janeiro.

Os passeios estimulam a mobilidade e a sensibilização do olhar e são conduzidos por informações relevantes sobre a identidade cultural da metrópole e do carioca, estimulando o senso de pertencimento e de reconhecimento da cidade. Para o projeto, além do saudosismo e da visão retrospectiva, comunicar a história é entender contextos socioculturais importantes para a criação de um espaço público melhor. Nos roteiros, há descrições de todos os pontos visitados de cada bairro/roteiro, além de dicas culturais.

Em cinco edições, o Rolé carioca patrocinou visitas guiadas por bairros e localidades, como Bangu, Botafogo, Cachambi, Catete, Catumbi, Central do Brasil, Cinelândia / Lapa, Copacabana, Del Castilho, Engenho de Dentro, Especial 450 anos, Gamboa, Glória, Laranjeiras, Madureira, Maracanã, Méier, Niterói, Orla Conde, Paquetá, Penha, Praça Tiradentes, Praça XV/ Castelo, Rio Comprido, Saara, Santa Cruz, Santa Teresa, São Cristóvão, Tijuca, Urca, Vila Isabel e Zona Portuária. Sobre as edições e roteiros no bairro de São Cristóvão, apresentam-se, na **Tabela 6**, os roteiros elaborados pelos organizadores.

Tabela 6 - Rolé Carioca: edições e roteiros em São Cristóvão.

Edição	Ano	Roteiro
2ª	2014	Quinta da Boa Vista / Museu Nacional, Museu Militar Conde de Linhares, Primeiro Batalhão de Guardas, Campo de São Cristóvão e seus monumentos arquitetônicos, Colégio Pedro II, Estádio São Januário, MCT Observatório Nacional, MAST / Museu de Astronomia, Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas.
5ª	2017	Quinta da Boa Vista / Museu Nacional, Museu Militar Conde de Linhares, Primeiro Batalhão de Guardas, Campo de São Cristóvão e seus monumentos arquitetônicos, Colégio Pedro II, Estádio São Januário, MCT Observatório Nacional, MAST / Museu de Astronomia, Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas.

Fonte: Adaptado pela autora, 2018.

Observa-se que, nas duas edições do Rolé Carioca em São Cristóvão, o roteiro de visitação foi o mesmo. Nessas edições, o projeto, em seu roteiro, além do que estava previsto no guia de roteiro, abordou também a história de ocupação da região de São Cristóvão, citando uma das suas primeiras construções arquitetônicas, a Igreja de São Cristóvão, assim como a história acerca da Família Real portuguesa e suas benfeitorias para a região e a industrialização presente na região desde metade do século XIX. Apresentaram-se também a cultura portuguesa, com culinária e tradição esportiva, e a cultura nordestina, com costumes, culinária e artesanatos. Ressaltou-se o crescimento econômico-social da região de São Cristóvão após a instalação dos novos empreendimentos imobiliários.

Além disso, o projeto abordou os importantes ícones da arquitetura neoclássica e modernista, como o edifício do Solar da Marquesa de Santos e o Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes, o Conjunto Pedregulho. O evento oferece dicas culturais, como tradicionais, e novas opções de restaurantes da localidade, casas de eventos musicais, opções de lazer e outras atividades culturais. Nesse contexto:

A fidelidade aos fatos históricos, ao que está guardado em arquivos, tanto oficiais quanto da memória coletiva, a recuperação das histórias da vida cotidiana, a compreensão dos nexos entre os grandes feitos e a história das minorias, tudo isso é e deve ser condição para trabalhar bem um recurso cultural do ponto de vista de sua aplicação ao turismo. (BRUSADIN, 2012, p. 42).

Ao participar da 2ª edição, em 2014, pôde-se perceber que a visitação não se ateuve apenas ao que estava previsto no guia de roteiro. Houve abordagens sobre as

diversas fases de desenvolvimento desta região. Falou-se sobre a São Cristóvão Fabril, a sua ascensão e declínio econômico durante o século XX. Discursou-se acerca da São Cristóvão Imperial, com suas construções arquitetônicas, sua expansão e melhorias urbanas. Revelou-se curiosidades da São Cristóvão Nordestina, e relatou-se sobre a São Cristóvão Portuguesa, com seus tradicionais restaurantes e sua representatividade esportiva.

Ao narrar as múltiplas facetas históricas desta região, percebe-se que o Rolé Carioca apresenta, definidamente, os diversos territórios culturais de São Cristóvão. Compreende-se que essa região é multifacetada, com características singulares e variadas identidades e memórias. Nesse sentido, o **Mapa 12** detalha essa observação.

Conclui-se que, a partir da elaboração do roteiro apresentado às visitas, o projeto considera as diversas histórias e identidades presentes na região de São Cristóvão, como a imperial, fabril, portuguesa e nordestina. Observa-se que, na visita aos pontos referenciais do roteiro, há uma divulgação do potencial histórico, artístico e cultural que esta região possui como um todo. Nesse sentido, para o professor Rodrigo Rainha, um dos idealizadores e responsáveis pelo Rolé Carioca, a escolha do bairro de São Cristóvão tem um porquê:

[...] São Cristóvão é muito especial. [...] São Cristóvão é emblemático por causa das fases de São Cristóvão. Como a gente tá [está] falando de percepção de identidade... [...] Quando você vai criar uma ocupação, você vai ter São Cristóvão passando por todas as fases da formação do Rio. Eu consigo partir de uma Quinta da Boa Vista, onde eu falo de ocupação jesuítica, [...] onde eu vou falar da figura e do papel do Império. [...] eu transito por todo o Império, eu vejo um bairro se constituindo [não entendi], eu vejo como é o apagamento de uma memória com a ideia da criação de um viaduto que destrói uma percepção e toda uma imagem de bairro... No qual se passa o tempo [não entendi], entrando numa São Cristóvão industrial, numa São Cristóvão dos imigrantes, marcado por uma presença portuguesa, depois, marcada por uma presença nordestina, marcado por uma ideia de um bairro que ele sai de um quadro de nobreza pra um quadro de negação. [...] Então o bairro, [...] me dá [...] as várias formas de reinvenção de identidade, as várias formas de conhecer a história do próprio Rio de Janeiro. (Depoimento em entrevista, do professor Dr. Rodrigo Rainha, idealizador do projeto Rolé Carioca, em 27 de abril de 2018).

Constata-se que o Rolé Carioca prioriza, em sua visita, a história, os costumes e a identidade da São Cristóvão Imperial, da São Cristóvão Fabril, da São Cristóvão Portuguesa e da São Cristóvão Nordestina. Já o evento Turismo Cultural do Bairro Imperial de São Cristóvão dá prioridade, em seu roteiro de visita, à história da São Cristóvão Imperial e da São Cristóvão Portuguesa.

Mapa 25 - Roteiros do Rolé Carioca São Cristóvão - 2 edições (2014 e 2017)



Fonte: APAC, LC Nº24/93; Google Earth; Portal Geo – IPP; Serviço de imagens da ESRI. Consulta em junho de 2018. Elaborado por: Maria Luciene da Silva Lima.

Nesse contexto, após identificar os pontos referenciais que compreendem a São Cristóvão e seus territórios culturais em construção, que estão registrados na intangibilidade e na materialidade, como na arquitetura Moderna e nas escolas de samba, o **Mapa 13** detalha esses lugares que constituem a São Cristóvão e seus territórios culturais em construção.

Afirma-se que o território cultural da denominada São Cristóvão e seus territórios culturais em construção é justaposto aos territórios culturais da São Cristóvão Imperial, da São Cristóvão Fabril, da São Cristóvão Portuguesa e da São Cristóvão Nordestina. Conclui-se que a São Cristóvão e seus territórios culturais em construção é um território cultural histórico com referenciais materiais e imateriais da diversidade cultural presente nesta região. A materialidade e a intangibilidade contribuíram de forma notável para a formação desse território cultural intitulado São Cristóvão e seus territórios culturais em construção.

Mapa 26 - Território Cultural da São Cristóvão e outros territórios em afirmação



Fonte: APAC, LC N°24/93; Google Earth; Portal Geo – IPP; Serviço de imagens da ESRI. Consulta em junho de 2018. Elaborado por: Maria Luciene da Silva Lima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa objetivou produzir estudos sobre a APAC São Cristóvão, que validem e retomem o princípio básico desse instrumento de preservação do patrimônio ambiental urbano da cidade do Rio de Janeiro, isto é, como instrumento criado para conservar a memória local. Ressalta-se a finalidade da APAC: ser um ambiente cultural construído, com história, memória e patrimônios materializados no espaço.

Portanto, não se propõe preservar – com instrumentos de tombamento ou de poligonais específicas - tudo que foi levantado pelo estudo. A contribuição foi contextualizar o lugar de memória, que, de acordo com os conceitos de Pierre Nora (1993), é um composto de história e memória, momentos heterogêneos, onde há a necessidade de identificar a origem, a nascerça, algo que distancie a memória do passado, conservando-a novamente. Sobretudo, é importante enfatizar que um lugar de memória pode existir mesmo com a transformação do espaço, e que a sociedade precisa participar de maneira integrada no processo de identificação do seu patrimônio cultural. Assim, é pertinente refletir conjuntamente a intangibilidade cultural vivenciada nos territórios culturais, desde então já compreendidos por suas comunidades locais.

O ambiente cultural construído é interpretado como suporte para as identidades e suas relações com os vínculos sociais e afetivos que se articulam entre os diversos territórios culturais existentes nesta região.

Do ponto de vista das conquistas e melhorias em geral para os sítios urbanos históricos, é necessário promover e efetivar um envolvimento crescente da comunidade local. É essencial o papel das associações de moradores nas tomadas de decisões nas APACs. Propõe-se que se promova debates sobre a mobilização social, pois a participação dos cidadãos é fundamental para o fortalecimento e reconhecimento de identidades. O estudo identificou o envolvimento e a conquista por espaço de participação por parte dos atores sociais atuantes na região – sobretudo por associações de moradores – entre as décadas de 1980 e 1990. Mas essa participação na atualidade está muito reduzida.

A comunidade local — juntamente com os técnicos do planejamento urbano e da preservação do patrimônio cultural — é capaz de decidir o melhor caminho para o desenvolvimento urbano local e a salvaguarda da área do patrimônio ambiental urbano. Da mesma forma, é importante, para o entendimento acerca da atuação dessas associações, que sejam arquivados todos os ofícios, cartas, reivindicações e outros tipos de documentos que comprovem as suas solicitações perante o poder público, pois, sem

arquivo, não existe fonte de informação para futuras ações, reivindicações e também pesquisas.

A partir da proposta de se considerar a heterogeneidade cultural dessa região, inicialmente, a imagem e os acontecimentos de São Cristóvão confirmaram determinados territórios culturais já compreendidos, porém não reconhecidos, como a fabril, a portuguesa, a nordestina e a do samba. Fundamentada nas ações e reivindicações das associações de moradores, a pesquisa conclui que a região de São Cristóvão possui múltiplos territórios culturais, com identidades, imperial, fabril, portuguesa, nordestina, do samba, da arquitetura moderna e os demais territórios que ainda se encontram em afirmação. Porém, considera-se importante, para a conservação da memória urbana de áreas de proteção do ambiente cultural, que se reflita sobre a indissociação da materialidade representada pelo espaço construído, da intangibilidade caracterizada pelos costumes culturais.

Observa-se a afirmação de reconhecimento de uma homogeneidade cultural, isto é, de uma cultura designada como imperial, e que foi reconhecida desde a implantação da sua primeira APAC, em 1986. Porém, de fato, atesta-se que a região de São Cristóvão possui uma multiplicidade cultural, e que esses atores sociais, representados pela sociedade comunitária, privilegiaram, na década de 1980, somente reconhecer a história, os patrimônios e a memória da época do Império.

Sobre o Hospital Frei Antônio, conclui-se que este patrimônio, pertencente à história da saúde do país, não foi incluído na APAC, em 1986, em virtude da sua proximidade à zona industrial do bairro e, também, da construção da Linha Vermelha, em 1991, que afetou parte da área preservada do bairro, que foi reduzida na revisão da sua última APAC, em 1993. Nesse contexto, ainda se apresenta como desafio à preservação do patrimônio cultural — no âmbito da saúde — nos dias atuais, refletir sobre a reinserção deste bem no habitual do lugar.

O antigo casarão da sede da fazenda de São Cristóvão, transformado, em 1765, no Hospital Frei Antônio, é um importante marco que contribuiu para a ocupação territorial do bairro de São Cristóvão. Portanto, recomenda-se que o Hospital Frei Antônio seja incluído na APAC São Cristóvão, e, que seu uso seja discutido em fóruns com diferentes atores sociais. Além disso, propõe-se que seu uso seja compatível com o exemplar histórico e arquitetônico da saúde. E, que a nova destinação garanta uma preservação da arquitetura e ambiência desse patrimônio cultural da saúde. Propõe-se

discutir que o patrimônio é vivo e deve ser inserido na vida cotidiana da sua sociedade. Indica-se pensar o patrimônio cultural a partir de uma ótica inclusiva.

Como um dos desafios à preservação do patrimônio cultural, considera-se importante refletir a respeito do sentido de dar uso aos bens preservados, sem retirar o seu significado, bem como analisar a possibilidade de preservação da identidade cultural do bem. No caso de São Cristóvão, além do Hospital Frei Antônio, problematiza-se se o antigo Museu do Primeiro Reinado — o Solar da Marquesa de Santos, que será transformado futuramente no Museu da Moda Brasileira — terá a preservação dos seus significados e identidade cultural como bem do período imperial. Neste caso, deve-se considerar a possibilidade de sobreposição de um território cultural da época do império em um território cultural do ramo da moda, e se valores e simbolismos serão salvaguardados.

No que tange à Feira Nordestina, percebe-se que, inúmeras vezes, esse patrimônio cultural foi referenciado como parte integrante de São Cristóvão, com sua cultura e costumes. Muitas vezes, a Feira foi mencionada como um lugar de lazer tanto para o bairro quanto para a cidade; outras vezes, foi referenciada com críticas em relação ao seu funcionamento e pela sua desordem pública. A Feira Nordestina conquistou o seu território cultural em 2003, após anos de lutas, resistências, com diversas manifestações e reivindicações que possibilitaram a sua transferência para o interior do Pavilhão e, “em parte”, a sua permanência em São Cristóvão. Esse fato demonstrou que a consolidação de um território cultural somente é efetivamente possível quando se reconhece e deseja-se que determinada cultura e seus costumes se perpetuem hoje, para as gerações de amanhã.

Entende-se que, a partir dos eventos culturais, da luta e resistência por territórios culturais, da sobreposição e justaposição de territórios, é que se certifica que essa região é múltipla e híbrida culturalmente. Fundamentado nos valores culturais, históricos, artísticos e afetivos que a AMA São Cristóvão identificou para com os imóveis que ela própria selecionou como importantes, compreende-se que, em sua solicitação, foram poucos os exemplares do período imperial. Observa-se, ainda, a identificação de poucos exemplares do período colonial e a ausência dos patrimônios industriais e modernos. Foi constatado que, na década de 1980, essa Associação foi muito mais militante do que na atualidade.

Para a compreensão dos múltiplos territórios culturais na região de São Cristóvão, sugere-se, primeiro, entender a APAC a partir dos territórios plurais, ou seja,

da combinação de vários territórios — a multiplicidade de territórios; segundo, perceber a APAC a partir da territorialização, isto é, a identificação ou simbolização dos diversos grupos através de referentes espaciais; e terceiro, refletir a APAC na atualidade, com a perspectiva de os territórios culturais estarem justapostos.

Nas duas APACs implantadas na região de São Cristóvão, atesta-se a consideração oficial da identidade imperial. Na primeira APAC, então APA, implantada pelo Decreto nº 5.840, de 1986, atestou-se uma forte mobilização social por parte das associações de moradores existentes no bairro, em busca de reconhecimento, valorização e preservação de uma gama de patrimônios históricos, artísticos e afetivos que estava em processo de perda ou degradação ambiental. Na segunda, e última APAC, isto é, a APAC revisada pela Lei Complementar nº 24, de 1993, observou-se uma tímida participação das associações de moradores, pelo fato da conquista, em parte, das suas reivindicações, em relação aos patrimônios atribuídos de valores históricos, artísticos e afetivos. Considera-se importante refletir que o patrimônio é fruto de atribuição de valor. Nesse sentido, cumpre analisar que o patrimônio deve ser estudado continuamente, a partir do que se considera, em determinada ocasião, um bem dotado e atribuído de valores históricos, artísticos, afetivos e culturais.

Percebe-se que, com o último PEU implantado em 2004, São Cristóvão apresentou uma retomada não só no crescimento populacional como também no setor do comércio. No que se refere à APAC, o PEU possibilitou um aumento de gabarito nas construções arquitetônicas e ocasionou impactos na ambiência e na paisagem da região de São Cristóvão. Com a proposta em 2006, do estudo de atualização da APAC São Cristóvão que se apoiou nas abordagens sobre a paisagem cultural, concluiu-se que a Associação de Moradores não participou de sua elaboração, e que a sua presença seria importantíssima para a consolidação deste estudo e sua implantação na região.

Após analisar a APAC São Cristóvão em vigência, instituída pela Lei Complementar nº 24, de 1993, conclui-se que esta é formada pelos múltiplos territórios culturais identificados por territorializações mais fechadas, quase “uniterritoriais”. Identificou-se essa territorialização porque esse território é defendido e reconhecido, desde a década de 1980, pelos representantes das associações de moradores, como somente uma identidade cultural — a imperial —, não admitindo a pluralidade territorial de outras identidades existentes nesta região. Como exemplo, a AMA e/ou AMASC não reconhecia a cultura nordestina como parte integrante de São Cristóvão.

Identificou-se hoje, a região de São Cristóvão com múltiplos territórios culturais, através das territorializações efetivamente múltiplas, uma “multiterritorialidade”. Constatou-se essa territorialização pelo fato de diversos grupos sociais construírem seus territórios a partir da conexão flexível de territórios multifuncionais e multi-identitários. Com o reconhecimento dos múltiplos territórios e territorializações, como a imperial, fabril, portuguesa, nordestina, do samba e outros, fortalece-se a região de São Cristóvão como heterogênea culturalmente.

É inevitável interpretar os territórios culturais desta região, com seus territórios plurais, justapostos no decorrer do tempo, sem considerar as contribuições de identidades, costumes e memórias. Territórios culturais, como a herança imperial, com seu palácio, arquitetura, e museus que resistem ao tempo e fazem parte da paisagem da região; como o patrimônio industrial, que está presente na região desde o final do século XIX, principalmente com fábricas do ramo têxtil, que faz com que a região hoje promova eventos culturais relacionados à moda; como a tradicional cultura portuguesa, com sua gastronomia, religiosidade, arquitetura e comércio; como a nordestina, com suas festas típicas, culinária e costumes; e como as heranças culturais representadas na materialidade e intangibilidade, como a arquitetura moderna, a típica manifestação carnavalesca das escolas de samba, as torcidas de futebol, o bar tradicional e os eventos culturais que reconhecem tais territórios culturais como um todo.

Lugares tais como a Quinta da Boa Vista, o Largo da Cancela, a Rua São Januário (incluindo o Clube de Regatas Vasco da Gama), o CADEG, a Feira Nordestina, as quadras de samba e o Conjunto do Pedregulho, por exemplo, representam espaços de identificação de determinados grupos sociais, e são lugares de sentimento de orgulho e pertencimento para cada grupo social dos habitantes e frequentadores da região de São Cristóvão.

A partir das reflexões expostas, referentes à história e às reivindicações populares ocorridas na região de São Cristóvão, constata-se que a identidade imperial não faz jus, sozinha, às histórias, memórias e identidades existentes desta região. Nesse sentido, a região de São Cristóvão, por ser complexa por sua ocupação territorial, suas histórias e territorialidades, suas identidades e memórias, leva a pensar que esta região é um território composto por múltiplas identidades, variadas memórias, com diversas histórias e com um vasto patrimônio cultural efetivo, que configura no que se consideram territórios culturais.

De fato, convive-se, no espaço urbano da região de São Cristóvão, com uma diversidade cultural, com territórios superpostos e justapostos — territórios culturais da herança imperial, do patrimônio industrial, da riqueza portuguesa, da colônia nordestina, da cultura do samba, com presença marcante da arquitetura moderna, enfim, de uma multifacetada São Cristóvão que merece reconhecimento e valorização.

A região de São Cristóvão possui múltiplos territórios culturais com representatividade histórica, cultural e identitária com referenciais materiais e imateriais. Desse modo, a pesquisa identificou a justaposição dos territórios culturais como a São Cristóvão Imperial, a São Cristóvão Fabril, a São Cristóvão Portuguesa, a São Cristóvão Nordestina, e a São Cristóvão e seus territórios culturais em afirmação.

O produto final desta pesquisa é trazer a luz, as múltiplas identidades destes territórios culturais expostos no **Mapa 13** (Ver página 216) que trazem subsídios para a APAC São Cristóvão, com o mapeamento dos múltiplos territórios culturais existentes nesta região. Assim, propõe-se que o instrumento de proteção do ambiente cultural, ou seja, a APAC considere a diversidade da análise desses territórios culturais.

Não há, contudo, a intenção de se esgotarem as possibilidades de análise sobre a composição dos territórios culturais desta região. O objetivo principal foi mapear a região, identificando os múltiplos territórios culturais, como reconhecimento e leitura da heterogeneidade das identidades existentes hoje nela. A partir da produção social do espaço urbano; da identificação de alguns de exemplares existentes na paisagem da região; da formação da sua materialidade e intangibilidade, pela sua história, memória e identidade, constata-se uma multifacetada São Cristóvão.

De fato, pretende-se que esta pesquisa contribua para abrir caminhos para preservar os múltiplos territórios culturais presentes na região de São Cristóvão. Bem como, também refletir sobre novos usos para os edifícios e patrimônios que se encontram desativados nesta região, garantindo uma melhor complexidade das múltiplas identidades que a compõe. Compreende-se que os múltiplos territórios culturais estão inseridos num território urbanizado, que é um produto da acelerada expansão urbana, e submetido a uma acentuada degradação ambiental no atual contexto da globalização. Os territórios culturais existentes nas áreas de proteção cultural se apresentam com suas próprias especificidades. Cada grupo social possui sua identidade, memória, costumes, afetividade e heranças para com o seu espaço.

Esclarece-se a não pretensão de “fragmentar” tais territórios, até porque se entende que a cidade está em constante mudança, e deve ser compreendida como um

todo. Entretanto, é possível compartilhar e conviver com os costumes e a cultura alheia, com respeito, igualdade e harmonia, de forma que as diferenças sociais e culturais, valorizadas e reconhecidas, possam ser usufruídas pelos demais grupos sociais. A partir desse bom convívio, o resultado será uma “acumulação” de múltiplas culturas como forma de crescimento pessoal, social e cultural.

Nesse sentido, promovem-se reflexões acerca do sentido de fomentar o fortalecimento de valores históricos e culturais e, principalmente, buscar ou identificar novos valores, que até então eram marginalizados. Propõe-se a mesma reflexão e aplicabilidade às APACs, considerando a possibilidade de manifestação tanto do tradicional quanto do moderno. Confirma-se que os territórios culturais e sua territorialidade são a base material manifestada das identidades existentes em múltiplos territórios de manifestações culturais. Essencialmente, reconhecer e fortalecer laços de afetividade e vínculos de pertencimento ao seu lugar de significação, como os territórios culturais, é uma das formas de contribuir para a preservação do patrimônio cultural e o planejamento urbano. Deixar de admitir que determinado território cultural exista, prevalecendo somente uma identidade, e não reconhecer a multiterritorialidade dos territórios culturais de certo lugar possibilita a destruição da identidade dos grupos sociais e, conseqüentemente, a devastação do seu território.

Em relação aos desafios da preservação do patrimônio cultural correlacionado aos processos de desenvolvimento urbano das cidades, verificam-se vertentes opostas de interesses. De um lado, há uma corrente que pensa na produção social-econômica como fonte para se alcançar o desenvolvimento urbano; de outro, há a corrente que objetiva e analisa sustentavelmente de qualquer ação humana como possível impacto no patrimônio cultural de determinada sociedade. Ambas as correntes devem articular-se entre si, para que a cidade se desenvolva economicamente, ao mesmo tempo, refletindo na preservação da história, memória, identidade e simbolismo desse lugar.

Na atualidade, sabe-se do fortalecimento das identidades culturais existentes na região de São Cristóvão. A São Cristóvão Imperial é revelada nos eventos culturais, nos nomes fantasias do comércio e nos nomes dos recentes condomínios construídos no entorno da Quinta da Boa Vista. A São Cristóvão Fabril está reconhecida pelos galpões, pela existência de diversas fábricas têxteis e pelos eventos culturais relacionados à moda que acontecem na região. A São Cristóvão Portuguesa está expressa principalmente pela religiosidade e gastronomia, presentes nas manifestações culturais religiosas e nos vários restaurantes localizados na região. A São Cristóvão Nordestina está legitimada

pela promoção do Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas como ponto turístico da cultura nordestina na cidade do Rio de Janeiro e do país. A cultura do samba, aqui identificada na São Cristóvão e seus territórios culturais em afirmação, está caracterizada pelo fomento que o universo da cultura carnavalesca e do samba promovem através das tradicionais Escolas de Samba da Estação Primeira de Mangueira e do Paraíso do Tuiuti. Além disso, a São Cristóvão e seus territórios culturais em afirmação também é reconhecida pela marcante arquitetura moderna destacada na sua paisagem, como o Conjunto do Pedregulho. Desse modo, é fundamental refletir atentamente essa região como área de estudo e a sua multiplicidade, em face dos desafios e das necessidades da cidade contemporânea.

Por fim, nada mais colaborativo para o fortalecimento de determinado território cultural, quando o grupo social que ali pertence reconheça e propague a sua memória e identidade, vivenciando o presente, respeitando o passado e preservando para o futuro.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. **Sobre a memória das cidades**. Revista da Faculdade de Letras. Geografia I série, Vol. XIV, Porto, 1998, pp. 77-97.

ABREU, Maurício de Abreu. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 2013, 4ª. Edição.

ADEMI RJ – Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário. Rio de Janeiro, 2007. Revista O Globo Rio, 19/ago. Se essa rua fosse minha. Disponível em <http://www.ademi.org.br/article.php3?id_article=22088> Acesso em: 12/06/2017.

ADEMI RJ – Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário. Rio de Janeiro, 2013. Revista Secovi Rio, 01/mar. São Cristóvão: Entre a tradição imperial e projetos de revitalização. Disponível em <http://www.ademi.org.br/article.php3?id_article=52840> Acesso em: 09/11/2016.

AGUINAGA, Andrea Ferreira. **Saúde urbana: um estudo de caso na Rua Bela, São Cristóvão, Rio de Janeiro**. 2016. Dissertação (Mestrado) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2016.

AMA – Associação de Moradores e Amigos de São Cristóvão. (1985) **Carta Comunitária**, Rio de Janeiro.

AMA – Associação de Moradores e Amigos de São Cristóvão. (1986) **O Patrimônio Histórico, Artístico e Afetivo do bairro de São Cristóvão**. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1986.

AMASC – Associação de Moradores e Amigos de São Cristóvão. (2006) **Carta para Prefeito Cesar Maia, da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, agosto de 2006.

AMASC – Associação de Moradores e Amigos de São Cristóvão. (1986) **Projeto de Urbanização da Cancela e Integração com a Quinta da Boa Vista**. Rio de Janeiro, 07 de outubro de 1986.

AMASC – Associação de Moradores e Amigos de São Cristóvão. (1989) **Carta para Membro Conselho Governo Comunidade VII R.A.** Rio de Janeiro.

AMASC – Associação de Moradores e Amigos de São Cristóvão. (1990) **Carta para Administrador da VII R. da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro.

ANDRADE, Inês El-Jaick. **Reconhecimento e valorização da arquitetura eclética carioca** - Rio de Janeiro, 2014. 35f.

ANGELO, E. R. B.; FOGAÇA, I. de F.. **A Feira de São Cristóvão: território de memórias, identidades e turismo**. In: Angelo, E. R. B.; Barros, L. O. C.. Territórios culturais no Rio de Janeiro: a Feira de São Cristóvão. Rio de Janeiro: Autografia. 2017. p. 151-174.

ARAÚJO, Ana Paula Silva de. Ideologia, patrimônio e memória: na (re) produção do planejamento urbano e das políticas culturais e de preservação na Cidade Imperial de Petrópolis (RJ). Dissertação (mestrado). Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2015.

ARAÚJO, Raquel Aquino. **O desenvolvimento urbano de São Cristóvão: da APAC imperial à sua revitalização com o PEU 2004**. IN: O Rio de Janeiro e seu desenvolvimento urbano: o papel do setor municipal de urbanismo. FARIA, Rodrigo de; RESENDE, Vera F. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. p. 261-278.

ARQUÍUA RIO. 2015. **Pavilhão São Cristóvão, Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas**. Disponível em: <<http://arqugia.com/obra/pavilhao-de-sao-cristovao/?lang=ptbr>> Acesso em: 24/03/2018.

As histórias dos monumentos do Rio de Janeiro. (2011) **Os coretos da cidade do Rio de Janeiro**. Disponível em: <<http://ashistoriasdosmonumentosdorior.blogspot.com/2011/03/os-coretos-da-cidade-do-rio-de-janeiro.html> > Acesso em: 12/06/2017.

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. **Patrimônio industrial no Brasil**. USJT - arq.urb - número 3/ primeiro semestre de 2010. p. 11-22. Disponível em: <http://www.usjt.br/arq.urb/numero_03/2arqurb3-esterezilda.pdf> Acesso em: 12/06/2018.

BARBOSA, Elane Frossard. Plano Diretor, memória urbana, participação comunitária. In: CADERNOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Patrimônio Cultural, 1991, vol. 1: Patrimônio Cultural: estratégias de atuação; Plano Diretor/memória urbana/participação comunitária. p. 48-52.

BASTOS, Rossano Lopes. **Patrimônio, memória, direito cultural e território**. In: NOGUEIRA, João Carlos, NASCIMENTO, Tânia Tomázia (Orgs.), “Patrimônio cultural, territórios e identidades”, p. 85 – 104, Florianópolis, Atilênde, 2012.

BASTOS, Tarcísio Pereira. **O tombamento do Hospital Frei Antônio: notas de pesquisa**. In: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Anais. XI Semana de História Política. VII Seminário Nacional de História: Política, Cultura e Sociedade. Rio de Janeiro: UERJ; PPGH, 2016.

BITAR, Nina Pinheiro. **Projetos urbanísticos, mercados populares e processos de patrimonialização na cidade do Rio de Janeiro**. Estudos Históricos Rio de Janeiro, vol. 29, no 57, p. 263-284, janeiro-abril 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/eh/v29n57/0103-2186-eh-29-57-0263.pdf>> Acesso em: 12/06/2018.

Bonde de São Januário. Google Imagens. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=bonde+s%C3%A3o+janu%C3%A1rio&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKewjYq_vc28nbAhVFC5AKHUXiBIIQ_AUICigB&biw=1440&bih=794#imgrc=QEtgdPBnaeuFRM:>> Acesso em: 10/06/2018.

BORJA, Bruno; DESTRI, Mayara. **Formação da Feira de São de Cristóvão e a cultura nordestina no Rio de Janeiro**. In: Angelo, E. R. B.; Barros, L. O. C.. Territórios culturais no Rio de Janeiro: a Feira de São Cristóvão. Rio de Janeiro: Autografia. 2017. p. 27-54.

BRASIL, Hélio. **São Cristóvão: memória e esperança (Cantos do Rio)**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Prefeitura do Rio, 2004.

BRUSADIN, Leandro B. **O turismo e a história sob a ótica do patrimônio cultural: interlocuções entre os campos do saber, práticas e representações**. IN: CHUVA, Marcia et NOGUEIRA, Gilberto Ramos. Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: MauadX/Faperj; 2012.

CADEG – Mercado Municipal do Rio de Janeiro. **História - A origem do CADEG**. 2018. Disponível em: <<http://www.cadeg.com.br/quem-somos/>> Acesso em: 12/06/2018.

CMRJ - CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. (2007) Decreto nº 28.302/2007 **que insere a palavra Imperial à denominação oficial do bairro de São Cristóvão**. Disponível em: <<https://cm-rio-de-janeiro.jusbrasil.com.br/legislacao/296774/decreto-28302-07>> Acesso em: 07/06/2018.

CMRJ - CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. (2011) Projeto de Lei Nº 1078/2011. **Tombamento do Centro Hípico do Exército em São Cristóvão**. Disponível em: <<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro0711.nsf/1061f759d97a6b24832566ec0018d832/e5def00af0e7bae6832578e7006b4079?OpenDocument>> Acesso em: 07/06/2018.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Definir o Lugar?** In: O lugar no/do mundo. São Paulo: Labur Edições, 2007. p. 17 a 20.

CARLOS, Claudio Antonio Santos Lima. **Preservação de Áreas de Proteção do Ambiente Cultural: contribuição aos estudos e reflexão sobre o tema**. Dissertação de mestrado em Arquitetura. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em Arquitetura (ProArq), 1997, 219 p.

CARLOS, C. A. S. L.; SAMPAIO, J. C. R.. **Pavilhão de São Cristóvão: da vanguarda, apenas uma fachada**. In: Angelo, E. R. B.; Barros, L. O. C.. Territórios culturais no Rio de Janeiro: a Feira de São Cristóvão. Rio de Janeiro: Autografia. p. 55-71.

CARRASQUEIRA, K.. (2016) **Feira de São Cristóvão**. Disponível em: <<https://abussolaquebrada.com/2016/11/10/feira-de-sao-cristovao/>> Acesso em: 07/06/2018.

CARTA DE ATENAS. (1933) **Cartas Patrimoniais**. IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>> Acesso em: 16/06/2017.

CARTA DE BURRA. (2013) **Austrália ICOMOS**. Disponível em: <<https://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-de-burra.pdf>> Acesso em: 23/06/2017.

CARTA DE VENEZA. (1964) **Cartas Patrimoniais**. IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>> Acesso em: 16/06/2017.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas**. Fórum Patrimônio, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/CASTRIOTA%252c%20Leonard%20o%20B_%20Interven%C3%A7%C3%B5es%20sobre%20o%20patrim%C3%B4nio%20Urbano%20-%20modelos%20e%20perspectivas.pdf> Acesso em: 15/04/2017.

CAU/RJ - Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014. **Retratos da arquitetura. Pela humanização do morar coletivo**. Disponível em: <<http://www.caurj.gov.br/retratos-da-arquitetura-15/>> Acesso em: 12/06/2017.

Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas. 2010. **Feira Nordestina de São Cristóvão constituído como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil**. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12301.htm> Acesso em: 11/03/2015.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

CHUVA, Márcia. **Preservação do patrimônio cultural no Brasil: uma perspectiva histórica, ética e política**. IN: CHUVA, Márcia et NOGUEIRA, Gilberto Ramos. *Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: MauadX/Faperj; 2012.

CICHOSKI, Pâmela; SAQUET, Marcos Aurelio. **Concepções de Geografia, espaço e território nos Anais do IV Seminário Estadual de Estudos Territoriais e II Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades**. Sociedade e Território, Natal, v. 23, nº 2, p. 146 - 158, jul./dez. 2011.

CMI BRASIL – Centro de Mídia Independente. **Fotos da okupa simbólica da fábrica Rheem – 1 de maio – RJ**. 2003. Disponível em: <<https://midia independente.org/pt/red/2003/05/253998.shtml>> Acesso em: 24/06/2018.

CONCAL EM REVISTA. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://grupoconcal.com.br/wp-content/uploads/2013/10/concal_em_revista_jul2009.pdf> Acesso em: 12/06/2017.

Conjunto Chapéu de Palha (1983) – **Projeto São Cristóvão Cultural** – 11/01/1983

COSTA, Célia. **Bairro Imperial, São Cristóvão espera novos tempos de glória**. ADEMI RJ, 2011. Disponível em: <http://ademi.org.br/article.php3?id_article=56001> Acesso em: 14/05/2015.

COSTA, Renato da Gama-Rosa. **Entre “a avenida” e “rodovia”: a história da Avenida Brasil (1906-1954)**. Rio de Janeiro: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UFRJ, 2006.

CRULS, Gastão. **Aparência do Rio de Janeiro (Notícia histórica e descritiva da cidade)**. 1º volume. Rio de Janeiro: Coleção Documentos Brasileiros. Editora: Livraria José Olgimpio; 1949.

DGPC - Departamento Geral de Patrimônio Cultural. Relatório 1. Rio de Janeiro, dezembro de 1990.

DGPC - Departamento Geral de Patrimônio Cultural. Memorando. Rio de Janeiro, 25 de março de 1991a.

DGPC - Departamento Geral de Patrimônio Cultural. Ofício nº 48, para o Secretário Municipal de Cultura, Turismo e Esportes. Rio de Janeiro, 27 de março de 1991b.

DGPC - Departamento Geral de Patrimônio Cultural. Ofício nº 69. Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1999.

DOMINGUEZ, Beatriz Velloso da Cruz; SILVA, Paula Azevedo da; CRUZ, Alan Guedes da. **Paisagem e participação social na implementação da APAC do Grajaú (Rio de Janeiro - RJ): os processos democráticos e as política culturais**. IN: Colóquio Ibero-Americano. Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto. Belo Horizonte, 2014.

DPHAN – Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. s/d. Protocolo nº 614-2-5-67.

EMYGDIO, Carlos. **Os arrabaldes da cidade**. Periódico, Ilustração Brasileira. Anno IX Num. 94. Junho, 1928.

Espaço Cultural Rio. Outubro de 1985, nº 3.

Estação Ferroviária de São Cristóvão. Rio de Janeiro, s/d. Disponível em: <http://uy.geoview.info/estacao_ferroviana_de_sao_cristovao_estacao_imperial_da quinta,1386028p> Acesso em: 24/06/2018.

Fábrica Sabão Português - União Fabril Exportadora (UFE), Rio de Janeiro, s/d. Disponível em: <<https://www.facebook.com/SaoCristovaoRJ/photos/a.241949362557302.58323.241942992557939/1337782052974022/?type=3&theater>> Acesso em: 15/03/2018.

Fábrica Sabão Português - União Fabril Exportadora (UFE). (1958) Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.facebook.com/SaoCristovaoRJ/photos/a.241949362557302.58323.241942992557939/917367231682175/?type=3&theater>> Acesso em: 15/03/2018.

Fábrica Sabão Português - União Fabril Exportadora (UFE). (1970) Rio de Janeiro, década de. Disponível em: <<https://br.pinterest.com/pin/560909328576600549/>> Acesso em 15/03/2018.

Fábrica Sabão Português - União Fabril Exportadora (UFE). (2016.) Rio de Janeiro, Disponível em: <<https://www.facebook.com/SaoCristovaoRJ/photos/a.241949362557302.58323.241942992557939/1002528756499355/?type=3&theater>> Acesso em: 15/03/2018.

FAJARDO, Washington Menezes. APAC sim e por quê. In: Evocando memórias. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. IRPH - Instituto Rio Patrimônio da Humanidade. Rio de Janeiro. 2012. p. 9-13.

FAPERJ - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro. (2004) São Cristóvão, Mangueira e Benfica ganham mapa e catálogo em arte naïf. Disponível em: <<http://www.faperj.br/?id=309.2.3>> Acesso em: 12/06/2018.

FERNANDES, C. dos S. (2012) Revista Comemorativa dos 50 Anos do 1º Batalhão de Guardas. **o Batalhão do Imperador** (Vídeo). Disponível em: <https://issuu.com/claudio_fernandes/docs/revista_1bg_50_anos> Acesso em: 07/06/2018.

FOLHETO DE SÃO CRISTÓVÃO. (1987) **420 anos de histórias**. Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1987.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Iphan, 2005.

FONSECA, Maria Cecília L. **Para além da pedra e cal: por uma concepção mais ampla de patrimônio cultural**. IN: ABREU, Regina et al. Memória e Patrimônio – ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina; 2009.

FONSECA, Vitor Manoel Marques da. **Monumentos à imigração: as sedes das associações portuguesas no Rio de Janeiro, em inícios do séc. XX**. IN: PEREIRA, Conceição Meireles et. al. A emigração portuguesa para o Brasil. Porto: CEPES; 2007.

FONTES, Lúcia Helena. Plano Diretor, memória urbana, participação comunitária. In: CADERNOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Patrimônio Cultural, 1991, vol. 1: Patrimônio Cultural: estratégias de atuação; Plano Diretor/memória urbana/participação comunitária. p. 53-56.

FREITAS, Viviani de Moraes. **Das trevas às luzes?: Transformações de uso e propostas de reestruturação do bairro de São Cristóvão no Rio de Janeiro**. 2003. 211. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional)- Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: IPPUR/ UFRJ, 2003.

FUINI, Lucas Labigalini. **O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações**. Geografia, Ensino & Pesquisa, Vol. 21 (2017), n.1, p. 19-29.

GENNARI, Luciana Alem. **A construção de casas em série no bairro de São Cristóvão, Rio de Janeiro, como um modo de produção do espaço urbano**. In:

PONTUAL, Virgínia; LORETTO, Rosane Piccolo (Org.). Cidade, território e urbanismo: um campo conceitual em construção. Olinda: CECI, 2009. pp. 221-239.

GERSON, Brasil. História das Ruas do Rio de Janeiro. Brasil Gerson. Rio de Janeiro: Coleção Cidade do Rio de Janeiro. Editora: Prefeitura do Distrito Federal – Secretaria Geral de Educação e Cultura, 1960.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

_____. **Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso**. In: OLIVEIRA, Lucia L. (Org.). Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p 108-123.

_____. **O patrimônio como categoria de pensamento**. IN: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs.). Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro, DP&A: 2003, p. 21-29.

_____. **O Mal-Estar no Patrimônio: identidade, tempo e destruição**. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 28, p. 211-228, 2015.

HAESBAERT, Rogério. **A desterritorialização: Entre as redes e os aglomerados de exclusão**. In: CASTRO, I. E., et. al, Geografia: Conceitos e temas. 5ª. Ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 165-206.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, São Paulo, USP, AGB, p. 6.774-6.792, 20 a 26 de março de 2005.

_____. **Território e multiterritorialidade: um debate**. Geographia, Niterói, UFF, Ano 9, n. 17, 19-46, 2007.

_____. ; LIMONAD, Ester. **O território em tempos de globalização**. Etc: Espaço, Tempo e Crítica, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 39-52, ago de 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

HARTOG, François. **Tempo e Patrimônio**. IN: VARIA HISTÓRIA, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.261-273, Jul/Dez 2006.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IBPC - Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. Carta à Divisão Técnica. Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1991a.

IBPC - Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. Ofício Gab. nº 366/91 ao Secretário Municipal de Urbanismo e Meio. Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1991b.

ICOMOS. Declaração do México, 1985. Disponível em: <https://www.icomos.org/quebec2008/quebec_declaration/pdf/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf> Acesso em: 24/06/2017.

ICOMOS. Declaração de Québec sobre a preservação do “Spiritu loci”. Québec, Canadá, 2008. Disponível em: <https://www.icomos.org/quebec2008/quebec_declaration/pdf/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf> Acesso em: 24/06/2017.

ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. (2011) Princípios conjuntos do ICOMOS - TICCIH para a Conservação de Sítios, Estruturas, Áreas e Paisagens de Patrimônio Industrial - Os Princípios de Dublin. Disponível em: <<http://ticcih.org/wp-content/uploads/2017/12/Princi%CC%81pios-de-Dublin.pdf>> Acesso em: 28/06/2018.

IGREJA DE SÃO CRISTÓVÃO. **Histórico.** 2008. Disponível em: <<http://igrejadesaocristovao.rj.blogspot.com/2008/07/igreja-matriz-de-so-cristvo-ou.html>> Acesso em: 24/06/2017.

INEPAC - Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. **Coreto no Campo de São Cristóvão.** 1985. Disponível em: <http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/338> Acesso em: 25/04/2018.

INEPAC - Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. **Inventário de Identificação dos Reservatórios da CEDAE, 2006. Reservatório do Pedregulho.** Disponível em: <http://www.inepac.rj.gov.br/application/assets/img/site/14_ficha_pedregulho.pdf> Acesso em: 25/04/2018.

INEPAC - Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. **Inventário de Identificação dos Reservatórios da CEDAE, 2013. Reservatório da Quinta da Boa Vista.** Disponível em: <http://www.inepac.rj.gov.br/application/assets/img/site/6_ficha_quintadaboavista.pdf> Acesso em: 25/04/2018.

INEPAC - Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. Secretaria de Estado de Cultura - RJ. **Inventário de Identificação dos Reservatórios da CEDAE - Reservatório da Quinta da Boa Vista ou de São Cristóvão ou do Barro Vermelho.** - Disponível em: <http://www.inepac.rj.gov.br/application/assets/img/site/6_ficha_quintadaboavista.pdf> Acesso em: 26/05/2018.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico. Carta a ISSC. Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1976.

_____. Portaria nº 10, de 10 de setembro de 1986. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_10_de_10_de_setembro_de_1986.pdf> Acesso em: 26/05/2018.

_____. Portaria nº 11, de 11 de setembro de 1986. Disponível em: <http://www.comphap.pmmc.com.br/arquivos/lei_federal/portaria_11_1986.pdf> Acesso em: 26/05/2018.

_____. Ofício nº (ilegível). Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1999.

_____. Ofício GAB. 6ª SR ao DGPC.

_____. Nº 0028 / 00 Prot. 0787. Rio de Janeiro, 07 de janeiro de 2000.

_____. I Fórum de Revitalização do Bairro Imperial de São Cristóvão, 2010. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3045>> Acesso em: 28/05/2018.

_____. **Patrimônio Cultural**. Brasília. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>>. Acesso em: 14 mai. 2015.

IRPH - Instituto Rio Patrimônio da Humanidade. Decreto Nº 35879 de 05 de Julho de 2012. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/principal.shtm>> Acesso em: 14/05/2015.

IRPH - Instituto Rio Patrimônio da Humanidade. **Guia das APACs - São Cristóvão**. Rio de Janeiro. 2012.

ISSC - Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária. Carta ao IPHAN. Rio de Janeiro, 04 de março de 1976a.

ISSC - Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária. Carta ao DPHA. Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1976b.

ISSC - Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária. Carta ao DPHA. Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1976c.

ISSC - Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária. Carta ao Conselho Federal de Cultura. Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1976d.

JORNAL DE VILA ISABEL, Ano I nº 2 RJ, 2ª Quinzena – Jul / 1980 página: 3 - Grajaú – São Cristóvão: a linha de ônibus da integração comunitária.

JORNAL DE VILA ISABEL, Ano I nº 6 RJ, 2ª Quinzena – Fev / 1981 página: 7 - As opções de lazer ao ar livre para os moradores da região.

JORNAL DE VILA ISABEL, Ano I nº 6 RJ, 2ª Quinzena – Fev / 1981 página: 9 - Grupo (Unidos do Churrasco de São Cristóvão).

JORNAL DE VILA ISABEL, Ano I nº 17 – Vila Isabel - RJ página: 9 - Feira Nordestina de São Cristóvão uma opção de lazer para Vila Isabel.

JORNAL DE VILA ISABEL, Ano IV nº 81 – Vila Isabel – Grajaú – Andaraí – Maracanã - RJ página: 13 - “Campo de São Cristóvão, ôchente!”

JORNAL DE VILA ISABEL, Ano V nº 11 – Vila Isabel - RJ

JORNAL DE VILA ISABEL, Ano V nº 12 – Vila Isabel - RJ

JORNAL DO BRASIL – Caderno Cidade – 24/06/1973 p. 22

JORNAL DO BRASIL – Caderno Cidade – 09/01/1983 p. 27 - São Cristóvão até hoje conserva o tempo da nobreza

JORNAL DO BRASIL – Caderno Jovem – 07/09/1984 p. (não informada)

JORNAL DO BRASIL – Caderno Cidade – 16/09/1984 p. (não informada)

JORNAL DO BRASIL – Caderno Cidade – 21/05/1986 p. 8

JORNAL DO BRASIL – Rio, 17/07/1999a – Caderno Cidade: “São Cristóvão ganha força”.

JORNAL DO BRASIL – Rio, 08/08/1999b – Caderno Cidade: “Nobres caminhos para São Cristóvão”.

JORNAL DO BRASIL – Rio, 29/08/1999c – Caderno Casa: “Um jeito livre de morar”.

JORNAL DO BRASIL – Rio, 02/09/1999d – Caderno Cidade: “Protesto arretado”.

JORNAL DO BRASIL – Rio, 04/09/1999e - Caderno “não identificado”: “Compromisso divino”.

JORNAL DO COMÉRCIO – RJ - 27/01/1976.

JORNAL DO COMÉRCIO – C-5 – Artes - Sexta-feira e fim de semana, 6, 7 e 8 de janeiro de 2012. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_20&pesq=s%C3%A3o%20crist%C3%B3v%C3%A3o&pasta=ano%20201> Acesso em 24/03/2018.

JÚNIOR, Elzário; PORTO, Elizabeth. **Feira de São Cristóvão: Patrimônio Cultural, Histórico e Artístico**. Caderno Virtual de Turismo. Vol. 2, nº 3. 2002. Disponível em: <<http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/texto-5363c70f56925.pdf>> Acesso em: 09/05/2018.

KANASHIRO, Milena. **A cidade e os sentidos: sentir a cidade**. Desenvolvimento e Meio Ambiente. n. 7. Editora UFPR, 2003, pp. 155-160.

LE GOFF, Jacques. **Memória e Documento/monumento**. IN: LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: Ed. UNICAMP; 2ª ed.; 1992.

LIMA, Evelyn Furquim Werneck. Corredor Cultural do Rio de Janeiro: uma visão teórica sobre as práticas de preservação do patrimônio cultural. Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (UFMG. Online), v. 1, p. 1, 2007.

LIMA, Lucas de Oliveira; MERCADANTE, Olivia de Castro. **São Cristóvão: Diretrizes para Reintegração dos Vazios Urbanos visando implantação de áreas verdes**. 2014. Projeto de Graduação – Escola Politécnica, Curso de Engenharia Ambiental, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, UFRJ, 2014.

MALHA. **História**. 2018. Disponível em: <<https://www.malha.cc/historia/>> Acesso em: 07/06/2018.

MANGUEIRA – Estação Primeira de Mangueira. **A Mangueira – História da mangueira**. 2017. Disponível em: <<http://www.mangueira.com.br/historiamangueira>> Acesso em: 12/06/2018.

MARAFON, Glaucio José e RIBEIRO, Miguel Ângelo (orgs.). **Revisitando o Território Fluminense**. Volume 1. Rio de Janeiro: NEGEF, 2003.

MASSEY, Doreen. **Um sentido global do lugar**. In: Arantes, A. A. (orgs.) O espaço da diferença. Campinas: Papirus, 2000. p. 177 a 185.

MAST – Museu de Astronomia e Ciências Afins. **Reunião do Conselho Comunitário de Segurança**. 2018. Disponível em: <<http://mast.br/pt-br/ultimas-noticias/reuni%C3%A3o-do-conselho-comunit%C3%A1rio-de-seguran%C3%A7a-p%C3%BAblica.html>> Acesso em: 07/09/2018.

MELO, Natália Rodriguez de; RODRIGUEZ, Beatriz Beltrão. **Ambiências e (re) qualificação dos lugares de memória**. IN: Colóquio Ibero-Americano. Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto. Belo Horizonte, 2016.

MINATO, Rejane Sobreira. **Roteiros de fragmentos históricos do bairro de São Cristóvão**. 2003. Projeto de Graduação – Escola de Museologia, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, UNIRIO, 2003.

MOTTA, Lia. **Entorno de bens tombados** / [Pesquisa e texto de Lia Motta e Analucia Thompson]. – Rio de Janeiro: IPHAN/ DAF/ Copedoc, 2010.

MUNANGA, Kabengele. **Território e territorialidade com fatores constitutivos das identidades comunitárias no Brasil: caso das comunidades Quilombolas**. In: NOGUEIRA, João Carlos, NASCIMENTO, Tânia Tomázia (Orgs.), “Patrimônio cultural, territórios e identidades”, pp. 15 – 20, Florianópolis, Atilênde, 2012.

MUSEU DA MODA – Casa da Marquesa de Santos. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/cultura-e-economia-criativa/patrimonio-cultural-brasileiro/projetos-apoiados/museu-moda/museu-moda>> Acesso em: 18/06/2018.

MUSEU NACIONAL. 2018. Disponível em: <<http://www.museunacional.ufrj.br/dir/omuseu/omuseu.html>> Acesso em: 15/09/2018.

NACIF, Cristina Lontra. **Legislação urbana, política, conflitos e implicações espaciais na cidade do Rio de Janeiro (1993-2004)**. 2007. Tese (Doutorado) - Instituto

de Geociências, Departamento de Geografia, Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, UFRJ, 2014.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. **A restauração do Conjunto Residencial do Pedregulho: trajetória da arquitetura moderna e o desafio contemporâneo.** Rev. CPC, São Paulo, n.22 especial, p.138-175, abr. 2017. Disponível em: <<file:///F:/2016%20-%202018%20-%20FIOCRUZ%20-%20COC%20-%20MESTRADO%20PROFISSIONAL%20EM%20PRESERVA%C3%87%C3%83O%20DO%20PATRIM%C3%94NIO%20CULTURAL%20DAS%20CI%C3%84NCIAS%20E%20DA%20SA%C3%94DE/MATERIAL%20DE%20PESQUISA/ARTIGO%20-%20PEDREGULHO.pdf>> Acesso em: 23/06/2018.

NEMER, S. R. B.. **Feira de São Cristóvão: histórias e memórias nas entrelinhas do cordel.** In: Angelo, E. R. B.; Barros, L. O. C.. Territórios culturais no Rio de Janeiro: a Feira de São Cristóvão. Rio de Janeiro: Autografia. p. 96-126.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** tradução Yara Aun Khury. *Revista Projeto História*, v. 10, 1993, p. 7-28. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>> Acesso em: 06/08/2016.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **O fenômeno do lugar.** P. 443-461. In: NESBITT, Kate (Org.). Uma nova agenda para a arquitetura. Antologia teórica (1965-1995). Coleção Face Norte, volume 10. São Paulo, Cosac Naify, 2006. p. 443-461.
ON - Observatório Nacional. (2016). Disponível em: <<http://www.on.br/index.php/pt-br/conheca-a-identidade-digital-do-governo.html>> Acesso em: 10/06/2018.

O GLOBO – Rio, 30/11/1966.

O GLOBO – Rio, 06/03/1969a.

O GLOBO – Rio, 30/04/1969b.

O GLOBO – 21/01/1976 p. 9

O GLOBO – 25/01/1976 p. (não informada) < O Globo – 25/01/1976 p. (não informada). “A memória fraca” - Informava sobre a demolição do Solar que começaria no dia seguinte.

O GLOBO - 06/09/1999 - Caderno “Informática etc.” – “Um novo ‘point’ no Rio”.

O GLOBO. Construtoras investem condomínios com amplas áreas de lazer em São Cristóvão. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/economia/construtoras-investem-condominios-com-amplas-areas-de-lazer-em-sao-cristovao-202492.html>> Acesso em: 31/03/2018.

O GLOBO. Antiga fábrica de produtos químicos é implodida em Benfica. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/09/antiga-fabrica-de-produtos-quimicos-e-implodida-em-benfica.html>> Acesso em: 24/06/2018.

O GLOBO. Consumidoras descobrem em São Cristóvão o mapa da 'mina'. 2014. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/consumidoras-descobrem-em-sao-cristovao-mapa-da-mina-12247370>> Acesso em: 31/03/2018.

O GLOBO. **Terreno do Gasômetro vai ser ocupado por prédios residenciais, comerciais, hotéis e shoppings.** 2014. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/terreno-do-gasometro-vai-ser-ocupado-por-predios-residenciais-comerciais-hoteis-shoppings-13627275>> Acesso em: 24/06/2018.

O GLOBO. Fábricas desativadas na cidade voltam ao foco da prefeitura. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/fabricas-desativadas-na-cidade-voltam-ao-foco-da-prefeitura-21148461>> Acesso em: 25/10/2017.

Os coretos da cidade do Rio de Janeiro. 2011. Disponível em: <<http://ashistoriasdosmonumentosdorio.blogspot.com/2011/03/os-coretos-da-cidade-do-rio-de-janeiro.html>> Acesso em: 12/06/2017.

O Vidro no Brasil. Disponível em: <<http://www.personalglass.com.br/noticia/o-vidro-no-brasil/>> Acesso em: 18/06/2018.

PAPA, C.. (2011) **Lesga quer construir Cidade do Samba para as escolas dos grupos A e B.** Jornal Extra. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/carnaval/lesga-quer-construir-cidade-do-samba-para-as-escolas-dos-grupos-e-b-2858209.html>> Acesso em: 24/06/2018.

PARAÍSO DO TUIUTI. Nossa história. 2018. Disponível em: <<http://paraisodotuiuti.com.br/>> Acesso em: 12/06/2018.

Pavilhão de São Cristóvão. 2018. Disponível em: <<https://www.facebook.com/SaoCristovaoRJ/photos/a.241949362557302.58323.241942992557939/1251580178260877/?type=3&theater>> Acesso em: 07/06/2018.

Pavilhão de São Cristóvão. 2018. Disponível em: <<https://www.facebook.com/SaoCristovaoRJ/photos/a.241949362557302.58323.241942992557939/1251580258260869/?type=3&theater>> Acesso em: 07/06/2018.

PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas. Aprendendo com o patrimônio. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2002.

PORTO, Ângela; OLIVEIRA, Benedito Tadeu de. Edifício Colonial construído pelos Jesuítas é Lazareto desde 1752 no Rio de Janeiro. História, Ciências, Saúde - Manguinhos. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, Nov./Feb. 1996.

PCRJ – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU). Processo nº 02/300579/2006 – Projeto de Reurbanização do Largo da Cancela. Rio de Janeiro, julho de 2007.

PCRJ – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - Secretaria Extraordinária de Promoção, Defesa, Desenvolvimento e Revitalização do Patrimônio e da Memória Histórico-Cultural Coordenadoria de Projetos Especiais Gerência de Projetos e Obras Gerência de Arqueologia. Fonte Ornamental tipo Stella. Disponível em:

<http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/imagens/projetos/projeto_fontes_chafarizes/fichas_fontes.pdf> Acesso em: 25/04/2018.

PCRJ – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - Secretaria Municipal Planejamento e Coordenação Geral. (1982) **Estudo realizado para a Preservação de sítios ou imóveis de interesse arquitetônico, estabelecido pelo Decreto Municipal 5.840/1986**. Rio de Janeiro: PCRJ.

PCRJ – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - Secretaria Municipal Planejamento e Coordenação Geral. (1987) Centro: Corredor Cultural - Dec. 4141 – 1983, Lei 506-84, Lei 1139-87. Disponível em: <http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/pastas/legislacao/release_centro_corredor_cultural.pdf> Acesso em: 30/10/2016.

PCRJ – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. (1991) **São Cristóvão: um bairro de contrastes**. Rio de Janeiro: Departamento Geral de Patrimônio Cultural (DGPC), Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, PCRJ. (Coleção Bairros Cariocas, v. 4).

PCRJ – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. (2008a) - Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU). (2008a) Processo nº 02/300579/2006 – **Projeto de Reurbanização do Largo da Cancela**. Rio de Janeiro, janeiro de 2008.

PCRJ – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. (2008b) Declaração como Patrimônio Cultural dos Habitantes da Cidade do Rio de Janeiro o Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas localizado no Bairro de São Cristóvão - Lei Nº 4.974 de 3 de Dezembro de 2008. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4368015/4108324/13LEI4974CentroLuizGonzagadeTradicoesNordestinas.pdf>> Acesso em: 24/03/2018.

PCRJ – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. (2008c) Patrimônio Cultural Carioca as Escolas de Samba que desfilam na Cidade do Rio de Janeiro. Decreto Nº 28980 de 31 de Janeiro de 2008. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4368015/4108321/10DECRETO28980EscolasdeSambaqueDesfilamnacidadedoRiodeJaneiro.pdf>> Acesso em: 12/06/2018.

PCRJ – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. (2010a) Decreto nº 32.709/2010 que dispõe a criação do Arranjo Produtivo Local (APL) de Moda em São Cristóvão. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2010/3271/32709/decreto-n-32709-2010-dispoe-sobre-a-criacao-do-arranjo-produtivo-local-apl-da-moda-carioca-de-sao-cristovao-e-da-outras-providencias?q=restaurantes>> Acesso em: 07/06/2018.

PCRJ – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. (2010b) Secretaria Municipal de Urbanismo. **Imperial de São Cristóvão, Mangueira, Benfica e Vasco da Gama**. Rio de Janeiro: Caderno de Legislação Bairro a Bairro.

PCRJ – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. (2012) Patrimônio Cultural Carioca, como bem de natureza imaterial, as torcidas dos clubes de futebol da Cidade do Rio de Janeiro. Decreto Nº 35.877. Disponível em:

<<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4368015/4108335/22DECRETO35877TorcidasosClubesdeFutebol.pdf>> Acesso em: 12/06/2018.

PCRJ – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. (2014) **Guia do Patrimônio Cultural Carioca – Bens Tombados Rio de Janeiro**: Coordenação Geral, Instituto Rio Patrimônio da Humanidade, 2014.

PCRJ – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/apac.shtm>> Acesso em: 14/05/2015.

PCRJ – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC). Disponível em: <http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/pastas/legislacao/saocristovao_lei_compl24_93.pdf>. Acesso em: 11/03/2015.

Projeto São Cristóvão Cultural – data: não informada.

RAFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

RAIMUNDO, Silvia Lopes. Território, Cultura e Política: Movimento Cultural das Periferias, Resistência e Cidade Desejada. 2017. 274. Tese de Doutorado - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, USP, 2017.

RAINHA, R. S.; MARTINS, W. S. N.. **Um Rolé Carioca por São Cristóvão: a construção de um projeto cultural**. In: Angelo, E. R. B.; Barros, L. O. C.. Territórios culturais no Rio de Janeiro: a Feira de São Cristóvão. Rio de Janeiro: Autografia. p. 274-281.

REVISTA DE SÃO CRISTÓVÃO, junho/1986a, p. 3.

REVISTA DE SÃO CRISTÓVÃO, julho/1986b, página não informada.

REVISTA DE SÃO CRISTÓVÃO, outubro/1986c, página não informada.

REVISTA DOMINGO. Ano 14 – nº 733. Rio de Janeiro, 20 de maio de 1990a, p. 13.

REVISTA DOMINGO. Ano 15 - nº 739. Rio de Janeiro, 01 de julho de 1990b.

REVISTA DOMINGO, Ano 15 – nº 766. Rio de Janeiro, 06 de janeiro de 1991, p. 5.

RIBEIRO, Rafael Winter. Paisagem cultural e patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC/RJ, 2007.

Rio de Janeiro aqui: Paço Imperial de São Cristóvão. Disponível <http://www.riodejaneiroaqui.com/portugues/q_pimperial.html> Acesso em 30/10/2016.

RISSO, Luciene Cristina. Os conceitos de percepção e território como lentes para o entendimento cultural. *Terr@Plural*, Ponta Grossa, v.8, n.2, p. 309-319, jul/dez. 2014.

RITTER, Carlos. Reflexões epistemológicas sobre os “Territórios de Identidade”. *Revista Geografar*. www.ser.ufpr.br/geografar. Curitiba, v.6, n.1, p.95-109, jun./2011.

RODRIGUES, Angela Rosch. Patrimônio industrial e os órgãos de preservação na cidade de São Paulo. *Revista CPC*, São Paulo, n.14, p. 030-056, maio 2012/out. 2012. Disponível em: http://www.usp.br/cpc/v1/imagem/conteudo_revista_arti_arquivo_pdf/233.pdf> Acesso em: 12/06/2018.

RODRIGUES, L. C. (2011) **Subúrbios do Rio. O palácio dos sonhos: São Cristóvão**. Disponível em: <http://suburbiosdorio.blogspot.com.br/2011/11/o-palacio-dos-sonhos-sao-cristovao.html>> Acesso em: 30/10/2016.

RODRIGUES, L. C. (2012) **Pavilhão de São Cristóvão. Um Coração Suburbano**. Disponível em: <http://suburbiosdorio.blogspot.com/2012/01/pavilhao-de-sao-cristovao.html>> Acesso em: 07/06/2018.

SAMPAIO, Andréa da Rosa. **Normas urbanísticas e sua influencia na configuração espacial: o caso de São Cristóvão, Rio de Janeiro**. 2006. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

SAMPAIO, Andrea da Rosa. **Normas urbanísticas e transformações espaciais no Rio de Janeiro: breve trajetória histórica**. *Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo* v. 10 n. 2; 2008. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1229>> Acesso em: 10/06/15.

SANGLARD, Gisele e Costa, Renato da Gama-Rosa. **Memória, História e Patrimônio Cultural da Saúde: uma história possível**. IN: PORTO, Ângela ET AL. *História da saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ; 2008.

SANTOS, Enedir. Plano Diretor, memória urbana, participação comunitária. In: *CADERNOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Patrimônio Cultural, 1991, vol. 1: Patrimônio Cultural: estratégias de atuação; Plano Diretor/memória urbana/participação comunitária. p. 61-66.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2008. p. 137-146.

SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. 5ª ed. 1. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. 5. ed., 3. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SÃO CRISTÓVÃO F. R. - São Cristóvão de Futebol e Regatas. História. 2016. Disponível em: <<http://www.saocristovaofutebolregatas.com.br/historia.html>> Acesso em: 24/03/2018.

SAQUET, Marcos Aurelio; BRISKIEVICZ, Michele. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, v. 1, n. 31, p. 03-16, 2009.

SCHLEE, Mônica Bahia *et al.* Proteção de paisagens culturais no Rio de Janeiro: novas estratégias e experimentações – o caso da região de São Cristóvão. Campinas: Oculum ensaios 09_10, p. 66-85, 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/3517/351732199006.pdf>> Acesso em: 15/03/2017.

Semana de São Cristóvão: Encontro comunidade-cultura – Julho 1984.

SILVA, E. E. C; CARCERERI, M. G.; ZOUAIN, R. S. **Estudos para o Plano de Conservação Preventiva do Pavilhão Arthur Neiva.** IN: Aguiar, B. C.; Carcereri, M. G.. Arquitetura moderna e sua preservação: estudos para o plano de conservação preventiva do Pavilhão Arthur Neiva. Rio de Janeiro: In-Fólio. 2017. p. 75-114.

SILVA, Rafael Spindler da. **O conjunto Pedregulho e algumas relações compositivas.** VITRIVIVUS, 2005. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.062/446>> Acesso em: 23/06/2018.

SILVA, Victor de Almeida e. A epopeia da Locomotiva da EBAL. 2011. Disponível em: <<http://lauaxiliar.blogspot.com.br/2011/06/epopeia-da-locomotiva-da-ebal.html>> Acesso em: 23/04/2018.

SOUSA, Raquel Gomes de. Cinemas no Rio de Janeiro: trajetória e recorte espacial. 2014. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, UFRJ, 2014.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77-116.

SOUZA, Paula Aragão de; PONTUAL, Virgínia. Chaminés simbólicas e conjuntos indissociáveis: a integridade nos tombamentos de núcleos fabris. 1º Simpósio Científico ICOMOS Brasil Belo Horizonte, de 10 a 13 de maio de 2017. p. 1-20. Disponível em: <<https://even3storage.blob.core.windows.net/anais/60403.pdf>> Acesso em: 12/06/2018.

SPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico. (1985) Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **São Cristóvão: estudo de entorno dos monumentos tombados.** 6a SR. Rio de Janeiro: SPHAN,1985.

SPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico. (1987) Comunicado Interno, 09/02/1987. **Assunto: Projeto de Entorno dos Bens Tombados no Bairro de São Cristóvão, Rio de Janeiro** – RJ. SPHAN, FNpM, 1987.

SPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico. (1988) Informação nº 021/88. **Assunto: Projeto de Entorno dos Bens Tombados no Bairro de São Cristóvão, Rio de Janeiro** – RJ. SPHAN, FNpM, 1988.

SPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico. (1990) **Carta recebida do professor Milton de Mendonça Teixeira**. Rio de Janeiro, 06 de setembro de 1990.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1974.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e Lugar. São Paulo: Difel, 1983.

TURISMO CULTURAL NO BAIRRO IMPERIAL DE SÃO CRISTÓVÃO - 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=C5nd4YZi_74> Acesso em: 18/06/2018.

TURISMO CULTURAL NO BAIRRO IMPERIAL DE SÃO CRISTÓVÃO. 2015, 7ª edição. Rio de Janeiro. 2015.

TURISMO CULTURAL NO BAIRRO IMPERIAL DE SÃO CRISTÓVÃO. 2016, 8ª edição. Rio de Janeiro. 2016.

TURISMO CULTURAL NO BAIRRO IMPERIAL DE SÃO CRISTÓVÃO. 2017, 9ª edição. Rio de Janeiro. 2017.

TURISMO CULTURAL NO BAIRRO IMPERIAL DE SÃO CRISTÓVÃO. 2018, 10ª edição. Rio de Janeiro. 2018.

UNESCO – Aprovação do Rio de Janeiro como Patrimônio Mundial da Humanidade. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/unesco-aprova-rio-de-janeiro-como-patrimonio-mundial-da-humanidade/>> Acesso em: 24/05/2018.

Vétere, D.. (2016) Feira de São Cristóvão, no Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://youmustgo.com.br/feira-de-sao-cristovao-no-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 07/06/2018.

WILMERING, A. M. **Getty Foundation**. IN: Aguiar, B. C.; Carcereri, M. G.. Arquitetura moderna e sua preservação: estudos para o plano de conservação preventiva do Pavilhão Arthur Neiva. Rio de Janeiro: In-Fólio. 2017. p. 16-17.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Tabela 7. Relação dos Bens Imóveis Tombados na VII Região Administrativa de São Cristóvão e suas respectivas legislações de proteção.

Bairro	Bem	Localização	Tombamento Federal	Tombamento Estadual	Tombamento Municipal
São Cristóvão	Museu Nacional da Quinta da Boa Vista	Av. Dom Pedro II s/nº	11/05/1938 Livro Histórico, vol. 1, inscrição 23 Livro de Belas-Artes, vol. 1, inscrição 51		
São Cristóvão	Museu do Primeiro Reinado (Solar da Marquesa de Santos)	Av. Pedro II nº 283	30/03/1938 Livro de Belas-Artes, vol. 1, inscrição 10		
São Cristóvão	Quinta da Boa Vista	Av. Dom Pedro II s/nº	30/06/1938 Livro Histórico, vol. 1, inscrição 68 Livro de Belas-Artes, vol. 1, inscrição 154		
São Cristóvão	Observatório Nacional Conjunto arquitetônico e paisagístico	Rua General Bruce nº 586	Federal: 14/08/1986 Livro Histórico, vol. 1, inscrição 509 Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, inscrição 95	Processo nº E – 03/31.273 Tombamento Provisório: 26/10/1983 Tombamento Definitivo: 18/11/1987	
São Cristóvão	Reservatório Quinta da Boa Vista			Processo nº E – 18/001.542 Tombamento Provisório: 09/12/1998	
São Cristóvão	Reservatório do Pedregulho	Rua Marechal Jardim nº 455		Processo nº E – 18/001.542 Tombamento Provisório: 09/12/1998	Decreto 18.995 de 05/10/2000
São Cristóvão	Coreto	Campo de São Cristóvão		Processo nº E – 18/300.288 Tombamento Provisório: 16/12/1985	
São Cristóvão	Centro Hípico do Exército	Av. Bartolomeu de Gusmão nº 453			Lei 5.556 de 14/03/2013
São Cristóvão	Escola Municipal Floriano Peixoto	Praça Argentina nº 20			Decreto 9.414 de 21/06/1990
São Cristóvão	Escola Municipal Gonçalves Dias	Campo de São Cristóvão nº 115			Decreto 9.414 de 21/06/1990
São Cristóvão	Escola Municipal Nilo Peçanha	Av. Pedro II nº 383			Decreto 9.414 de 21/06/1990
São Cristóvão	Estação Ferroviária São Cristóvão (Estação da Quinta Imperial)	Av. Oswaldo Aranha nº 680			Decreto 14.741 de 22/04/1996
São Cristóvão	Hospital Frei Antônio (Lazareto)	Praça Mário Nazaré			Decreto 4.926 de 10/01/1985
São Cristóvão	Igreja da Irmandade do Nosso Senhor do Bonfim e Nossa Senhora do Paraíso	Rua Monsenhor Manuel Gomes nº 241			Decreto 27.650 de 06/03/2007
São Cristóvão	Imóvel	Rua General José Cristino nº 66			Decreto 29.582 de 10/07/2008
Benfica	Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes (Conjunto Pedregulho)	Rua Capitão Félix nº 50		Processo nº E – 18/000.463 Tombamento Provisório: 29/07/2011	Decreto 6.383 de 19/10/1986
Benfica	Escola Municipal Uruguai	Rua Ana Neri nº 192			Decreto 9.414 de 21/06/1990
Benfica	Fonte	Largo do Pedregulho			Decreto 19.011 de 05/10/2000
Benfica	CADEG - Centro de Abastecimento do Estado da Guanabara - Mercado Municipal do Rio de Janeiro				Lei nº 349 de 01/08/2017
Mangueira	Casa onde morou Dona Zica	Rua Visconde de Niterói nº 824			Decreto 22.607 de 20/01/2003

Fonte: Adaptado pela autora, 2018.

APÊNDICE B

Lista de logradouros analisados pelo SPHAN no Estudo de Entorno dos Monumentos Tombados no Bairro de São Cristóvão – 1985.

O SPHAN ao analisar o bem tombado “Solar da Marquesa de Santos”, avaliou em inventário:

Tabela 8. Análise do SPHAN sobre o Solar da Marquesa de Santos – em 1985.

Logradouro	Nº
Rua São Cristóvão	65, 73, 346/356, 376, 390, 330, 338, 460
Avenida Pedro II	149, 298, 278, 284, 290, 398, 307
Rua Antunes Maciel	44, 50, 100, 162
Rua Almirante Baltazar	489/481
Rua Francisco Eugênio	375, 400
Rua Figueira de Melo	277

Fonte: Adaptado pela autora, 2018.

Na análise acerca do bem tombado “Quinta da Boa Vista”, o instituto examinou em inventário:

Tabela 9. Análise do SPHAN sobre a Quinta da Boa Vista – em 1985.

Logradouro	Nº
Rua São Luís Gonzaga	295, 659/663/667, 741/747, 883
Rua Cadete Ulisses Veiga	30
Rua Sinimbu	251, 276, 284, 19
Rua do Parque	18/26, 36
Rua Mineira	27, 49
Rua Catalão	25, 35
Rua Fonseca Teles	8, 7/9/11, 23, 153/151, 149/147, 177
Rua Pedro Paiva	28, 36
Rua Antonio Henrique de Noronha	50, 27, 33
Rua Chaves de Faria	184/180, 155/171, 142, 120/126, 158/148/142, 359/341/335
Rua Paula e Silva	13/15, 17, 33
Travessa Sabino	23, 9
Rua Bahia	42, 50, 30
Avenida do Exército	105

Fonte: Adaptado pela autora, 2018.

Na investigação sobre o bem tombado “Observatório Nacional”, o SPHAN inspecionou em inventário:

Tabela 10. Análise do SPHAN sobre o Observatório Nacional – em 1985.

Logradouro	Nº
Rua General Argolo	153B, 33, 166, 102 ^a /104/106/108
Rua Senador Alencar	131/137, 194, 151, 289/287/285
Rua São Januário	248, 201, 450, 356, 541/551, 675
Rua Teixeira Júnior	67, 158, 133/143, 214/222, 226, 408, 206
Rua Bela	12, 51, 305, 323/331/335, 375/381 393/401, 510, 530, 215, 473/467, 697, 721, 809
Campo de São Cristóvão	310, 402, 366/368
Rua General Bruce	782, 815
Rua Esberard	103, 45 a 65, antes do 45
Rua General José Cristino	66, 60, 56/54, 74/76/78
Rua Conde de Leopoldina	716/712, 766
Rua Bonfim	377
Rua Faria Braga	257, 289

Fonte: Adaptado pela autora, 2018.

APÊNCIDE C

Tabela 41. Relação dos bens solicitados para tombamento em conjunto pela Associação dos Moradores, que foram aceitos e desconsiderados pela Lei Complementar nº 24 de 19/11/1993.

Considerados Bem ou Logradouro	Nº	Desconsiderados Bem ou Logradouro	Nº
Todos os espaços abertos: largos, praças, jardins, campos e parques, abrangidos pela área relativa ao Dec. 5840 / 86		Caixa d'água do Pedregulho (morro do Tuiuti)	
Caixa d'água da Fonseca Teles (Quinta da Boa Vista)		Capela do Hospital São Francisco de Paula (em frente à Quinta da Boa Vista)	
Largo do Pedregulho – Bica		Conjunto arquitetônico de Afonso Eduardo Reidy – Conjunto do Pedregulho – painéis de Cândido Portinari	
Campo de São Cristóvão – estátuária existente, fonte cibárim, chafariz, balastrada da rampa em frente ao Colégio Pedro II, Coreto		Rua São Januário	182, 201, 248, 263, conjunto dos imóveis 271, 173 e 285, Fábrica da Beija-Flor, 541, 551, 659, 667, 675, 746, 874,
Capela de Santana		Ladeira de São Januário	
Bairro de Santa Genoveva		Sede do Clube de Futebol Vasco da Gama (Rua General Almério de Moura)	
Rua São Januário	1064	Campo de São Cristóvão	366, 115 e 402 –Colégio Pedro II, Vila Carlito
Campo de São Cristóvão	310	Rua São Luiz Gonzaga	558, 652, 658, 1131, 1133, 1139, 1145, 1151, 1157, 1163, 1672.
Rua São Luiz Gonzaga	354	Praça Séve - Armazém Grumery S. A.	136
Praça Séve – Igreja de São Cristóvão		Rua Santos Lima	85 (casas geminadas)
Av. Pedro II – Quartéis Militares		Rua Fonseca Teles - Colégio Brasileiro	177
Rua Vileta	13 (Vila Mariana)	Rua Benedito Otoni	61, 29 e 23 (COBEC), 2.
Rua Justino de Souza	70 e 84	Hospital dos Lázaros – Hospital Frei Antônio (Rua São Cristóvão)	
Rua General Almério de Moura	621	Rua São Cristóvão	826, 745, 759, 607, 525, 321
Rua Emancipação	23, 25, 27	Rua Antunes Maciel	162
Rua Coronel Cabrita	40, 47 e 49	Av. Pedro II – Quartéis Militares, Escola Nilo Peçanha.	226, 298 e 307
Rua Teixeira Júnior	80, 158	Rua ALMIRANTE Baltazar	400 e 598
		Rua Bela	948
		Rua Paula e Silva	33
		Rua Melo e Souza	110 e 116
		Rua Ana Neri	282, 320, 399, 407
		Rua Tuiuti	211, 225, 230 e 147
		Rua General Almério de Moura	522
		Rua Emancipação	33
		Rua Escobar	26, 30 e 62
		Rua Zeferino de Oliveira	29
		Rua Mineira	27, 49
		Rua Conde de Leopoldina	711

Fonte: Adaptado pela autora, 2018.

APÊNDICE D

Tabela 52. Relação de confecções, fábricas e lojas off do ramo da moda localizadas na região de São Cristóvão.

BAIRRO	FÁBRICAS E LOJAS OFF	ENDEREÇO
São Cristóvão	BOTSWANA	Rua Antunes Maciel nº 324
São Cristóvão	ÁGATHA	Rua São Cristóvão nº 814
São Cristóvão	INDISTRIFE	Rua Chaves Faria nº 364
São Cristóvão	FERNI E CITY SHOES	Av. Pedro II nº 316, 2º andar
São Cristóvão	CHIFON	Rua Senador Alencar nº 19
São Cristóvão	COMPLEXO B	Rua Benedito Otoni nº 62 Galpão 6
São Cristóvão	FARM	Rua General Bruce nº 551
São Cristóvão	IZOLA	Rua São Januário nº 200
São Cristóvão	GAÚCHA RIO	Rua Sinimbu nº 455, 2º andar
São Cristóvão	HAPPIE	Rua Souza Valente nº 26
São Cristóvão	LEELOO	Rua Benedito Ottoni nº 82, 3º andar
São Cristóvão	OH BOY! / SACADA	Rua Antunes Maciel nº 105
São Cristóvão	TACO	Rua Senador Alencar nº 129
São Cristóvão	ECLECTIC	Rua Senador Alencar nº 191
São Cristóvão	MARIA MODA	Rua Antunes Maciel nº 467
São Cristóvão	MERCATTO	Rua Escobar nº 48
São Cristóvão	MARIA FILÓ	Rua Bela nº 569
São Cristóvão	AFGHAN	Rua São Cristóvão nº 701
São Cristóvão	CORPO E ALMA	Rua São Cristóvão nº 595
São Cristóvão	MARY ZAIDE	Rua General Bruce nº 55
São Cristóvão	ARMADILLO	Rua Antunes Maciel nº 313
São Cristóvão	FERTONANI	Rua General Argolo nº 12
São Cristóvão	DIVERSAS MARCAS	Rua Antunes Maciel nº 35, 3º andar
São Cristóvão	ENJOY	Rua Bela nº 780
São Cristóvão	RESERVA	Rua Conde de Leopoldina nº 644
Benfica	BLUE MAN	Rua Mogimirim nº 118
Benfica	PANTA'S	Rua Lopes Trovão nº 260

Fonte: Adaptado pela autora, 2018.

APÊNCIDE E

Tabela 63. Relação dos patrimônios imateriais registrados na VII Região Administrativa de São Cristóvão e suas respectivas legislações de proteção.

Bairro	Bem	Localização	Tombamento Federal	Tombamento Estadual	Tombamento Municipal
São Cristóvão	Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas	Campo de São Cristóvão	Lei nº 12.301 de 28/07/2010		Lei nº 4.974 de 03/12/2008
São Cristóvão	Torcidas dos Clubes de Futebol da Cidade do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro			Decreto nº 35.877 de 05/07/2012
São Cristóvão	Matrizes do samba no Rio de Janeiro: partido alto, samba de terreiro e samba enredo	Rio de Janeiro	09/10/2007 Livro de Registro das Formas de Expressão Processo: 01450.011404/2004-25 Data de Registro: 20/11/2007		
Benfica	Bar do Adonis	R. São Luiz Gonzaga, 2156 - A			Decreto nº 36.605 de 11/12/2012

Fonte: Adaptado pela autora, 2018.

ANEXOS

ANEXO A

Quadro 4. As correntes da Geografia: seus períodos e as categorias em evidência.

	Corrente	Período	Principais Teóricos	Categorias em evidência	Escola	Ciências Suporte
Geografia Clássica ou Tradicional	Determinismo	Final do século XIX	Friedrich Ratzel	- Espaço vital - Território	Tradicional alemã	Biologia
	Possibilismo Método Regional	1ª metade do século XX Brasil: década 1950 e 1960	Paul Vidal de La Blache Manuel C. de Andrade Josué de Castro	- Região - Paisagem Geografia Física X Geografia Humana	Tradicional francesa	Antropologia
Geografia Moderna	Teorética Quantitativa	Década 1950	Speridião Faissol Jeremy Burge	- Espaço relativo - Região funcional	Lógica Positivista	Estatística Matemática Física
	Geografia Crítica	Década 1970	David Harvey Milton Santos Paul Claval Ruy Moreira Yves Lacoste	- Espaço geográfico - Região - Paisagem - Território - Sociedade	Materialista Dialética	História Sociologia
Geografia Contemporânea	Humanística Ideológica Ambiental	Década 1970 e 1980 Brasil: década 1990	George Bertrand Roberto Lobato Corrêa Jean Tricart Aziz Ab' Saber Yu-Fu Tuan	- Território - Lugar - Paisagem - Natureza - Rede	Fenomenológica Complexidade Existencialista	Psicologia Filosofia Ciências do Ambiente

Fonte: <https://geografiacriticanaiveia.wordpress.com/densidade-demografica/>

ANEXO B

Tabela 14. As sucessivas legislações da VII R. A. São Cristóvão (1986 a 2004): a incidência de PEUs e APACs.

EDIÇÃO	PEU	APAC	DISPOSIÇÕES PRINCIPAIS E OBSERVAÇÕES
1º PEU 1ª APA (APAC)	Decreto Municipal nº 5.840 de 21/05/1986	Decreto Municipal nº 5.840 de 21/05/1986	<p>Antecedente: 1982 – mobilização da comunidade local pela preservação de sua memória urbana.</p> <p>Disposição: delimitou quatro áreas de “<i>especial interesse para fim de proteção ambiental</i>” e disciplinou usos e ocupações do solo.</p> <p>Observação: priorizou-se o uso residencial, e restringiu o industrial. Permitiu-se gabaritos médios, compatíveis com o entorno dos bens tombados, e eixos com gabaritos elevados. Tinha como princípios orientadores, o controle ambiental e a preservação urbana.</p>
	Lei Municipal nº 638 de 27/12/1990		<p>Antecedente: Decreto Municipal nº 5.840 de 21/05/1986</p> <p>Disposição: estabeleceu condições de uso e ocupação do solo para a área que compreende os bairros de São Cristóvão, Mangueira e Benfca, da VII Região Administrativa.</p> <p>Observação: priorizou o uso residencial, e restringiu o industrial. Permitiu-se gabaritos médios, compatíveis com o entorno dos bens tombados, e eixos com gabaritos elevados. Tinha como princípios orientadores, o controle ambiental e a preservação urbana.</p>
2º PEU 2ª APAC	Lei Complementar nº 24 de 19/11/1993	Lei Complementar nº 24 de 19/11/1993	<p>Antecedente: Lei Municipal nº 638 de 27/12/1990</p> <p>Disposição: estabeleceu condições de uso e ocupação do solo para a área que compreende os bairros de São Cristóvão, Mangueira e Benfca, da VII Região Administrativa.</p> <p>Observação: em face da implantação da Linha Vermelha. A área de proteção estabelecida pela legislação D. M. 5.840/1986 foi reduzida significativamente. Priorizou-se o uso residencial, possibilitando Zonas de Uso Misto, Comércio e Serviços, Industrial (ZUPI), mas restringiu o industrial poluente. Permitiu-se uma diversificação de gabaritos, e eixos de gabaritos elevados. Tinha como princípios orientadores, a preservação urbana e a revitalização.</p>
3º PEU	Lei Complementar nº 73 de 29/07/2004		<p>Antecedente: Lei Complementar nº 24 de 19/11/1993</p> <p>Disposição: instituiu-se o PEU dos bairros da VII Região Administrativa São Cristóvão, que compreende os bairros de São Cristóvão, Mangueira e Benfca e Vasco da Gama.</p> <p>Observação: reformulou o PEU anterior, englobando integralmente as disposições da APAC estabelecidas pela Lei Complementar 24/1993, até que seja editada uma nova revisão, com novos critérios de preservação. Priorizou-se o uso residencial, possibilitando Zonas de Uso Misto, Comércio e Serviços, Conservação Ambiental, mas restringiu o industrial poluente. Permitiu-se eixos de gabaritos elevados de até doze pavimentos. Tinha como princípios orientadores, a preservação urbana e a revitalização.</p>

Fonte: Adaptado de SAMPAIO, 2006; SCHLEE et al., 2009.

ANEXO C

AMA São Cristóvão e sua equipe participante (2014-2018)



Uma nova forma de pensar e atuar!

Fundada em 07 de outubro de 1967, a associação de moradores vem se consolidando como único e verdadeiro defensor das questões em defesa e proteção dos interesses dos mais de 88.000,00 moradores e 115.000,00 transeunte do bairro imperial de São Cristóvão, a nova diretoria eleita para o triênio 2014-2017 está disposta a enfrentar os desafios e tamanha responsabilidade para conduzir o processo de crescimento e consolidação do único bairro imperial do Brasil.

Não estamos vinculados a nenhum partido ou candidato político, nosso objetivo é reivindicar com isonomia nossos direitos em todos os órgãos seja da esfera municipal, estadual, federal ou privado. Vamos lutar para preservar a integridade de todos moradores e amigos, assim como a propriedade e acervos turísticos do bairro.

Segurança e preservação do direito de ir e vir será prioridade nesta gestão, estamos desenvolvendo um projeto de segurança para discutir sua implantação junto as autoridades representativas.

Em relação à saúde estamos reivindicando a instalação de uma unidade de pronto atendimento (UPA) no bairro.

Nos entendemos que precisamos democratizar e melhorar o uso da quinta da boa vista e seu entorno. Estamos trabalhando no sentido de fomentar o desenvolvimento de atividades cul-turais e esportivas para todas as idades.

Nossa equipe está pronta para atender suas reivindicações, venha participar.

Presidente: Luiz Fernando
Vice Presidente: Maria de Fátima
1º Secretário: Ramon Seara
2º Secretário: Leonardo Martins
1º Tesoureiro: Marcos Francisco
2º Tesoureiro: Paulo César
Diretora Social: Darlene Amorim
Diretor Jurídico: Renato Remacio
Diretor de Imprensa e Marketing: Carlos Bacelar

Telefone para contato: 21-3185-0139 / 21-7883-1512 | Email fernandopresidente@gmail.com

Fonte:

<https://www.facebook.com/amasc/photos/rpp.792970160714639/900955269916127/?type=3&theater>

ANEXO D

Edições de 2015, 2016, 2017 e 2018, respectivamente, do Turismo Cultural no Bairro Imperial de São Cristóvão.

Uma viagem pela história, ciência e cultura de nossa cidade.

Uma viagem pela história, ciência e cultura de nossa cidade. Esta é a proposta do "Turismo Cultural no Bairro Imperial de São Cristóvão", um evento que faz parte dos trabalhos da 13ª Semana Nacional de Museus, promovida pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

Nos dias 23 e 24 de maio, a Quinta da Boa Vista será o ponto de partida desse roteiro cultural pelo Bairro Imperial de São Cristóvão. Entre 16h e 16h, em intervalos regulares, ônibus gratuitos sairão da Quinta com destino às instituições culturais do bairro.

Em 2015, além de integrar o calendário que celebra os 450 anos do Rio de Janeiro, o Turismo Cultural também é o evento de abertura das comemorações dos 450 anos de São Cristóvão, trazendo para a população carioca um olhar sobre a história e diversidade cultural do bairro, contribuindo para o reconhecimento e valorização da região.

Fazem parte do roteiro o Museu Nacional / UFRJ, o Museu de Astronomia e Ciências Afins, o Museu Militar Conde de Linhares, o Centro Cultural Maçônico, o 1º Batalhão de Guardas e o Centro Hípico do Exército, todos com entrada franca e uma série de atividades especiais para este final de semana.

Durante o roteiro é possível descer nos pontos desejados, não sendo necessário fazer o circuito inteiro. Visite as instituições por quanto tempo quiser, que, a todo momento, haverá ônibus para levá-lo de um local a outro.

Itinerário dos ônibus - Sábado e Domingo: De 16h às 16h*

1) Museu Nacional | 2) Centro Hípico | 3) M. M. Conde de Linhares
4) 1º Batalhão de Guardas | 5) Centro Cultural Maçônico | 6) MAST

*No sábado, das 16h às 20h, os ônibus sairão apenas do MAST direto para estação do metrô de São Cristóvão.

Patrocinio

Apoio

Realização

23 e 24 de maio

7ª edição

TURISMO CULTURAL no BAIRRO IMPERIAL de SÃO CRISTÓVÃO

2015

Uma viagem pela história, ciência e cultura de nossa cidade.

Uma viagem pela história, ciência e cultura de nossa cidade. Esta é a proposta do "Turismo Cultural no Bairro Imperial de São Cristóvão", um evento que faz parte das atividades da 14ª Semana Nacional de Museus, promovida pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

Nos dias 21 e 22 de maio, a Quinta da Boa Vista será o ponto de partida desse roteiro cultural pelo Bairro Imperial de São Cristóvão. Entre 16h e 16h, em intervalos regulares, ônibus gratuitos sairão da Quinta com destino às instituições culturais do bairro.

Fazem parte do roteiro o Museu Nacional / UFRJ, o Museu de Astronomia e Ciências Afins, o Museu Militar Conde de Linhares, o Centro Cultural Maçônico, o 1º Batalhão de Guardas e o Centro Hípico do Exército, todos com entrada franca e uma série de atividades especiais para este final de semana.

Durante o roteiro é possível descer nos pontos desejados, não sendo necessário fazer o circuito inteiro. Visite as instituições por quanto tempo quiser, que, a todo momento, haverá ônibus para levá-lo de um local a outro.

Patrocinio

Apoio

Realização

1) Museu Nacional
2) Centro Hípico do Exército
3) Museu Militar Conde de Linhares
4) 1º Batalhão de Guardas
5) Centro Cultural Maçônico
6) Museu de Astronomia

Itinerário dos ônibus - Sábado e Domingo: De 16h às 16h*

*No sábado, das 16h às 20h, os ônibus sairão apenas do MAST direto para estação do metrô de São Cristóvão.

1) Museu Nacional
2) Centro Hípico do Exército
3) Museu Militar Conde de Linhares
4) 1º Batalhão de Guardas
5) Centro Cultural Maçônico
6) Museu de Astronomia

Patrocinio

Apoio

Realização

1) Museu Nacional
2) Centro Hípico do Exército
3) Museu Militar Conde de Linhares
4) 1º Batalhão de Guardas
5) Centro Cultural Maçônico
6) Museu de Astronomia

1) Museu Nacional
2) Centro Hípico do Exército
3) Museu Militar Conde de Linhares
4) 1º Batalhão de Guardas
5) Centro Cultural Maçônico
6) Museu de Astronomia

TURISMO CULTURAL NO BAIRRO IMPERIAL DE SÃO CRISTÓVÃO

2016

21 e 22 de maio

1) Museu Nacional
2) Centro Hípico do Exército
3) Museu Militar Conde de Linhares
4) 1º Batalhão de Guardas
5) Centro Cultural Maçônico
6) Museu de Astronomia

Uma viagem pela história, ciência e cultura de nossa cidade.

Uma viagem pela história, ciência e cultura de nossa cidade. Esta é a proposta do "Turismo Cultural no Bairro Imperial de São Cristóvão", um evento que faz parte das atividades da 15ª Semana Nacional de Museus, promovida pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Nos dias 20 e 21 de maio, a Quinta da Boa Vista será o ponto de partida desse roteiro cultural pelo Bairro Imperial de São Cristóvão. Entre 10h e 16h, em intervalos regulares, ônibus gratuitos sairão da Quinta com destino às instituições culturais do bairro.

Fazem parte do roteiro o Museu Nacional/ UFRJ, o Museu de Astronomia e Ciências Afins, o Museu Militar Conde de Linhares, o Centro Cultural Mauá e o 1º Batalhão de Guardas; todos com entrada franca e uma série de atividades especiais para este final de semana. Durante o roteiro é possível descer nos pontos desejados, não sendo necessário fazer o circuito inteiro. Visite as instituições por quanto tempo quiser, que, a todo momento, haverá ônibus para levá-lo de um local a outro.

Patrocínio



Apoio



Realização



#turismocultural2017

TURISMO CULTURAL NO BAIRRO IMPERIAL DE SÃO CRISTÓVÃO 2017

20 e 21 de maio

Evento integrante da:

15ª Semana DE MUSEUS

Um circuito histórico onde a ciência e a cultura são paradas obrigatórias! Esta é a proposta do Turismo Cultural no Bairro Imperial de São Cristóvão, que celebra 10 anos com uma programação especial para todos os públicos.

Estrelas do cosmos e do esporte, dinossauros e acervos diversos que imprimem a história do nosso País são algumas das atrações do nosso roteiro que também traz um dos gêneros musicais mais populares do Brasil: o samba!

É na Quinta da Boa Vista que iniciamos a nossa excursão pelo Bairro Imperial de São Cristóvão. Nos dias 19 e 20 de maio, entre 10h e 16h, ônibus gratuitos saem do parque com destino às instituições culturais. Planeje o seu roteiro de viagem e desembarque nos pontos turísticos que desejar!

O circuito completo gira em torno de oito instituições de grande relevância histórica. São elas: Museu Nacional/UFRJ, Museu do Samba, Centro Hípcico es Esportivo, Museu Militar Conde de Linhares (MMCL), 1º Batalhão de Guardas (1º BG), Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), Observatório Nacional (ON) e Clube de Regatas do Vasco da Gama.

Realizado desde 2009, o projeto Turismo Cultural no Bairro Imperial de São Cristóvão é uma iniciativa dos museus e instituições culturais da região em parceria com a Câmara Comunitária de São Cristóvão. O evento gratuito integra a 16ª Semana de Museus que é promovida pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

f TurismoCultural #TurismoCulturalÉ10

PATROCÍNIO



APOIO



REALIZAÇÃO



TURISMO CULTURAL NO BAIRRO IMPERIAL SÃO CRISTÓVÃO



Um circuito histórico onde a ciência e a cultura são paradas obrigatórias

SÁBADO E DOMINGO

19 e 20 de maio

ENTRADA GRATUITA

ANEXO E

Edição de 2014 do Rolé Carioca em São Cristóvão

SÃO CRISTÓVÃO

▲ PONTO DE ENCONTRO
Quinta da Boa Vista (em frente ao Museu Nacional)

🕒 DURAÇÃO MÉDIA DO PASSEIO
2 horas

1 MUSEU MILITAR CONDE LINHARES
O museu narra a história da formação, organização e modernização do Exército Brasileiro. O acervo documenta a evolução dos armamentos, meios de transporte, equipamentos de comunicação, instrumentos de saúde e instrumentário militar usado pelas tropas brasileiras nos campos de batalha.

2 1º BATALHÃO DAS GUARDAS
Aberto ao público o 1º Batalhão das Guardas possui exposições de uniformes, metralhadoras militares, uniformes históricos e do acervo histórico do batalhão.

3 CAMPO DE SÃO CRISTÓVÃO E SEUS MONUMENTOS ARQUITETÔNICOS
O Campo de São Cristóvão, em 1843, era uma grande área pertencente a por volta de 1850 foi alçado com pedra nobre, passando a chamar-se de Campo da O. Pedro. A origem do seu nome, Campo de São Cristóvão tem sua história situada ao início do bairro, onde existe a igreja de São Cristóvão e era um lugar de viajantes e transeuntes. Atualmente o Campo abriga vários monumentos históricos da cidade e se tornou um local de passeio e lazer no bairro.

4 COLÉGIO PEDRO II
O Colégio Pedro II é uma tradicional escola pública federal localizada em São Cristóvão. Seu nome é uma homenagem ao Imperador do Brasil. Fundado no Período Regencial brasileiro, integra o projeto civilizatório do Império do Brasil, do qual também fazem parte a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Arquivo Público do Império. Com esse plano se pretendia formar uma elite nacional. O objetivo do Colégio Pedro II era o de formar quadros políticos e intelectuais para os postos de alta administração, principalmente a pública.

5 ESTÁDIO SÃO JANUÁRIO
Desde 1926 o estádio do Vasco da Gama, mais conhecido como São Januário, é o sede do futebol vespertino em São Cristóvão, e espaço de importantes eventos sociais, com destaque para as comemorações do 1º de Maio. O Vasco da Gama foi fundado, em 1898, como clube de regatas, esporte popular na época em que o futebol ainda não havia tomado as terras brasilienses. O nome remete à história da Portugal, motivado pela lembrança de 4º Centenário da Descoberta do Caminho Marítimo para as Índias (em 1498). Seus fundadores foram 62 camponeses, entre eles, colonos portugueses que se dedicavam ao comércio. A chegada do futebol ao Brasil levou o clube a assumir nova orientação, mas os ritos portugueses permaneceram vivos no nome, nos símbolos e na torcida.

6 MCT OBSERVATÓRIO NACIONAL
Uma das instituições científicas mais antigas do país, a sua fundação inicial foi a de orientar os estudos geográficos do território brasileiro e de ensino de navegação. Abundante desenvolve pesquisas, ensino e prestação de serviços tecnológicos, sendo responsável pela geração, distribuição e conservação da Hora Legal Brasileira e por diversas pesquisas e estudos em Astronomia, Astrofísica e Geofísica.

7 MAST | MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS
Foi pioneiro ao aglutinar a história da ciência, a preservação de bens do patrimônio da ciência e tecnologia, e a divulgação da ciência. Tornou-se referência na realização de eventos científicos e técnicos, cursos e oficinas para professores de ciência, e atividades para especialistas na conservação e restauração de documentos em papel e objetos metálicos.

📍 FICA A DICA

🕒 Horário de Funcionamento
Museu Militar Conde Linhares: 9h às 17h (exceto domingos e feriados)
1º Batalhão das Guardas: 9h às 17h (exceto domingos e feriados)
Colégio Pedro II: 7h às 18h (exceto domingos e feriados)
Estádio São Januário: 13h às 18h (exceto domingos e feriados)
MCT Observatório Nacional: 9h às 17h (exceto domingos e feriados)
Mast | Museu de Astronomia e Ciências Afins: 9h às 17h (exceto domingos e feriados)

8 CENTRO LUIZ GONZAGA DE TRADIÇÕES NORDESTINAS
A partir de 1945 muitas famílias nordestinas começaram a chegar ao Campo de São Cristóvão em alamedas, à procura de trabalho na construção civil da cidade do Rio. A cidade ficou regada a muita música e comida típica, no encontro dos ritmos chegados com os parianos e cariocas: deu origem à conhecida Festa de São Cristóvão. Em 2003 o antigo pavilhão da Feira foi reformado pela Prefeitura do Rio e transformado no Centro Municipal Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas. Hoje, não só nordestinos frequentam a Feira para matar saudades e celebrar a cultura nordestina, mas também cariocas e turistas de todo o país.

Fonte: ROLÉ CARIOCA, 2014.

ANEXO F

Entrevista - Transcrição da entrevista concedida pelo presidente da Associação de Moradores e Amigos de São Cristóvão – AMA São Cristóvão, Luiz Fernando, realizada no dia 6 de abril de 2018.

Entrevistado: Luiz Fernando (LF)

Entrevistadora: Raquel Aquino de Araújo (RA).

Data: 06/04/2018.

Local: Associação de Moradores e Amigos de São Cristóvão – AMA São Cristóvão – Rio de Janeiro

Tempo de gravação: 4min 45seg

Transcrição: Raquel Aquino de Araújo

RA: Qual a data de fundação desta Associação?

LF: Em 19 [incerteza] 1947.

RA: Esta Associação tem alguma formalidade quanto aos objetivos e metas?

LF: Na verdade, a gente sempre trabalha com a demanda solicitada pelas pessoas, ou seja, pelos associados. Como nós temos assim bastante consciência que nós somos os interlocutores entre o poder público e a população, a gente sempre procura ver a demanda que sempre vai partir das pessoas, para que a gente faça as nossas ações.

De qualquer forma, a gente sempre pensa em criar cada vez mais um ambiente melhor para as pessoas estarem no bairro, [...] cuidando de praças, de serviço social, cuidando das questões de saúde, esgoto, saneamento básico em geral. Então a gente está sempre cuidando de podas de árvore, [...] essas coisas todas, que tudo isso faz parte da qualidade de vida do bairro. E a gente procura trabalhar dentro dessa linha, até porque o poder público é um pouco omissivo, ele também trabalha de acordo com a demanda.

RA: Em relação à preservação do patrimônio, a área “apacada”, os moradores têm conhecimento que aqui é um bairro “apacado”?

LF: Muito pouco. Nós temos duas situações em São Cristóvão. Nós temos os moradores que são os tradicionais. A grande parte que vem da colônia portuguesa, que são conservadores e tal, tal, tal... Mas as pessoas não se interessam muito pelas coisas do bairro. Nós temos um outro público, que é o público flutuante, que trabalha nas empresas, que é um público maior, circulante no bairro. Essas pessoas acabam tendo um pouquinho mais de consciência cultural. [Elas] entendem melhor essas coisas: a vocação do nosso bairro como “Bairro Imperial”, [que] boa parte das casas são preservadas pelo Patrimônio Histórico da Cidade [IRPH]. De um modo geral, as pessoas não têm consciência não. A gente chega a essa conclusão, porque não existe demanda nenhuma conversando e nem falando nada a respeito. A gente é que preocupa de alguma forma resgatar um pouquinho todo esse histórico e passando para as pessoas.

RA: Qual é a participação da AMA com relação à APAC?

LF: A gente tenta, na verdade, de alguma forma, resgatar todo o acervo cultural e social do bairro, histórico também do bairro, para tentar conscientizar as pessoas de todo esse acervo que é maravilhoso e está à disposição de todo mundo, mas que precisa ser mostrado. Já que o Poder Público não faz esse serviço, a gente procura, de alguma forma, com passeios turísticos, alguns tipos de eventos, preservando alguns territórios. E também a gente fotografa [os] locais e tenta, de alguma forma, deixar isso mais público. Mas é um trabalho tipo “formiguinha”. Você não consegue atingir todo mundo porque o público flutuante é maior do que o público que reside, efetivamente, no bairro. Porque nós somos um bairro com uma vocação comercial muito grande. Então, acaba que essa circulação de pessoas é importante para o bairro, é legal, mas também, passa a ser muito dispersa.

ANEXO G

Entrevista - Transcrição da entrevista concedida pelo Professor Dr. Rodrigo Rainha, idealizador do Rolé Carioca, realizada no dia 6 de abril de 2018.

Entrevistado: Professor Dr. Rodrigo dos Santos Rainha (RR)

Entrevistadora: Raquel Aquino de Araújo (RA).

Data: 27/04/2018.

Local: Universidade Estácio – Rio de Janeiro.

Tempo de gravação: 2min 27seg

Transcrição: Tarcísio Bastos

RA: Qual o interesse do “Rolé Carioca” pela região de São Cristóvão? Vocês tiveram duas edições em dois anos. Por que São Cristóvão?

RR: São Cristóvão é muito especial. São Cristóvão é... Pra [para] você ter uma ideia, a gente fez a primeira vez em São Cristóvão foi no segundo ano de “Rolé”... Ele já é o primeiro “estouro”. O primeiro novo recorde de “Rolé”, o primeiro grande volume em que a gente tem que “pirar” pra [para] ver como vai fazer e cuidar de logística: é São Cristóvão. São Cristóvão é emblemático por causa das fases de São Cristóvão. Como a gente tá [está] falando de percepção de identidade... [Conversa aleatória com terceiros] Quando você vai criar uma ocupação, você vai ter São Cristóvão passando por todas as fases da formação do Rio. Eu consigo partir de uma Quinta da Boa Vista, onde eu falo de ocupação jesuítica, onde eu falo de dinâmicas de [não entendi], onde eu vou falar da figura e do papel do Império, onde eu vou conseguir falar... o que vai representar socialmente. Ao mesmo tempo, eu transito por todo o Império, eu vejo um bairro se constituindo [não entendi], eu vejo como é o apagamento de uma memória com a ideia da criação de um viaduto que destrói uma percepção e toda uma imagem de bairro... No qual se passa o tempo [não entendi], entrando numa São Cristóvão industrial, numa São Cristóvão dos imigrantes, marcado por uma presença portuguesa, depois, marcada por uma presença nordestina, marcado por uma ideia de um bairro que ele sai de um quadro de nobreza pra um quadro de negação. Quando São Cristóvão me dá essas duas perspectivas, caminhando no mesmo local, eu acabo recriando identidade. E quando eu vou recriar essa identidade, eu fecho com um novo surto industrial promovido pela Ditadura, com a ideia de integrar o Brasil, se aproveitando, vergonhosamente, de um quadro de seca no Nordeste pra [para] conseguir mão de obra barata, criando artificios; mas que, ao mesmo tempo, isso é transformado pelas pessoas que tem a sua estrutura alijada e recriam e reinventam o bairro. Então o bairro, ele me dá, uma possibilidade de contar as várias formas de violência simbólica, as várias formas de reinvenção de identidade, as várias formas de conhecer a história do próprio Rio de Janeiro.